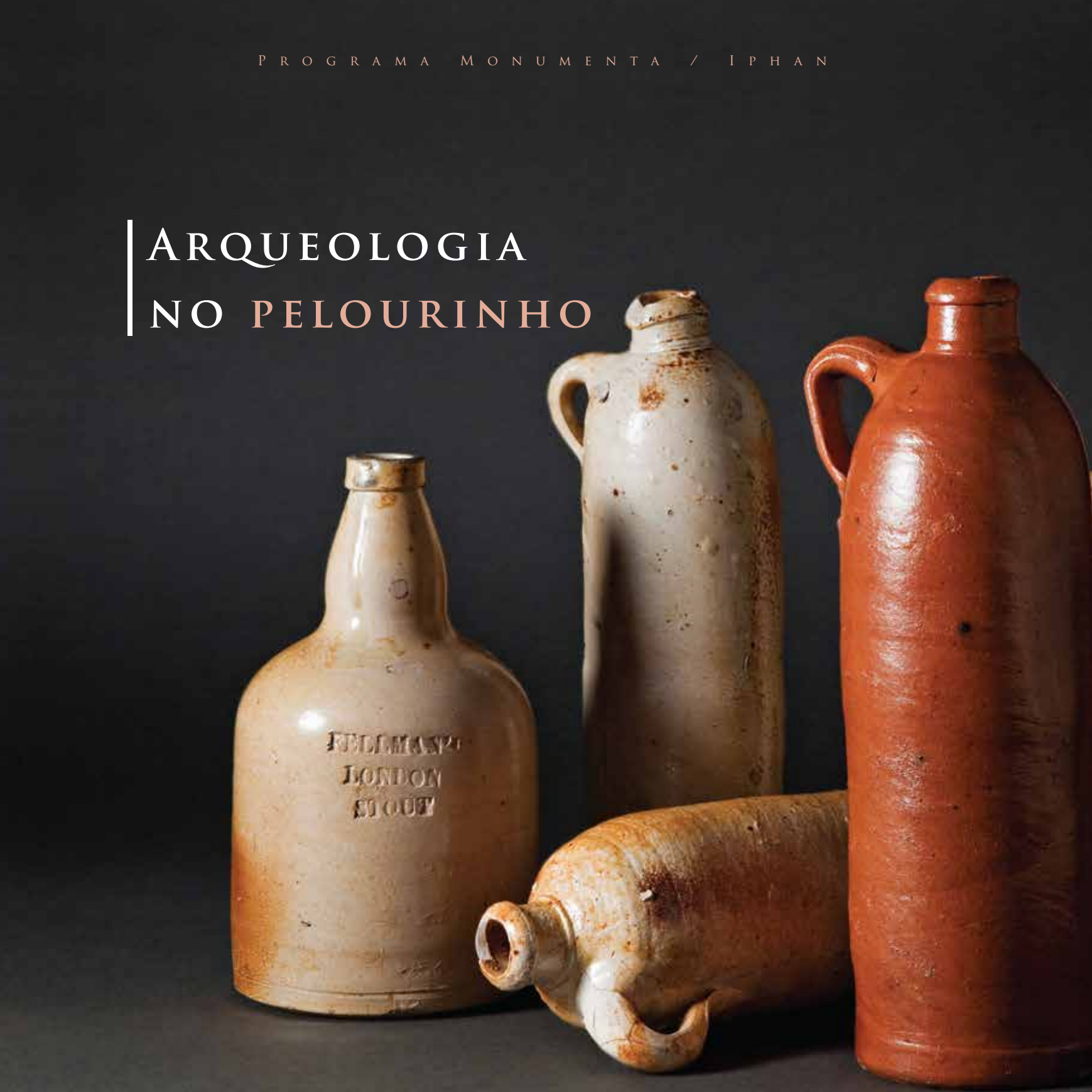
Arqueologia no Pelourinho



Arqueologia no Pelourinho

Créditos

Presidenta da República do Brasil
Dilma Rousseff

Ministra de Estado da Cultura
Ana de Hollanda

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenador Nacional do Programa Monumenta
Luiz Fernando de Almeida

Coordenador Nacional Adjunto do Programa Monumenta
Robson Antônio de Almeida

Diretoria do Iphan
Andrey Rosenthal Schlee
Célia Maria Corsino
Márcia Helena Gonçalves Rollemberg
Maria Emília Nascimento Santos

www.iphan.gov.br | www.monumenta.gov.br | www.cultura.gov.br

A772 Arqueologia no Pelourinho / Organizado por Rosana Najjar. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2010.
288 p. : il. color. ; 23 cm. __ (Registro ; 3).

ISBN : 978-85-7334-176-8

1. Arqueologia - Bahia. 2. Pelourinho. I. Najjar, Rosana. II. Título. III. Série.

CDD 930

Coordenação editorial
Sylvia Braga

Edição
Caroline Soudant

Organização
Rosana Najjar

Copidesque e preparação
Denise Costa Felipe

Revisão
Ana Lúcia Lucena
Gilka Lemos

Design gráfico
Ronald Neri

Fotos
Nelson Kon
Sylvia Braga
Projeto Pelourinho de Arqueologia,
do Programa Monumenta/Iphan

Apresentação

Com esta nova publicação, temos o prazer de registrar o trabalho de pesquisa arqueológica na área da 7ª Etapa do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

Enquanto o Programa Monumenta restaurava 76 imóveis multifamiliares do Pelourinho, para neles promover a fixação dos próprios moradores do bairro, coube também ao Iphan realizar a pesquisa arqueológica da área, que abrangeu 11 quarteirões, totalizando em torno de 52.300m^2. O Projeto Pelourinho de Pesquisa Arqueológica não se ateve à área da 7ª Etapa do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Incluiu-se ainda o terreno adjacente à poligonal da pesquisa, no Quartel do Corpo de Bombeiros. Naquela área, fomos surpreendidos pela descoberta de vestígios de fundações que, muito provavelmente, pertenceram à Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, erigida em 1776 pela Irmandade dos Pardos de Nossa Senhora de Guadalupe e demolida em 1857.

O Projeto Pelourinho teve início em março de 2006 e durou quatro anos e meio. Seu principal objetivo foi diagnosticar e pesquisar, no solo da área em recuperação, os vestígios deixados pelas sucessivas ocupações que sofreu, desde os primórdios da colonização. O Iphan, no entanto, teve sempre em perspectiva a necessidade de incluir a população local no processo de pesquisa e restauro, buscando valorizar sua relação de pertencimento e responsabilidade com o Centro Histórico.

Este registro, elaborado pelos diversos profissionais envolvidos no trabalho, dá conta dos numerosos e imbricados aspectos que concorreram para o sucesso da empreitada: desde as variadas técnicas de prospecção e pesquisa até o levantamento de dados e a análise histórica.

É do resultado desse complexo trabalho e do importante volume de conhecimentos produzidos que o público leitor e, em especial, os gestores de obras de restauro de sítios urbanos históricos poderão valer-se agora.

Luiz Fernando de Almeida
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Setembro 2011

Detalhe da área objeto da pesquisa arqueológica, vendo-se a rua São Francisco e a torre da igreja de mesmo nome, ao fundo.

Nelson Kon

Sumário

Apresentação 03

O projeto Pelourinho de arqueologia 09
I Escavando o Pelourinho: o desafio da pesquisa arqueológica 11

Uma visão histórica da área do projeto 29
II Pesquisa histórica e Arqueologia 31
III De olho no cortiço! Moradia e controle social no século XIX 54
IV Desce esgoto. Os canos reais e outros canos do Centro Histórico 74

O diálogo com outros campos do saber 89
V A relação entre o Arqueomagnetismo e a Arqueologia 91
VI A Geoarqueologia no Projeto Pelourinho 104
VII O método geofísico (GPR) e a Arqueologia 116
VIII O banco de dados na pesquisa arqueológica 127

O diálogo com a arquitetura 137
IX As fachadas do Pelourinho 139
X O ladrilho hidráulico no Centro Histórico de Salvador 149

O projeto de educação patrimonial 165
XI Arqueólogos e comunidades locais no projeto de educação patrimonial 167
XII Quando a Arqueologia vai à escola 185
XIII Um olhar socioarqueológico. O patrimônio cultural e o sujeito histórico 198

Alguns resultados inéditos 211
XIV Nem tudo é caco: a integridade escondida sob os pisos 213
XV O resgate de uma história: a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe 224
XVI Um passado através do lixo 245
XVII Compra-se aterro! Um novo olhar sobre o Centro Histórico de Salvador 266

Anexos 280
Estudo de caso 281
Imóveis Pesquisados Projeto Pelourinho de Arqueologia 2006- 2010 284
Agradecimentos 286
Equipe Projeto Pelourinho de Arqueologia 2006 - 2010 288
Autores 291

01 - O projeto Pelourinho de arqueologia 09

02 - Uma visão histórica da área do projeto 29

03 - O diálogo com outros campos do saber 89

04 - O diálogo com a arquitetura 137

05 - O projeto de educação patrimonial 165

06 - Alguns resultados inéditos 211

Igreja e ladeira dos Aflitos. Foto de J. Schleier pertencente ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Observar, na imagem do século XIX, que ainda não há ocupação no lado íngreme da ladeira, e a presença de áreas muradas nas fachadas das casas, que hoje não mais existem.

01

Nelson Kon

O Projeto Pelourinho de Arqueologia

Garrafas grés.

Nelson Kon

I - Escavando o Pelourinho: o desafio da pesquisa arqueológica

Rosana Najjar

A origem

O Projeto Pelourinho de Pesquisa Arqueológica iniciou-se em março de 2006 com o objetivo de diagnosticar e pesquisar a área da 7ª Etapa do Projeto Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Foi realizado com verbas do Programa Monumenta/Iphan – programa estratégico do Ministério da Cultura que busca conjugar a recuperação e a preservação do nosso patrimônio cultural com o desenvolvimento econômico e social – e apoio do Iphan (Departamento de Patrimônio Material/ Depam e Superintendência na Bahia).

Cumpre ressaltar que a área do atual Pelourinho foi testemunho dos primórdios da colonização do país e, portanto, encerra em seu solo valiosos vestígios das sucessivas ocupações que sofreu – de extrema importância para a História do Brasil, merecia ser estudada previamente, antes de ser danificada por obras civis a serem realizadas.

Nesse sentido, cabe ao Iphan, principal órgão de preservação do patrimônio cultural brasileiro, fazer cumprir o previsto na legislação de preservação do patrimônio arqueológico[1], sempre com o intuito de produzir conhecimento que venha a efetivar nossa identidade nacional.

O Projeto Pelourinho de Arqueologia – cujos trabalhos de campo começaram em julho de 2006 – foi um grande desafio desde sua formulação, pois não se caracterizou como um mero acompanhamento de obras. Seu objetivo foi diagnosticar o potencial arqueológico da área e também desenvolver pesquisas sistemáticas nas áreas apontadas como de especial interesse, face aos resultados das prospecções e/ou pelo profundo levantamento histórico realizado especialmente para o projeto. Seu objetivo, ainda, além da necessidade de cumprir a legislação, foi o de fazer um retrato da área da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de

Rua São Francisco, com algumas das casas em etapa final de recuperação.

1 Lei Federal 3.924/61, Decreto-lei Federal 25/37, Artigo 216 da Constituição e Portaria Iphan 230/2002.

Cotidiano das pesquisas.

Salvador sob o prisma da Arqueologia, para melhor compreender a ocupação do que hoje conhecemos como Centro Histórico. A cidade de Salvador foi a primeira capital do Brasil, sendo seu Centro Histórico tombado como Patrimônio Histórico brasileiro desde 1984 e reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade a partir de 1985.

A numerosa equipe que desenvolveu a pesquisa durante os quatro anos e meio de sua duração contou com a participação de profissionais e consultores de diferentes áreas, além de membros da comunidade local (nos anexos consta a lista completa da equipe). Essa interdisciplinaridade, característica básica do projeto, nos mostrou os caminhos que permitiram entender a complexidade da área objeto da pesquisa.

A poligonal[2] da área de pesquisa abrange um total de 11 quarteirões, totalizando em torno de 52.300m^2 e engloba obras em imóveis degradados que foram ou ainda serão recuperados (a pesquisa arqueológica terminou, mas as obras ainda continuam), atendendo a cinco programas de habitação popular, que somados vão oferecer 76 imóveis[3] multifamiliares. Toda a área encontra-se em avançado processo de arruinamento e está tomada pelo comércio e consumo de *crack* e pela prostituição. A pesquisa, portanto, visa não só desvelar como a vida ali se desenvolvia no passado, como auxiliar na recuperação da região, hoje muito violenta e degradada. Esperamos que pelo menos essa área retorne ao seu caráter predominantemente residencial, distinta do restante do Centro Histórico, ocupado hoje quase em sua totalidade por atividades ligadas ao turismo.

A 7ª Etapa de Recuperação previu obras em 93 imóveis. Portanto, esse constituiria o universo a ser estudado, mas alguns imóveis não puderam ser objeto da pesquisa arqueológica, pois não foram desocupados ou seu estado de arruinamento não oferecia segurança

2 Limitada ao sul pela rua Monte Alverne, incluindo o Convento de São Francisco; ao norte, até os prédios do Tesouro 1 e 2 e Igreja da Ajuda; a leste, parte das quadras 30S e 31S na rua São Francisco; e a oeste, a rua José Gonçalves.

3 Esse total não é o referente às casas ou lotes hoje existentes, mas sim aos imóveis a serem construídos. Os programas habitacionais, em alguns casos, consideram como único um imóvel que irá ocupar mais de um lote/casa existente.

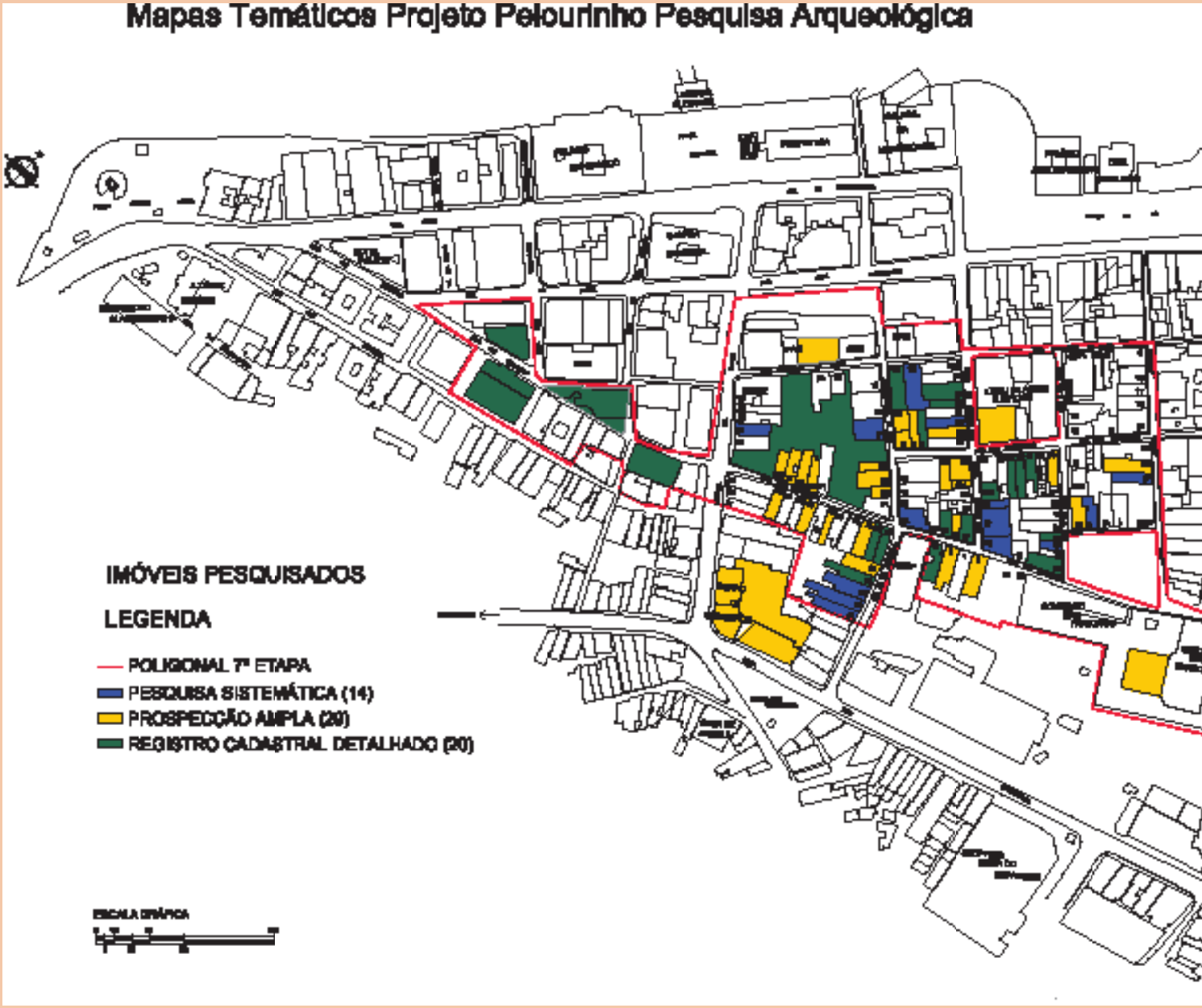
para a realização de qualquer atividade. Assim, a investigação se concentrou em 63 imóveis, observados entre julho de 2006 e dezembro de 2009, quando foram encerradas as pesquisas de campo no último imóvel a nós disponibilizado.

O fato de não termos examinado a totalidade dos imóveis não deve ser interpretado como uma perda, uma vez que os 63 pesquisados (nos anexos consta a lista completa dos imóveis) mostraram-se bem distribuídos dentro do universo social da área, permitindo uma excelente abordagem. A decisão de encerrar a etapa de campo foi tomada com total segurança, pois já tínhamos material suficiente para responder às questões formuladas e conhecimento das várias realidades arqueológicas existentes no perímetro da pesquisa. Todos os 11 quarteirões tiveram imóveis analisados, proporcionando uma ampla visão dos diferentes contextos. E foram várias as abordagens: em 14 imóveis realizamos (além das prospecções) pesquisa sistemática; em 29, prospecções amplas; em 20, o registro cadastral detalhado (ver mapa temático a seguir).

Um empreendimento do porte da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, que envolve vários agentes de todas as esferas de governo, demandou da equipe da pesquisa arqueológica, para além do desenvolvimento do projeto científico, competência no estabelecimento das relações entre as partes. Nossa postura durante todo o processo foi de observar o cronograma das obras, com o intuito de afetar o menos possível os prazos estabelecidos. Entretanto, nem sempre o cronograma das obras foi cumprido, prejudicando as pesquisas arqueológicas e, por outro lado, em alguns poucos casos, obras foram paralisadas temporariamente em função da necessidade de aprofundamento das pesquisas. De um modo geral, a gestão dos interesses – entendidos *a priori* como conflituosos – se mostrou bastante satisfatória com o decorrer do tempo. Gostaríamos, inclusive, de desejar sucesso e agradecer a todos os envolvidos pela atenção que nos deram.

Fornilho de cachimbo representando uma cabeça humana.

Nelson Kon


Mapas Temáticos Projeto Pelourinho Pesquisa Arqueológica
IMÓVEIS PESQUISADOS
LEGENDA
POLIGONAL 7ª ETAPA
PESQUISA SISTEMÁTICA (14)
PROSPECÇÃO AMPLA (20)
REGISTRO CADASTRAL DETALHADO (20)
ESCALA GRÁFICA

Visão interna da fachada posterior da casa 21, rua 28 de Setembro, antiga rua do Tijolo.

Nelson Kon

Nelson Kon

Servidão em imóvel da rua São Francisco, em etapa final de recuperação.

O livro

O presente livro é considerado pela equipe do projeto como um dos principais produtos do Projeto Pelourinho de Arqueologia, pois é fruto da consolidação de parte considerável dos dados produzidos e, sobretudo, seu principal veículo de divulgação para o grande público.

Desde o início, vimos exposto o projeto em vários congressos e seminários, nacionais e internacionais, cumprindo obrigação de discutir o conhecimento produzido com nossos pares. Entretanto, faltava ainda a apresentação de seus resultados sistematizados para a parcela da população diretamente envolvida. Temos consciência de que não só ela, mas a população brasileira em geral (apesar dos esforços dos arqueólogos brasileiros) ainda se pergunta: para que serve a Arqueologia?

Prédio anexo ao Liceu. Evidenciação da base de fundação para pilares.

Essa pergunta é formulada por todos, em particular pelos que participaram do processo das escavações, seja a população afetada pelo projeto ou os profissionais envolvidos na 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, uma vez que raramente têm contato com as histórias produzidas a partir da Arqueologia, ou seja, com os resultados sistematizados e palpáveis. Essa questão tem origem perversa, baseada na ausência de informações desde o ensino básico brasileiro sobre o que é Arqueologia e qual seu papel como mais uma fonte de produção de conhecimento a respeito do nosso passado. O livro busca, portanto, apresentar a todos os públicos, numa linguagem sempre que possível descomplicada, alguns resultados das pesquisas, a partir de capítulos com conteúdos específicos, mas que no conjunto de sua leitura oferecem uma visão geral do conhecimento produzido por meio da Arqueologia. A seguir mostramos como foi o desenrolar das pesquisas, aproveitando para, sempre que oportuno, remeter a cada capítulo do livro.

O início

Até o início dos trabalhos, nenhuma pesquisa arqueológica de fôlego sobre a implantação do urbano da cidade alta fora desenvolvida. Assim, nosso projeto carecia de informações que nos auxiliassem a formular questões. A partir dessa realidade, e objetivando uma melhor compreensão da área de estudo sob o

Estruturas presentes na casa 3, rua Beco do Seminário.

ponto de vista da Arqueologia, optou-se pelo uso de procedimentos teóricos e metodológicos que subsidiassem o estabelecimento de indagações a serem respondidas e, ao mesmo tempo, permitissem uma avaliação prévia dos estágios da ocupação espacial da área onde hoje fica o Centro Histórico da Cidade do Salvador.

Partindo dos pressupostos de que a Arqueologia é a ciência da cultura material e que o objeto arquitetônico é cultura material, o aporte teórico adotado pela pesquisa foi o da Arqueologia pós-processualista (Hodder, 1995), que por sua vez pressupõe que "os objetos não seriam apenas resultado da adaptação, mas sim elementos com múltiplos significados utilizados pelos indivíduos de uma sociedade para simbolizar suas relações. Nessa perspectiva, não importa que existam dezenas, centenas de objetos [ou edificações]; aqui não é a quantidade que vale, mas a qualidade. Da mesma maneira, […] não é a sociedade que está em jogo, mas as ações de cada indivíduo para interagir nessa sociedade, aceitando ou resistindo as suas regras sociais" (Najjar, 2005, p. 15-16). A partir desse olhar, cada um dos imóveis pesquisados e a própria malha urbana foram nossos objetos de pesquisa, e entendidos como a materialização de vários aspectos da sociedade de Salvador desde a sua fundação no século XVI. Essa visão potencialmente nos permite revelar as relações existentes entre os vários sujeitos da história daquela área – opressores e oprimidos. Nesse sentido, pretendemos, a partir dos resultados das escavações, dar voz às pessoas de todos os segmentos sociais que lá viveram.

O projeto segue também os procedimentos estabelecidos no *Manual de arqueologia histórica* do Monumenta/Iphan (Najjar, 2005) em busca de uma maior qualidade

Garrafa grés.

Nelson Kon

Escavação na casa 39, rua 28 de Setembro.

e produtividade para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica dentro dos projetos de restauração arquitetônica.

A pesquisa arqueológica partiu da análise dos imóveis como unidade mínima de observação, visando compreender o todo, onde o urbano é o foco principal, mas não o único. Nosso objetivo foi entender como se deu a formação daquela área, estabelecendo as etapas e respectivos modos de ocupação.

Em resumo, nosso enfoque centrou-se no estudo da urbanização da área através dos tempos, mas sem deixar de observar a presença dos indivíduos que construíram aquela cidade – chamamos a atenção para uma parte da área de pesquisa que detém testemunhos do primeiro núcleo da cidade de Salvador, fundada no século XVI, o que determina um longo intervalo temporal a ser investigado.

O desenrolar da pesquisa

A partir do aporte teórico-metodológico adotado, do levantamento histórico e dos primeiros meses de pesquisas, alguns questionamentos e pressupostos foram levantados como bases para o desenvolvimento do projeto:

- É necessário desvelar as relações de classes, por meio da cultura material, observando como os agentes sociais representativos da sociedade soteropolitana do período estudado (séculos XVI a XXI) se relacionavam e expressavam sua cultura.
- É importante observar o ambiente construído como fonte de dados que nos permita interpretar o perfil dos indivíduos que compunham a sociedade nos diferentes períodos da formação da cidade de Salvador; a arquitetura como marcador temporal.

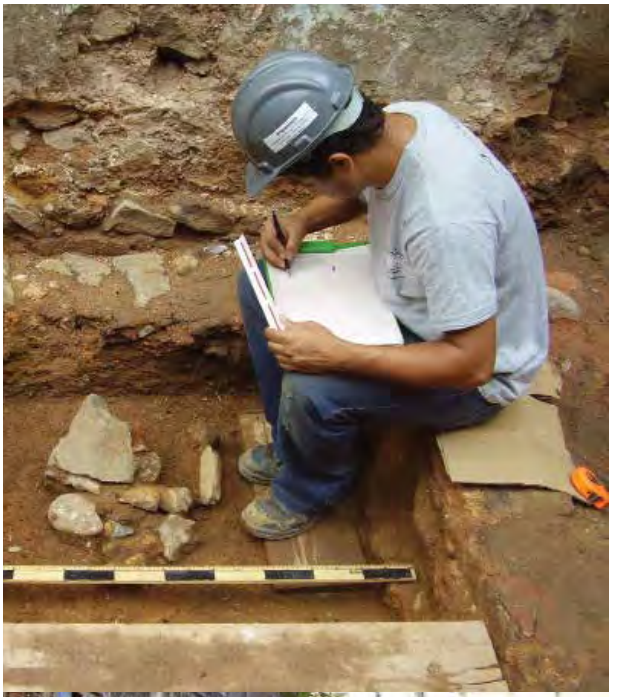
- Deve-se estar atento aos vários limites que a cidade já teve: chamava-nos a atenção a existência de muros, construções que limitam os vários perímetros que a cidade possuiu e que inicialmente foram erguidos com intuito de proteção, mas que na realidade eram marcos na paisagem que impunham fronteiras também sociais. Viver dentro ou fora do muro tinha seu significado. Vários autores (Goulart, 2000; Santos, 2001; Carneiro, 1980; Sampaio, 1949) comentam a respeito dessas edificações. Alguns, por meio da cartografia, mostram mapas e desenhos de época que fornecem dados sobre a localização destas. No entanto, onde estão essas rugosidades[4]? O que sobrou delas?

- Outra questão levantada diz respeito ao binômio tempo e espaço (Santos, 1994), visto como elemento atuante na evolução da ocupação urbana, já que estamos trabalhando em uma área onde encontramos contextos de ocupações diferentes, tanto temporal quanto espacialmente, e que compreende desde meados do século XVI até os dias atuais.

- Deve-se desvelar como foi o crescimento da cidade de Salvador, como o arranjamento urbano chegou ao que observamos hoje, saber como se deu a ocupação do espaço.

- Faz-se necessário observar os sistemas construtivos empregados, as diferenças e/ou semelhanças entre os tipos de técnicas, materiais utilizados e contexto do assentamento diante da topografia da área (padrões de assentamentos). A partir da

4 Na Geomorfologia, designa as marcas do passado fixadas no espaço (Santos, 1978).



Atividades de registro e pesquisa, casa 37, rua 28 de Setembro.

diversidade de vestígios imóveis ou superartefatos encontrados, correlacionar os sistemas construtivos com o terreno em que se encontram edificados.

- Torna-se fundamental considerar nas pesquisas o contexto topográfico do lugar. Foram observadas durante as escavações várias sobreposições de aterros formados principalmente por lixo (cultura material móvel). Diante dessa constatação, é preciso conhecer a lógica desses aterros, temporal e espacialmente, e a relevância que tiveram em cada momento na ocupação da área.

No campo, a abordagem foi padronizada, sendo a primeira etapa uma visita técnica ao imóvel, que serviu para um diagnóstico prévio. Em seguida, realizaram-se prospecções arqueológicas, e, com base nos resultados das prospecções somados aos resultados dos outros estudos desenvolvidos (histórico, geológico, geoarqueológico, geofísico, arqueomagnético etc.), dava-se início às escavações sistemáticas em locais determinados como de especial interesse. Para finalizar, mesmo depois das pesquisas sistemáticas terem ocorrido, todas as obras civis foram acompanhadas pela equipe do projeto, buscando-se observar novas evidências. Nos raros imóveis onde não houve prospecção, realizou-se o registro detalhado de suas características.

O levantamento histórico, de fundamental importância para as análises e tomadas de decisão, desde o início da pesquisa arqueológica foi feito especialmente para

Evidenciação de piso arqueológico.

o projeto pela equipe de historiadores, a partir de fontes primárias e secundárias. Teve como enfoque predominante a formação e a evolução da Cidade do Salvador, desde seu primeiro assentamento urbano (núcleo primitivo) ao arranjamento urbano atual, passando por aspectos bastante pontuais, quando os resultados das escavações assim recomendavam. Seus resultados percorrem todos os capítulos do livro, mas o levantamento propriamente dito é tratado na parte 02, que traz a visão histórica do projeto. Nela destacamos o capítulo II: *Pesquisa histórica e Arqueologia*.

Em vários momentos do trabalho, a equipe de historiadores precisou se debruçar sobre questões específicas e de especial interesse para responder a questões que surgiram no decorrer das pesquisas. Os principais exemplos estão explicitados no capítulo III, *De olho no cortiço! Moradia e controle social no século XIX*; capítulo IV, *Desce esgoto. Os canos reais e outros canos do Centro Histórico de Salvador*; capítulo XV, *O resgate de uma história: a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe*; capítulo XVII, *Compra-se aterro! Um novo olhar sobre o Centro Histórico de Salvador.*

Do ponto de vista do superartefato arquitetônico, adotou-se como procedimento padrão a caracterização dos imóveis do projeto no contexto do conjunto urbano que, nesse sentido, foi realizada a partir da observação, descrição e avaliação dos elementos e técnicas construtivas utilizados. Também foram observados o partido arquitetônico e a disposição do espaço construído, bem como as intervenções ocorridas ou provocadas ao longo do tempo. Todos esses aspectos foram entendidos como testemunhos históricos e culturais, buscando-se compreender o desenvolvimento da cidade e a sociedade na qual se produziram. Esse extenso e detalhado levantamento foi realizado pela equipe de arquitetos do projeto e está parcialmente retratado na quarta parte do livro, que trata do diálogo com a Arquitetura a partir dos capítulos IX e X, respectivamente, *As fachadas do Pelourinho* e *O ladrilho hidráulico no Centro Histórico de Salvador*. Chamamos a atenção para a excelência dos registros gráficos realizados, objetivo que perseguimos durante todo o projeto.

A coleção de artefatos móveis coletados é bastante diversificada e numerosa, contabilizando cerca de 400 mil peças – a maioria do material vem dos aterros pesquisados. E foi dividida em nove subcoleções, baseadas nos tipos de material: cerâmico, lítico (pedra), ósseo, malacológico (conchas), vítreo (vidro), metálico, de madeira e plástico. A nona subcoleção é a dos materiais construtivos, que foram agrupados dentro de uma única coleção e não estão separados por matéria-prima. A coleção cerâmica, a mais significativa, contabiliza cerca de 250 mil peças, sendo as mais antigas atribuídas aos indígenas que viveram na área antes da chegada dos colonizadores. A coleção de artefatos culturais móveis é objeto do capítulo XVI do livro, *Um passado através do lixo*.

Cerâmica não vidrada.

Estruturas evidenciadas abaixo das fundações da casa 27, rua Monte Alverne.

Visão aérea da pesquisa na casa 15, rua Guedes de Brito.

Fundações da casa 41, rua 28 de Setembro, antiga rua do Tijolo.

Evidenciação do forno existente abaixo do piso da casa 33, rua Guedes de Brito.

Atividade de registro da fachada da casa 21, rua 3 de Maio.

Prédio anexo ao Liceu.

Todas as subcoleções foram tratadas, analisadas, acondicionadas e guardadas no Laboratório de Arqueologia da Casa dos Sete Candeeiros, uma das sedes do Iphan em Salvador. Os trabalhos foram encerrados em agosto de 2010.

Para melhor interpretar os dados, o projeto contou ainda com um time de consultores de várias áreas e utilizou-se de tecnologias de ponta como ferramentas de trabalho e análise. Os resultados dessas parcerias estão refletidos em todos os capítulos, mas podem ser melhor dimensionados a partir da leitura dos capítulos V, VI e VII da terceira parte do livro, que trata do diálogo com outros campos do saber: *A relação entre o Arqueomagnetismo e a Arqueologia; A Geoarqueologia no Projeto Pelourinho*; *O método geofísico (GPR) e a Arqueologia*.

Do time de consultores destacamos os que se dedicaram ao nosso subprojeto de educação patrimonial. Esses profissionais, educadores e arqueólogos especialistas na área, tiveram a árdua tarefa de estabelecer uma ponte entre o projeto e vários segmentos da sociedade envolvidos direta e indiretamente com ele, aceitando o desafio de traduzir inclusive as tecnologias de ponta para nossos interlocutores. O trabalho desenvolvido é examinado na quinta parte do livro – *O projeto de educação patrimonial* –, que reúne os capítulos XI, XII e XIII, respectivamente: *Arqueólogos e comunidades locais no projeto de educação patrimonial*; *Quando a Arqueologia vai à escola*; *Um olhar socioarqueológico. O patrimônio cultural e o sujeito histórico*.

Por último, destacamos alguns resultados, mesmo que preliminares, referentes às relações entre os grupos ou classes que conviviam na área estudada. Nossas análises mostram vestígios ligados à prática de rituais religiosos domésticos nos imóveis trabalhados, e o capítulo XIV – *Nem tudo é caco: a integridade escondida sob os pisos* – trata desse assunto, que vem sendo aprofundado pelo arqueólogo Samuel Gordenstein em seu doutoramento na UFBA.

Objetivando melhor salvaguardar todo o conteúdo produzido durante os quatro anos e meio de trabalho, foi criada uma base de dados específica para o projeto, onde as informações estão organizadas e disponíveis para consulta. Esperamos inserir esses dados no endereço eletrônico do Iphan assim que possível. O capítulo VIII, *O banco de dados na pesquisa arqueológica*, apresenta a base de dados.

O Projeto Pelourinho de Arqueologia trouxe resultados inéditos e extremamente estimulantes, fornecendo uma farta gama de materiais e, sobretudo, de novos olhares

Triagem de material em laboratório, da Casa dos Sete Candeeiros.

Casa dos Sete Candeeiros. Pesquisa e análise das coleções em laboratório.

e descobertas sobre o urbano do Centro Histórico de Salvador. Merece ser conhecido e continuado. É o que esperamos!

Referências

CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador 1549: uma reconstituição histórica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HODDER, Ian. *Theory and Practice in Archaeology*. London/New York: Routledge, 1995.

NAJJAR, Rosana. *Construtores de igrejas: um estudo arqueológico da presença da Companhia de Jesus no litoral brasileiro*. São Paulo, 2005. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo.

_____ . *Manual de arqueologia histórica em projetos de restauração*. Brasília: Iphan, 2005.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

SAMPAIO, Teodoro. *História da fundação da cidade de Salvador*. Bahia: Tip. Beneditina, 1949.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

02

Nelson Kon

UMA VISÃO HISTÓRICA DA ÁREA DO PROJETO

Nelson Kon

Cerâmica vidrada.

II - Pesquisa histórica e Arqueologia

Alane Fraga do Carmo - Débora Bacelar Bastos

Reconstruir a história da cidade de Salvador, seu processo de ocupação e desenvolvimento, determinando o perfil econômico e social da cidade da Bahia[1], foi o principal objetivo da pesquisa histórica desenvolvida no decorrer do Projeto de Pesquisa Arqueológica da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Monumenta/Iphan) ou Projeto Pelourinho de Arqueologia. A seleção e a coleta de fontes primárias, secundárias e iconográficas nos arquivos mais importantes das cidades do Rio de Janeiro e Salvador permitiram a contextualização e serviram de base para as análises das fontes primárias no estudo dos 11 quarteirões do Centro Histórico de Salvador, relativos à 7ª Etapa.

Para o período compreendido entre os séculos XVI a XVIII, em razão de dificuldade de acesso a fontes primárias, a análise deteve-se especificamente sobre as fontes secundárias e iconográficas. Na primeira etapa, o levantamento das fontes foi feito nos arquivos e bibliotecas das unidades do Iphan no Rio de Janeiro – em especial as bibliotecas Noronha Santos, Paulo Santos, do Museu da República e da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro –, onde foram encontradas importantes referências sobre a história de Salvador.

1 Salvador era usualmente chamada cidade da Bahia até o século XIX.

Desenho Esquemático da Evolução Física de Salvador entre 1551 e 1650

LEGENDA
Vale do Rio das Tripas
Evolução Física de Salvador 1551
Evolução Física de Salvador 1553
Evolução Física de Salvador 1650
Evolução Física de Salvador 1650

Obs.: Desenho feito com base em mapas da evolução física de Salvador entre os anos de 1551 e 1650.
Fonte: Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia - CEAB. Mapas da Evolução Física de Salvador entre 1551 e 1650.

Pesquisa na casa 27, rua Monte Alverne.

A pesquisa iconográfica, importante para complementar as informações dos documentos escritos, posteriormente se estendeu à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, entidades que dispõem de maior documentação nessa área.

Num segundo momento, tentando responder a questões específicas da pesquisa arqueológica, foram consultadas fontes que pudessem esclarecer detalhes da construção da malha urbana da cidade de Salvador: o Arquivo e Biblioteca Pública do Estado da Bahia e o Arquivo e Biblioteca Municipal Gregório de Mattos (Salvador/BA). Também recorreu-se aos arquivos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e da Fundação Mario Leal Ferreira (Salvador/BA), além das bibliotecas do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, do Estado da Bahia, do Museu de Arte do Estado da Bahia, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e da Superintendência do Iphan na Bahia. O levantamento bibliográfico foi extenso, assim como a coleta de dados, contemplando não só a formação e constituição física de Salvador, mas também as transformações e permanências no decorrer de quase quatro séculos de história da cidade. O volume documental reunido chega a aproximadamente três mil exemplares. E foram consultados, aproximadamente, sete mil documentos.

Fragmento de faiança.

A metodologia empregada relacionou-se diretamente às necessidades da pesquisa arqueológica, de modo que houve aprofundamento em certas questões ou hipóteses históricas. Alguns temas adquiriram prioridade por serem desconhecidos ou pelo grande interesse que despertaram na equipe, como a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe e o comércio de aterro na cidade de Salvador.

Para buscar entender o cotidiano das ruas do Pelourinho, as atividades ali desenvolvidas e chegar a conhecer seus moradores, optamos pela escolha de uma única rua – a do Tijolo, atual 28 de Setembro, pela diversidade de atividades comerciais e artísticas em seus imóveis no século XIX, que nos surpreendeu desde os primeiros passos da pesquisa. Nela funcionou uma galeria de arte, uma tipografia, um consultório odontológico, a sociedade abolicionista Dois de Julho, formada por alunos da Faculdade de Medicina, uma Sociedade de Belas Artes, uma fábrica de chocolate, algumas tavernas. Entre seus moradores, havia padres, funcionários públicos, militares, médicos, professores e escravos, inclusive vários malês envolvidos na Revolta dos Búzios ocorrida em 1835. Iniciamos a pesquisa tentando verificar se o nome da rua derivava da existência, no local, de fábricas de tijolos que abasteceriam a cidade em formação no período colonial. Porém, esse fato não foi comprovado, nem pelas escavações arqueológicas, nem pela pesquisa histórica.

Decidimos investigar o cotidiano da rua durante o período oitocentista (século XIX), por causa da

disponibilidade de fontes e por notar nos imóveis ali localizados alguns vestígios desse período. Em etapa posterior, nos preocupamos em investigar quem eram os indivíduos que viveram ali, baseando a pesquisa no nome. O nome passou a ser o fio pelo qual nos guiamos no labirinto dos arquivos e fontes na tentativa de chegar mais perto da vida que se passou naquelas ruas e casas do Centro Histórico de Salvador, durante o século XIX (Ginzburg; Poni, 1979).

1ª fase da pesquisa: construção e desenvolvimento urbano de Salvador

Na primeira fase da pesquisa destacamos as fontes secundárias que melhor responderam às indagações acerca da configuração física do sítio arqueológico. Uma das questões era saber se Salvador foi uma cidade planejada e se sua planta baseou-se no modelo das cidades portuguesas. Entendemos que o regimento não previa um plano para a cidade, mas Luís Dias, o mestre de obras que veio na armada de Tomé de Sousa, levava consigo modelos de planos de cidades que talvez pudessem ser adaptados à topografia da região de Salvador. O plano que realizou seria informal, à moda medieval. Nesse contexto predominava a preocupação com a defesa.

Além da atenção com a defesa, a criação da cidade de Salvador acabou por seguir, assim como diversas outras cidades fundadas na América Portuguesa, uma tradição lusa de organização urbana segundo as esferas políticas, sociais e econômicas. Desta forma, Salvador

> foi criada com um termo e um rossio, sendo o primeiro território sob a autoridade municipal e o rossio, uma parte do termo próxima ao espaço urbano, cuja finalidade era propiciar condições para o pastoreio de uso doméstico dos moradores e o fornecimento de lenha a ser usada como combustível principal. Era o rossio ainda uma área livre para expansão urbana[2].

Salvador era uma cidadela elevada acima do mar, circundada de muralhas – muralhas com baluartes. Quando a cidade ultrapassou as muralhas e chegou à beira-mar, ficou dividida, como ainda é hoje, em cidade alta e cidade baixa, apresentando uma tendência ao traçado regular.

O local escolhido para a construção da cidade estendia-se sobre uma montanha íngreme, de difícil acesso, mas plana em seu topo. Era cercado pelo rio das Tripas, que contribuía para a formação de charcos e lamaçais quase intransponíveis. "A Ribeira d'água", como chamava Edison Carneiro (1980), inundava o vale, transformando-o em um perigoso lamaçal. A preocupação com a defesa militar teve grande influência na decisão da escolha do terreno para a construção da cidade, prática usual dos lusitanos, como podemos perceber em outras cidades portuguesas.

Para aliarem-se às defesas naturais, foram levantados alguns baluartes e uma cerca. A cerca, um tipo de paliçada, mostrou-se ineficiente, já que era facilmente destruída até mesmo por animais como porcos e bois. O governador então ordenou a construção de uma proteção mais rígida

2 As citações aqui transcritas tiveram a grafia atualizada, quando necessário, para facilitar a leitura. FUNDAÇÃO Gregório de Mattos; Universidade Federal da Bahia; Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador: 1549 a 1800.* Salvador: Pallotti, 1998, p. 37. (Edição especial.)

Planta de Salvador, de 1625 a 1631, atribuída ao cosmógrafo português João Albernaz, incluída no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, de Diogo de Campos Moreno.

para substituí-la: um muro de taipa em torno do qual se encontravam profundos fossos. Segundo Carneiro (1980), o muro "era de boa, e grossa taipa, de barro, e madeira". Há, inclusive, uma grande discussão entre os historiadores sobre a verdadeira localização do muro[3].

Outro elemento de interesse foi a evolução do núcleo primitivo a partir de 1549. Teodoro Sampaio (1949) também traz informações interessantes sobre o início das construções na cidade:

> As casas, de princípio, se construíram todas térreas, feitas de taipa de mão e somente coberta de palma. As fortificações de entorno fizeram-se também de pau a pique, à semelhança das cercas, ou estacadas em uso nas aldeias do gentio.

Luís Dias, mestre de obras, em carta de 1551 afirmava estarem concluídas as obras mais importantes da cidade.

> … oito casas e o que menos tem dão seis casas e são as dez de taiparia, que as outras são de parede de mão e de madeira e barro e feno […] por

3 Sobre essa discussão ver CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador 1549: uma reconstituição histórica.* 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; SAMPAIO, Teodoro. *História da fundação da cidade de Salvador.* Bahia: Beneditina, 1949; e SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*, 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

> conseguinte, pequena era a ocupação na cidade alta, mesmo no recinto fortificado. Na amostra foram indicadas as casas já existentes em agosto de 1551, as quais foram construídas nas quadras resultantes da locação de ruas feita pelo mestre das obras da cidade (n. 1). Nas mesmas quadras, as que estavam já parcialmente ocupadas, povoadas, tinham 8 (oito) casas no máximo e 6 (seis) no mínimo, o que era, de fato, muito pouco. Delas, somente 10 (dez) eram de taiparia, sendo as demais de pedra de mão e de madeira e barro e feno, o que é compreensível, visto sabermos que só recentemente começara a fabricação de cal e a exploração de pedreiras, reservando-se o uso da alvenaria de pedra com cal para os edifícios públicos, que eram, como se observa, as únicas edificações cobertas de telha cerâmica. Com o correr do tempo é que semelhantes técnicas construtivas seriam utilizadas na arquitetura civil privada[4].

Os relatos de época demonstram que a densidade de construções e ocupação da cidade alta ainda era pequena no ano de sua fundação, contando essa região com uma população ainda incipiente. Tal fato é comprovado por carta datada de 30 de abril de 1549, destinada ao rei por Antônio Cardoso de Barros, então provedor-mor da Fazenda. Luís Dias informava ainda sobre a possibilidade da construção de outras casas no local: "muitas casas se podem fazer nestas ladeiras se isto houver de ir avante"[5]. Os trabalhos de escavação arqueológica no sítio, principalmente na chamada "área do Grotão", uma área íngreme, de difícil acesso, comprovaram que espaços desse tipo foram mais aproveitados para a construção de moradias a partir do século XVII, o que verificamos por meio das fontes secundárias.

Quanto aos sistemas construtivos utilizados no primeiro núcleo urbano de Salvador, os materiais empregados seguiriam uma ordem de disponibilidade local*:*

> pedra e cal, pedra e barro, taipas ou madeira, como melhor puder ser de maneira que seja forte', por conseguinte, a resistência dos materiais teria de ser considerada[6].

Para além da preocupação com os materiais construtivos, nos interessava entender como e quando o aterro construtivo viria a se tornar uma opção viável para o nivelamento do terreno em áreas íngremes no Centro Histórico de Salvador. Um relato de Teodoro Sampaio sobre os limites da cidade ajudou a responder parte dessa questão: o aterro formado por entulho foi utilizado desde os primórdios da construção de Salvador. A outra parte da questão só seria respondida pela documentação referente ao século XIX. A seguir, as palavras de Sampaio (1949, p. 184):

> entre o começo da rua da Misericórdia, na praça do Palácio, e o largo do Theatro, onde o terreno começava a descer, no extremo sul. Neste âmbito tão pequeno abriram-se quatro portas, flanqueadas por baluartes improvisados: a que abria para o norte, no começo da rua da Misericórdia, onde havia depressão natural do terreno, servindo de

4 FUNDAÇÃO Gregório de Mattos; Universidade Federal da Bahia; Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador: 1549 a 1800.* Salvador: Pallotti, 1998, p. 50. (Edição especial.)

5 Idem, ibidem, p. 51.

6 Idem, ibidem, p. 48.

fosso, que depois se entulhou, na altura da rua do Tijolo; a que abria para o sul, no vértice do triângulo fortificado, correspondia ao que hoje são os fundos do Theatro S. João e se denominou porta de S. Luzia, por causa de uma ermida que aí junto se edificou; a que ficava do lado da terra, olhando ao nascente, era uma porta pequena, accessível da baixada fronteira por meio de uma ladeira em degraus, que ainda hoje se chama beco da Água de Gasto; a que abria para o lado do mar, na altura da rua atual do Pau da Bandeira, dava acesso ao caminho, parte rampado, parte em degraus, que, do porto ou ribeira das naus, galgava a encosta do monte pelo melhor do seu íngreme terreno (grifo nosso).

Um momento importante da história de Salvador foi a invasão holandesa (1624-1625). A cidade sofreu terríveis danos, tendo parte de seu tecido urbano destruído, principalmente nos bairros de ocupação mais recente, como o de São Bento e do Carmo. Em relação à construção civil, que na época da invasão se encontrava em torno de mil casas, não houve grandes estragos. Os principais prédios também se mantiveram intactos. Preocupando-se em fortificar a cidade recém-tomada, os holandeses promoveram algumas obras de represamento de rios, como a do rio das Tripas, para a construção do que ficou conhecido como o Dique dos Holandeses.

O desenvolvimento urbano da cidade de Salvador ocorreu rapidamente, logo após sua fundação. No

Representação do momento da invasão holandesa. Observar represamento provocado pelos diques, 1625. Fonte: Urbs Salvador, 1671, Arnoldus Montanus, publicado no Atlas "*An Accurate Description and Complete History of America*", de John Ogilby.

final do século XVI e início do seguinte, sua ocupação territorial já havia superado a área intramuros[7]. Por meio da bibliografia, é possível perceber que durante os dois primeiros séculos de construção e desenvolvimento, o território foi amplamente distribuído aos habitantes e colonizadores. Um estudo mais atento dos nomes desses indivíduos seria interessante para a percepção da distribuição não só geográfica, mas também política, social e econômica da cidade.

Antônio Sampaio destaca o período que vai de 1651 até o ano da independência do Brasil em 1822. Identificando-o como o século de ouro da Bahia colonial, ele caracteriza esse intervalo como de grande crescimento populacional e urbano da cidade – "as descrições dos viajantes, entre 1685 e 1717, apontam uma povoação no início do século dezoito, com 2.000 casas" (Sampaio, 1999, p. 55-56). O crescimento populacional se pautava por um grande crescimento econômico de Salvador. Nessa mesma época,

> existiam hortas ao lado das fontes. Nas ruas estreitas do bairro da Praia localizavam-se diversos artífices (funileiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates, barbeiros etc.). Para os lados da Vitória, Graça e Vila Velha do Pereira começavam a surgir chácaras residenciais (Tavares, 2001, p. 121).

Além de centro administrativo, a cidade de Salvador era um dos grandes polos econômicos da colônia americana, destacando-se na produção de açúcar. Essa evolução econômica da Bahia como um todo, e particularmente de Salvador, foi acompanhada também por um profundo desenvolvimento arquitetônico e urbanístico.

Com o enriquecimento da cidade, motivado principalmente pelo comércio, havia a necessidade de regulamentação da ordem urbana, em especial por causa do caráter escravista de Salvador.

> … as terras da cidade foram tombadas em 1653; foi requerido aos foreiros que apresentassem seus títulos nas três léguas de terra em quadra, que pertenciam à Câmara, situadas entre Itapuã e o rio Joanes, em 1757. As primeiras provisões de alinhamento foram estabelecidas em 1695 (Vasconcellos, 2002, p. 83).

Essas provisões tentavam evitar as "tortuosidades" das ruas e obrigar os proprietários a seguir um traçado ordenado. Previam que toda pessoa que fizesse casa sem ser arruada ou fora do arruamento teria sua obra destruída, e ainda seria presa por 30 dias.

Alguns viajantes que passaram pela cidade em finais do século XVII e início do seguinte relataram o panorama encontrado, nos deixando importantes fontes de análise. Em 1714, o engenheiro militar Amadeu Francisco Frezier visitou Salvador e relatou que por volta de 90% da população baiana era composta de negros, que "encontrou duas mil casas, geralmente bem construídas. Seus habitantes viviam bem alojados e fartos de bom mobiliário"[8]. Em 1717, La Barbinais conta que na cidade alta

Fragmento de garrafa grés.

7 Idem, ibidem, p. 60.

8 Idem, ibidem, p. 106.

> as casas eram grandes e cômodas, mas tal acidentado do solo que as ruas ficavam desagradáveis e perdiam o efeito ornamental. […] A parte edificada compreendida entre as portas urbanas não era das maiores, mas se se levasse em conta os arrabaldes, tinha-se uma área bastante considerável[9].

Direcionando o olhar para a área do atual Centro Histórico, que compreendia a freguesia da Sé, pudemos traçar um perfil de algumas ruas durante o século XVIII. Pedro de Almeida Vasconcelos contribui com uma informação interessante a respeito dessa localidade. "Na rua Cruzeiro de São Francisco, no início do século XVII, foi construído o solar onde nasceu Gregório de Matos"[10]. Continua seu relato, focalizando os arredores do Convento de São Francisco: "Soares de Souza informou, em 1587, da existência de uma rua muito comprida, diante do colégio, rumo ao norte, povoada de casas e moradores, além da qual estava um mosteiro de capuchinhos de Santo Antônio, com a cerca do mosteiro indo até o mar"[11]. Com informações pontuais, o autor mostra que "mais a leste [da praça do Palácio], o solar do grande financista João de Matos de Aguiar foi construído em 1674, na atual ladeira da Praça, que liga a praça do Palácio à freguesia de Santana"[12].

9 Idem, ibidem, p. 107.

10 VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999).* Ilhéus: Editus, 2002, p. 58.

11 Idem, ibidem, p. 63-64.

12 Idem, ibidem, p. 102.

Praça Municipal, Salvador, fins do século XIX (Sampaio, 2005, p. 75).

2ª fase da pesquisa: A freguesia da Sé no século XIX – suas ruas, casas e pessoas

Considerando o século XIX como provavelmente o período de construção dos imóveis que foram objeto da pesquisa arqueológica, e o volume de fontes encontradas nos principais arquivos da cidade de Salvador, procedemos ao levantamento de documentos e trabalhos clássicos e atuais sobre a região específica da freguesia da Sé, bem como seu processo de povoamento e urbanização durante o século XIX.

A freguesia da Sé foi criada em 1552 por D. Pero Fernandes Sardinha. Era o centro do governo administrativo, legislativo, judiciário e religioso da província. Nela rivalizavam-se dois poderes na procura do domínio espiritual e/ou material sobre os habitantes da cidade, principalmente no final do século XIX, quando a Igreja já não se conformava com a preponderância civil. A Sé era onde se haviam instalado as mais importantes famílias da província, mas já na primeira metade do século XIX perdia a característica de freguesia elitista. Os sobrados, onde viviam grandes famílias, transformavam-se em moradas de muitos e se subdividiam em vários fogos[13], instalados em andares, lojas, sótãos e sobressótãos, abrigando trabalhadores pobres, africanos e crioulos libertos e até escravos de ganho. A freguesia da Sé, contudo, era o centro da vida, o coração da cidade, onde tinham representatividade os poderes institucionais.

De importância considerável nesta fase da pesquisa foram as fontes da série *Obras públicas*, localizadas na seção colonial do Arquivo Público do Estado da Bahia. Essa documentação refere-se às principais obras realizadas na cidade por iniciativa do governo provincial, apesar de feitas, na prática, por particulares, numa espécie de concorrência pública que assegurava a arrematação das obras diante do governo. Essa vastíssima documentação serviu para entendermos como se deu o processo de urbanização da área da Sé e suas imediações, palco de grandes obras como a rua ou estrada da Vala, antiga Baixa dos Sapateiros, atual J. J. Seabra. A seguir destacamos um documento, a título de exemplo:

> Senhor Diretor Illustrissimo Excelentissimo Senhor. Tendo chegado em tal ponto, com o desentulho do rio das Tripas, em que he indispensável passar por quintaes particulares, remover cercas e muros, profundar e alargar o [aluveo] do mencionado rio, e depositar nas margens o resultante material contra a opposição brutal de quase todos os

Rua da Vala, atual J.J. Seabra (Baixa dos Sapateiros). Salvador, 1875 (Sampaio, 2005, p. 78).

13 Fogos são unidades domiciliares. As contagens censitárias eram baseadas em número de fogos, não de moradores ou imóveis.

> proprietários, cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que não podendo mais resistir aos insultos e ameaças pessoaes, como acabei de soffrer hontem, me foi forçoso parar a obra até nova disposição e enérgicas providencias que devo reclamar das competentes authoridades. Deos guarde Vossa Excelência. Bahia 25 de novembro de 1846. João Baptista Ferrari [...] Bahia 25 de novembro de 1846. Respondido em 13 de janeiro de 1847[14].

Procurando montar um panorama da infraestrutura da freguesia da Sé ao longo do século XIX, um dos locais mais atingidos pelas epidemias que assolaram a Bahia no período, foram utilizados os maços de documentos sobre epidemias, medidas sanitárias, higiene e limpeza da cidade, das séries *Limpeza pública* e *Inspetoria de higiene* do Apeb, que trouxeram algumas informações sobre os moradores dessa freguesia, como demonstra o documento abaixo:

14 ARQUIVO Público do Estado da Bahia (doravante APEB), seção colonial, série obras públicas, 1825-1851, maço 4882.

Ferro de passar roupas.

> Officio da Câmara Municipal declarando haver providencias a respeito do concerto e asseio do cano e pateo do sobrado 51, a rua do Maciel de Baixo na Sé, pertencente a Firmino José Alves de Araújo, habitado por cerca de 50 pessoas e que o quintal alludido, conforme informou o Fiscal Geral fora limpo e acha-se asseiado como convem de hygiene pública[15] (grifo nosso).

Para entendermos a dinâmica de ocupação da Sé do ponto de vista imobiliário e social no período estudado, recorremos à série *Juízes de paz* – fonte exaustivamente trabalhada por vasta bibliografia dedicada à História social na Bahia –, que possibilitou um contato "mais próximo", podemos assim dizer, com os verdadeiros protagonistas da história dessa freguesia no século XIX: seus habitantes. Por meio dela, pudemos conhecer o cotidiano das pessoas comuns: funcionários públicos, viúvas, comerciantes, libertos empregados nos mais variados negócios e escravos de ganho, principais ocupantes das chamadas "lojas", situadas nos porões dos sobrados. Essa fonte abriu horizontes para recordarmos algo singular, ocorrido em 1835 na freguesia da Sé, centro político-administrativo de Salvador: a maior rebelião de escravos africanos ocorrida no Brasil – a Revolta dos Malês.

Essa constatação levou-nos a consultar os *Autos da devassa da Rebelião dos Malês*, fonte impressa nos Anais do Apeb, que nos trouxe gratas surpresas, como a verificação de que muitos envolvidos na rebelião eram, em algum período, moradores em ruas da região alvo do Projeto Pelourinho. A seguir, um documento da série *Juízes de paz*:

15 APEB, seção colonial, série inspetoria de higiene, 1888-1889, maço 5617.

> Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor. Por me constar que alguns moradores desta Freguesia ainda conservam em seu poder armas, que no dia 4 de Maio receberão no Trem do Noviciado apesar dos Bandos e Ordens que se tem publicado para que os entregassem aos Juizes de Paz respectivos passei esta manhã a dar busca acompanhado do escrivão deste Juízo e auxiliado pelo Comandante da Polícia com 12 soldados em 3 casas mais suspeitas a 1ª na rua do Tijolo, aonde mora o crioulo Victorino Joaquim, carpina, e nella achei 1 arma, 1 patrona com 4 cartuxos, 5 balas,1 martelinho, 1 baioneta e 1 cinturão, e por isso mandei-o recolher a cadeia a minha ordem, e agora mesmo o vou passar ao Desembargador Ouvidor Geral da Coroa a quem passo a dar parte, remetendo o competente termo de achada, para proceder conforme a Lei[16] (grifo nosso).

16 APEB, seção colonial, série juiz de paz, 1830-1831, maço 2681.

Outras fontes que trazem informações sobre os moradores e proprietários dos imóveis do Pelourinho são a série *Tesouraria - décimas de casas* do Apeb e os *Livros de décimas urbanas e IPTU*, disponíveis no Arquivo Público Municipal de Salvador (APMS). Os proprietários eram obrigados a pagar os impostos anuais sobre seus imóveis e a informar o fim destinado a eles, se moradia ou aluguel, e, no caso da locação, informar o nome dos inquilinos. Além dos nomes, trazem informações sobre a configuração do imóvel, o número de cômodos etc. Como exemplo, reproduzimos na tabela abaixo os registros contidos no livro de IPTU de 1893, freguesia da Sé, em especial para a rua do Tijolo, atual rua 28 de Setembro.

Também mereceram atenção os *Livros de notas dos tabelionatos da capital*, disponíveis no Apeb, onde constam as certidões de compra, venda, doação, locação e hipoteca dos imóveis de Salvador. Esse registro nos remeteu a alguns dos principais proprietários e a descrições de alguns imóveis contemplados na área

Rua	N. do imóvel	Proprietário	Inquilinos	Tipo de imóvel
Rua 28 de setembro	37	José de Azevedo Fernandes	Loja: inquilino ausente Andar e sótão: Francisco Pereira de Miranda	sobrado
Rua 28 de setembro	39	Constantino José Gonçalves	Loja: Joanna Francisca Andar: o proprietário	sobrado
Rua 28 de setembro	41	José de Azevedo Fernandes	Loja: Januário Damásio Andar: Thomaz Florêncio de Mattos	sobrado
Rua 28 de setembro	43	Samuel Américo de Freitas	Flora Adelaide Coelho	casa térrea
Rua 28 de setembro	45	Alexandrina Garcia Rosa	Lourenço de Queiroz	casa térrea

do Projeto Pelourinho. Com o mesmo intuito, visando identificar técnicas de construção e os materiais nelas empregados, e possibilitando o cruzamento de informações com dados arquitetônicos e arqueológicos, foram consultados o *Livro de tombamento dos bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*, no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, o *Inventário de conta e tombo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé* e a *Avaliação e arrematação dos bens da Irmandade de Nossa Senhora da Fé* da série *Conta e tombo*, no Apeb.

> Escriptura de venda, compra, paga e quitação que fasem Antonio José Pereira, artista e sua mulher Dona Jesuína de Souza Braga, residentes na Freguesia de Sam Pedro desta Capital ao negociante João José de Magalhães, do sobrado de n.18 municipal sito em terreno próprio na rua do Bispo do Curato da Sé desta Capital pela quantia de 2:000$000 como abaixo se declara.
>
> Pelos primeiros outorgantes foi dito que eram senhores e possuidores do sobrado municipal 18, sito em terreno próprio na rua do Bispo do Curato da Sé desta capital, contendo trinta e cinco palmos de frente, duas portas tambem na frente, sendo uma da servidão do sobrado, e outra da loja, que tem sala; e dous quartos, e sotão, a qual tem janellas que deitão para cima do telhado da frente, tres quartos pequenos, e cosinhas, tendo duas divisões internas de frontal singello, e estuque, e no primeiro pavimento superior quatro janellas rasgadas e saccadas de madeira, sala gabinete e quarto, e dividindo-se o dito sobrado por um lado com a da Santa Casa de Misericórdia, e por outro com o sobrado do mesmo Magalhães […] (grifo nosso)[17].

Uma fonte indispensável ao estudo da urbanização da cidade, presente no Arquivo Público Municipal de Salvador, são as *Posturas municipais*. Foram consultados alguns livros de posturas que tratavam das principais normas e proibições que orientavam a construção e trabalhos de infraestrutura em Salvador, assim como sua vida social. Sobre o destino do lixo na cidade, por exemplo, a postura n. 1 de 1846 versa o seguinte:

> Fica proibido o lançamento de lixo, e qualquer outra qualidade de entulho nas marinhas em frente dos cais de desembarque; pena de dez mil réis, e oito dias de prisão. Ficam revogadas as disposições em contrário. 29 abril 1846[18].

Numa tentativa de formar um panorama detalhado sobre a freguesia da Sé, e mais especificamente sobre a antiga rua do Tijolo, atual rua 28 de Setembro, coletamos documentos manuscritos e plantas de vários imóveis. Demos especial importância às descrições dos imóveis, às certidões de compra, venda e locação dos mesmos imóveis e aos inventários dos seus proprietários. Privilegiamos também a busca por imagens do local, iconografia, mapas e plantas. No caso das últimas, as encontramos acompanhadas por valiosas descrições

Prato em faiança.

17 APEB, seção judiciária, série livro de notas da capital, 1877, tabelião Álvaro Lopes da Silva, livro n. 525.

18 ARQUIVO Público Municipal de Salvador (doravante APMS). Fundo câmara, livro de posturas da Câmara Municipal, 1837-1847, p. 17.

dos cômodos e discussões acerca dos dispositivos legais que norteavam a construção civil no início do século XX na Bahia. A seguir, a avaliação e descrição de um imóvel com seu respectivo mobiliário, contido no inventário de Quintino Olímpio dos Santos, datado de 1911:

> Um sobrado de número trinta e nove sito à rua 28 de Setembro, distrito da Sé, edificado em terreno próprio, medindo seis metros de frente, dividindo-se em loja, um andar e sótão; a loja com porta e uma janela tem duas salas, um quarto, cozinha e quintal murado e é toda cimentada; o andar nobre com porta de entrada independente tem três janelas com sacadas de ferro, duas salas e três quartos, sendo todo forrado esse andar; o sótão, com três janelas para o telhado da frente, três para o do fundo, tem duas salas e um quarto, é tudo de telha van; construído o prédio sobre paredes dobradas da caixa do edifício e singelas as divisórias; divide-se de um lado com a casa de Joaquim Gonçalves Maia e do outro com propriedade de José Lopes, sobrado descrito este que por estar carecendo de consertos o avaliaram em oito contos de réis (8:000$).
>
> Móveis existentes no sobrado número trinta e nove, à rua 28 de Setembro, distrito da Sé:
>
> Uma mobília de jacarandá antiga a muito usada, composta de um sofá, duas bancas, quatro cadeiras de braço e doze [poltronas], e o que tendo avaliaram em comum acordo em oitenta mil réis. Dois candeeiros de vidro; dois pares de castiçais com arranjos de vidros, dois pares de jarros pequenos e um par de escarradeiras, o que tudo avaliaram de comum acordo em vinte mil réis. Duas estantes, com ferramentas dentárias, enferrujadas, e mais quatro peças também para trabalhos em dentes, tudo muito estragado, pelo que avaliaram tudo em cinqüenta mil réis. Uma cadeira de encosto, de couro, estragada, que avaliaram em cinco mil réis. Um espelho quadrado com o vidro inutilizado, que avaliaram por três mil réis. Dois quadros com figuras, que avaliaram em dois mil réis. Uma cama de vinhático francesa com lastro de palhinha, que avaliaram em doze mil réis. Uma outra cama com lastro de tábuas, que avaliaram em dez mil réis. Uma mesa antiga para jantar, que avaliaram por seis mil réis. Uma marquesa, que avaliaram em mil e quinhentos réis. Somando todos os móveis: cento oitenta e nove mil e quinhentos réis[19].

A série *Mapas e plantas*, disponível no APMS, nos trouxe a possibilidade de visualizar e cruzar dados acerca da descrição dos imóveis presentes na área de interesse desta pesquisa, bem como acompanhar a movimentação oficial sobre a liberação para construção e reforma de imóveis na cidade durante o final do século XIX e início do século XX. Anexado às plantas, principalmente das fachadas dos imóveis, há processos com pedidos de liberação de obras, que informam sobre a utilização de novos materiais e modas arquitetônicas importadas das principais cidades europeias e o período em que se deu a adição de andares em alguns imóveis na área pesquisada. Esses dados auxiliaram uma das pesquisas desenvolvidas pelos arquitetos ligados ao projeto de arqueologia na 7ª Etapa[20].

19 APEB, seção judiciária, série inventário, inventário de Quintino Olímpio dos Santos, 1911-1921, doc. 01/366/708/06.

20 Ver *capítulo IX.*

Fachada posterior da casa 22, rua 28 de Setembro, antiga rua do Tijolo.

Fachadas posteriores das casas 33, 35 e 37, rua São Francisco.

Retirada de lixo e entulho da casa 39, rua 28 de Setembro, antiga rua do Tijolo.

Fachada posterior da casa 24, ladeira da Praça.

3ª fase da pesquisa: tentando responder algumas questões da Arqueologia

Desde o início das escavações, a quantidade e variedade de tipos de aterros encontrados despertou o interesse da equipe de arqueologia. Os aterros foram utilizados para nivelar terrenos e ruas, viabilizando a construção das edificações. Na sua maioria, são compostos basicamente de restos de cultura material móvel e de material construtivo. Em alguns locais, há camadas de aterro com nove metros de profundidade. A principal justificativa para o uso de tal volume de aterro foi a necessidade de vencer as grandes declividades presentes na área do Centro Histórico de Salvador. Essa característica geomorfológica explica o porquê dessa área ter sido ocupada tão tardiamente. Pode-se destacar nesse contexto o inusitado comércio de aterro, fomentado pela enorme demanda que se tinha desse material, procurado não só por proprietários interessados em nivelar seus terrenos como também pelo poder público, para utilização em suas obras[21].

> Illustrissimo Excelentissimo Senhor
> O Governo teve em vista, celebrando a referido contracto do Campo da Polvora, 1º evitar dos cofres publicos um aumento de despeza com o desaterro desse campo; 2º acabar com os charcos pestiferos, que existem no coração da cidade, que de outra forma não se podendo extinguir; 3º o proveito que poderia colher o Emprezario Supplicante em depositar em logar próximo o lixo, que de outra forma seria obrigado a levar para paragens longinquas; 4º aformozear a rua da Valla nivelando-a com os quintaes circunvizinhos; 5º crear terrenos de construcção com o consentimento e a pedido dos respectivos proprietários. Tamanhos benefícios não sendo para desprezar-se, em vista da grande utilidade publica que teve o Governo em mira, o Supplicante pede a Vossa Excelência defferimento a esta sua pretenção. Bahia [22] de setembro de 1877. Antonio Joaquim Cardoso de Castro[22].

A pesquisa arqueológica encontrou um número considerável de galerias subterrâneas passando pelos quintais ou sob a estrutura de diversas casas. Essa configuração foi representativa principalmente nas casas 37, 39 e 41 da rua 28 de Setembro. O material construtivo das galerias variou entre pedras, tijoleiras e grês, principalmente. O diâmetro dessas estruturas também variou, sendo que as de maior diâmetro foram classificadas pelos arqueólogos como "galerias primárias", visto que outras de menor diâmetro, "galerias secundárias", eram a elas ligadas.

Para entender as circunstâncias de implantação desse processo e a ocupação dessa área, recorremos à documentação referente às obras no sistema de abastecimento de água e de esgoto, tanto no arquivo estadual como no municipal. Encontramos relatórios e projetos para saneamento da cidade e uma série de discursos sobre salubridade, urbanização e embelezamento de Salvador, à luz das maiores cidades europeias. Nesses projetos também se acham referências sobre a precária rede de esgotos da época (final do século XIX e início do século XX), composta pelos chamados "canos reais" – construídos ainda no século XVII –, que passavam por algumas ruas quase

21 Sobre esse assunto, ver capítulos V, VI e XVII.

22 APEB, seção colonial, série limpeza pública, 1854-1889, maço 1612.

na superfície, e pelos canos que saíam das residências, os quais deviam ser ligados aos canos reais pelo próprio proprietário[23].

Tentando contextualizar dois achados arqueológicos singulares na totalidade da área explorada por essa pesquisa – um poço, no imóvel número 3, no beco do Seminário, e um possível forno no imóvel número 33, na rua Guedes de Brito –, iniciamos a pesquisa documental para o século XVI, em busca de fontes e bibliografia que possibilitassem relacionar a área do antigo Colégio dos Jesuítas, localizado no atual Pelourinho, com esses achados.

Sabíamos que era comum a presença de olarias ou fornos nos domínios dos jesuítas em várias regiões do Brasil, e tentamos localizar algo parecido no colégio situado em Salvador. Em levantamento efetuado no Apeb, encontramos uma relação de bens da Ordem Inaciana, colocada em hasta pública no ano de 1763, mas tratava de propriedades rurais localizadas em sua maior parte no Recôncavo.

A fim de explorar outras hipóteses e possibilidades, recorremos à bibliografia acerca da produção de materiais construtivos, na tentativa de relacionar o mencionado forno à produção de tais materiais construtivos no centro de Salvador. Fizemos também uma visita técnica a Maragogipinho, localidade tradicional na fabricação de cerâmica, para conhecer e observar *in loco* os fornos remanescentes do período colonial e outros que, segundo relatos dos oleiros locais, embora recentemente construídos, conservam a mesma estrutura dos fornos antigos. A visita foi proveitosa, pois observamos as estruturas dos fornos

23 Ver capítulo IV.

Companhia do Queimado, Salvador (Sampaio, 2005, p. 109).

Possível forno identificado na casa 33, rua Guedes de Brito.

antigos, para nós desconhecidos até então, e reforçou a hipótese de que o artefato encontrado seria um forno nos mesmos moldes, apesar de até o momento não termos encontrado documentos que o comprovem.

Para verificar uma outra hipótese, a de que o forno estaria relacionado à incineração de lixo doméstico pelo poder municipal, pesquisamos as políticas de limpeza da cidade de Salvador durante os séculos XIX e XX.

De acordo com o *Relatório das gestões dos negócios municipais de 1895*, os primeiros fornos foram instalados no final do século XIX, na área da antiga rua da Vala. No início do século XX, a construção de novos fornos ainda era premente. Em 1906, montaram-se três novos equipamentos no largo Dois de Julho, Caminho de Areia e Distrito da Vitória, em consonância com o início das obras de saneamento da área central da cidade, que marcaram os antecedentes das intervenções urbanas de Salvador ao estilo haussmaniano[24].

24 Referente à remodelação de Paris conduzida pelo urbanista Georges Eugène Hausmann na segunda metade do século XIX. SILVA, Margareth e SANTOS, Denise. *Evolução das políticas de limpeza urbana na organização do espaço de Salvador*. Disponível em <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2005/200516a.pdf>. Acesso em maio 2010.

Essa hipótese foi descartada quando encontramos fotografias dos fornos utilizados para incinerar lixo e descobrimos sua localização em áreas muito afastadas do centro da cidade. Por fim, levantou-se a possibilidade de o forno ser utilizado para fabricação de alimentos como pães e biscoitos, já que essa área possuía muitas padarias e casas de massas. Uma planta anexa a um pedido de permissão para a construção de um forno de padaria na rua Saldanha da Gama deixou claro pela sua semelhança que a estrutura encontrada provavelmente era de um forno com essa finalidade.

Esgotada a pesquisa sobre o forno, passamos à investigação sobre poços na área do projeto. Alguns elementos apontaram para a existência de poços em propriedades particulares, que serviriam para o serviço doméstico, tendo em vista a abundância de lençóis freáticos na área, como informam algumas das 24 cartas redigidas por Luís dos Santos Vilhena.

> Toda montanha na sua falda geme água, e poucas são as casas que não tenham sua poça, em que a aproveitam toda, porém é salobra. […]
>
> Dentro já na cidade, um pouco abaixo da igreja e freguesia de Santa Anna, fica a Fonte do Gravatá,

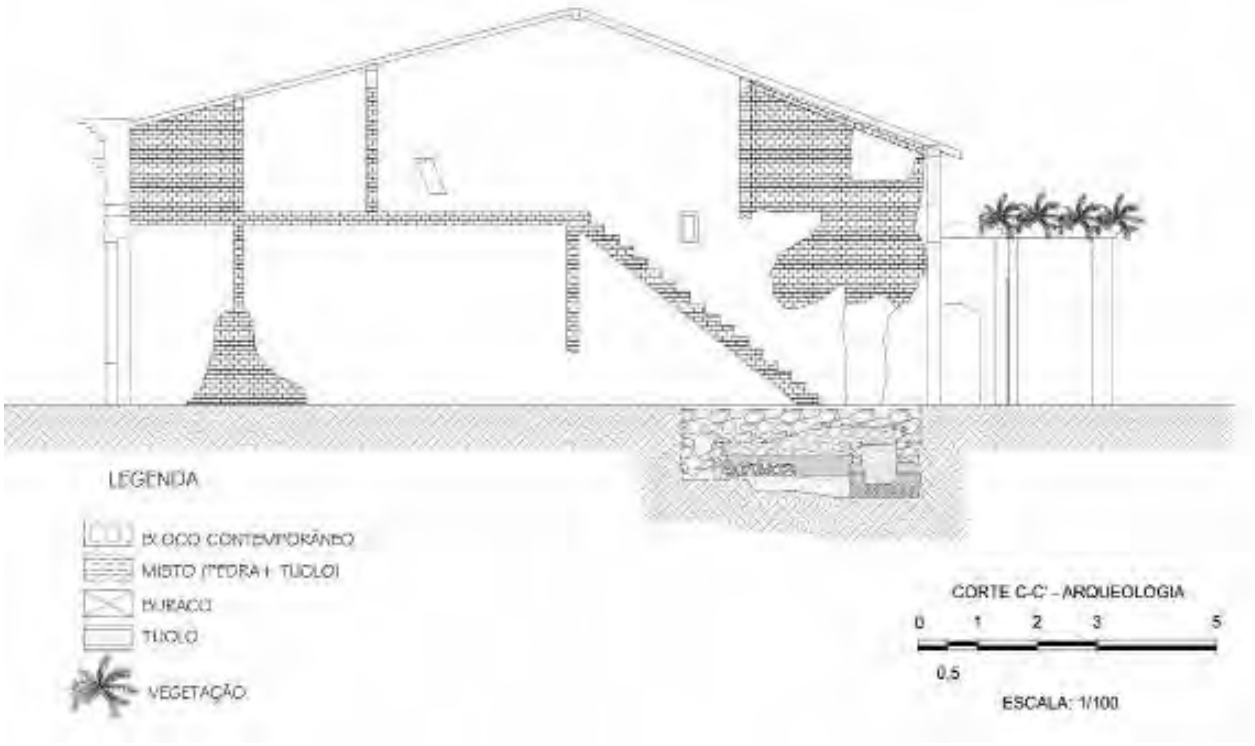
> a mais imunda, e pior de todas, é porém a mais frequentada por ser a única pública, que há dentro na cidade; digo pública por ser naquela paragem; há porém alguns poços, de que seus donos vendem a água, a quem a não pode haver nas duas únicas bicas que tem aquela fonte; há também mais um poço junto à capela de S. Miguel, do qual se serve o povo daquela vizinhança, e havia no Sítio do Maciel um outro, que me dizem a rogara a si um particular, quando este era do Público[25].

Na busca por contextualizar as estruturas encontradas (forno e poço), muitas fontes foram consultadas, mas poucas realmente trouxeram contribuições. Até o momento, estamos elaborando hipóteses acerca da finalidade dos artefatos.

Outra descoberta que concentrou um grande esforço de pesquisa foi a ruína da antiga Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, encontrada sob o pátio do Quartel do Corpo de Bombeiros da Barroquinha. A capela foi fundada em 1776 pela Irmandade dos Pretos e Pardos de Nossa Senhora de Guadalupe, e demolida em 1857. Além da estrutura do templo, encontraram-se algumas ossadas humanas em posição de enterramento primário e cristão.

Segundo a bibliografia especializada, até a segunda metade do século XIX era comum o enterramento em igrejas, principalmente dos membros das irmandades.

25 CATÁLOGO 68 do Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro. In APEB, seção de microfilmagem, filme 60, documento 702A. (Cartas de Luís dos Santos Vilhena, livro I, carta II.)



Planta esquemática do forno e corte da casa 33, rua Guedes de Brito.

Escravos carregadores de água no chafariz do largo Dois de Julho. Fins do século XIX (Sampaio, 2005, p. 107).

As igrejas também se obrigavam a enterrar os indigentes deixados em suas portas, o que no caso da Capela de Guadalupe perfazia um total de 7% dos enterros ocorridos por ano na freguesia da Sé.

Após exaustiva pesquisa em séries documentais referentes à religião, bens da Igreja, irmandades, testamentos, obras em igrejas e na rua da Vala, conseguimos reunir alguns documentos que apontam a localização do prédio da capela e confirmam a posição dos enterramentos, voltados para a atual ladeira da Praça. Ou seja, provavelmente a Capela de Guadalupe tinha sua entrada voltada para a ladeira da Praça, fundo para a antiga rua do Tijolo, atual rua 28 de Setembro e lateral esquerda voltada para a antiga rua da Vala, atual avenida J. J. Seabra. Também tivemos acesso aos testamentos de alguns membros da irmandade, entre irmãos patronos e pardos que nela exerceram diversos cargos, na tentativa de traçar o perfil da entidade, seu poder aquisitivo e de agregação da comunidade local etc.[26].

Outra demanda do projeto, à qual a pesquisa histórica deu suporte, está relacionada com as escavações realizadas no imóvel 39 da rua 28 de Setembro, onde houve o resgate de um pequeno vasilhame com um ovo dentro. Segundo o relato de um morador do Centro Histórico, trata-se de uma prática ligada à tradição

26 Sobre o tema, ver capítulo XV.

africana para a proteção da residência. Sua datação foi estimada com base em consulta feita ao inventário de Quintino Olímpio dos Santos, de 1911, no qual se relata a existência de um piso de cimento – e a escavação mostrou que o artefato foi depositado antes desse piso. A partir do cruzamento dessas informações, podemos presumir, ou pelo menos limitar a data de colocação desse artefato no imóvel: antes de 1911. A descoberta abriu um universo até então pouco desvelado pelas peças desenterradas pela arqueologia: a presença negra na área de pesquisa.

Concluída a etapa de coleta de dados, pretendemos nos dedicar a sua análise, junto com as equipes de arqueologia e arquitetura. Não intentamos chegar a quaisquer proposições nesta etapa da pesquisa, pois os dados coletados ainda não foram devidamente analisados.

Conclusão

A pesquisa histórica relacionada a pesquisas arqueológicas e arquitetônicas consiste em grande desafio para o historiador. No entanto, a possibilidade de auxiliar no entendimento de um processo tão surpreendente quanto a formação e desenvolvimento de uma cidade como Salvador é uma das experiências mais estimulantes para o trabalho de qualquer profissional das ciências humanas.

O desafio consiste em pesquisar e entender um processo histórico muito longo e ao mesmo tempo em ter cuidado para não transpor para nosso objeto generalizações recorrentes na bibliografia, que a pesquisa arqueológica vem questionar e suplantar. Quebrar paradigmas é sempre uma tarefa árdua, cuidadosa, mas completamente apaixonante.

Referências

CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador 1549: uma reconstituição histórica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FUNDAÇÃO Gregório de Mattos, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador: 1549 a 1800*. Salvador: Pallotti, 1998. (Edição especial.)

GINZBURG, C.; PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In GINZBURG, C., org. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa. Difel, 1979.

SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. *Formas urbanas: cidade-real e cidade-ideal. Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto, 1999.

SAMPAIO, Teodoro. *História da Fundação da cidade de Salvador*. Bahia: Tip. Beneditina, 1949.

SILVA, Margareth, SANTOS, Denise. *Evolução das políticas de limpeza urbana na organização do espaço de Salvador*. Disponível em <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2005/200516a.pdf>. Acesso em maio 2010.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Unesp/Salvador: Edufba, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.

III - De olho no cortiço! Moradia e controle social no século XIX

Alane Fraga do Carmo - Débora Bacelar Bastos

Salvador era uma cidade considerada insalubre pelos ilustrados do século XIX. Isso significava, em termos práticos, que ela não era digna de receber visitantes e investimentos estrangeiros, e sua imagem perante a Europa estava bastante comprometida. Tal estado devia-se principalmente, segundo médicos e autoridades administrativas, à falta de higiene de seus habitantes. Por higiene compreendia-se desde hábitos ligados à limpeza do corpo, da habitação e das ruas, até a extinção de práticas culturais consideradas incivilizadas e imorais.

O geógrafo e engenheiro sanitarista Teodoro Sampaio, como outros pensadores de sua época, estava atento ao discurso higienista defendido principalmente pelos médicos durante a segunda metade do século XIX, quando as epidemias do cólera e da febre amarela assolaram a cidade. Ajudando o governo provincial a contornar um dos mais desconcertantes problemas do século, os lentes da Faculdade de Medicina da Bahia reivindicaram maior participação nas políticas públicas ligadas a urbanização e saúde pública[1].

O discurso médico espalhou-se por várias regiões do Império e na Bahia, assim como no Rio de Janeiro, a defesa da sanidade do corpo, da salubridade das habitações e de hábitos considerados civilizados e moralizantes, esteve relacionada a políticas de reorganização do espaço urbano, ocupado por uma população pobre, principalmente negra e mestiça. A fiscalização e repressão às práticas culturais negras – ritos de cura e religiosos, costumes sexuais etc. – dessa

1 Sobre discurso médico e participação dessa classe nas políticas públicas, e formação do pensamento ilustrado do país na segunda metade do século XIX, ver principalmente SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Imagem da área da pesquisa no início dos trabalhos.

população, considerada "perigosa" em sua essência, eram alvos do projeto de limpeza higienista.

Segundo os projetos higienistas, as classes pobres e "viciosas" deviam ser afastadas dos centros urbanos das grandes cidades, pois eram um perigo para a sociedade por causa de sua aglomeração e "promiscuidade", sua "propensão para o crime" e sua falta de higiene. Em Salvador, quando se constatava que essa população estava habitando uma freguesia central como a Sé, outrora uma freguesia de elite, a preocupação ganhava novas dimensões. Era preciso ficar de olho nos cortiços!

Assim, em seu relatório sobre esgotamento para a cidade, Teodoro Sampaio (1906) refere-se aos espaços ocupados por essas classes:

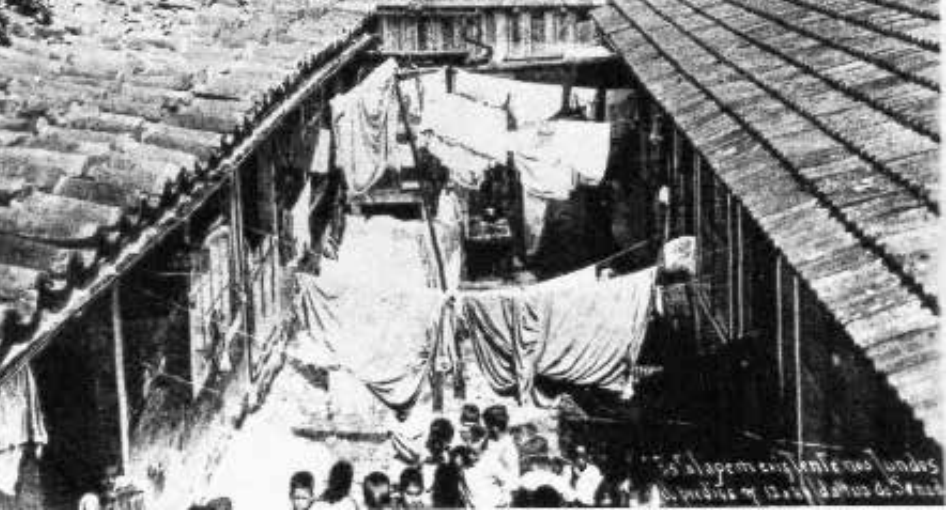
> Pode alguém considerar saudável uma parte tão considerável da cidade, como por exemplo a freguesia da Sé, com as suas edificações velhíssimas, os seus feios sobrados em forma de caixão, com escassas aberturas para o ar e para a luz nos pavimentos superiores, e exibindo no rês do chão essas horrendas espeluncas, mais baixas de que a rua, onde pulula uma população promíscua, empobrecida no moral como no organismo, devorada pela tísica, arruinada pela sífilis e perseguida pela miséria?[2] (grifo nosso).

2 Arquivo Público Municipal de Salvador, Fundação Gregório de Mattos (doravante APMS). Fundo intendência, série processos, seção de água e esgoto do município, 1893-1922. Relatórios dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentados à intendência municipal pela firma contratante Teodoro Sampaio & Paes Leme, 1906.
Observação: as citações aqui transcritas tiveram a grafia atualizada, quando necessário, para facilitar a leitura.

Cena cotidiana do centro da cidade: "águas servidas" jogadas nas ruas (Sampaio, 2005, p. 128).

Até o início do século XIX, as crônicas e relatos de viajantes estrangeiros informam que a freguesia da Conceição da Praia era o local de abrigo da população pobre e de cor da cidade. Ali estava o grosso do trabalho de ganho e do comércio, e por isso concentrava trabalhadores dormindo nas lojas e porões dos estabelecimentos comerciais, ainda que alguns, inclusive escravos, trabalhassem na parte baixa, mas vivessem na Sé. Em pequeno número, a presença dessa população era aceitável, pois podia ser controlada pelos senhores e autoridades. Mas a cidade alta, reduto das camadas abastadas, começava a perder esse perfil, abrigando cada vez mais as "classes perigosas". Uma realidade que passava a tirar o sono da elite e da administração pública.

Para a corte de fins do século XIX, Sidney Chalhoub (1996, p. 20-45) argumenta que as medidas higienistas e as políticas públicas de urbanização visavam antes de tudo livrar os centros urbanos das chamadas "classes



Típico cortiço do Rio de Janeiro, século XIX (Fotografia de Augusto Malta reproduzida em *Nosso Século*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, vol. 1).

perigosas" ou "classes pobres e viciosas". As classes perigosas eram a população pobre, "de cor", habitante dos cortiços espalhados pelos centros da cidade do Rio de Janeiro. Os cortiços, moradias coletivas, de aluguel, abrigavam desde estrangeiros pobres a libertos e escravos de ganho que tinham autorização de seus senhores para dormirem fora de casa, e eventualmente africanos livres. De maneira geral, a população negra estava aglomerada nos cortiços e estalagens cariocas, ocupando assim o centro da capital.

Os cortiços, perseguidos pelas autoridades policiais e administrativas desde sua expansão no Rio, após as décadas de 1850 e 1860, eram considerados nascedouros de criminosos e rebeldes, além de focos de doenças, e foram alvo de medidas de controle social principalmente durante os períodos de epidemia, culminando com a política de demolição desses espaços, como no caso do célebre cortiço carioca Cabeça de Porco (Chalhoub, 1996, p. 15-20)[3]. O discurso sanitarista em muito contribuiu para as políticas de reorganização do espaço urbano quando defendia o extermínio das habitações coletivas nos centros das cidades, considerando-os empecilhos à difusão de hábitos civilizados, como as vacinas e tratamentos oferecidos pelos médicos às doenças epidêmicas. O episódio conhecido como Revolta da Vacina, ocorrido no Rio de Janeiro em 1904, ilustra bem a luta das "classes perigosas" pela preservação de seus hábitos e práticas populares de cura, e do seu espaço de moradia, contra o saber médico do início do século XX[4].

Nenhuma outra revolta popular desse feitio foi vista no Brasil. Primeiro pelos alvos diferenciados, os médicos, segundo por ser facilmente encarada como rejeição à civilização, ao bem comum, como prova da barbárie em que viviam as classes pobres do Brasil em pleno século XX. Infelizmente, por muito tempo acreditou-se que tudo o que fosse civilizado era bom, e que as sociedades partiam de um estado de barbárie e evoluíam até a civilização numa curva sempre ascendente de bem-estar social rumo ao progresso. Para os rebeldes de 1904 não era bem assim – serem obrigados a passar por um procedimento doloroso e de eficácia duvidosa, como a vacina antivariólica, além de terem seus lares invadidos, e até demolidos, não parecia ser algo muito bom e nem civilizado.

Na Bahia não houve uma revolta dessa natureza, mas a capital da província vivenciou um processo muito parecido com o ocorrido no Rio de Janeiro, embora com resultado um pouco distinto. Observamos por meio de vasta correspondência entre os higienistas, engenheiros, autoridades policiais e administrativas que havia uma

3 O Cabeça de Porco foi um dos maiores cortiços do Rio de Janeiro, demolido em 1893.

4 Quanto ao episódio conhecido como Revolta da Vacina, ver SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.* São Paulo: Brasiliense. 1984; CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

sensível preocupação das autoridades com o espaço destinado às classes pobres de Salvador, principalmente no início do século XIX, quando a Bahia experimentou um clima de revoltas nunca antes visto. A sincronia entre os projetos de reforma urbana e o controle social no centro de Salvador pode ser notada nos discursos higienistas e nas reclamações dos moradores em relação à presença de agentes de saúde e às obras sanitárias que invadiam suas propriedades. Em Salvador, no entanto, ao contrário do ocorrido no Rio de Janeiro, a população pobre e negra permaneceu no centro, contrariando os projetos do poder público.

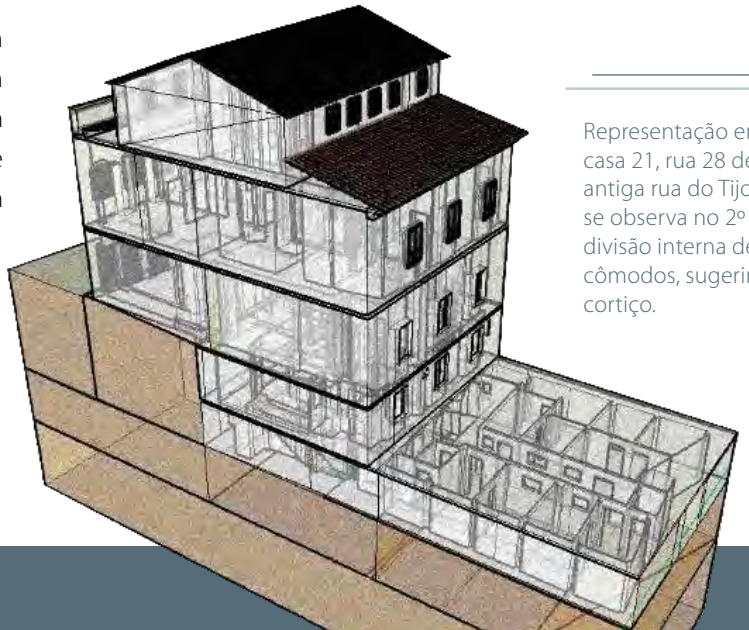
Contexto histórico da Bahia na primeira metade do século XIX

Segundo dados levantados por João José Reis (1991), o censo de 1808 calculou que viviam em Salvador 250 mil pessoas: 63% eram livres e 37% escravos. A riqueza em Salvador estava concentrada nas mãos dos brancos proprietários, mas havia possibilidade de ascender socialmente por meio do tráfico de escravos, já que o grosso do comércio era controlado pelos portugueses, ou através da carreira administrativa e militar. Qualquer pessoa com um mínimo de condição possuía um escravo, o que não representava necessariamente um luxo, pois, apesar de garantir certo *status*, significava antes de tudo a sobrevivência de muitos cidadãos, que tinham nos jornais[5] pagos por seus escravos a única fonte de renda.

5 O jornal constituía o pagamento diário ou semanal dado pelo escravo de ganho a seu senhor, prestando conta da venda de mercadorias ou do serviço por ele desempenhado. Em geral era uma quantia fixa, e o excedente podia ser embolsado pelo escravo.

Após a segunda década do século XIX, a Bahia é atingida por uma severa crise econômica. O açúcar de beterraba das Antilhas e de Cuba desbanca o açúcar brasileiro, e a economia despenca. O fumo também perde mercado, e os conflitos da Independência (1822-23) colocam Salvador diante de uma crise de abastecimento. O tráfico de escravos é combatido pelos ingleses, e a lei de 1831, apesar de não abolir de vez tal comércio, eleva consideravelmente o preço do escravo. As secas de 1824-1825 que castigaram o Recôncavo, principal fornecedor de alimentos para a Capital, e uma epidemia que atingiu o gado em 1830 fizeram escassear e encarecer a carne. Em 1833, o cenário é de fome e carestia de gêneros. Em alguns lugares, como Salvador, foram tomadas medidas para conter a especulação sob pena de miséria generalizada. A economia agrícola doméstica operada nos quintais das casas passa a ser de extrema necessidade.

A crise de gêneros ocasionou vários motins populares. A crise inflacionária e o derrame de moedas falsas agravaram a crise de gêneros, levando o povo a se revoltar principalmente contra os comerciantes



Representação em 3D da casa 21, rua 28 de Setembro, antiga rua do Tijolo, onde se observa no 2º subsolo a divisão interna de pequenos cômodos, sugerindo um cortiço.

Muro de arrimo ou alicerce, e outras estruturas arquitetônicas. Casa 27, rua Monte Alverne.

Galerias da casa 41, rua 28 de Setembro, antiga rua do Tijolo.

portugueses. Em 1831 as revoltas mata-marotos eclodiram em Salvador. Civis armados ocuparam o forte do Barbalho e exigiram a retirada dos portugueses da cidade, algo que vinha ocorrendo desde 1823 por conta do processo de independência brasileira. Os rebeldes saquearam depósitos de armas e destruíram o comércio como protesto contra a carestia. O desemprego em muitos setores considerados seguros, como o militar, deu o toque final ao cenário das revoltas populares do século XIX. Em 1824 motins militares, como o do Batalhão dos Periquitos, provocaram a fuga de várias famílias da capital para o Recôncavo. Escravos e libertos participaram lado a lado com os soldados nesses motins.

Ao longo da primeira metade do século, os escravos da Bahia, reputados como rebeldes, deixaram os senhores em estado constante de insegurança e medo da "onda negra" (Azevedo, 1987)[6]. Embora frequentes em outros tempos sob forma de constituição de quilombos, as rebeliões se multiplicaram a partir do início do século XIX. A ideologia de religiões e as práticas culturais africanas favoreciam uma identidade étnica. Porém, em várias ocasiões os rebeldes tiveram seus planos frustrados e não passaram da fase conspirativa. Mas essa insubmissão permanente criou uma tradição de audácia que impregnaria as relações escravistas na Bahia nesse período.

A rebelião dos escravos malês – ocorrida no centro da cidade, em 1835 – foi o maior exemplo do alcance e da força dessa tradição. Os escravos e libertos africanos, nagôs e haussás em sua maioria, percorreram as ruas das freguesias da Sé, São Pedro, Vitória e Conceição da Praia. E pretendiam chegar ao Recôncavo, onde se uniriam aos escravos dos engenhos. Esses africanos de religião islâmica prepararam de forma surpreendente uma rebelião que, se vitoriosa, mudaria de uma vez por todas as feições da cidade de Salvador. A revolta foi delatada, e jamais saberemos como seria um califado baiano. Mas sabemos que nunca houve uma revolta tão ousada, principalmente por ser gestada em pleno centro da cidade de Salvador, na freguesia da Sé, debaixo dos olhos do governo provincial (Reis, 2003)[7].

O centro de Salvador

A cidade de Salvador contava no século XIX dez freguesias urbanas. A freguesia da Sé, seu primitivo núcleo, foi criada em 1552 por D. Pero Fernandes Sardinha[8]. Chamamos a atenção para o fato de a Sé abranger a área do Projeto Pelourinho e, portanto, ser objeto de estudo no presente capítulo. Centro do governo administrativo, legislativo, judiciário e religioso da província, a Sé concentrava belos e majestosos

6 Onda negra: expressão utilizada por AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

7 Sobre a revolta dos malês, ver REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

8 A Sé começava nas portas de São Bento, estendendo-se até o beco do Ferrão, onde se delimitava com a freguesia do Passo. Distava de norte a sul um quarto de légua, e de leste a oeste 150 braças. Situava-se na orla da montanha, onde se dividia com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, pela ladeira da Misericórdia, até as últimas casas dos ferreiros, e pela ladeira do Palácio, ou atrás do palácio, até a última casa do lado do mar. Na parte interior, limitava-se com a freguesia de Santana pela rua da Vala, pela ladeira do Gravatá, no fim da rua de São Miguel e no término da ladeira que descia pelo canto do Seminário, em direção ao bairro da Saúde. Limitava-se com São Pedro Velho na ladeira das Hortas e nas portas de São Bento.

edifícios, como o Palácio dos Governadores, a Casa da Moeda, o colégio médico-cirúrgico, o Senado da Câmara, o solar do Ferrão, o solar do Berquó, o paço do Saldanha, além da Igreja de São Pedro dos Clérigos, a sé Catedral, fazendo frente para o mar, a Santa Casa de Misericórdia, o Convento de São Francisco, a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda e a igreja dos antigos padres da Companhia de Jesus (Nascimento, 1986)[9].

As mais importantes famílias da província viviam na Sé até a primeira metade do século XIX, quando a freguesia perde sua característica elitista. Geralmente esse processo é descrito como uma passagem quase natural de uma freguesia elegante da classe alta para uma freguesia popular. Parece que alarmados pelas epidemias da década de 1850, e em busca de melhores ares, os ricos abandonaram o centro e foram viver em suas propriedades no Recôncavo, ou mudaram-se para as novas e charmosas freguesias da Vitória e de São Pedro, passando a alugar seus imóveis a uma população menos abastada.

A princípio, era oportuno para a elite alugar alguns andares de seus sobrados a funcionários públicos. Estes também viam lucros em sublocá-los a pobres livres, libertos e escravos, e assim, cada vez mais, essa população "perigosa" se apropriava de um espaço outrora reservado à elite. O resultado foi a desvalorização dos imóveis e da freguesia, o domínio das classes populares sobre aquela região da cidade e uma preocupação por parte dos poderes públicos em relação a esses incômodos vizinhos.

9 Sobre demografia e perfil social da Sé e das demais freguesias de Salvador, ver principalmente NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *As dez freguesias da cidade de Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

O espaço físico da Sé, assim como o de toda a cidade, era comprimido: ruas estreitas, casas amontoadas, principalmente as térreas, com portas e janelas dando para as vias públicas – a maioria na cidade. As casas de andares com varandas fechadas por rótulas, cobertas por um telhado, faziam com que as vias públicas ficassem escuras e desagradáveis para quem passasse por elas (Wied-Neuwied, 1940; Avé-Lallemant, 1980)[10]. Supõe-se que havia uma disputa acirrada pela moradia nas áreas centrais da cidade, principalmente da freguesia da Sé, talvez explicada pela dificuldade de transporte e necessidade de estar próximo dos locais de trabalho.

Os sobrados, residências de famílias de alta renda, não eram todos iguais. Segundo Nascimento (1986), poderiam ter de um a quatro andares. Nos divididos em vários fogos, já desde o térreo, existiam as lojas: habitações onde viviam pessoas mais pobres, geralmente negros, agregados dos proprietários. Na maioria das vezes, esses

10 Era a impressão registrada por diversos viajantes que visitaram as ruas de Salvador. Ver WIED-NEUWIED, Maximiliano, príncipe de. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940; e AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. São Paulo: Edusp, 1980.

Revolta da Vacina, Rio de Janeiro (caricatura de Leônidas Freire, publicada na revista *O Malho*, Rio de Janeiro, 1904).

sobrados com lojas para renda tinham portas no andar térreo, e uma delas, distinta, mais ornada que as demais, servia de entrada para os andares do sobrado. Se este fosse dividido em vários fogos, essa porta levava aos vários andares com entradas independentes. Quando o sobrado era morada de uma só família, o andar térreo se apresentava com uma porta e várias janelas, pois constituía o pavimento de maior uso diário, inclusive contendo nele as dependências de escravos.

Confirmam esses dados os indícios arqueológicos e as modificações ocorridas ao longo do tempo na arquitetura dos imóveis estudados na pesquisa para o Projeto de Pesquisa Arqueológica da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Monumenta/Iphan) ou Projeto Pelourinho de Arqueologia. É possível perceber ainda hoje que houve um reordenamento do espaço a partir do século XIX, quando grandes lotes foram secionados e sobrados subdivididos, visando abrigar uma população pobre e numerosa que desejava viver no centro da cidade.

Negros e brancos pobres, dividindo o espaço central da cidade com a elite oitocentista (Sampaio, 2005, p. 179).

A população da Sé

Durante a primeira metade do século XIX, na composição da população da Sé, pelo que se constata em documentos referentes a cinco quarteirões, a elite passou a ser substituída por pessoas de camadas medianas e pobres da sociedade. Ali residiam viúvas que viviam de seus bens, abrigando diversos filhos, parentes e escravos. Os grandes sobrados, construídos para acolher famílias numerosas, se subdividiam em fogos por andares, transformando-se em lares com famílias de mediana e inferior segmentação social, em que seus chefes, filhos e mesmo agregados eram na maioria funcionários públicos (Nascimento, 1986). Ali também viviam portugueses recém-chegados, que se estabeleciam nas lojas e casas de comércio, atividade que até esse momento era exclusiva da freguesia da Conceição da Praia.

Na rua das Verônicas, próximo à ladeira da Praça e Câmara Municipal, aglomeravam-se pretos e pardos, livres e libertos, e alguns escravos com ocupações primárias de prestação de serviços autônomos, como "vende água", "vende lenha", "vende mingau", "tem venda na porta", "carrega cadeira", "de ganho", "rema saveiro". Era o caso de Joaquim de Matos e Inácio da Limeira, ambos carregadores de cadeira, moradores na rua das Verônicas, 5, acusados de participação na Revolta dos Malês em 1835. Nessa casa foram encontrados dois sacos com dinheiro de cobre, 11 bainhas de espada "parnahibas", umas "roupetas enfeitadas com cascavéis" e uma "boceta com bichinhos de madeira que se moviam", o que foi suficiente para indiciar os dois carregadores. A presença dos cantos de trabalhadores na freguesia da Sé também demonstra a vivacidade do trabalho braçal nessa freguesia essencialmente administrativa.

Considera-se que a Sé, durante o século XIX, passava por um processo de vulgarização, o que preocupava as autoridades policiais e os defensores de uma capital moderna e civilizada aos moldes europeus. Os sobrados sofriam com os estragos materiais, seus habitantes entregavam-se a pequenos negócios e a trabalhos braçais. Alguns miseráveis não tinham ocupação, fazendo crescer a preocupação da Igreja e autoridades com a mendicância. A população da Sé ainda era representativa, mas decaída em estatura social. A freguesia podia oferecer o conforto de uma morada, casa ou andar de sobrado, no centro da cidade, próximo aos lugares onde seus habitantes exerciam suas profissões, onde eram espectadores das festas e procissões, mas era inegável a desintegração social e material de seu antigo *status*.

Quanto à caracterização étnica da população que habitava a Sé em 1855, pode-se dizer que os brancos constituíam uma categoria ligeiramente majoritária, mas muito distinta da antiga elite que outrora ocupara a freguesia. Tratava-se muitas vezes de brancos pobres, com ocupações modestas. Outra circunstância ainda relativiza essa maioria branca, pois cada categoria de cor era classificada à parte nos recenseamentos, ou seja, se fossem reunidas, a categoria "pessoas de cor" seria numericamente muito maior que a categoria branca.

Na segunda metade do século XIX, a população escrava decrescia em Salvador, pois o processo de extinção da escravidão já se delineava. A proibição do tráfico, a decadência da economia baiana e a consequente venda de escravos para as províncias do Sul, assim como o aumento do número de manumissões[11], alteravam o

11 Manumissões são alforrias. Acontecia quando o senhor – em geral na hora da morte ou mediante pagamento – espontaneamente libertava o escravo por bons serviços prestados.

Praça dos Veteranos, Freguesia da Sé, Salvador. 1873 (Sampaio, 2005, p. 179).

status da sociedade soteropolitana. O número de libertos crescia. A Sé não era uma das freguesias com maior agrupamento de negros ou de escravos, ficava atrás das freguesias do Pilar, Passo e São Pedro. Isso pode se explicar pelo fato de haver nas freguesias centrais, desde o início do século – período de intensa ação rebelde escrava –, constante fiscalização e repressão às "reuniões de pretos", proibidas pelas posturas municipais, o que tirava dessa população a "liberdade" de divertimento e manifestação religiosa nessas freguesias.

A preocupação com os libertos era grande e expressava-se em leis que visavam principalmente impedir a indigência e "vagabundagem" dessas pessoas consideradas perigosas. O liberto não tinha direito, por exemplo, de alugar casas, a menos que obtivesse uma autorização especial do juiz de paz. Para mercar, carregar cadeiras, trabalhar em alvarengas, os libertos pagavam impostos suplementares à municipalidade. Segundo dados de Nascimento (1986), na Sé, em 1847, havia 356 pessoas libertas, perfazendo 14,2% da totalidade dessa população na cidade. Esses eram, na sua maioria, os moradores das lojas, muitas vezes compondo grupos de solteiros, sem família, unidos pela etnia comum, se africanos, ou talvez pela profissão. Tais aglomerados deviam ser o fermento social da cidade, de onde surgiam as lutas por melhores condições de vida, as inconformidades, as revoltas.

Escravos de ganho: carregadores (Sampaio, 2005, p. 128).

A Sé concentrava o maior número de pessoas que viviam sós ou com escravos. As que moravam com um escravo, provavelmente de ganho, não podem ser confundidas com a população abastada que outrora ocupou essa freguesia. Em geral tratava-se de pessoa humilde, possivelmente liberta, e o ganho do trabalho desse escravo talvez fosse sua única fonte de renda. Os que viviam sós podiam ser os próprios escravos de ganho. Analisando as profissões declaradas pelos moradores da Sé no censo de 1855, Nascimento (1986) verificou que eram em sua maioria ganhadores, alfaiates, barbeiros, ferreiros, sapateiros, corretores, cortadores de carne, cozinheiros, advogados, lojistas, marceneiros, funileiros, ourives, pintores, empregados públicos, padres, caixeiros e, entre as mulheres, costureiras, ganhadeiras, negociantes e quitandeiras, ocupações próprias de escravos e libertos.

Ao lado de pessoas solitárias, havia famílias extensas que dividiam o mesmo espaço. A pesquisa de Nascimento (1986) encontrou um número médio de 8,6 moradores por fogo, compondo o cotidiano daquela freguesia. Em 1888, por exemplo, o sobrado 51 na rua Maciel de Baixo abrigava 50 pessoas, que não conseguiam, segundo

a Câmara Municipal, manter limpos o cano e o pátio existentes em seu quintal. Esse, provavelmente, era um "cortiço vertical"[12].

A proximidade das classes perigosas com o centro administrativo da província preocupava as autoridades. Estas já utilizavam o discurso racista, que relacionava toda criminalidade e desordem à população negra, principalmente africana, antes de utilizar o discurso higienista para exterminar as habitações coletivas, que em Salvador apresentava-se não sob a forma de estalagens e vilas de cortiços, mas sob uma configuração vertical – com sobrados divididos e subdivididos alugados a pessoas pobres e de cor, inclusive muitos africanos. Esses cortiços verticais de Salvador também foram alvo da "limpeza" pretendida por médicos higienistas, por autoridades e pela elite branca baiana.

12 Arquivo Público do Estado da Bahia (doravante APEB). Seção colonial, presidência da província, inspetoria de higiene, 1888-1889, maço n. 5617.

As epidemias como fator de legitimação do discurso médico sobre salubridade

Como já foi dito, Salvador era uma cidade insalubre, com ruas repletas de lixo, casas úmidas e pouco arejadas, lixo acumulado nas cozinhas e quintais das casas. Os excrementos, primeiro despejados em barris, eram depois lançados em rios e praias ou simplesmente atirados nas ruas. Sendo esse um costume tão enraizado na população, parecia difícil eliminá-lo, mesmo com as

População nativa e estrangeira residente no Brasil no século XIX. Imagem publicada em *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, de Nestor Goulart Reis.

inúmeras posturas de proibição prevendo elevadas multas e prisão para quem descumprisse a lei.

A maioria da população pobre que residia na freguesia da Sé habitava os porões, fundo de lojas úmidas e sem ventilação, onde em geral se dormia no chão ou sob esteiras de palha, o que propiciava o agravamento de doenças, como a tuberculose. Entre 1850 e 1920, no Rio de Janeiro, a tuberculose matou mais que qualquer outra doença epidêmica. Mas foi a febre amarela a mais combatida pelo poder público, talvez por ter vitimado principalmente estrangeiros europeus[13].

Segundo médicos e engenheiros, os grandes focos de contaminação eram os esterquilínios. Esses depósitos de toda a diversidade de lixo, em geral situados no fundo de ruas e becos, contendo inclusive animais em decomposição, eram bastante atacados no discurso higienista baiano. Também se apontava a insalubridade dos charcos, que recebiam as águas de serviços domésticos – lançadas diretamente nas ruas ou dos canos, no caso dos imóveis cuja instalação já fora feita, em obediência às posturas municipais.

A freguesia da Sé, uma das mais importantes da cidade, possuía um precário serviço de esgoto, formado por galerias isoladas que desembocavam no rio das Tripas e no mar. Essas galerias, insuficientes e malconservadas, estavam constantemente obstruídas. As valas que deveriam receber somente as águas das chuvas também recebiam as águas podres e matérias orgânicas.

Na época, acreditava-se que nesse tipo de ambiente surgiam os miasmas – alteração do ar por "princípios deletérios", que resulta da decomposição de matérias orgânicas –, causadores de diversas doenças, inclusive do cólera, quando o indivíduo, infectado pelo contacto com os gases pútridos, era acometido por "envenenamento miasmático" (David, 1996, p. 55).

Segundo consta no relatório da Comissão de Higiene Pública de 1856, o presidente da província da Bahia foi avisado de uma epidemia de cólera no Pará e tomou medidas para impedir que esta chegasse à Bahia. Entre as medidas, foi imposta uma quarentena a todos os navios procedentes de áreas afetadas e a neutralização de focos insalubres de Salvador. Para isso, estabeleceram-se três frentes: a comissão de higiene se responsabilizaria por acabar com o lixo das praias e praças; a municipalidade faria a limpeza das ruas e demais lugares públicos; a polícia agiria nas casas e quintais particulares. O fato é que essas medidas não surtiram efeito e a doença se espalhou com grande rapidez, como salientou David (1996, p. 45).

> Era como se o século XIX, na Bahia, houvesse se dividido ao meio: antes e depois do *chólera morbus*, que nela se desencadeou em 1855. As lembranças daquele ano são marcadas pelo medo e horror diante da peste epidêmica, o que se deveu principalmente ao grande número de mortos.

A Bahia já havia passado por outros surtos, como o de febre amarela, febre tifóide e varíola, sem falar das constantes febres intermitentes, da tísica e do sarampo. Mas o cólera foi sem dúvida a epidemia mais dramática de todas. Em julho de 1855, a moléstia já fazia vítimas em várias freguesias da capital. Na freguesia da Sé, entre a população livre, o cólera foi responsável por 83,8%

13 Sobre epidemias na Bahia, ver principalmente DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível. A epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: Edufba, 1996.

das mortes observadas em setembro. Nos nove meses da epidemia, as maiores vítimas foram os pardos livres, homens e mulheres, de 30 a 40 anos, e os escravos dos engenhos do Recôncavo[14].

O flagelo causou a falta de víveres na capital baiana, não só pela morte dos colonos ou de seus escravos, mas também pelo medo que acometeu as pessoas, que se recusavam a ir a Salvador entregar as mercadorias. Houve escassez de alimentos e consequente elevação de preços, o que tornava o cenário ainda mais desesperador, principalmente para os mais pobres. O governo tentou implantar medidas de reabastecimento, mas as notícias de trabalhadores que conduziram gado e voltaram doentes à zona rural só fazia aumentar o medo de contaminação.

Uma das mudanças ocorridas durante a epidemia do cólera foi em relação aos enterramentos, até então realizados nas igrejas e conventos, já que se acreditava que o solo sagrado era garantia de salvação da alma. Houve a tentativa de implantação de um cemitério, construído pela Santa Casa de Misericórdia em cumprimento ao ato da presidência da província que proibiu enterramento nas igrejas. Mas tal medida motivou a ira popular, levando à destruição do cemitério. A revolta ficou conhecida como Cemiterada. Embora soubessem dos conselhos médicos sobre higiene e saúde, as pessoas desejavam que seus entes fossem enterrados conforme o costume. Com a devastação causada pelo cólera, finalmente o apelo dos médicos para que o mortos fossem sepultados longe dos centros urbanos foi atendido, e os cemitérios passaram a ser o local de enterramento por excelência.

14 Idem, ibidem, p. 121-138.

Após essa epidemia de consequências catastróficas, a preocupação com a higiene se torna prioridade. Em 1857, é demolida a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, situada nas margens do rio das Tripas. Fundada em 1776 por uma irmandade de pardos, livres e escravos, a capela ocupava o 3º lugar em número de enterramentos na freguesia da Sé. Sua demolição foi justificada, ao que parece, para a realização das obras da rua da Vala[15]. Se por um lado existia grande respeito ao espaço das igrejas e dos enterramentos, por outro era imprescindível acabar com o charco formado pelo rio, apontado pelos médicos como grande foco de doenças.

Diante do contexto apresentado, os médicos assumem cada vez mais espaço dentro da administração pública (Schwarcz, 1993). A comissão de higiene adquire maior importância e algumas reformas são colocadas em prática. Em 1856, o recolhimento do lixo passa a

15 Ver capítulo XV.

Visita de D. Pedro II a doentes de cólera em 1856 (fotografia do quadro de Louis Auguste Moreau, existente na seção de iconografia da Biblioteca Nacional - código de chamada: 2/F42).

ser responsabilidade do governo, depois mudando novamente para as mãos de particulares, por meio de contratos mais severos e de maior fiscalização em sua execução. Mais tarde, a implantação de fornos de incineração é a solução encontrada para o problema do lixo.

O rio das Tripas começa a ser canalizado em 1851, pelo governo de Francisco Gonçalves Martins, logo após a epidemia de febre amarela. Esse rio formava um charco de águas podres no fundo do Mosteiro de São Bento e na Baixa dos Sapateiros, e da sua canalização surge a rua da Vala, que se tornará a avenida J. J. Seabra no século XX. É importante destacar que existiam dois tipos de lixo: o de descarte doméstico, que era o grande problema, e o representado principalmente pelos restos de materiais construtivos, vendido para nivelar terrenos, que, inclusive, foi utilizado na obra do rio das Tripas, primeiro para a ocupação de suas margens e depois para possibilitar sua canalização[16].

Caricatura de Ângelo Agostini sobre a mortandade decorrente da epidemia de febre amarela em 1876 (publicada na *Revista Illustrada*, de 4 de março de 1876, e reproduzida em *Nosso Século*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, vol.1, p. 30).

Conclusão

O fato de não ter havido uma política agressiva de demolição dos cortiços do centro de Salvador, como ocorreu na capital carioca na segunda metade do século XIX, não significa que esse tipo de habitação gozou de aceitação passiva pela sociedade baiana. De maneira mais sutil e discreta, houve um esforço da administração e classe médica local para o extermínio de tais habitações, consideradas focos de doenças e degradantes para a vida humana, pela imoralidade e devassidão em que viviam seus habitantes. Teodoro Sampaio, mais uma vez, nos dá sua impressão sobre o assunto:

> Percorrei, à certa hora da noite, esses lugares escuros da citada freguesia, e vereis, entaipadas entre quatro paredes escuras, úmidas, jazendo no chão atijolado ou revestido de cimento, sobre esteiras, ou pobres leitos impuros, os membros de uma grei numerosa, que o parentesco ajuntou, ou a miséria reuniu, e aí verificareis como se envenena uma população inteira, num ambiente infecto, cujo ar não se renova jamais pela única abertura que se fecha por necessidade forçada de noturna segurança. Pela manhã, quando tais antros se

16 APEB, seção colonial, presidência da província, obras públicas, 1825-1851, maço n. 4882.

> abrem, o hálito que deles se exala, trai para logo a corrupção que a todos envenena. Por esse motivo, a população pobre da cidade, definha, enfraquece, sem a tonificação do trabalho moralizado e regular que lhe garanta a subsistência, sem o auxílio da instrução que lhe faça compreender a vida dentro dos limites da Higiene sem a qual ela não pode ter a resistência precisa para a luta bendita do trabalho[17] (grifo nosso).

Além da falta de asseio e compostura dessa população pobre, o texto de Sampaio atenta para outro fator de degradação: a vadiagem. Aos olhos dos "modernos", a falta de um trabalho moralizado e regular faz com que a população definhe e enfraqueça, uma queixa recorrente durante o período pós-abolição, quando a recusa dos libertos em ocupar-se segundo a lógica do trabalho assalariado e dependente era confundida com vadiagem e indolência. Os libertos não pretendiam continuar dependentes e preferiam tentar a vida de forma autônoma, mesmo que de modo irregular e "imoral". Trabalho imoral poderia ser o da prostituta, ou o do feiticeiro, principal concorrente dos médicos em épocas de epidemias.

Como "grei numerosa que o parentesco ajuntou e a miséria reuniu", leia-se pretos pobres reunidos em habitações coletivas. Esses espaços não foram demolidos apenas por serem focos de doenças contagiosas, mas certamente por abrigar em pleno centro da cidade escravos, libertos, africanos livres, estrangeiros pobres, capoeiras, feiticeiros, "vagabundos" e toda a gente pobre e rebelde que as autoridades consideravam perigosas. Eram como quilombos urbanos, na feliz expressão de João José Reis (2006, p. 241).

Pessoas como essas impediam que as autoridades higienistas invadissem suas propriedades, seja para fiscalizar o estado dos canos de esgotos ou para vacinar – eram o principal empecilho para os projetos higienistas. Teodoro Sampaio via a habitação como o alvo principal do projeto de limpeza; segundo suas palavras:

> O saneamento de uma cidade deve começar pela unidade urbana, a habitação. Não há saneamento possível quando os costumes domésticos e as habitações do povo não obedecem a condições sanitárias e não se modificam ao seu influxo[18].

A habitação, especialmente a coletiva, abrigava hábitos populares inaceitáveis ao pensamento modernizante. Acabar com ela era reformar os costumes, e só por meio da reforma dos costumes podia-se encontrar a civilização. Sampaio continua:

> Na Bahia, a reforma da habitação, isto é, o melhoramento das condições sanitárias das casas, a fiscalização exercida assiduamente sobre elas, no que diz respeito à limpeza e suprimento de ar puro, a vigilância quanto aos costumes das classes pobres, visando melhorá-los por meio de regras e conselhos prescritos à população, são medidas primordiais, urgentes, ao tratar-se do saneamento da cidade[19] (grifo nosso).

17 APMS, fundo intendência, processos, seção de água e esgoto do município, 1893-1922. Relatórios dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à intendência municipal pela firma contratante Teodoro Sampaio & Paes Leme, 1906.

18 Idem, ibidem.

19 Idem, ibidem.

Estruturas evidenciadas a partir das escavações no prédio anexo ao Liceu.

Fundações e buracos de estacas descobertos na casa 24, ladeira da Praça.

Vigilância: nisso consistia o centro das medidas higienistas e modernizantes na Bahia, assim como no Rio de Janeiro. Apesar das diferenças conjunturais e das consequências, não podemos deixar de notar as semelhanças quanto às políticas de controle e repressão à população negra e pobre residente nos centros urbanos de duas das mais importantes cidades do Império. Os costumes das classes perigosas deveriam ser reformados por meio de regras e conselhos, que na prática consistiam em leis coercitivas, vigilância e repressão; quando tudo isso falhasse, a exclusão era a melhor saída – afastar do centro da cidade a "grei numerosa que o parentesco reuniu".

O fim do século XIX é marcado pelo advento de uma república em busca de aceitação e legitimação, por um mal-estar quanto à aceitação da cidadania dos negros recém-libertos e uma tentativa de disfarce de um racismo baseado na cor da pele, que encontrou durante séculos uma cômoda acolhida no estatuto jurídico da escravidão. A "raça" e a civilização estão na ordem do dia, nas discussões acadêmicas e jurídicas, e um país mestiço e degenerado pela relevante presença negra não poderia facilmente grassar entre as potências civilizadas do mundo moderno. O Brasil encontrava-se numa delicada situação. E suas mentes mais ilustradas desejavam eliminar essa pecha que impedia o progresso e a ordem da recente república. A imigração de europeus, em especial arianos (alemães), demonstra a preocupação com a noção de civilização e branqueamento da população, uma tentativa em parte frustrada, mas largamente defendida, e isso é o que nos importa aqui.

Nelson Kon

Botões de roupas presentes nos enterramentos associados aos vestígios da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, terreno do Corpo de Bombeiros.

Sampaio defende que não bastavam medidas higiênicas, se permaneciam os costumes populares. Sabemos que no Rio de Janeiro práticas usuais africanas como a variolização[20] eram preferidas pelas camadas populares em detrimento da vacina preconizada pelos médicos e autoridades. A obrigatoriedade desse último procedimento levou pessoas comuns a uma postura vacinofóbica, de revolta contra essa imposição oficial e defesa dos costumes populares, que certamente prevaleciam nos cortiços e bairros pobres. Nosso engenheiro entendia que medidas higiênicas significavam mais que água e esgoto – segundo ele, era na vigilância dos costumes das classes pobres que consistia a higiene, a civilização e o progresso. Engenheiros, médicos, autoridades públicas, polícia, todos estavam de olho nos cortiços!

20 Segundo Sidney Chalhoub, variolização ou inoculação do pus variólico consiste na prática de aplicar o pus gerado pelas bexigas próprias da varíola no braço de seres humanos e retirá-lo após alguns dias. Essa prática era baseada na ideia de que da própria fonte do flagelo surge a possibilidade da purificação e da cura. Ver CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*, p. 149.

As ações cotidianas dessa população acabaram impedindo o sucesso das medidas do governo e dos sanitaristas, sabotando o plano de afastar os pobres do centro de Salvador. Eles permaneceram nos antigos casarões, e as autoridades acabaram "desistindo", não antes de ferrenha luta diária, de "limpar" o centro histórico da cidade. Diferente do que aconteceu no Rio de Janeiro, os cortiços baianos não foram demolidos e nem desocupados, pois a população residente resistiu e permaneceu, defendendo o campo negro que se havia formado. Essa é a Salvador, ou melhor, a freguesia da Sé, que o Projeto Pelourinho de Arqueologia estuda.

Referências

ATHAYDE, Johildo Lopes de. *Salvador e a grande epidemia de 1855*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1985.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. São Paulo: Edusp, 1980.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: a epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: Edufba, 1996.

NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *As dez freguesias da cidade de Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____ . Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia do século XIX. *Revista Afro-Ásia,* n. 34, p. 237-313, 2006, Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais/ Ufba.

_____ . *Domingos Sodré, um Sacerdote Africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____ . *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro. VERSAL. 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo. Companhia das Letras. 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.* São Paulo. Brasiliense. 1984.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia.* Salvador. Correio da Bahia. 2000.

WIED-NEUWIED, Maximiliano, príncipe de. *Viagem ao Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

IV - Desce esgoto.
Os canos reais e outros canos do Centro Histórico

Luiz Antonio Pacheco de Queiroz - Catarina Menezes Ferreira

A partir das pesquisas arqueológicas podemos descobrir uma vasta gama de vestígios materiais da presença humana, que não se limitam aos conhecidos pelo senso comum, como fragmentos de cerâmicas ou ruínas. Estruturas ligadas às edificações também merecem ser objeto da Arqueologia, como o caso da malha de canos de escoamento encontrada durante nossas investigações.

As escavações para o Projeto de Pesquisa Arqueológica da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Monumenta/Iphan) ou Projeto Pelourinho de Arqueologia, levaram à identificação de canalizações de grande porte e das respectivas ligações secundárias, enterradas em profundidades variadas (ver Najjar e Silva, 2006 e 2007)[1]. Podemos dizer que essas estruturas formam um conjunto complexo de vias subsuperficiais, por onde, pelo menos desde o século XVIII, realizavam-se a drenagem de córregos e a condução de águas pluviais e de águas servidas. Em especial, este capítulo focaliza as porções evidenciadas dessas canalizações em locais próximos à vertente do rio das Tripas, dentro da área de influência da pesquisa.

Apresentaremos algumas considerações sobre o sistema de esgotamento sanitário em Salvador nos séculos XVIII e XIX, dialogando com as fontes arqueológicas e documentais. A partir da análise da documentação histórica dos séculos XIX e XX, observamos detalhes do saneamento urbano presentes nos documentos manuscritos, pouco mencionados nas fontes historiográficas. Pretendemos, portanto, revelar aspectos da urbanização da Cidade do Salvador pouco divulgados ou mesmo desconhecidos.

1 Denominamos canalizações os conjuntos de canos ou galerias utilizados como estruturas de drenagens fluviais, destinadas à condução de águas pluviais e de águas servidas.

Em vermelho, delimitação da área da pesquisa arqueológica. Em amarelo, traçado das canalizações identificadas pela Arqueologia. Inserções em fotografia aérea de 2007 (Fonte: Google Earth).

As observações justificam-se pelo fato de tratarmos de assunto pouco discutido pela historiografia baiana (Mattoso, 1992, p. 442-443; Nascimento, 1986, p. 46-51; Sampaio, 2005, p. 22, 76-79), ainda não aprofundado e confrontado com as descobertas arqueológicas – uma oportunidade para revelar informações ocultas nos estudos sobre a paisagem urbana.

As canalizações foram edificadas para uso comunal, ou seja, para todos os moradores de uma mesma área, que deviam ligar suas casas ao sistema de canos, intervindo assim diretamente na criação do urbano. Propomos investigar a partir de quando e como essas canalizações foram implantadas, e, isso feito, tratamos das modificações na paisagem, com o olhar nos discursos para as alterações na cidade, decorrentes do processo dialético entre sociedade e espaço (Santos, 2008, p. 103-110).

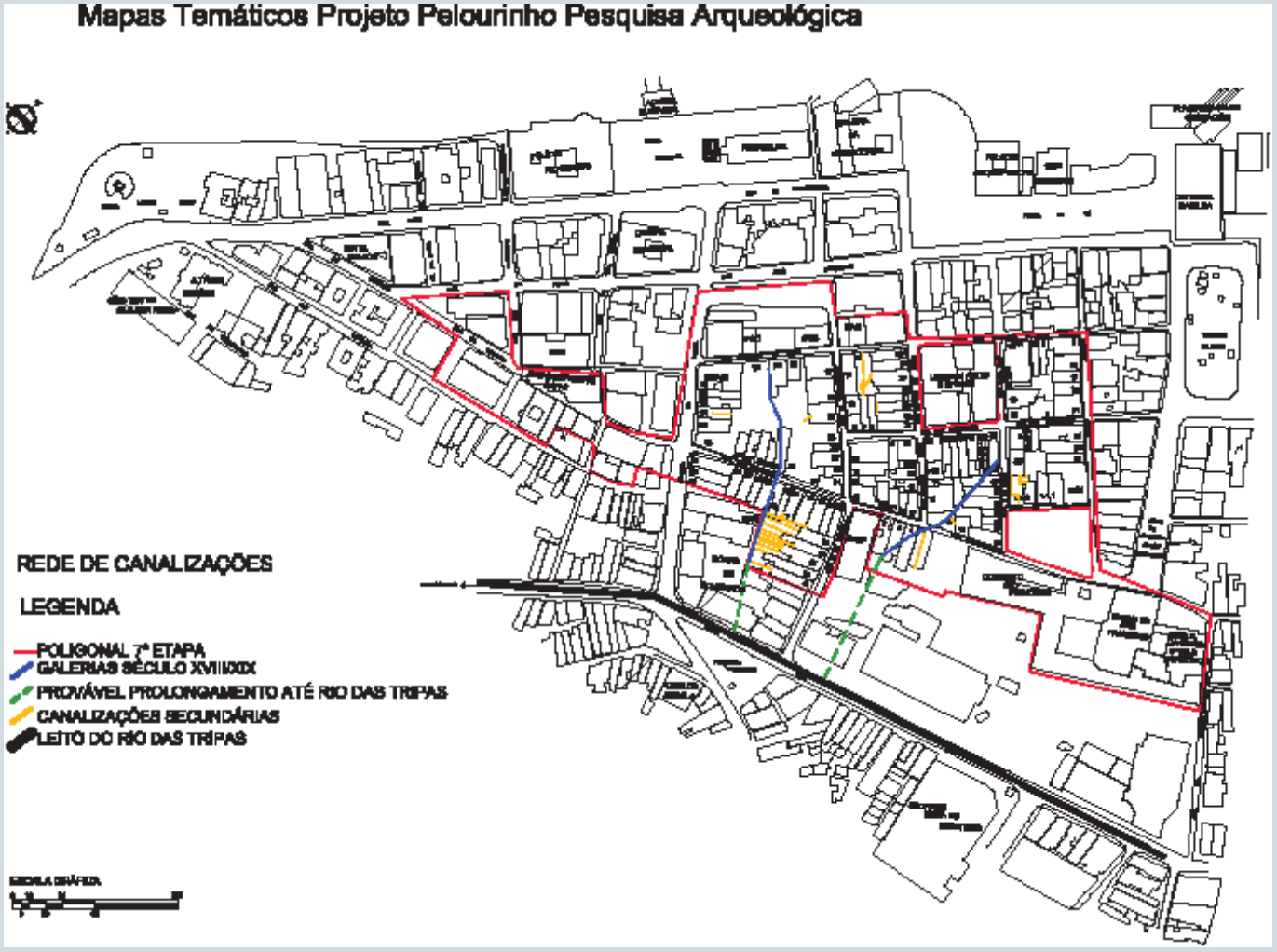
Apesar de localizadas abaixo da superfície, devido a seu caráter ativo essas estruturas compõem a paisagem[2] urbana e com ela se integram, pois foram utilizadas e contribuíram para alterações no espaço físico, servindo à comunidade residente na área em exame. É importante perceber que em alguns períodos estiveram à vista dos moradores da localidade, concorrendo com outras estruturas improvisadas, conforme indicado por Kátia Mattoso (1992, p. 442).

2 Em sua tese de doutoramento defendida no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, ao refletir sobre os estudos acerca da significação da paisagem, Bornal (2008) indica que ela deve ser entendida como um conjunto de elementos articulados em determinada porção do espaço, constituindo um fenômeno em constante processo de transformação, seja por fatores naturais ou culturais. Outra obra importante para essa discussão é o texto de Rubertone (1989).

Utilizamos a confrontação dos testemunhos arqueológicos com os observados nas Posturas Municipais e em correspondências entre engenheiros, Câmara Municipal e Diretoria de Obras Públicas da Bahia do século XIX[3]. Também estão entre as fontes consultadas a iconografia dos séculos XVII e XVIII e documentos manuscritos do início do século XIX.

3 As Posturas Municipais exaradas pela Câmara Municipal previam as normas de convivência que deveriam ser seguidas pela população, com o objetivo de regularizar a vida urbana. Para o tema, utilizamos especialmente as posturas que tratam das normatizações do despejo de dejetos em locais públicos. *Código de Posturas Municipaes, Cidade do Salvador*. Bahia, Imprensa Official do Estado. Rua da Misericórdia, n.1, 1921, p. 108-114, n. 288, 290-293, 299-305. Por sua vez, a Diretoria de Obras Públicas da Bahia era o órgão responsável pela fiscalização e andamento dos melhoramentos urbanos.

Figura 1 – Canalizações da rede principal e conexões no interior da casa 15, rua São Francisco, associadas a vestígios arqueológicos do século XVIII.


Mapas Temáticos Projeto Pelourinho Pesquisa Arqueológica
REDE DE CANALIZAÇÕES
LEGENDA
POLIGONAL 7ª ETAPA
GALERIAS SÉCULO XVIII/XIX
PROVÁVEL PROLONGAMENTO ATÉ RIO DAS TRIPAS
CANALIZAÇÕES SECUNDÁRIAS
LEITO DO RIO DAS TRIPAS

Evidências arqueológicas e a cronologia de implantação das canalizações

Mesmo sendo incipiente a expansão urbana em Salvador durante os séculos XVIII e XIX, muitos arruamentos foram implantados na freguesia da Sé, criando espaços de sociabilidade. Nesses lugares, uma estrutura deveria ser projetada para canalizar córregos e águas pluviais e também para o despejo de águas servidas. Indícios apontam que a construção do sistema de esgotamento sanitário não se deu antes das mudanças capitaneadas pelos ideais de modernização presentes em meados do século XIX (Schwarcz, 1993; Leite, 1996).

Do espaço examinado no presente trabalho, existem alguns trechos de canalizações localizados nas adjacências do rio das Tripas, que provavelmente foram implantados antes do século XIX. Mas a historiografia baiana que se debruça sobre o desenvolvimento urbano de Salvador não menciona sistema de esgotamento sanitário naquela freguesia, concretizado antes da canalização do rio – e consequente construção da rua da Vala (hoje rua J. J. Seabra) –, ocorrida entre 1849 e 1870 (Mattoso, 1992; Nascimento, 1986 e Sampaio, 2005). Em contraposição, os vestígios arqueológicos nos informam que se não fora projetado e construído o tal sistema, ao menos as galerias estavam sendo utilizadas para a condução de dejetos (ver figura 1).

As conexões das canalizações que conduziam as águas servidas corroboram a hipótese da inserção de um sistema de esgoto, mesmo que em espaço reduzido, tendo o rio das Tripas como depositário dos detritos. Dessa forma, as galerias subterrâneas seriam as grandes coletoras dos sólidos e fluidos pútridos.

Na casa 15, localizada na rua São Francisco, quarteirão 22 (designação estabelecida pelo Projeto Pelourinho),

Figura 2 – Planta da Cidade do Salvador em 1624, de autor não identificado. Quarteirão 22 em destaque (Reis, 2000, p. 24).

encontramos evidências de conexões na galeria. As dimensões desse imóvel e as técnicas construtivas nele empregadas remetem sua edificação original a fins do século XVIII, conforme também indica o registro arqueológico. A referida canalização atravessa as estruturas de fundação da casa, o que permite afirmar que ela foi construída antes do século XIX. Reforçam esse argumento fontes iconográficas que mostram a ocupação do local em 1785.

Partindo do pressuposto de que o imóvel é do século XVIII, ele necessariamente sofreu transformações/ reformas através do tempo – alterações geradas com as mudanças das moradias no século XIX, decorrentes dos novos modos de viver (Lemos, 1996, p. 44), já emergentes em meados do século anterior (Algranti, 1997, p. 117, 120, 153). No registro arqueológico, muitas evidências de estruturas construtivas isoladas e sem função aparente não se associam com as subdivisões do espaço interno da edificação, que provavelmente abrangia outros lotes, fato que se repete em diversos imóveis pesquisados no Centro Histórico de Salvador, com recorrência de elementos arquitetônicos do século XIX (Najjar e Silva, 2007, p. 66-79).

As dimensões daquela edificação agregavam uma área ao seu redor correspondente também à rua Guedes de Brito – o que nos permite fazer essa afirmação são

Figura 3 – Planta da Cidade do Salvador em 1785, elaborada por José Azevedo Galeão (Simas Filho ,1998, p. 135). Quarteirão 22 destacado pelo círculo em vermelho. A casa 15 está destacada no detalhe por um quadrilátero em verde.

os alicerces, paredes com reboco e outras estruturas construtivas identificadas nesse arruamento.

Se tivéssemos levado em consideração a feição arquitetônica da casa 15, quando do início da pesquisa, afirmaríamos que sua construção original teria ocorrido no segundo quartel do século XIX. Porém, elementos construtivos indicam o recuo ao século XVIII. Destarte, por meio da localização dos elementos de sustentação ou divisão do imóvel, pudemos compreender que a construção da galeria se deu anteriormente à edificação da casa 15 e em espaço que atravessava o quarteirão onde ela se encontra atualmente.

Comparando-se as figuras 2 e 3, observa-se nas áreas destacadas por círculos em vermelho o referido espaço, com o quarteirão acima aludido ainda não estabelecido em 1624, e depois consolidado em 1785[4]. Visualiza-se o que deve ser a canalização de um córrego dividindo em dois o quarteirão e seguindo para o rio das Tripas. No detalhe da planta de 1624 visualiza-se o arruamento ininterrupto, o que nos leva a afirmar que existira, sim, uma canalização passando ali. É bem provável que tenha sido realizada uma obra para drenagem do afluente, com a intenção de melhor definir o local onde foram erguidas habitações. É importante notar também que o direcionamento do traçado da canalização locado na iconografia é análogo àquele das parcelas identificadas na pesquisa arqueológica.

4 O espaço aberto em meio ao quarteirão 22, onde passava um córrego, pode ser visualizado também em outras iconografias do segundo quartel do século XVI, que também contribuem para as análises (Simas Filho, 1998; Reis, 2000).

Com a investigação arqueológica, constatamos que para erguer a casa 15 foi realizado terrapleno com aterro formado por rejeitos do cotidiano. Sobre ele foram encontradas várias camadas relacionadas a períodos diferenciados. A análise do material coletado nesse espesso aterro, em especial do material cerâmico, confirma os dados até aqui relatados.

As camadas de ocupação identificadas desde a superfície até o topo do aterro distinguem-se também por pisos. Em contato com o aterro foi assentado um piso de barro batido constituído por mistura de cal e saibro, e sobre ele uma camada com espécimes cerâmicos do século XIX. Ainda existem sobre a camada do oitocentos outras ocupações, que se distinguem por mais um piso de chão batido, um piso de tijoleira e um piso de cimento com datação relativa que aponta a utilização do imóvel até ao século XX (figura 4).

Figura 4 – Área escavada onde são vistas as conexões para escoamento de águas servidas e o piso de tijoleira.

No mesmo aterro, mas na camada sobre a canalização, foi identificado um pacote que aponta o recuo cronológico desse imóvel ao século XVIII. Alguns vestígios dessa camada podem ser visualizados a seguir, onde apresentamos tipos distintos de faianças produzidas na Península Ibérica (figura 5), selecionados de uma amostra bastante representativa, e que podem ter sido confeccionados desde a segunda metade do século XVI até aproximadamente a terceira década do século XVIII[5].

5 Para as análises da datação relativa ao material cerâmico utilizamos o *Catálogo das coleções cerâmicas da 6ª SR/Iphan*, onde é possível consultar informações acerca da produção cerâmica forânea e encontrar extensa bibliografia e endereços na rede mundial de computadores que contribuem para a compreensão dos períodos de fabricação da faiança comercializada nos séculos referidos neste texto. Ver NAJJAR et al. *Catálogo das coleções cerâmicas da 6ª SR/Iphan*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

Figura 5 – Faianças de proveniência ibérica, recuperadas na casa 15 , rua 3 de Maio.

Paisagem e salubridade durante o século XIX

Com o olhar direcionado ao século XIX, podemos tratar das mudanças nas paisagens ao utilizar também fontes documentais produzidas pelo poder público.

Com base na documentação manuscrita da Diretoria de Obras Públicas, percebe-se que seus gestores, ao realizarem intervenções no espaço do centro urbano da capital baiana, buscavam não interferir nas edificações. Por outro lado, com a subdivisão das moradias na freguesia da Sé em meados do século XIX (Nascimento, 1986, p. 44-45), foram utilizadas as áreas adjacentes dos imóveis, ampliando as habitações com aterramentos que atingiram, entre outros espaços e estruturas, também as canalizações.

Tais expedientes apresentam abrangentes peculiaridades do processo de urbanização da freguesia, que estava em crescimento desde o segundo quartel do século XIX e apresentou taxas constantes de aumento populacional no período de 1775 a 1807. Na primeira metade do século XIX, é importante observar, houve uma diminuição no número de habitantes da Sé por causa de várias epidemias (Mattoso, 1992, p. 111; Nascimento, 1986, p. 68-72; Reis, 1991, p. 33-35).

Além das observações mencionadas acima, outras são as singularidades do crescimento urbano da freguesia. Em fins dos setecentos ainda existiam imóveis não agrupados nos quarteirões adjacentes ao vale do rio das Tripas. Algumas iconografias são esclarecedoras ao apontar as feições da localidade. Pode-se observar na planta de autoria de José Azevedo Galeão (figura 3), na área destacada (quadrilátero em azul), o lugar onde em seguida, provavelmente no início do XIX, foram erguidos imóveis. Já o quadrilátero verde localiza a Capela de

Nossa Senhora de Guadalupe, de construção atribuída ao ano de 1776, segundo documento arquidiocesano de meados do século XIX[6]. Outras fontes manuscritas indicam que a Irmandade dos Pardos de Nossa Senhora de Guadalupe, sediada na capela homônima, detinha diversas propriedades nas redondezas, onde talvez, após a constituição da paróquia, começara uma ocupação intensa nas adjacências do rio das Tripas, e com isso a demarcação desse quarteirão[7].

Nessa discussão é importante compreender a implantação de uma canalização receptora de águas servidas (fluviais e pluviais também) na área central do quarteirão referido (quarteirão 31, figura 6) e no vizinho ao norte dele (quarteirão 28). A estrutura foi introduzida nos espaços vazios dos quarteirões, atravessando ambos. Essa canalização é a mais recente entre as analisadas com a mesma função[8]. Ambos os quarteirões foram constituídos e ocupados em período posterior ao do quarteirão 22.

Na figura 6 é possível visualizar o espaço físico em discussão, onde indicamos o curso das galerias. Estão inseridos os prováveis trechos das canalizações identificados na pesquisa arqueológica e por meio de documentos históricos.

6 ARQUIVO Público do Estado da Bahia (doravante APEB), seção colonial, notícias das igrejas da capital da Bahia, 1852-1888, doc. 5241, p. 52.

7 APEB, seção colonial, livro do tombo dos bens de todas as ordens terceiras, confrarias, irmandades de Salvador,1851-1853.

8 O exame dos materiais arqueológicos em contato com a galeria e dos próprios elementos construtivos utilizados na sua confecção aponta para um recuo a meados do século XIX. Documentos manuscritos desse período também tratam da inserção dessa canalização.

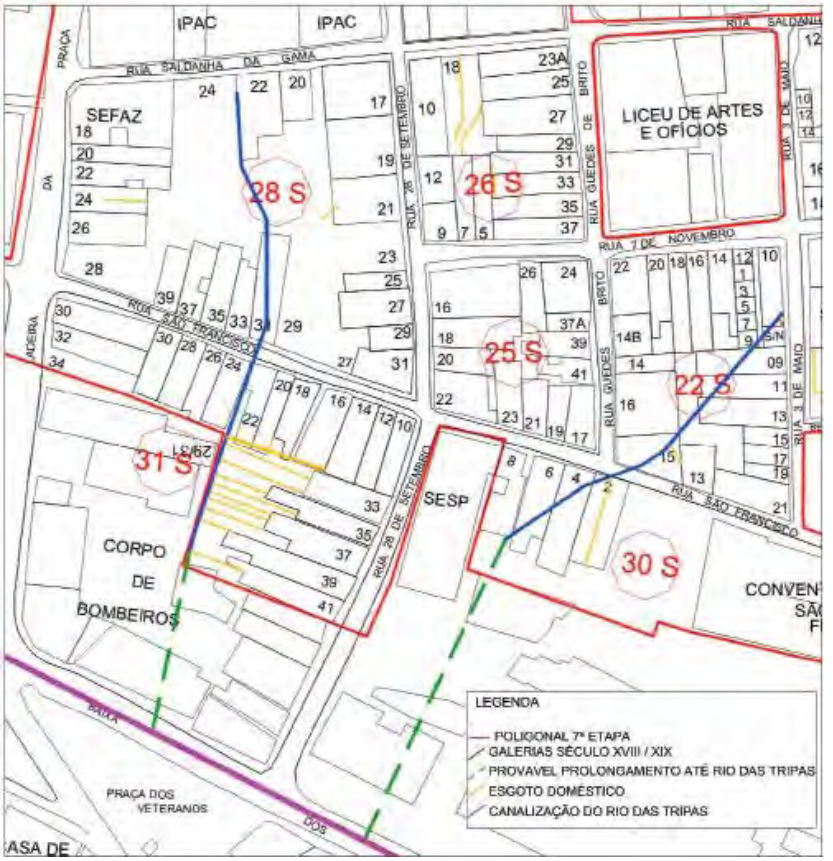


Figura 6 – Detalhe do traçado nos quarteirões onde as galerias foram identificadas.

No quarteirão 28, a galeria decai no sentido norte-sul e situa-se sob a casa 31, que tem a fachada principal voltada para a rua São Francisco. Passa sob essa rua, tal como a outra grande canalização dos quarteirões 22 e 30. Seguindo o mesmo sentido, adentra o quarteirão vizinho (31) entre as casas 22 e 24 na rua São Francisco, e daí em diante segue pelos quintais.

Seu último trecho identificado é o do quintal da casa 41 da rua 28 de Setembro, no quarteirão 31. A extensão seguinte, até alcançar o rio das Tripas, é apenas uma probabilidade (figura 6, linha larga de cor lilás), mas adicionam-se as informações históricas que apontam

Galeria em alvenaria de tijolos encontrada na casa 15, sustentada por base de alvenaria em pedra.

sua trajetória para os fundos da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe[9].

A trajetória da canalização indica a tentativa de utilizar espaços ainda não construídos. Por outro lado, direcionar as conexões para os fundos das residências, ou áreas de serviços, era um meio de conduzir as águas servidas a partir de áreas distantes do cômodo de entrada, de uso predominantemente social.

Outra versão para justificar a escolha do lugar de implantação das canalizações era evitar a construção das galerias localizadas sob os imóveis. Tanto no decorrer do século XIX quanto no início do século seguinte[10], para alguns engenheiros municipais os dutos de esgoto deveriam estar localizados sob as ruas, o que contribuiria para minimizar os prováveis danos aos arruamentos com a construção de valetas de drenagem, utilizadas para diversos fins.

Independente do momento de construção ou aproveitamento da rede de canalizações para córregos, esgotos e águas pluviais, é bem possível que os traçados no último quartel do século XIX correspondessem ao alinhamento de cores amarela e azul, apontado na figura 6.

Conforme indicamos no tópico anterior, o estabelecimento dessas canalizações no Centro Histórico de Salvador antecede o ideal de modernização que aportou na cidade depois de meados do século XIX e influenciou as ideias recorrentes até início do século XX. Tal fato sugere que os moradores daquela área do centro da cidade e os gestores públicos já se preocupavam com aspectos do saneamento que implicam em salubridade, mas também em melhorias da aparência do espaço urbano.

Fontes manuscritas apresentam projetos para áreas do centro urbano de Salvador onde ocorreram mudanças com o intuito de melhorar as condições sanitárias locais. O espaço culturalmente transformado nos quarteirões 28 e 31 era alvo de preocupações do poder público em meados dos oitocentos, como aponta o documento a seguir.

> A Comissão de Higiene Pública tem a honra de propor a Vossa Excelencia a conveniência de ser construido um cano de esgoto na valla, que fica entre as iminências da ladeira da praça, e do caminho novo, e aljube. Esta valla serve atualmente

9 ARQUIVO Público Municipal de Salvador, Fundação Gregório de Mattos (doravante APMS). Fundo câmara, seção obras públicas municipais, termo de alinhamento e vistoria, 3 de dezembro de 1855.

10 Ver diversos documentos consultados no APMS, arrolados entre as fontes primárias, e Relatórios dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentados à intendência municipal pela firma contratante Teodoro Sampaio & Paes Leme, 12 de abril de 1905. Disponível no APMS, fundo câmara, seção água e esgoto do município, intendência, processos, 1893-1922.

de deposito a imundícies das casas que estão compreendidas entre as duas ruas, e atravessadas por tres ruas diversas que fazem comunicarem aquelas entre si e os quatro grupos de edificios são ocupados por uma população numerosa, cujas execuções sao lançadas ahi; Obstruida em sua parte mais baixa não dá esta valla de ordinário escoamento pronto as aguas imundas, e pluviaes, que para ella correm, e constitui assim um foco de [emanação] pura de todo gênero no coração da cidade, devido de mais ocasião a se conservarem muito umidas as casas vizinhas della, o que é contrario a salubridade local. A construção de um esgoto seria portanto suma vantagem e utilidade. Entende alem disto esta Comissão que é esta obra de urgência em primeiro lugar porque, tendo inutilmente esperado ate hoje as informações do Governo da Provincia requisitara em trese de janeiro do ano próximo passado e a fim de poder estudar como lhe cumpre todos os casos de insalubridade, e pensando com as melhores autoridades em Higiene Publica, que são muito prejudiciaes a saúde as emanações, que provem de tais focos, mormente como mao estado, e com a direção péssima dos esgotos, de que tem conhecimento, julgo necessário que seja aproveitada a ocasião da passagem da rua da valla ao lado da igreja Guadalupe para a abertura da passagem e construção comoda e conveniente do esgoto proposto[11].

A utilização de uma valeta para o despejo de toda sorte de imundices, aberta em áreas comuns às habitações, permite afirmar que existira a improvisação de um sistema de esgotamento na localidade. Mattoso sustenta que havia o hábito de "cavar longitudinalmente, no meio das ruas, uma valeta destinada ao escoamento das águas pluviais [que poderia tornar-se] o escoadouro de todo tipo de água suja e detrito" (1992, p. 442). As discordâncias com a situação insalubre gerada pelas ações de descarte da população enfatizam a tentativa dos gestores públicos em implantar no local as condições higiênicas que eram difundidas no período, como a política sanitária ideal para diminuir a taxa de mortalidade decorrente das epidemias.

Esses aspectos das ideias recorrentes do período estudado se relacionam com a higienização e organização do espaço urbano, uma vez que os sistemas de despejo de dejetos foram inseridos em locais públicos e privados, determinando os modos de viver e conflitos de moradores com os proprietários de imóveis da freguesia da Sé, e deles com o poder público.

A partir dos documentos consultados, percebemos que os locais de influência das galerias era também preocupação de particulares, que realizavam tentativas de melhoramentos das vias públicas. Membros da família dos Azevedo Fernandes[12], ao buscarem inserir mudanças na canalização de esgoto, após as obras no rio das Tripas, com a construção da rua da Vala, tiveram como intuito

11 APEB, seção colonial, maço 5613, ofício da comissão de higiene pública da Bahia ao presidente da Província. Bahia, 24 de maio de 1855.
As citações aqui transcritas tiveram a grafia atualizada, quando necessário, para facilitar a leitura.

12 Desde o segundo quartel do século XIX até início do século XX essa família aparece em documentos históricos como proprietária de muitos imóveis. APEB, seção colonial, relação das obras existentes na Freguesia da Sé, nov. 1858.

Vistas interna e externa da galeria, com conexões secundárias evidenciadas, respectivamente, nos quintais das casas 39 e 37 da rua 28 de Setembro, quarteirão 31.

garantir uma adequada condução dos dejetos nos seus imóveis, localizados na rua do Tijolo e redondezas[13].

De forma geral, as fontes históricas mostram que a participação de particulares era requerida nas ações públicas em obras civis. Nascimento (1986, p. 40), ao se debruçar na documentação de meados do século XIX, aponta a existência de critérios para a participação dos moradores locais nas obras de melhoramentos em vias públicas. E Consuelo Sampaio afirma que

> para realizar obras públicas [em benefício das] condições físicas da cidade, em geral o Governo da Província constituía uma comissão de três membros, escolhidos entre cidadãos considerados idôneos. Na maior parte das vezes, os três eram diretamente interessados no benefício a ser realizado. Eles deviam contratar um empreiteiro que providenciava os trabalhadores para as obras. O Governo participava, mas de modo a não acarretar grandes custos aos sempre depauperados cofres provinciais. Costumava contribuir apenas com a fiscalização, sempre a cargo de um engenheiro da Diretoria de Obras Públicas. Este deveria reportar ao presidente, minuciosamente, o andamento das obras[14].

Os gestores das obras públicas em Salvador ratificavam a necessidade da divisão dos gastos em resposta ao requerimento dos proponentes das obras. Eles ainda alegavam que deveria haver a mobilização dos demais proprietários para o rateio dos gastos, em decorrência dos beneficiamentos urbanos ali inseridos, comuns a todos que habitavam as imediações.

> Incluso remetto a VSª o orçamento da despesa com um cano no estreito beco entre os fundos das casas da Ladeira da praça e Caminho novo, o qual terá de ligar os dois canos da rua das Verônicas e praça dos Veteranos a despejar no da rua da Valla.

13 APEB, seção colonial, ofício à diretoria das obras públicas da Bahia, 8 de junho de 1872.

14 Sampaio, 2005, p. 40 e 43.

Esta obra requerida pelos proprietários Anselmo de Azevedo Fernandes e Manoel de Azevedo Fernandes, que se oferecem para coadjuva-la com a quantia de um conto de reis, é de urgente e indeclinável necessidade para salubridade publica. Não supuz que no coração da Cidade podesse haver tanta imundicie acumulada, e em estado de causar grandes males pelo desprendimento de gazes deletérios que infalivelmente devem viciar o ar. Com grande dificuldade pude tomar as precizas medidas para calcular o custo da obra na qual, no meu entender, deverão também tomar parte alguns outros proprietários daquela localidade que muito vão lucrar com este melhoramento porque todas as propriedades de um e outro lado ali existentes fazem o despejo para este estreito beco ou valla situada no fundo dos quintais […][15].

15 APMS, fundo câmara, seção ofícios, caixa 04. Ofício a Francisco Pereira de Aguiar, diretor das obras públicas, 25 de fevereiro de 1871.

Como se vê, os proprietários mais abastados da área tinham interesse na melhoria das condições sanitárias, visando tornar mais salubre seu dia a dia e valorizar os imóveis que possuíam. Foram os particulares que propuseram ao poder público a benfeitoria dos canos em um lugar específico, demonstrando terem alguma noção do traçado de um "sistema de esgotamento sanitário", ainda que incipiente. A necessidade de auxílio do capital particular, mesmo após a obra da rua da Vala, projetada para solucionar alguns dos problemas sanitários do centro urbano, indica que ali a situação ainda estava longe de ser a ideal.

A associação do poder público com os empreiteiros particulares nas obras públicas, e a provável desorganização que proveio disso, ao que parece resultou num desconhecimento parcial, e muitas vezes total, do traçado da rede de esgoto da cidade, pelo menos até o início do século XX. Conforme diversos documentos, não havia certeza dos locais por onde as galerias passavam, bem como do estado delas. A seguir, um desses documentos citado na íntegra:

Ilustríssimo Senhor/ demorei a solução do que me fora incumbido a respeito do mau estado do esgoto dos quintaes do quarteirão de casas fronteiro ao Aljube e sobre o meio de remediar esse mal. 1º porque sob a denominação de beco ou rua do Fidalgo me custou a atinar com a localidade. Depois do exame reconheci que esse esgoto, que vai ter a rua da Valla saindo nele logo atras da igreja de Guadalupe, em uns lugares correndo a descoberto e em aguas sob cano; e aí conservando-se em deplorável estado essa parte da Cidade, precisa de uma medida dispendiosa, mas indispensável para se poder executar qualquer

> melhoramento radical, essa medida consiste na remoção da parte, que for indispensável do esterquilineo existente ao longo desse esgoto, para que se possa limpar o cano por onde parte do esgoto se faz, para que depois de limpo possam ser examinados a linha do esgoto e o cano com o fim de completa-lo, ou reforma-lo, […] em todo caso no da rua da Valla, onde a descoberto esse esgoto tem hoje saída. A execução desta proposta exigirá, alem do cano, outros trabalhos acessórios assim como a supressão, ou alargamento de alguns becos ao longo ou através do referido esgoto. A medida provisória que se pode tomar em beneficio dos moradores dos quarteirões fronteiros ao Aljube e daí para baixo limita-se a ligar as interrupções que se observão no cano atual, crivando-o de ralos em diferentes lugares de forma tal que só as águas tenhão ingresso no cano. É quanto posso dizer sobre o esgoto supra mencionado, e para remediar os males de que se queixam os moradores dos quarteirões atravessados pelo supra dito esgoto, moradores esses que com [raras] exceções, são os principais agravadores, senão […] motores dos males, que alias os vexam e lhes poderá prejudicar a saúde[16].

No relatório apresentado em 1906 por Teodoro Sampaio ao governo municipal, no qual o engenheiro propõe um "inovador" sistema de esgoto para a cidade, é possível perceber que havia a intenção de mudar o direcionamento das canalizações, a fim de buscar a passagem que causasse menos transtornos às moradias do local. Os benefícios advindos da nova localização dos condutores permitiria dinamismo e economia na manutenção e uso do espaço público, evitando possíveis desgastes com proprietários de imóveis.

É evidente que isso demandaria uma obra muito custosa, mas a proposta se justifica pela função de despejo de dejetos e condução de águas pluviais nas galerias, que finalmente teriam um sistema integrado[17].

Assim, nas canalizações encontradas em imóveis da área em exame observamos que independentemente dos lugares de implantação (se nos espaços internos das edificações, nos seus quintais ou na rua), elas podiam servir tanto para melhorar as condições sanitárias no centro da cidade como para canalizar as águas dos córregos, tão comuns na área.

Considerações finais

Não é demasiado dizer que as galerias, apesar de soterradas, consolidam-se como elementos da paisagem para além de seu aspecto físico. Seus usos, as intenções inerentes a sua construção, sejam de particulares ou do poder público, e os efeitos de correspondência no ambiente em que foram inseridas tornaram essas estruturas componentes vivos no espaço de sociabilidade do centro da cidade, através dos séculos de ocupação ali registrados. A sua forma final transgrediu o aspecto material e avançou nas idealizações e em suas diversas funções.

A conformação desse componente da paisagem exprime-se então por um conjunto de vetores sociais e ambientais que marcaram os locais de sua influência e o destino dos dejetos. A topografia permitiu o estabelecimento do

16 APMS, fundo câmara, seção obras públicas municipais, termo de alinhamento e vistoria, 3 de dezembro de 1855.

17 Idem.

complexo sistema de drenagem, também utilizado para esgotamento sanitário e consecutivamente para destinar os despejos em um rio com energia para transportá-los a grande distância. É notório que esse antigo sistema de canalizações, ainda ativo, tenha resistido às alterações territoriais com as ocupações.

Surpresas ou descobertas dos gestores municipais do período estudado mostram o quão desconhecidos eram os caminhos das canalizações até o início do século XX. Isso aponta para o fato de que havia grande necessidade de construção de vias de canalização, por causa também da falta de asseio nas vias públicas e quintais das residências limítrofes a áreas planas e/ou ribeirinhas.

As fontes analisadas permitem dizer que, em decorrência da situação insalubre em que viviam os habitantes nas imediações do centro de Salvador, tentativas de melhorias dessa condição eram alcançadas, a duras penas, com a utilização das galerias subterrâneas de águas fluviais e pluviais. Por essas estruturas realiza-se a liberação do esgoto doméstico, desde pelo menos o segundo quartel do século XVIII.

Apesar da aparente distinção dos espaços de influência das canalizações, são semelhantes os terrenos onde foram inseridas, ou seja, os espaços abertos nos quarteirões onde não havia fundações das edificações. Percebemos isso quando observamos as cotas topográficas e as associamos às novidades nos oitocentos, surgidas com as ações da Família Real.

Ao situar temporalmente os imóveis, notamos que as duas galerias identificadas até o momento, inseridas nas áreas não edificadas, estavam em terrenos que correspondiam às áreas de servidão, pátios interiores, quintais e/ou áreas externas das habitações. Segundo esse modelo, ocorreu a implantação da estrutura de canalização nas áreas adjacentes à casa 15 da rua São Francisco, do quarteirão 22. Tal condutor provavelmente foi construído para a drenagem de um córrego que, segundo iconografia do século XVII, avançava em declive cortando esse quarteirão ao meio, de Nordeste a Sudoeste.

É possível que as canalizações de considerável importância para o escoamento das águas das chuvas e de drenagens nunca deixaram de ser usadas, considerando-se também as conexões de escoamento direto das habitações. Hoje, pode-se afirmar que esses condutores subterrâneos, cujo destino continua sendo o rio das Tripas, ainda são utilizados.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In SOUZA, Laura de Melo, org. *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1, p. 84-154.

BORNAL, Wagner Gomes. *Sítio histórico São Francisco: um estudo sob a ótica da arqueologia da paisagem*. São Paulo, 2008. Tese (doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador: realidades, usos e vivências no século XIX*. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/1403/887>. Acesso em dez. 2008.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador 1912/1916.* Salvador, 1996. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

LEMOS, Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.

MATTOSO, Kátia. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NAJJAR et al. Arqueologia na restauração arquitetônica: reflexões sobre uma prática que se torna recorrente. In *Anais do Arquimemória 3*. Salvador: IAB-BA, 2008.

_____ . *Catálogo das coleções cerâmicas da 6ª SR/Iphan*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

NAJJAR, Rosana; SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. *Relatório de pesquisa arqueológica da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho Salvador/BA*. Monumenta/Iphan, 2007.

_____ . *Relatório parcial do projeto de prospecções arqueológicas na área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho*. Monumenta/Iphan: jul./dez. 2006.

Bala de canhão.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____ . *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

RUBERTONE, Patricia E. Landscape as Artifact: Comments on The Archaeological Use of Landscape Treatment in Social, Economic and Ideological Analysis. In *Historical Archaeology*, 1989, v. 23, p. 50-54.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização no século XIX*. Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMAS FILHO, Américo. *Evolução física de Salvador (1549-1800)*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1998.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo/Salvador: Unesp/Edufba, 2001.

03

O DIÁLOGO COM OUTROS CAMPOS DO SABER

Nelson Kon

O DIÁLOGO COM OUTROS CAMPOS DO SABER

Lajota de piso cerâmico.

Nelson Kon

V - A relação entre o Arqueomagnetismo e a Arqueologia

Gelvam A. Hartmann - Ricardo I. F. Trindade

Introdução

O Arqueomagnetismo é o estudo do campo magnético da Terra nas diferentes escalas de tempo arqueológicas que, por sua vez, podem ser utilizadas para fins de datação de artefatos arqueológicos. A chamada datação arqueomagnética consiste na comparação de um dado geomagnético obtido a partir de um material arqueológico de idade desconhecida com o dado geomagnético de uma curva de referência para uma determinada região do planeta. Neste capítulo, apresentamos a curva de variação da intensidade do campo magnético terrestre, determinada a partir do magnetismo fóssil de tijolos de construções históricas de Salvador, e a datação arqueomagnética de uma das casas do Pelourinho – a casa 27 na rua Monte Alverne –, estudada pelo Projeto de Pesquisa Arqueológica da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Monumenta/Iphan) ou Projeto Pelourinho de Arqueologia.

O campo magnético da Terra, ou campo geomagnético, origina-se no núcleo externo através de processos turbulentos de movimentação de um fluido eletricamente condutor. O campo geomagnético é definido por parâmetros direcionais da declinação (D) e inclinação (I) e pela intensidade total do campo (H). A declinação corresponde ao ângulo entre o vetor campo e o norte geográfico, a inclinação é o ângulo entre o vetor campo e o plano horizontal, e a intensidade é o módulo do vetor campo geomagnético. Estas três componentes definem o campo geomagnético em cada ponto da superfície da Terra e variam no tempo e no espaço.

A evolução do campo geomagnético nos últimos 200 anos tem sido investigada por meio de observações feitas na superfície da Terra ou do espaço, com magnetômetros em observatórios e estações itinerantes ou com magnetômetros instalados em satélites. A evolução do campo geomagnético em períodos mais antigos é investigada a partir da análise do magnetismo fóssil registrado em materiais arqueológicos e rochas. Esse tipo de observação permite reconstruir a evolução do campo geomagnético em diferentes escalas de tempo. O magnetismo fóssil pode ser determinado quando os objetos arqueológicos e as rochas possuem a capacidade de registrar uma magnetização remanescente estável, produzida pelo campo geomagnético existente no momento de sua formação (ou produção).

O Arqueomagnetismo pode ser definido como um domínio de pesquisa multidisciplinar que une a Arqueologia, o Magnetismo de rochas e o Geomagnetismo. Assim, o Arqueomagnetismo se ocupa de estudar a evolução do campo magnético da Terra em escalas de tempo arqueológico (por exemplo, Hartmann et al., 2007). Essas variações podem, inclusive, ser utilizadas como ferramenta de datação. A datação arqueomagnética consiste na comparação das variações do campo geomagnético em uma determinada região com o registro geomagnético obtido em materiais arqueológicos de idade desconhecida. A precisão de uma datação arqueomagnética depende muito da resolução da curva geomagnética de referência da região em

Mapas Temáticos Projeto Pelourinho Pesquisa Arqueológica
ARQUEOMAGNETISMO
LEGENDA
POLIGONAL DA 7ª ETAPA
COLETA DE AMOSTRAGEM PARA DATAÇÃO ARQUEOMAGNÉTICA

estudo e também do tipo de registro – direcional e/ou de intensidade (por exemplo, Mcintosh e Catanzariti, 2006).

Embora a datação arqueomagnética seja uma técnica que fornece resultados com muita precisão (incertezas inferiores a 10 anos, em alguns casos), é importante salientar que ela pode apresentar ambiguidades que devem ser resolvidas com o bom conhecimento do contexto arqueológico dos sítios estudados (Le Goff et al., 2002). Para que se efetuem datações arqueomagnéticas é fundamental construir uma curva de referência com materiais que apresentem uma boa precisão de idades. Além disso, o material a ser datado deve guardar um registro de boa qualidade do campo magnético antigo.

O arqueomagnetismo no Brasil vem sendo desenvolvido a partir de aquisições da intensidade do campo geomagnético em tijolos, telhas e cerâmicas de construções históricas das regiões Nordeste e Sudeste. Uma curva de referência de arqueointensidade magnética para os últimos cinco séculos foi determinada a partir de materiais arqueológicos da Bahia. Em função da resolução obtida para essa curva, é possível utilizá-la para determinar idades em estruturas do Projeto Pelourinho de Arqueologia, em Salvador, Bahia. Neste capítulo será apresentada a curva de referência para a Bahia e um exemplo de aplicação dessa curva em uma casa histórica do Projeto Pelourinho.

Magnetismo fóssil e as análises arqueomagnéticas

Os materiais arqueológicos (ou geológicos) que contêm óxidos de ferro, como magnetita e hematita, são capazes de adquirir uma magnetização remanescente estável. Isso ocorre quando os minerais magnéticos aquecem e resfriam em temperaturas superiores à temperatura crítica característica de cada mineral magnético (temperatura de bloqueio). A direção dessa magnetização é paralela ao campo geomagnético no momento em que os materiais são fabricados. Essa magnetização é também proporcional à intensidade do campo geomagnético (por exemplo, Dunlop e Özdemir, 1997). Caso as estruturas encontrem-se *in situ* e sem indícios de perturbação por meios externos, é possível determinar tanto a intensidade quanto a direção do campo geomagnético no mesmo artefato. No caso de fragmentos de cerâmicas, telhas ou tijolos, onde a posição original de queima não pode ser determinada com certeza, é possível somente definir a intensidade do campo geomagnético.

Em estudos arqueomagnéticos devem-se extrair as informações direcionais e de intensidade primárias, ou seja, aquelas que foram registradas durante a produção do artefato arqueológico (a queima para sua confecção)[1]. Mas geralmente o registro magnético original está parcialmente corrompido por efeitos secundários, que devem ser identificados e eliminados durante as análises. O princípio de obtenção da direção geomagnética antiga reside no fato de que a magnetização primária é mais estável, ou seja, ela está registrada nos grãos minerais com temperaturas de bloqueio e coercividades[2] mais elevadas. Desse modo,

1 Artefatos que sofreram mais de uma queima, como panelas, não são apropriados para o estudo.

2 Coercividade é a capacidade que um certo material tem de reter uma magnetização espontânea quando submetido a um campo externo; materiais fortemente coercivos são aqueles que guardam de forma mais efetiva um magnetismo fóssil.

para suprimir as magnetizações secundárias utilizam-se etapas sucessivas de desmagnetização, seja com incrementos de temperatura, seja com incrementos de campo magnético artificial. Nesses procedimentos são utilizados fornos com controles precisos de temperaturas e encapsulados em blindagens magnéticas ou aparatos que induzem campos que oscilam entre os valores de pico até zero.

O dado direcional é obtido a partir da análise por componentes principais dos resultados da desmagnetização (Kirschvink, 1980). Determinadas as direções para cada amostra, são calculadas as direções médias por fragmento ou estrutura; em seguida é calculada a direção média para um determinado sítio com idade conhecida. Os parâmetros estatísticos direcionais (Fischer, 1953), α_{95} (cone de erro) e o *k* (parâmetro de concentração), permitem determinar com precisão a direção geomagnética média para uma determinada época.

Diferentemente da direção, a intensidade geomagnética pode ser determinada em materiais que foram deslocados de sua posição original, ou seja, não há necessidade da amostragem de materiais *in situ*, porém, é necessário conhecer a origem do material. A intensidade geomagnética é determinada pela técnica desenvolvida por Thellier e Thellier (1959) para materiais arqueológicos e rochas. A magnetização adquirida por um material arqueológico que foi submetido a aquecimento é proporcional ao campo geomagnético da época em que esse material foi produzido. O método de aquisição da paleointensidade ou arqueointensidade é baseado na comparação da magnetização primária (M_T) ou natural, com uma magnetização de laboratório (M_L) produzida por um campo magnético de laboratório (H_L). Assim, a intensidade do campo geomagnético antigo (H_A) pode ser estimada pela seguinte equação:

$$H_A = H_L \frac{M_T}{M_L}$$

A inclinação da reta obtida pelo ajuste de M_T e M_L fornece diretamente o valor de H_A. Na prática, a determinação da paleointensidade é muito mais complexa que a aquisição de um dado direcional. Para obtenção da paleointensidade são utilizados fornos que, além de possuírem blindagens para desmagnetização térmica, têm acopladas bobinas de indução de campo magnético. O controle de temperatura e campo aplicado deve ser o mais preciso possível para minimizar os problemas de alteração magnética e substituição da M_T pela M_L. As medidas de magnetização em cada etapa são realizadas em magnetômetros sensíveis e de preferência em salas magneticamente blindadas, para evitar interferências externas. Da mesma maneira que na aquisição direcional, um valor de intensidade médio para um sítio de idade conhecida é calculado a partir de uma média de diversos fragmentos, sendo que a média intrafragmento é obtida a partir de diversos espécimes do mesmo fragmento. Em ambos os casos, os valores devem ser coerentes entre si e apresentar baixo desvio padrão.

Variações temporais do campo magnético da Terra no período colonial

Modelos globais de variação do campo geomagnético

O campo magnético da Terra apresenta uma morfologia complexa, embora boa parte da sua variação seja devida

ao dipolo geomagnético axial. Se o campo tivesse a configuração exata de um dipolo inclinado, seria idêntico ao esquema da figura 1. A linha que passa pelo centro da Terra junto ao eixo do dipolo intercepta a superfície em dois pontos chamados de polos geomagnéticos. Esses polos diferem dos polos magnéticos de inclinação, que são as regiões sobre a superfície da Terra onde o campo é vertical. Do mesmo modo, o equador geomagnético é aquele obtido pelo melhor ajuste a um dipolo ideal, enquanto o equador magnético é definido pela linha cuja inclinação do vetor magnético é nula, variando de maneira não uniforme em função da complexidade do campo magnético terrestre. Os polos e o equador geomagnético e magnético deveriam coincidir se o campo fosse dipolar e geocêntrico. Mas este não é o caso, e cerca de 10% a 20% do campo na superfície da Terra é de natureza não-dipolar (Merrill et al., 1998). Assim, na média, o campo dipolar pode responder por até 90% da intensidade total do campo terrestre.

Em função das diferenças e complexidades do campo magnético da Terra são necessários modelos que permitam melhor descrevê-lo no tempo e no espaço. Atualmente, as medidas diretas do campo são realizadas continuamente por meio de observatórios e satélites. Como a orientação magnética foi o método mais utilizado durante o período das grandes navegações, há registros de dados magnéticos direcionais distribuídos globalmente, que fornecem uma boa descrição da variação secular.

As primeiras medidas de declinação foram feitas pelos navegadores em torno de 1590, as medidas de inclinação iniciaram-se no começo do século XVII, e as medidas de intensidade total começaram a ser realizadas apenas por volta de 1835 (Jonkers et al., 2003). Além dos dados obtidos por meio de medidas diretas, dados arqueomagnéticos (direção e intensidade) também têm sido incorporados em modelos de variação secular (Hongre et al., 1998; Korte e Constable, 2005; Gubbins et al., 2006). As variações do campo magnético terrestre para o intervalo de tempo compreendido entre 1550 até o presente são conhecidas como variações para o período histórico (ou colonial), ou seja, variações na escala de anos a centenas de anos (Merrill et al., 1998).

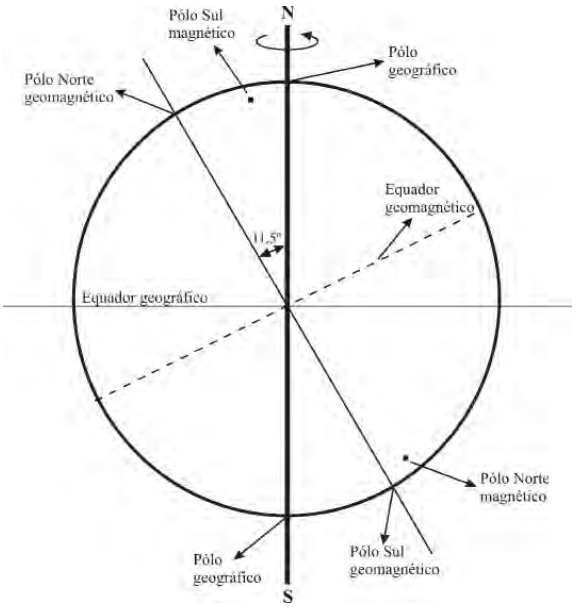


Figura 1 – Localização dos polos geográficos, geomagnéticos e magnéticos e do equador geográfico e geomagnético.

Para esse intervalo de tempo, a evolução do campo magnético da Terra pode ser analisada através de modelos de campo obtidos por harmônicos esféricos[3], por causa da boa cobertura espacial e temporal dos dados. O modelo mais usado atualmente, o IGRF (International Geomagnetic Reference Field), é construído a cada cinco anos desde 1900, com base em dados de observatórios e satélites, principalmente. Para o período anterior a 1900 há outros modelos de campo, como os modelos Barraclough (1974), Bloxham e Jackson (1992), Hongre et al. (1998), Jackson

3 Os harmônicos esféricos são funções matemáticas que permitem representar a parte angular da solução da equação de Laplace em coordenadas esféricas. No caso do campo magnético terrestre, essas funções representam o potencial magnético na superfície do planeta, sendo que o primeiro termo da série representa o campo dipolar. Uma descrição detalhada de modelagem por harmônicos esféricos pode ser encontrada em Langel (1987).

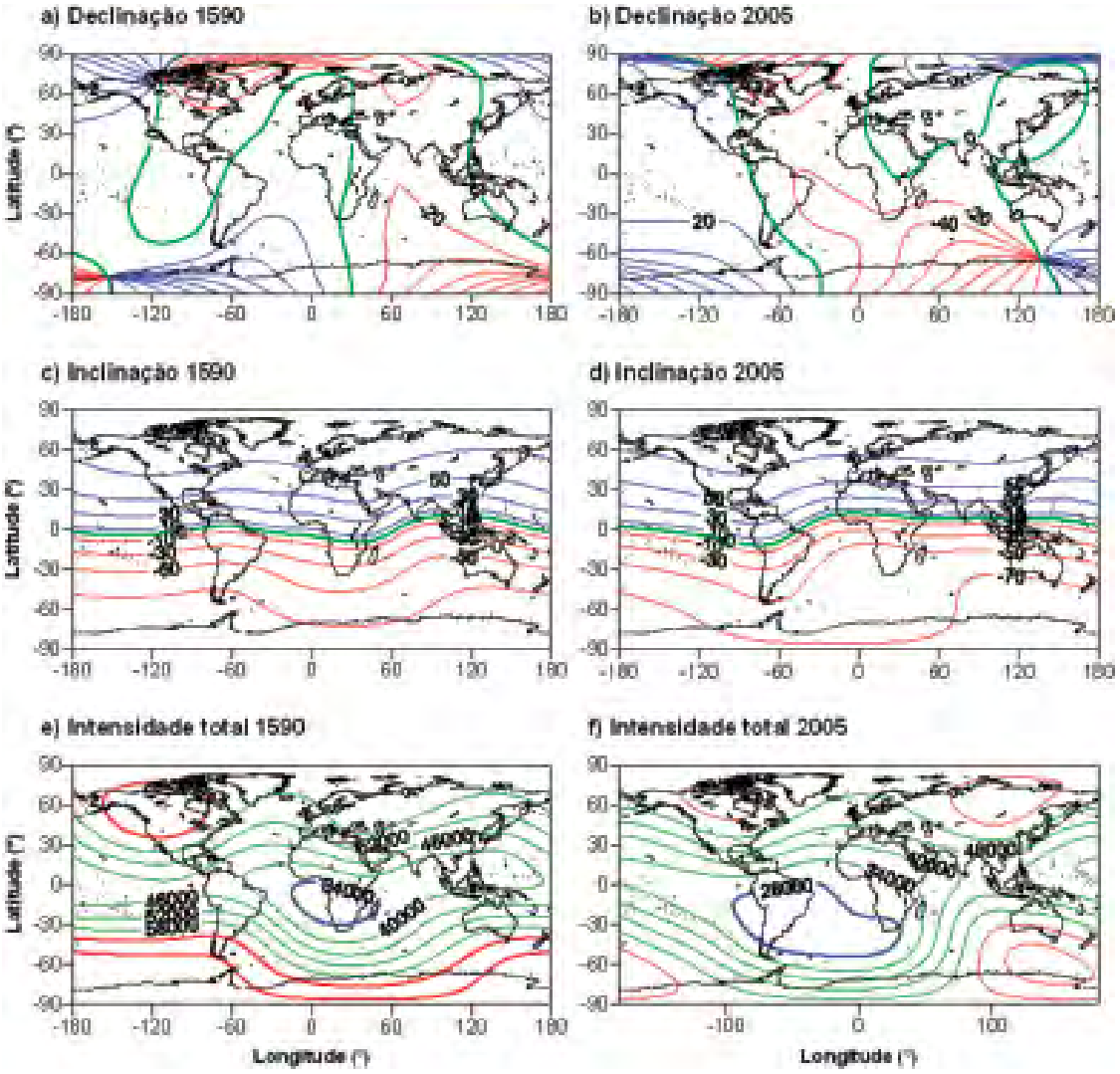


Figura 2 – Exemplos de mapas que descrevem a variação secular do campo magnético da Terra para o período histórico. Em (a) e (b), mapas de declinação; em (c) e (d), mapas de inclinação; em (e) e (f), mapas de intensidade total. As linhas de isovalores nos mapas direcionais são dadas em graus, enquanto que nos mapas de intensidade total a unidade é o nano Tesla.

et al. (2000), Korte e Constable (2005), Gubbins et al. (2006) e Korte et al. (2009). O modelo de Jackson et al. é o mais utilizado atualmente para estudos do campo magnético terrestre no período histórico, pois cobre continuamente (com modelos anuais) o intervalo de 1590-1990.

A figura 2 mostra exemplos de mapas feitos a partir do cálculo dos harmônicos esféricos de modelos de campo. Os mapas apresentam a variação secular para dois períodos distintos. Os mapas de 1590 foram determinados a partir do modelo de Jackson et al. (2000), e os mapas de 2005 a partir do modelo IGRF. Nota-se a

evolução das isolinhas ao longo do tempo, indicando claramente a variação temporal e espacial. Os modelos de campo no período histórico foram determinados basicamente a partir de dados direcionais coletados por navegadores.

Resultados de arqueointensidade têm sido obtidos nos últimos anos e incorporados aos modelos de campo geomagnético (Gubbins et al., 2006; Finlay, 2008). No entanto, a correta análise do campo depende de uma boa cobertura temporal e espacial de dados de intensidade. Nesse quesito, o hemisfério Sul do planeta contribui com apenas 5% dos dados globais para os últimos dez mil anos (Genevey et al., 2008). Na América do Sul, apenas Bolívia, Equador e Peru apresentam dados de intensidade geomagnética para intervalos de tempo anteriores ao período histórico, porém, são resultados de baixa resolução temporal. Portanto, a determinação de valores de intensidade do campo geomagnético para intervalos de tempo arqueológico no Brasil é de suma importância.

A curva de variação de arqueointensidade para a Bahia

No Brasil, os estudos arqueomagnéticos estão sendo desenvolvidos em duas regiões distintas: Nordeste e Sudeste. Em ambas iniciaram-se medidas de intensidade magnética em materiais construtivos históricos (tijolos e telhas) e fragmentos cerâmicos (por exemplo, vasos). No Nordeste, foram obtidos resultados a partir de materiais do estado da Bahia, oriundos principalmente de Salvador.

O desenvolvimento da curva de variação de intensidade geomagnética para a Bahia conta com o apoio do Projeto

Coleta de amostras.

Pelourinho Monumenta/Iphan em Salvador e do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia – MAE/UFBA. Boa parte dos resultados foi obtida a partir de tijolos de construções históricas de Salvador. A opção por determinar a curva de referência a partir de materiais construtivos é importante, pois em geral esse tipo de material apresenta um bom controle cronológico.

Em grande parte dos sítios estudados, a atribuição das idades foi feita a partir do contexto histórico de construção dos imóveis, utilizando-se fontes documentais. Em alguns casos, recorreu-se também a informações do contexto arqueológico e/ou arquitetônico. Para períodos recentes, a atribuição de idades por meio do contexto histórico e/ou arqueológico muitas vezes é melhor do que a obtida por outro método de datação, como a termoluminescência ou radiocarbono, por exemplo. A boa precisão de idades é fundamental para determinação de uma curva arqueomagnética, pois é a partir dela que se definem as idades de outros sítios. A tabela 1 apresenta uma descrição dos sítios estudados para a construção da curva de referência da Bahia, incluindo tipos de amostra e atribuição de idades.

Tabela 1: Sítios arqueológicos estudados. Sítios: nome e sigla utilizada em cada sítio; Amostras: tipo de material estudado e descrição geral das amostras; Datação: estimativas de idades em termos de contextos Histórico (Hist.) e Arqueológico (Arq.). Intervalo de idade: dado em anos AD.

Sítios	Amostras		Datação		Intervalo de idade (AD)
	Tipo	Descrição geral	Hist.	Arq.	
Museu de Arqueologia e Etnologia 1 e 2 (MAE1+2) Salvador, BA	Tijolos	Tijolos de coloração vermelha, argila de granulação grossa com presença de quartzo	X		1556-1591
Igreja Mem de Sá (IMS) Salvador, BA	Tijolos	Tijolos de coloração vermelha, argila de granulação grossa com presença de quartzo	X	X	1561-1591
Praça da Sé (SE) Salvador, BA	Tijolos e telhas	Tijolos de coloração vermelha, argila de granulação fina; telhas de argila vermelha, granulação grossa com presença de quartzo	X	X	1590-1620
Praça da Sé 1 (SE1) Salvador, BA	Tijolos e telhas	Tijolos de coloração vermelha, argila com granulação grossa com presença de quartzo	X	X	1600-1650
Praça da Sé 2 (SE2) Salvador, BA	Tijolos e telhas	Tijolos de coloração vermelha, argila de granulação grossa com presença de quartzo	X	X	1650-1700
Museu de Arte Sacra (MAS) Salvador, BA	Tijolos	Tijolos de coloração clara, argila de granulação grossa com presença de quartzo	X		1666-1686
Solar Berquó (SB) Salvador, BA	Tijolos	Tijolos de coloração escura a vermelha, argila de granulação grossa com presença de quartzo	X		1691-1693
Farol da Barra 1 e 2 (FB1+2) Salvador, BA	Tijolos	Tijolos de coloração clara a vermelha, argila de granulação grossa com presença de quartzo	X		1696-1702
Casa número 6 (C06) Salvador, BA	Tijolos	Tijolos de coloração vermelha, argila de granulação grossa com presença de quartzo	X		1700-1710
Solar Conde dos Arcos (SCA) Salvador, BA	Tijolos	Tijolos de coloração clara a vermelha, argila de granulação grossa com presença de quartzo	X		1780-1781
Tijoleira Farias (TF) Salvador, BA	Tijolos	Tijolos de coloração clara a vermelha, argila de granulação grossa com presença de quartzo e fragmentos de tijolos	X		1886-1887
Museu de Arqueologia e Etnologia 4 (MAE4) Salvador, BA	Tijolos	Tijolos de coloração vermelha, argila de granulação fina com presença de quartzo	X	X	1896-1906
Galeria Canizares (GC) Salvador, BA	Tijolos	Tijolos de coloração vermelha, argila com granulação grossa e presença de quartzo e fragmentos de tijolos	X	X	1900-1920

A figura 3 mostra os resultados de arqueointensidade obtidos na Bahia. Os resultados são comparados com o modelo de campo geomagnético histórico (Jackson et al., 2000). Cada média (sítio) foi determinada a partir da média de diversos fragmentos (no mínimo três) e a partir de diversos espécimes por fragmento (mínimo de dois); ou seja, para cada sítio há no mínimo seis determinações independentes de intensidade. A média leva em conta a coerência em termos de fragmento (desvio padrão inferior a 5%) e também a coerência em termos de sítio, com baixo desvio padrão quanto ao sítio.

A precisão na determinação de idades em materiais não-datados, cujos resultados arqueomagnéticos serão comparados com a curva de referência, é definida a partir das incertezas de idade e de intensidade dos sítios estudados e da quantidade de sítios (ou médias) que compõem a curva. As determinações de idades variam, portanto, em função da qualidade da curva de referência. Quanto menor forem as incertezas nas idades e nas intensidades dos sítios que compõem a curva, melhores serão as determinações de idades de sítios com idades desconhecidas.

Outro fator que influencia a precisão da datação arqueomagnética é o número de elementos geomagnéticos disponíveis para construção da curva. Por exemplo, na França os materiais são basicamente datados a partir da comparação dos elementos direcionais de inclinação, declinação e, em alguns casos, também intensidade (por exemplo, Le Goff et al., 2002).

A datação da casa 27 da rua Monte Alverne

Como mostrado acima, um estudo de arqueomagnetismo sistemático foi realizado na cidade de Salvador

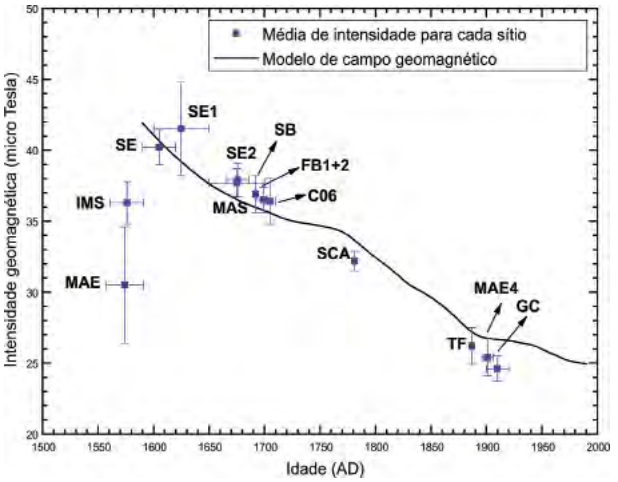


Figura 3 – Diagrama da intensidade geomagnética versus idades (AD) para todos os sítios estudados (ver tabela 1 para as respectivas siglas). A figura mostra os erros de idades e intensidades. A curva em preto representa o modelo de campo geomagnético determinado por Jackson et al. (2000).

para determinação de uma curva arqueomagnética de referência, que é válida para toda a região Nordeste do Brasil. A partir dessa curva de referência, é possível datar artefatos arqueológicos produzidos na região e que guardam um magnetismo fóssil. Algumas casas do Projeto Pelourinho, para as quais não existem vínculos diretos de idade, foram estudadas sob o aspecto arqueomagnético. Nesse contexto, uma das casas apresentou resultados arqueomagnéticos satisfatórios, que serão mostrados aqui como um exemplo de utilização do arqueomagnetismo como ferramenta de datação arqueológica.

Na casa 27 (CP27), da rua Monte Alverne (quadra 19), foram coletadas amostras de tijolos das trincheiras F, G e H, oriundas da base da construção, ou seja, do mesmo contexto arqueológico. Todas as amostras de tijolos foram submetidas a duas análises magnéticas antes das medidas de paleointensidade: a) determinação da estabilidade da mineralogia magnética durante o aquecimento e b) determinação da natureza da mineralogia magnética presente nas amostras. A análise da estabilidade térmica da mineralogia magnética é

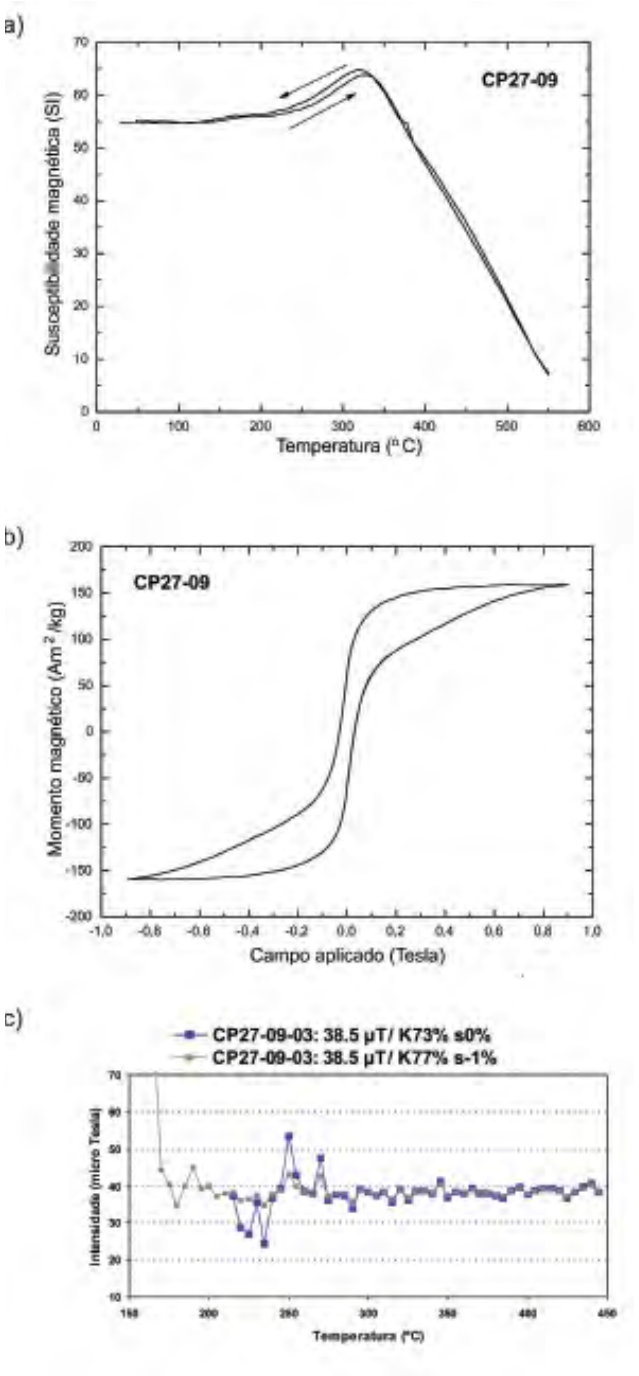


Figura 4 – Exemplo dos resultados obtidos para o tijolo 09 da CP27. Em (a) está representada a curva de susceptibilidade magnética em função da temperatura; as setas indicam a sequência do aquecimento e do resfriamento e a unidade de medida é adimensional. Em (b) está a curva de histerese magnética para a amostra desse tijolo; a curva mostra a variação do momento de dipolo em função do campo aplicado – a direção do campo indica a mudança de formato da curva. Em (c), o exemplo de aquisição de intensidade em função da temperatura para uma amostra do tijolo 09; a curva em cinza aponta o ajuste para toda a gama de temperatura, enquanto que a curva em azul representa o melhor ajuste para a componente primária da magnetização; na legenda, os valores de intensidade obtidos (em micro Tesla), K é o percentual de magnetização usado no ajuste da curva e s é o desvio padrão do ajuste.

importante para descartar as amostras que apresentam alteração dos minerais magnéticos durante os experimentos de paleointensidade. Para isso, foram feitas curvas de variação da susceptibilidade magnética em função da temperatura (~30ºC a ~550ºC), usando-se o susceptômetro *kappabridge* KLY3-CS3 (Agico Ltd.).

O tipo de mineral e suas características magnéticas podem também influenciar as determinações de paleointensidades. Para determinação do mineral magnético (ou minerais magnéticos) e seu estado de domínio fizeram-se curvas de histerese magnética em campos de até 1 Tesla. As medidas foram realizadas em um magnetômetro de amostra vibrante do Institut de Physique du Globe de Paris.

Por fim, as medidas de paleointensidade foram feitas usando um magnetômetro de amostra vibrante triaxial – Triaxe (Le Goff e Gallet, 2004). A figura 4a mostra a grande estabilidade térmica das amostras da casa 27 durante seu aquecimento e resfriamento, indicando que elas praticamente não apresentam alteração magnética durante o ciclo de aquecimento e resfriamento. Observa-se na figura 4b que a curva de histerese apresenta um comportamento típico de mistura de minerais, visto que não ocorre a saturação da magnetita em campos próximos a 100 mT. Essa curva pode indicar a presença de minerais de baixa coercividade magnética (como a titanomagnetita) e minerais de alta coercividade (como a hematita).

A figura 4c mostra um gráfico da intensidade do campo magnético fóssil em função da temperatura em que as medidas foram efetuadas no Triaxe. Note que os resultados obtidos em altas temperaturas convergem para o mesmo valor de intensidade nos dois métodos

de ajuste utilizados (curvas com cores diferentes), revelando uma boa coerência dos resultados na escala da amostra. Foram obtidos resultados de intensidades em três tijolos do sítio casa 27. A média, para todo o nível amostrado, foi obtida com mais de seis determinações distintas, atendendo assim ao critério estatístico de confiabilidade do sítio. O valor médio de intensidade para essa casa foi de 36.9 ± 2.4 micro Tesla. Essa média pode ser comparada com os valores de intensidade da curva de referência da Bahia (figura 3).

Valores muito próximos aos da casa 27 foram obtidos em vários sítios (figura 3), inclusive nos tijolos do Solar Berquó (Salvador), que tem idade bem determinada entre 1691 e 1693 AD. O erro na intensidade magnética determinado para a casa 27 é um pouco superior ao erro determinado para o Solar Berquó. Levando em conta todos os dados da curva de referência e as incertezas na determinação da intensidade da casa 27, pode-se estimar sua idade entre 1670 e 1720, ou seja, entre o final do século XVII e o início do século XVIII. A figura 5 apresenta os mesmos valores de intensidade da figura 3, além do valor médio para o sítio casa 27 (CP27, ponto em vermelho com os respectivos valores de intensidades e idades). De modo geral, esse resultado é condizente com os estudos arqueológicos realizados pela equipe do Projeto Pelourinho nessa casa.

Considerações finais

Os estudos arqueomagnéticos realizados em Salvador forneceram resultados excelentes. A determinação de uma curva de referência para a Bahia possibilitou uma aplicação do método de datação arqueomagnética a uma casa do Projeto Pelourinho, a casa 27. Isso foi possível graças a dois fatores básicos: as informações arqueológicas *a priori* para este estudo de caso e a boa resolução da curva de referência para esse intervalo de tempo. As informações arqueológicas e arquitetônicas da casa 27 foram essenciais para um bom delineamento do intervalo cronológico obtido a partir do arqueomagnetismo. Estudos similares em outras casas do Projeto Pelourinho permitirão delinear zoneamentos urbanos e, consequentemente, indicar com grande precisão possíveis intervalos para as ocupações.

A datação arqueomagnética no Brasil está ainda em sua infância, mas esse exemplo em Salvador é forte indicativo de sua potencialidade, pelo menos para o período colonial e pós-colonial. As variações de intensidades para esse período são grandes o suficiente para possibilitar datações a partir da intensidade geomagnética. No entanto, as curvas de referência podem ainda ser melhoradas com dados de outros elementos geomagnéticos (declinação e inclinação). É necessário também que os estudos sejam ampliados na Bahia e iniciados em outros locais do país.

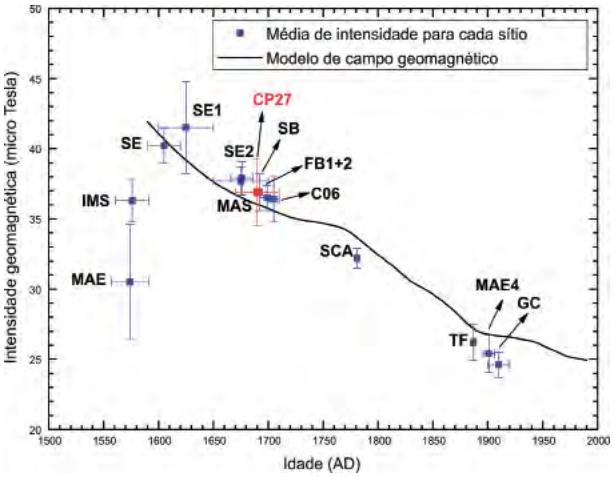


Figura 5 – Diagrama idêntico ao da figura 3, mas com a adição da média do sítio CP27. Para esse sítio estão também representados os erros de intensidades e idades, obtidos a partir da comparação com os sítios de intensidades magnéticas idênticas.

Amostras prontas para as análises.

Além da datação arqueomagnética, as técnicas magnéticas podem ser aplicadas em outros problemas arqueológicos, como os processos de formação de sítios arqueológicos e a proveniência de materiais arqueológicos (Stenberg, 2008) entre outros. Nesse sentido, o presente trabalho é um primeiro exemplo de um extenso campo de aplicações em diferentes contextos e regiões que se abre à comunidade arqueológica brasileira.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo e ao Institut de Physique du Globe pelo apoio institucional. À Fapesp pela bolsa de doutorado a G. A. Hartmann (2005/57782-4) e ao CNPq pela bolsa de apoio à produtividade e pesquisa a R. I. F. Trindade. A Rosana Najjar e toda a equipe do Projeto Pelourinho de Salvador pelo apoio com coletas de amostras e trabalhos de campo. Ao prof. Carlos Etchevarne e toda a equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia pelo apoio nas coletas de amostras e discussões sobre o trabalho. À professora Marisa C. Afonso, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, por apoiar a implementação da técnica de arqueomagnetismo no Brasil.

Referências

BARRACLOUGH, D. R. Spherical harmonic analyses of the geomagnetic field for eight epochs between 1600 and 1910. *Geophysical Journal of the Royal Astronomical Society*, London, n. 36, p. 497-513, 1974.

BLOXHAM, J.; JACKSON A. Time-dependent mapping of the magnetic field at the core-mantle boundary. *Journal of Geophysical Research*, Washington, American Geophysical Union, v. 97, B13, 19537-19563, 1992.

DUNLOP, D.; ÖZDEMIR, Ö. *Rock Magnetism. Fundamentals and Frontiers*. New York: Cambridge University Press, 1997.

FINLAY, C. C. Historical variation of the axial geomagnetic dipole. *Physics of the Earth and Planetary Interiors*, Amsterdam, Elsevier, v. 170, p. 1-14, 2008.

FISCHER, R. A. Dispersion on a sphere. *Proceedings of the Royal Society*, London, A 217, 295-305, 1953.

GENEVEY, A., GALLET, Y., CONSTABLE, C. G., KORTE, M. and HULOT, G. ArcheoInt: An upgraded compilation of geomagnetic field intensity data for the past ten millennia and its application to the recovery of the past dipole moment. *Geochemistry, Geophysics, Geosystems*, American Geophysical Union, n. 9, 2008.

GUBBINS, D., JONES, A. L. and FINLAY, C. C. Fall in earth's magnetic field is erratic. *Science*, American Association for the Advancement of Science, v. 312, n. 5775, p. 900-902, 2006.

HARTMANN, G. A., AFONSO, M. C. e TRINDADE, R. I. F. Datação arqueomagnética: princípios e métodos. *Revista do Museu Arqueologia Etnologia*, São Paulo, n. 17, p. 445-459, 2007.

HONGRE, L.; HULOT, G.; KHOKHLOV, A. An analysis of the geomagnetic field over the past 2000 years. Phys. *Physics of the Earth and Planetary Interiors*, Amsterdam, Elsevier, v. 106, p. 311-335, 1998.

JACKSON, A.; JONKERS, A. R. T.; WALKER, M. Four centuries of geomagnetic secular variation from historical records. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, London, A 358, p. 957-990, 2000.

JONKERS, A. R. T.; JACKSON, A.; MURRAY, A. Four centuries of the geomagnetic data from historical records. *Reviews of Geophysics*, University of Liverpool, v. 41, n. 2, 2003.

KIRSCHVINK, J. L. The least-squares line and plane and analysis of paleomagnetic data. *Geophysical Journal of the Royal Astronomical Society*, London, v. 62, p. 699-718, 1980.

KORTE, M. and CONSTABLE, C. G. Continuous geomagnetic field for the past 7 millennia. Part 2: CALS7K. *Geochemistry, Geophysics, Geosystems*, American Geophysical Union, v. 6, Q02H16, 2005.

KORTE, M.; DONADINI, F.; CONSTABLE, C. G. Geomagnetic field for 0-3 ka. Part 2: A new series of time-varing global models. *Geochemistry, Geophysics, Geosystems*, American Geophysical Union, v. 10, Q06008, 2009.

LANGEL, R. A. The main field. In JACOBS, J. A., ed., *Geomagnetism*. New York: Academic Press, 1987. v. 1, c. 4, p. 249-512.

LE GOFF, M.; GALLET, Y. A new three-axis vibrating sample magnetometer for continuous high-temperature magnetization measurements: applications to paleo- and archeo-intensity determinations. *Earth and Planetary Science Letters*, Amsterdam, Elsevier, v. 229, p. 31-43, 2004.

LE GOFF, M.; GALLET, Y.; GENEVEY, A.; WARME, N. On archeomagnetic secular variation curves and archeomagnetic dating. *Physics of the Earth and Planetary Interiors*, Amsterdam, Elsevier, v. 134, n. 3, p. 203-211, 2002.

MCINTOSH, G.; CATANZARITI, G. An introduction to archaeomagnetic dating. *Geochronometria*, Gliwice, Silesian University of Technology, v. 25, p. 11-18, 2006.

MERRILL, R. T.; MCELHINNY, M. W.; MCFADDEN, P. L. *The magnetic field of the Earth: paleomagnetism, the core, and the deep mantle*. Amsterdam: Elsevier/Academic Press, 1998. v. 63. (International Geophysics Series.)

STERNBERG, R. S. Archaeomagnetism in archaeometry. A semi-centennial review. *Archaeometry*, University of Oxford, v. 50, n. 6, p. 983-998, 2008.

THELLIER, E.; THELLIER, O. Sur l'intensité du champ magnetiqué terrestre dans le passé historique et géologique. *Annales de Géophysique*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, v. 15, p. 285-376, 1959.

VI - A Geoarqueologia no Projeto Pelourinho

Julio Cezar Rubin de Rubin - Rosiclér Theodoro da Silva - Gabriele Viega Garcia

A ocupação urbana em Salvador incidiu sobre o fundo dos vales, com destaque para o rio das Tripas e seus afluentes. Algumas dessas áreas foram aterradas principalmente com restos de demolição, fragmentos de cerâmica utilitária, vidro, metais, ossos e conchas[1], servindo como base para edificações. Utilizaram-se esses componentes também no preenchimento dos alicerces dos imóveis. Mapas históricos da cidade dos séculos XVII e XVIII mostram a ocupação urbana primeiro sobre as vertentes e interflúvios e posteriormente no fundo dos vales[2]. Sampaio (1949) faz referências à geografia da área onde hoje se encontra assentado o Centro Histórico de Salvador, também conhecido como Pelourinho, em particular sobre o fosso localizado entre a rua do Tijolo e a ladeira da Praça, exatamente o local onde iniciou-se o estudo para este capítulo. Na mesma obra, o autor cita a carta do padre Manuel da Nóbrega, que já nos primórdios da construção da cidade menciona a intenção de estendê-la para a área do fosso.

> A estacada primitiva não tinha âmbito maior do que isso; pois que a cidade de Tomé de Sousa, toda ela, se compreendia então entre o começo da rua da Misericórdia, na praça do Palácio, e o largo do Teatro, onde o terreno começava a descer, no extremo sul. Do lado do mar, o terreno caía rápido, quase em despenhadeiro; do lado da terra, as encostas, menos íngremes, desciam ensombradas pela mata, até a baixada úmida, onde corre o ribeiro, cujo nome indígena se perdeu e que, fluindo ao Norte e rodeando pelo nascente, vai buscar desaguadouro no rio Vermelho. Neste âmbito tão pequeno abriram-se quatro portas, flanqueadas por baluartes improvisados: a que abria para o norte, no começo da rua da Misericórdia, onde havia depressão natural do terreno, servindo de fosso, que depois se entulhou, na altura da rua do Tijolo […] (p. 184).

> […] à altura da atual rua do Tijolo, mui notável depressão, que fazia com que os terrenos, que se seguiam para o norte, afetassem a figura de um teso ou colina, a que a vegetação natural dava ainda mais acentuado relevo. É esse teso a que se refere o padre Nóbrega na sua carta ao padre mestre Simão Rodrigues, quando de referência ao local para o colégio lhe dizia: "… a todos nos pareceu melhor em teso que está logo além da cerca para a parte d'onde se há de estender a cidade […] (p. 194).

> […] à vista da elevada ribanceira à que cavalgava e da grota funda, hoje mais disfarçada pelas edificações entre as atuais rua do Tijolo e ladeira da Praça. Não existia ainda esta última rua, pois que lhe ocupava então o lugar o fosso profundo, que corria, em descida, desde o primeiro baluarte,

1 Lixo doméstico descartado pela sociedade soteropolitana.

2 Ver mapas no capítulo IV.

> defendendo essa face nordeste da cidade murada, e prolongando-se até próxima do lugar onde hoje se chama a praça de Guadelupe (p. 195)[3].

A ocupação dos fundos dos vales no Brasil deu-se principalmente por populações de baixa renda, ao que parece impossibilitadas de adquirir terrenos urbanizados de custo elevado. No caso do Pelourinho, estruturas, dimensões e técnicas construtivas de muitas residências edificadas sobre aterros indicam um considerável poder aquisitivo de seus moradores. Essa realidade pode estar associada a um "estresse urbano" gerado pelo esgotamento dos terrenos localizados nas vertentes ou interflúvio, por questões financeiras ou uma nova tendência de ocupação da paisagem.

Esses aterros atualmente podem ser classificados como depósitos tecnogênicos, originados a partir da atividade humana, e que têm sua definição em trabalhos desenvolvidos por pesquisadores como Chemecov (1983), Sergeev (1980, 1984), Kowalski (1984) e Ter-Stepanian (1988). No Brasil, destacam-se os trabalhos de Oliveira (1990, 1994), Rohde (1996) e Peloggia (1998 a, b). Oliveira (1994) classifica os depósitos tecnogênicos em construídos (aterros, bota-foras etc.), induzidos (resultantes da ocupação desordenada do solo) e modificados (lançamento de adubos no solo etc.). Peloggia (1999) e Nolasco (2002) também apresentam classificações, com base em Oliveira (1994).

Cunha (2002), Rubin (2003, 2004) e Rubin et al. (2007, 2008) caracterizaram os depósitos tecnogênicos na área urbana de Goiânia, associando-os aos principais cursos d'água. Os autores apresentam estimativas de crescimento e distribuição em área correlacionando-os com a fundação da cidade em 1937. A ação do homem na natureza, modificando sua geografia, está bem registrada no Brasil a partir do descobrimento, principalmente em algumas cidades, como São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Seguro, São Luís, Salvador, Recife, Ouro Preto e Diamantina.

As escavações arqueológicas e geológicas de algumas residências que integram o conjunto de bens tombados do Centro Histórico de Salvador evidenciaram sob o piso de ocupação depósitos tecnogênicos construídos (DTC) ao longo dos fundos dos vales, com espessuras variadas, que chegam a 12 metros, em uma área de aproximadamente 52.000m^2 (poligonal da Área das Obras Civis da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador). Algumas paredes de até seis metros de altura têm seu alicerce sobre os depósitos, assim como algumas sapatas de colunas. O Pelourinho se destaca pela amplitude e principalmente pelo número de exposições dos DTC, o que favorece em muito a caracterização, em geral de exposição limitada. Nossa pesquisa se ateve à área atualmente ocupada por alguns imóveis (quadra 31), e não foi possível a observação de toda a área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho – a classificação se refere à realidade observada apenas na área acima referida[4].

Pela significância dos depósitos e para sistematizar a abordagem foram estabelecidos dois tipos de DTC

3 As citações aqui transcritas tiveram a grafia atualizada, quando necessário, para facilitar a leitura.

4 Para uma classificação dos depósitos tecnogênicos em uma área mais extensa da poligonal da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho (compreendendo aproximadamente 50 imóveis), ver capítulo XVI.

para a área observada: DTC 1 – sedimentos (areia fina a grossa) com alguns fragmentos de restos de demolição, cerâmica utilitária, vidro, metais, ossos e conchas; DTC 2 – sedimentos (areia fina a grossa) com grande quantidade dos rejeitos mencionados acima. Neste capítulo são apresentados dois estudos de casos que retratam a importância dos DTC na área de estudo: conjuntos de casas no quarteirão 31 e o pátio do Quartel do Corpo de Bombeiros.

Conjuntos de casas no quarteirão 31

São imóveis localizados em um dos quarteirões que tiveram sua formação tardia em decorrência da topografia acidentada. De acordo com os levantamentos históricos e arqueológicos realizados até o momento, sua inserção na malha urbana da cidade ocorreu provavelmente por volta da segunda metade do século XVIII (Najjar e Silva, 2006 e 2007).

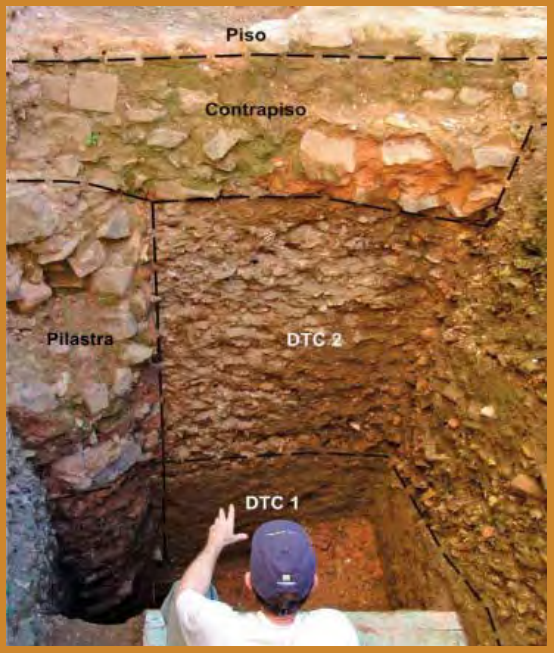
Figura 1 – Casa 39, rua 28 de Setembro, quarteirão 31. Alicerce preenchido pelo DTC 2. Na trincheira lateral, parte do alicerce-base da parede.

Figura 2 (acima, à esquerda) – Detalhe da trincheira da figura 1 com DTC, alicerce, contrapiso e piso. Notar o círculo ao redor de fragmento de louça também destacado na figura 3.

Figura 3 (acima, à direirta) – DTC 2 típico com predomínio de resíduos de demolição, cerâmica utilitária, ossos e conchas. Destaques da louça (a) mencionada na figura 2 e parte da arcada dentária (b) citada na figura 4. A linha tracejada corresponde à discordância.

Figura 4 (abaixo, à esquerda) – Detalhe do DTC 2 da figura 3, evidenciando fragmentos de cerâmica, parte da arcada dentária e sedimentos.

Figura 5 (abaixo, à direita) – Detalhe do DTC da figura anterior, com grande quantidade de fragmentos de cerâmica. As setas indicam os sentidos predominantes dos mergulhos dos rejeitos.



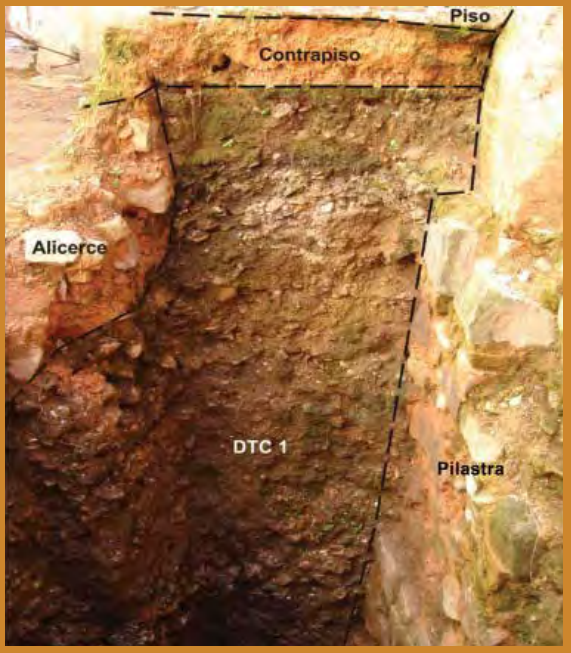


Figura 6 (acima, à esquerda) – Disposição do DTC 1, DTC 2, alicerce, contrapiso e piso. À direita da foto, a pilastra sobre DTC 1 e a continuidade lateral dos DTCs. Casa 41, rua 28 de Setembro, quarteirão 31.

Figura 7 (acima, à direita) – Disposição do DTC 1, DTC 2, alicerce, contrapiso e piso. Detalhe da continuidade lateral do DTC 1.

Figura 8 (abaixo) – Detalhe do contato entre DTC 2, contrapiso e piso.

Figura 9 – Sondagem realizada no porão da casa 24, rua São Francisco, quarteirão 31. Geralmente, sob o piso de concreto encontra-se DTC 2.

Alguns terrenos contíguos apresentam desníveis de até dois metros nas cotas dos DTC, o que pode estar associado à topografia, à espessura do próprio depósito ou ao nível de base, seja em relação à rocha/solo ou à dinâmica fluvial. Nesse caso, o aterro sobre um dique marginal, que invariavelmente encontra-se em cota superior à da planície de inundação ou à de um canal, dependendo da espessura do aterro, também terá uma cota mais elevada. As figuras 1 a 8 apresentam detalhes dos depósitos.

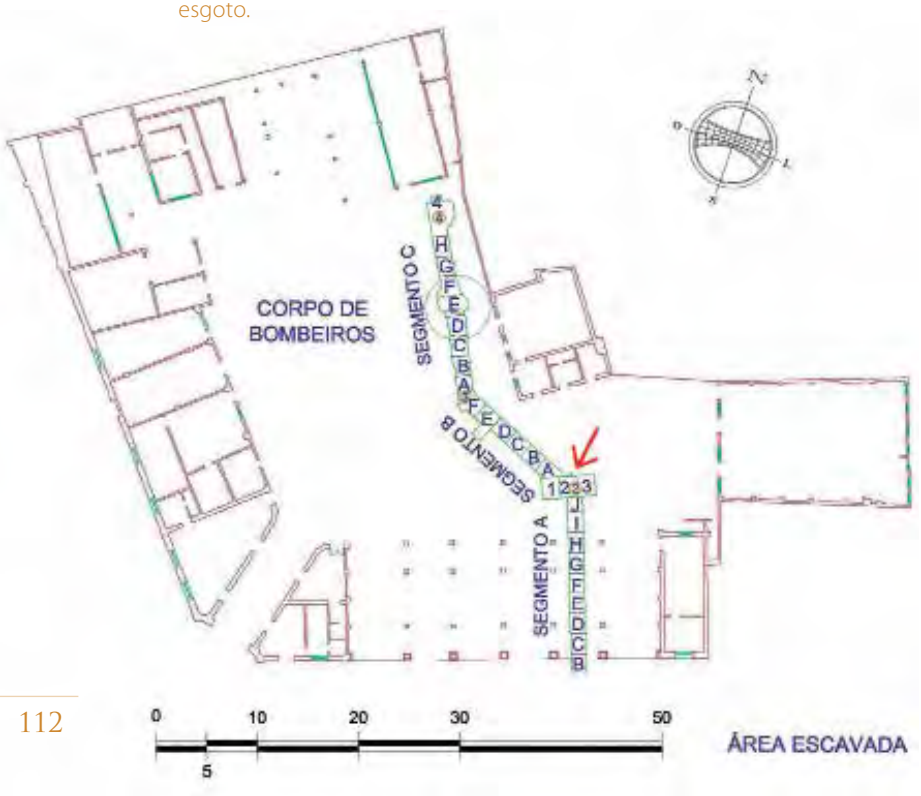
As figuras 3 a 5 mostram o depósito identificado na casa 39, rua 28 de Setembro, quarteirão 31, fundo de vale de um afluente do rio das Tripas, onde a espessura é de nove metros (constatados por sondagem a percussão), constituído de restos de louças, cerâmica, ossos, tijolos, conchas etc. (DTC 2). Observa-se uma leve discordância[5] separando diferentes unidades (figura 3). Acredita-se que essa discordância seja consequência do processo de construção do aterro – fluxo de rejeitos, dispostos segundo a posição em que foram despejados. Observa-se também que em determinados pontos a deposição é sub-horizontal e em outros com um ângulo de mergulho de aproximadamente 45 graus, o que pode indicar o sentido de construção. Depósitos como esses foram encontrados a partir de escavações manuais e de sondagem por percussão (figura 9).

5 Termo adaptado da geologia e que significa "superfície de erosão ou de não deposição [...] pode corresponder a intervalo de tempo [...] variável desde o necessário à deposição de uma simples camada até muito longo" (Suguio, 1998, p. 236).

O pátio do Quartel do Corpo de Bombeiros

O prédio do Quartel do Corpo de Bombeiros encontra-se no quarteirão 31, na esquina, entre a ladeira da Praça e a rua J. J. Seabra. Trata-se de uma edificação com arquitetura moderna, construída na primeira metade do século XX. Em novembro de 2008, foi iniciada no local a implantação da rede de esgoto que servirá as casas contempladas pelas obras civis da 7ª Etapa do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Desde então, atendendo a uma solicitação feita pela UEP/Monumenta/Conder, a equipe de arqueologia do Projeto Pelourinho começou o acompanhamento das obras.

Figura 10 – Planta baixa do Corpo de Bombeiros com a área escavada para implantação da rede de esgoto.



A metodologia utilizada para esse acompanhamento segue os mesmos procedimentos adotados pela Pesquisa Arqueológica da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho (Najjar, 2006). Por se tratar de uma obra linear (abertura de trincheira) de aproximadamente 170 m de comprimento, com profundidade máxima alcançando 3,20 m e largura variando entre 1,60 m e 0,80 m, optou-se por dividir o trecho em três setores:

- Setor 1 – Pátio interno do prédio do Corpo de Bombeiros.
- Setor 2 – Quintais dos imóveis 24, 33, 35, 37 e 39, quarteirão 31 até a rua São Francisco.
- Setor 3 – Rua São Francisco e quarteirão 28.

Cada setor foi dividido em segmentos, limitados entre os poços de visita (PV – seta vermelha entre as sondagens 2 e 3 da figura 10), e estes, em sessões de dois metros. Esse procedimento favoreceu a localização, mapeamento e registro dos vestígios arqueológicos (figura 10).

Nessa área, acompanhou-se o revolvimento de aproximadamente 144m^3 de sedimentos. Durante a execução da obra foi coletada uma amostra de 505 fragmentos de vestígios culturais móveis (cerâmica, vidro, metal etc.). Com o aparecimento de sepultamentos primários, tornaram-se necessárias prospecções sistemáticas para o registro e resgate emergencial de 12 indivíduos articulados (esqueletos completos) encontrados no eixo da rede de esgoto. Também foram realizados cortes e limpezas para identificação e registro de estruturas arquitetônicas.

Neste trabalho são apresentados apenas os estudos consolidados do setor 1, com enfoque para algumas

estruturas de fundações em arco de descarga, identificadas pela pesquisa. Das estruturas evidenciadas abaixo do piso atual, duas chamaram a atenção pela sua localização, robusteza, tipo de material empregado na construção e principalmente por estarem assentadas sobre DTC, a mais de três metros de profundidade em relação à camada de asfalto atual. Encontram-se alinhadas em paralelo a uma distância regular de cinco metros. Provavelmente são vestígios da antiga Capela de Nossa Senhora de Guadalupe. O Projeto de Pesquisa Arqueológica considera tanto o DTC quanto as estruturas arquitetônicas evidenciadas como "superartefatos" produzidos pelo homem em um determinado tempo e espaço.

Alguns vestígios culturais móveis, como faianças e moedas recuperadas e previamente analisadas apontam para a construção dessas estruturas durante a segunda metade do século XVIII, o que coincide com as informações encontradas nos registros históricos para ocupação da área. Também foram encontrados durante as escavações, em vários pontos do pátio, ossos humanos enterrados, articulados e bem-preservados, mostrando uma ordenação em suas posições, configurando-se como sepultamentos primários. Associados a esses esqueletos acharam-se vestígios culturais, como contas de colares, presilhas, botões etc., que ajudaram na identificação. Em outras ocorrências, os ossos apresentaram-se amontoados e sem articulação entre si, às vezes envelopados por uma camada de cal. Os enterramentos identificados durante a escavação da trincheira encontravam-se entre 0,90m e 1,20m de profundidade, cobertos por DTC. Foram recuperados 12 indivíduos, todos enterrados, aparentemente obedecendo às regras cristãs.

Documentos primários[6] encontrados pelas historiadoras do projeto mostram que em 1778 foi erguida naquela localidade uma capela, para atender à solicitação de uma irmandade de pardos da Igreja da Sé – Capela de Nossa Senhora de Guadalupe. Dados históricos informam que sua demolição ocorreu por volta de 1857. É possível que esse fato tenha ocorrido por fatores físicos ou políticos desencadeados naquele período: precário estado de conservação do prédio, talvez por estar assentado sobre DTC; sua localização geográfica às margens do rio das Tripas; questões sanitárias gravíssimas que a cidade vivenciava no período; e principalmente por causa das obras de canalização do rio das Tripas[7], conforme constatado no documento a seguir:

> Em cumprimento ao determinado por Vossa Excelência no ofício de 19 do corrente, com o qual se dignou honrar-me, convoquei a Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Guadalupe no Domingo 23 do corrente, e foi nomeada uma Comissão, para com melhor conhecimento de causa responderem a respeito da proposta feita pelo arrematante da obra da vala, sobre os materiais pertencentes a capela, e bem assim de sua final demolição: o que nestes oito dias o farão. Deus guarde a Vossa Excelência por mais anos. Bahia, 25 de agosto de 1857[8].

6 APEB, seção colonial, governo da província, religião, livro de tombo dos bens de todas as ordens terceiras, confrarias, irmandade de Salvador, 1851-1853, maço 5266.

7 Sobre o assunto, ver capítulo XV.

8 APEB, seção colonial, governo da província, religião, irmandade da capital, 1847-1889, maço 5249.

O aterro - DTC

Conforme já mencionado, as informações geológicas mostram que a área onde hoje se encontram assentados os quarteirões 28 e 31 possui DTC que chega a nove metros de profundidade, indicando uma topografia original acidentada e uma paisagem do tipo rossio[9], que perdurou pelos primeiros séculos de ocupação da cidade. Essa realidade responde uma das questões formuladas pelo projeto: por que uma área tão próxima dos núcleos primitivos demorou tanto tempo para ser densamente ocupada? Mostra também que o DTC foi pré-requisito para implantação dos novos quarteirões na malha urbana e consequentemente para o assentamento das casas. Os DTCs para este trabalho foram classificados a partir da característica física (material utilizado na sua composição), de aspectos de deposição (se foram jogados sobrepostos; se receberam tratamento de compactação ou não) e da funcionalidade (se colocados para receber as fundações dos casarões; se apenas para preencher os vazios entre os alicerces do imóvel, ou servir de contrapiso para eles)[10].

9 "A Cidade do Salvador, segundo a tradição portuguesa, foi criada com um termo e um rossio, sendo o primeiro território sob a autoridade municipal e o rossio uma parte do termo, próxima ao espaço urbano, cuja finalidade era propiciar condições para o pastoreio de uso doméstico dos moradores e o fornecimento de lenha a ser usada como combustível principal. Era o rossio ainda uma área livre para expansão urbana" (Pallotti, 1998, p. 37).

10 Ver exemplo da casa 39, rua 28 de Setembro, quarteirão 31.

Figura 11 – Perfil da parede norte, segmento 2, sessão C e D.

Os DTCs identificados ao longo da trincheira (setor 1) aberta pelas obras no quarteirão 31 apresentaram características que permitem subdividi-los em DTC 1 e 2, elencadas a seguir de acordo com a posição que ocupam no pacote estratigráfico.

O DTC 2 encontra-se normalmente entre a superfície e 1,20m. Apresenta estruturas de fundações diversas, calhas de esgoto, pisos e contrapisos, sepultamentos e concentração de vestígios culturais móveis (lixo doméstico). No DTC 1, localizado nas camadas mais profundas a partir de 1,20m, verifica-se a presença maciça de restos construtivos (fragmentos grandes), pouco compactados e associados a vestígios culturais móveis em baixa densidade.

Os dois tipos de DTC diferenciam-se a partir da classificação do tipo de material encontrado. Nessa separação, constatou-se no DTC 1 a ausência de louça inglesa, cuja produção, iniciada no final do século XVIII, teve seu comércio transatlântico desenvolvido durante o século XIX, inclusive com o Brasil. Essa ocorrência sugere que o DTC 1 é mais antigo que o DTC 2, ou, se contemporâneos, têm origens diferentes, um fato que precisa ser investigado no decorrer das pesquisas.

Essa cultura material está associada aos diversos momentos de ocupação da área, favorecida pelo fato de alguns locais apresentarem-se menos perturbados, permitindo uma leitura e classificação, apresentadas nas figuras 11 e 12.

De modo geral, as camadas estratigráficas identificadas na área se resumem em: camada asfáltica ou concreto grosso; piso de paralelepípedo e/ou contrapiso de pedra talhada; areia fina para assentamento e/ou DTC 2; lente com areia de praia lavada e material malacológico rolado; pisos de chão batido (argamassa de barro e cal); DTC 2 e DTC 1.

Considerações finais

Os depósitos tecnogênicos construídos, identificados no Pelourinho, associados à arqueologia histórica, constituem rara oportunidade para a constatação de alguns procedimentos culturais e ambientais utilizados nos séculos XVII e XVIII, como a reutilização intencional de resíduos de material de construção, uma vez que esse tipo de depósito indica intencionalidade, assim como procedimentos de alteração da paisagem visando à ocupação urbana, semelhantes ao que ocorre atualmente nas cidades brasileiras de porte médio a grande.

Outra questão que também se apresenta é o volume de rejeitos utilizados. Considerando a espessura média de quatro metros inferida dos depósitos de 52.000m² da Poligonal da Área das Obras Civis da 7ª Etapa, obtém-se

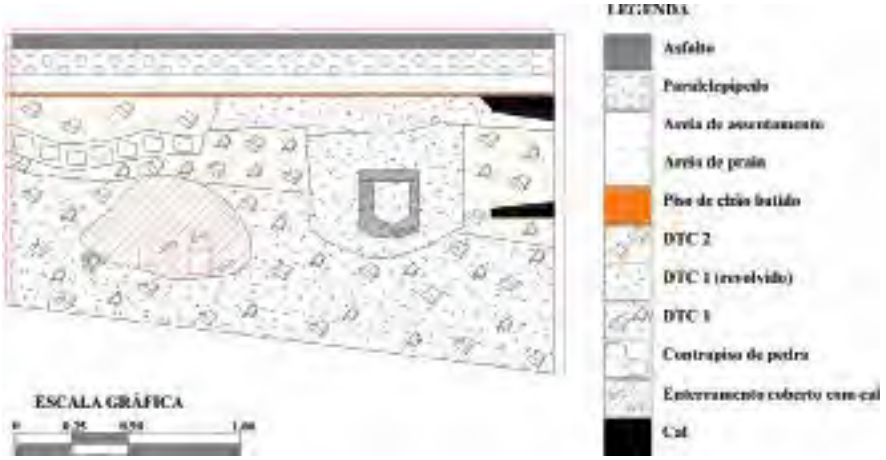


Figura 12 – Perfil da parede norte, segmento 2, sessão C e D.

um valor aproximado de 208.000m³. Relatos históricos indicam que a cidade foi reconstruída por volta de 1625, após a reconquista pelos portugueses e espanhóis, podendo estar aí a origem de parte dessa considerável quantidade de rejeitos utilizados.

Os DTCs também podem estar relacionados com o precário estado de conservação da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, já mencionado, construída sobre depósitos aluviais do rio das Tripas. Nesse caso, a superposição dos depósitos resultou, talvez, na estruturação de uma área com condições geotécnicas desfavoráveis à edificação, agravadas pelo lençol freático próximo à superfície e pelos constantes transbordamentos do rio das Tripas.

Além dos aspectos acima mencionados, os planos de discordância e o sentido do mergulho dos constituintes dos depósitos permitem estabelecer hipóteses sobre o processo de construção. As figuras 3, 4 e 5 indicam que a deposição ocorreu predominantemente da esquerda para a direita da área fotografada. Um levantamento geral dos perfis pode estabelecer os procedimentos adotados no aterramento da área, fato significativo para a Arqueologia histórica e a Geologia ambiental.

Enterramentos relacionados aos vestígios da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, localizada no terreno do Corpo de Bombeiros.

Referências

CHEMECOV, Y. F. Tecnogenics Deposits. In Inqua Congress, 11, Moscow. *Abstracts*… 1983, p. 62, v. 3.

CUNHA, B. C. C. *Impactos socioambientais decorrentes da ocupação da planície de inundação do ribeirão Anicuns: o caso da Vila Roriz*. Goiânia, 2002. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais.

KOWALSKI, W. History of Change of Geological Environment Under the Influence of the Activity of Manking. In International Geological Congress, 27, Moscow, 1984. *Proceedings*… Ultrech: VNU Science Press, p. 51-67, v. 17.

NAJJAR, R.; SILVA, R. C. P. *Relatório parcial do projeto de prospecção arqueológica na área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho*, Salvador, Monumenta/Iphan, jul./dez. 2006.

_____ . *Relatório parcial do projeto de prospecção arqueológica na área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho*, Salvador, Monumenta/Iphan, 2007.

NOLASCO, M. C. *Registros geológicos gerados pelo garimpo. Lavras Diamantinas – BA*. Porto Alegre, 2002. Tese (doutorado). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, A. M. S. Depósitos tecnogênicos associados a erosão atual. In Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia, 6, Salvador. *Anais*… São Paulo: Abge, 1990. p. 411-415. v. 1.

_____ . *Depósitos tecnogênicos e assoreamento de reservatórios: exemplo do reservatório de Capivari, Rio Paranapanema, SP/PR*. São Paulo, 1994, 2 v. Tese (doutorado). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

PELOGGIA, A. U. G. A magnitude e a frequência da ação humana representam uma ruptura na processualidade geológica na superfície terrestre? *Geosul*, 1998b, v. 14, n. 27, p. 60 (edição especial do II Simpósio Nacional de Geomorfologia, Florianópolis, nov. 1998).

_____ . *O Homem e o ambiente geológico: geologia, sociedade e ocupação urbana no município de São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1998a.

_____ . Sobre a classificação, enquadramento estratigráfico e cartografação dos solos e depósitos tecnogênicos. In Peloggia, A. U. U. *Estudos de geotécnica e geologia urbana (I)*. Manual Técnico 3 GT – Geotec. Superintendência da Habitação e Desenvolvimento Urbano. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1999.

ROHDE, G. M. *Epistemologia ambiental*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

RUBIN , J. C. R. *Sedimentação quaternária, contexto paleoambiental e interação antrópica nos depósitos aluviais do alto rio Meia Ponte, Goiás*. Rio Claro, 2003. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas.

_____ . A relação do ser humano e o rio Meia Ponte em Goiânia – GO. *Fragmentos de Cultura*, jul. 2004, v. 14, n. 7, p. 1275-1285.

RUBIN, J. C. R.; BRITO, G. S.; OLIVEIRA, A. M. S.; SAAD. A. R. Depósitos tecnogênicos associados a um segmento da planície aluvial do ribeirão Anicuns, Goiânia, GO. *Anais*… XI Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário. Belém: Abequa, 2007. CD-ROOM.

_____ . Amostragem dos depósitos tecnogênicos associados ao rio Meia Ponte na área urbana de Goiânia – GO. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, Uberlândia, 2008, v. 9, n. 2, p. 3-14.

SAMPAIO, T. *História da fundação da Cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Benedita, 1949. (Obra póstuma, publicada por indicação de Anísio Teixeira.)

SERGEEV, Ye. M. Engineering Geology and Protection of the Environment. *Bulletin of the International Association of Engineering Geology*, Krefeld, 1980, n. 22, p. 75-78.

_____ . Theoretical Fundamentals and Problems of Engineering Geology. In International Geological Congress, 27, Moscow, 1984. *Proceedings*… Ultrech: VNU Science Press, p. 35-49, v. 17.

SUGUIO, K. *Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

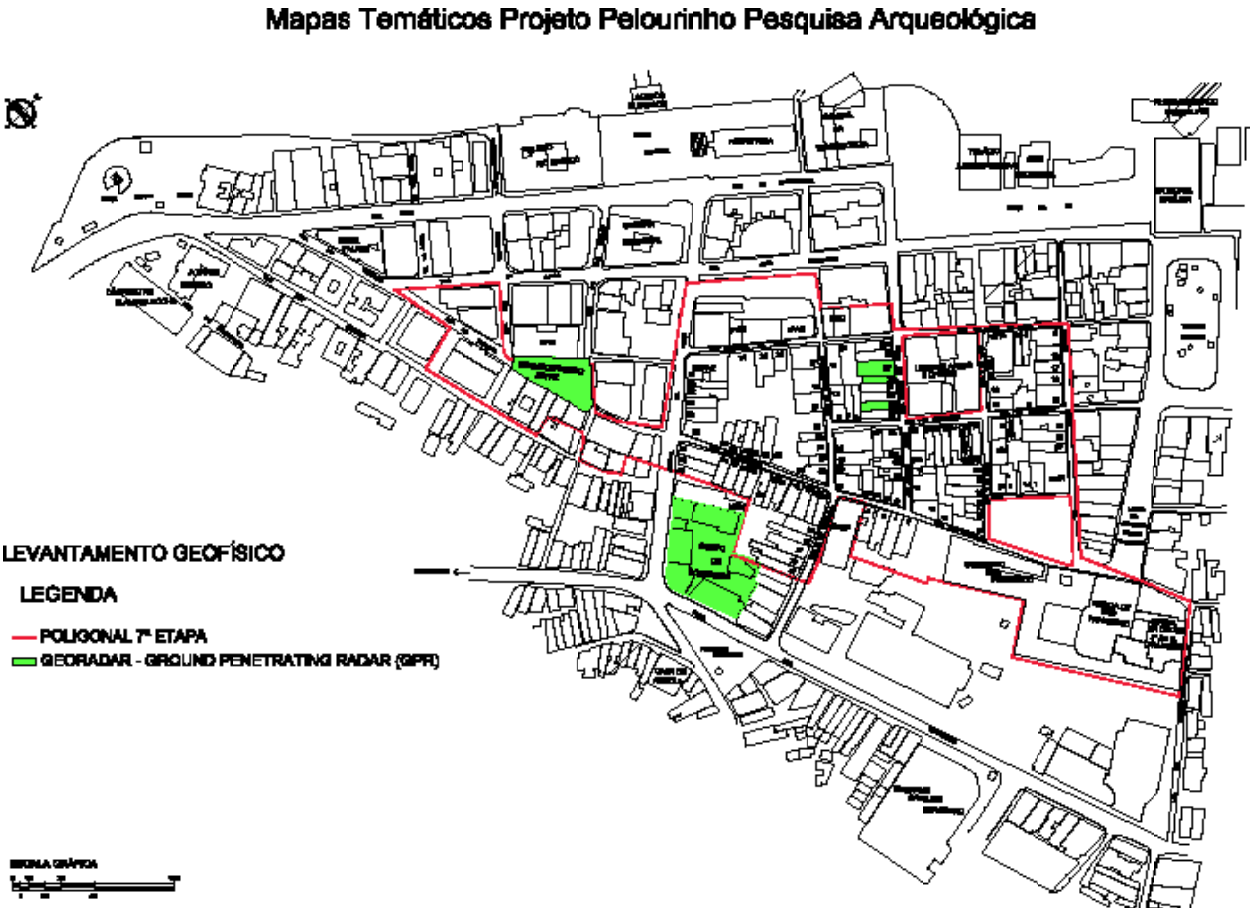
TER-STEPANIAN, G. Beginning of the Tecnogene. *Bulletin of International Association of Engineering Geology*, Paris, 1988, n. 38, p. 133-142.

VII - O método geofísico (GPR) e a Arqueologia

Rinaldo Marques

Segundo Manzanilla & Barba (1994), Arqueologia é uma ciência que investiga o passado, estudando as sociedades humanas e suas transformações no tempo. Completa o estudo do homem como ser social e sua influência no meio em que vive, integrando informações procedentes da Biologia (Paleobotânica, Paleozoologia e Paleoantropologia) aliadas aos dados procedentes do conhecimento da Terra (Geologia, Geofísica e Geografia), refazendo assim a história do homem.

Nos dias de hoje, a Arqueologia utiliza ferramentas cada vez mais inovadoras e aparelhos mais refinados nos estudos arqueológicos. Os grupos de pesquisa são compostos normalmente por profissionais interdisciplinares, com formação em diversas áreas,



que analisam os materiais escavados sob diferentes enfoques, utilizando técnicas abrangentes e eficazes.

A Geofísica é uma das ciências usadas atualmente com o intuito de definir as estruturas camufladas por sedimentos, utilizando para isso as propriedades físicas do meio, como por exemplo: o magnetismo, a susceptibilidade e resistividade elétrica, a radiação e o eletromagnetismo (Barba, 1986).

Grande parte das referências bibliográficas encontradas sobre aplicações dos métodos geofísicos em arqueologia trata de aplicações do método eletromagnético GPR (Ground Penetrating Radar). Esse método está baseado na propagação de campos eletromagnéticos (contínuos ou transitórios) no subsolo, nos quais suas ondas possuem diferentes frequências. Ele pode ser considerado passivo, quando utiliza campos magnéticos e elétricos da Terra (por exemplo, magnetotelúrico), ou ativo, quando um transmissor artificial é utilizado próximo ao campo (por exemplo, condutivímetro de solo) ou distante dele, utilizando transmissores de alta potência, como é o caso do GPR.

Com o emprego dos métodos geofísicos nos levantamentos arqueológicos, espera-se caracterizar melhor e com maior precisão os diversos materiais e estruturas, dentre outros vestígios arqueológicos, de forma rápida e sem intervenções danosas, tornando as escavações mais eficientes e com menores custos.

Assim, surgem novas pesquisas, com equipamentos cada vez mais sofisticados, na tentativa de se interpretar quantitativamente as informações geofísicas geradas por diferentes propriedades físicas obtidas em prospecções arqueológicas (Mason, 1984; Coirolo, 2000). Nas investigações geofísicas aplicadas à arqueologia, a interpretação deve ser feita levando-se em conta todo o conjunto de integração de dados. Essa é uma forma de se fazer valer as informações e creditá-las, permitindo a interpretação de áreas arqueológicas com maior segurança.

Objetivo

Neste trabalho foi realizado um levantamento geofísico ao partir do método eletromagnético – GPR, com o objetivo de avaliar de forma indireta a subsuperfície e fornecer subsídios que auxiliem na identificação de feições arqueológicas soterradas, tais como vestígios de edificações e estruturas arqueológicas diversas.

As áreas investigadas situam-se no Centro Histórico de Salvador, também conhecido como Pelourinho (figura 1).

Figura 1 – Mapa de anomalias identificadas na área 3 - Pelourinho, Salvador.

Metodologia

O GPR é um método eletromagnético que emprega ondas de rádio em frequências elevadas (10 a 2500 MHz) para localizar estruturas, feições geológicas ou objetos enterrados pelo homem em subsuperfície (Annan, 1992; Annan, 2002; Daniels, 1996; Kruk et al., 1999). Nesse método, as ondas eletromagnéticas são rapidamente radiadas para o solo.

Irradia-se pulso eletromagnético para o interior do solo pela antena transmissora. Mudanças nas propriedades elétricas do meio fazem com que parte do sinal seja refletida para a superfície e parte seja transmitida. O sinal refletido é então captado, amplificado, formatado, registrado e armazenado em uma unidade de controle, permitindo a geração de uma imagem de alta resolução da subsuperfície, que pode ser visualizada em uma unidade de controle ou computador (figura 2).

A resposta do GPR em cada ponto do terreno amostrado é representada por um traço. Os traços refletem a resposta da propagação da onda eletromagnética no subsolo. Quanto maior a amplitude do sinal registrado, maior será o contraste elétrico entre os meios investigados.

Nos sistemas GPR em geral a velocidade permanece em um patamar essencialmente constante para condutividades menores que 100mS/m (milisiemens por metro) e o campo EM propaga-se sem apresentar dispersão (Davis; Annan, 1989).

Os principais fatores que influenciam a profundidade de penetração do sinal GPR são o espalhamento geométrico, a atenuação pelo terreno e a partição da energia nas interfaces, todos relacionados à perda de energia durante a propagação da onda EM.

Para amenizar essas perdas, a frequência de operação é escolhida de modo a fornecer a relação mais vantajosa entre a penetração e a resolução para um determinado tipo de trabalho. A maioria dos sistemas pode operar sob várias frequências, porém as frequências na faixa de 50 a 400MHz são as mais comuns para os estudos de mapeamento em pequenas profundidades.

As profundidades de investigação e resolução do GPR variam de acordo com a frequência da antena. Quanto maior a frequência, maior a resolução vertical e menor a profundidade de investigação, e vice-versa. A tabela 1

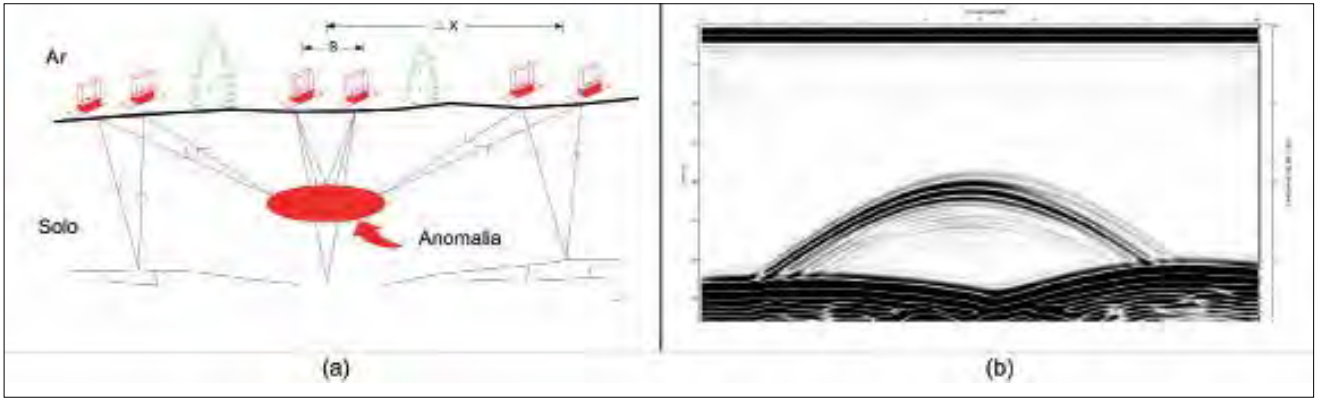


Figura 2 – (a) Desenho esquemático do processo de aquisição de dados GPR (modificada de Annan, 1992). (b) Seção obtida na aquisição GPR.

Tabela 1 – Frequência versus Profundidade de Investigação (Annan, 1992).

Frequência (MHz)	10	50	100	200	500	700
Profundidade Média de Investigação (m)	50	35	20	10	3	2

ilustra um guia prático da relação da frequência a ser utilizada em função da profundidade de investigação, de forma a planejar os trabalhos de GPR.

As principais características que tornam o GPR indicado às finalidades de levantamentos arqueológicos são:

- Fornece perfis ao longo de linhas, produzindo seções em tempo real.
- Permite interpretar no campo os registros gráficos e corrigi-los topograficamente de acordo com a variação do terreno.
- Permite a adequação às condições locais: altas frequências, maior resolução; e baixas frequências, maior penetração.
- Possibilita a identificação de túneis, parede, objetos enterrados, blocos e/ou matacães de rochas, estruturas de concreto etc.

Para a execução dos trabalhos, foi utilizado o equipamento GPR IDS Detector Duo (fabricado pela *Ingegneria Dei Sistemi* – IDS). Esse sistema IDS consiste em três módulos interligados por cabos: o primeiro composto por um conjunto de antenas blindadas, o segundo por uma unidade de controle e o terceiro por uma unidade de armazenamento (figura 3).

Figura 3 – Foto do equipamento IDS Detector Duo, com a antena blindada de 250MHz e 700MHz.

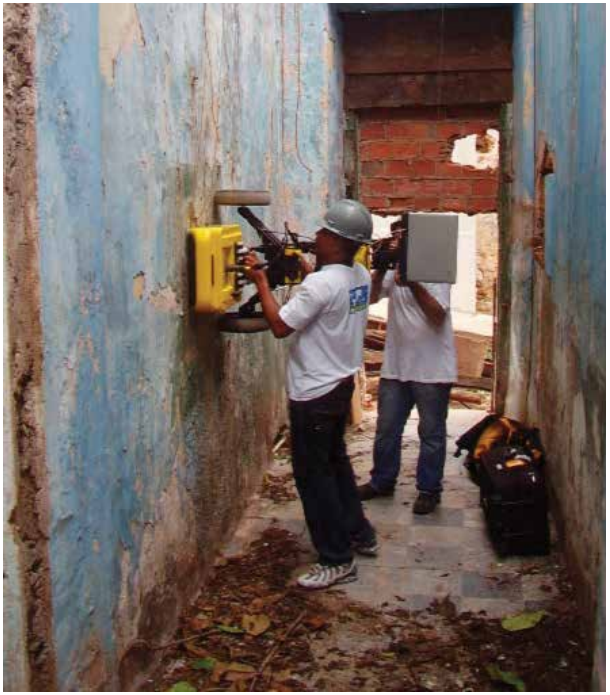


Figura 4 – Aquisição de dados GPR nas áreas estudadas no Pelourinho, Centro Histórico de Salvador.

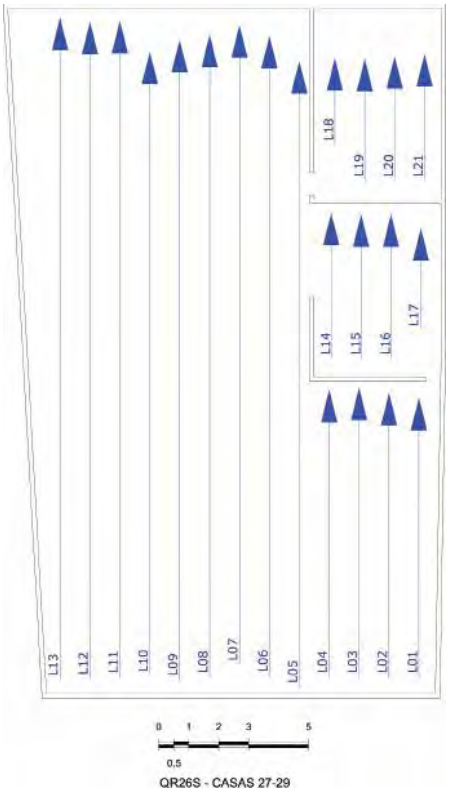
Aquisição de dados

A disposição das linhas no campo foi estabelecida em função da disponibilidade de áreas livres (sem

Figura 5 (no alto da página, à esquerda) – Mapa de localização das aquisições de GPR da área 1 – Pelourinho, Salvador.

Figura 6 (no alto da página, à direita) – Mapa de localização das aquisições de GPR da área 3 – Pelourinho, Salvador.

Figura 7 (abaixo) – Mapa de localização das aquisições de GPR da área 2 – Pelourinho, Salvador.



obstáculos na superfície – estruturas de concreto, entulhos e árvores). Foram realizadas 92 linhas de GPR 2D, divididas em três áreas (área 1, casas 27 e 29 da rua Guedes de Brito; área 2, casa 35 da rua Guedes de Brito; área 3, pátio do Quartel do Corpo de Bombeiros). A figura 4 evidencia algumas aquisições GPR realizadas nas áreas estudadas, mostradas por meio dos mapas de localização de cada área (figuras 5, 6 e 7).

Nas aquisições GPR foi utilizado um par de antenas (transmissor/receptor) blindadas de 250MHz e de 700MHz, com espaçamento entre os pontos de leitura de 0,02 metro, atingindo as profundidades de investigação de aproximadamente 2,8 metros.

Na definição dos parâmetros de aquisição de dados utilizados consideraram-se três aspectos:

- Mapas e croquis existentes.
- Estruturas geotécnicas visíveis na superfície.
- Geologia regional da região do Pelourinho.

Processamento de dados

Todas as etapas de processamento foram realizadas no *software* Reflexw®, versão 4.5 (Sandmeier, 2008) e desenvolvidas de forma a destacar as anomalias, alvo deste trabalho.

Inicialmente, filtraram-se os dados de campo (*dewow*), eliminando-se os ruídos eletrônicos e estáticos inerentes ao sistema. O processamento dos dados envolveu: determinação da chegada da primeira onda (ajuste do tempo zero); aplicação de ganhos (linear, exponencial e decaimento de energia); filtragens 1D (*bandpass butterworth* e *bandpass frequency*) e 2D (remoção do *background*); conversão da escala de tempo para profundidade; georreferenciamento e interpolação dos perfis, elaboração de cubos tridimensionais e *depth slices* (cortes em profundidade).

Para a conversão dos perfis em profundidade realizou-se um ajuste hiperbólico de alguns pontos difratores encontrados na área investigada. A velocidade obtida foi de 0,80m/ns, utilizada na inversão dos dados (tempo para profundidade).

Resultados

Todas as informações e resultados obtidos são analisados nesta etapa, visando a obtenção de um quadro diagnóstico da área e definição das possíveis estruturas arqueológicas enterradas, assim como sua localização e caracterização, sempre que possível, além de recomendações de ações frente aos resultados.

Os resultados dos valores físicos medidos a partir de cada metodologia variam em função das características físicas do terreno. Assim, a obtenção de um padrão representativo do terreno local é dada em função dos valores totais medidos e das variações das características físicas de cada litotipo (silte, argila, areia etc.). Os valores representativos da área são então obtidos por meio do processamento e correlação com os dados diretos de campo.

As faixas de valores físicos podem variar de acordo com as propriedades de cada material e representar mais de um tipo (Telford et al., 1990).

A utilização de cores no processamento de dados e posterior apresentação é um artifício gráfico com o objetivo de destacar faixas de valores específicos caracterizados no processamento. De forma geral, para cada área utiliza-se um padrão de cor, e sempre que possível esse padrão é repetido para as demais áreas do projeto, objetivando a melhor visualização das anomalias a destacar. Assim, a escala de cor independe dos valores medidos, sendo apenas um critério visual para destacar as anomalias identificadas.

A velocidade da onda eletromagnética no solo foi, em média, de 0,08m/ns, permitindo investigar uma profundidade média de 2,8 metros, com uma janela temporal de 70ns.

Os refletores mais evidentes (hiperbólicos, descontínuos e contínuos) encontram-se na profundidade média de 1,4 metro.

São verificados três padrões distintos de reflexão nas seções de GPR, relacionados à mudança nas propriedades dielétricas do meio:

- O primeiro padrão de reflexão ocorre até a profundidade máxima de 1,4 metro e mostra alta

amplitude (superior a 15.000dB/m), refletores hiperbólicos, retilíneos e descontínuos.

- O segundo padrão de reflexão, mais profundo (abaixo de 1,4 metro), mostra maior atenuação do sinal eletromagnético e refletores contínuos e descontínuos, lineares e irregulares, inclinados e horizontalizados.

- O terceiro padrão de reflexão é caracterizado pela presença de refletores descontínuos, hiperbólicos, de alta a média amplitude. Ocorrem na maioria das seções de GPR de forma aleatória.

Os resultados GPR 2D obtidos na área possibilitam ao intérprete identificar e correlacionar os refletores com interfaces geológicas e com interferências (paredes, blocos de rocha, tubulações etc.) presentes na área.

Os refletores relacionados a interfaces geológicas são comumente retilíneos, contínuos e sub-horizontais a inclinados (figura 8). Estão relacionados a variações texturais de solos argilosos a siltosos que ocorrem ao longo de toda a área do Pelourinho.

Os refletores pontuais (reflexões hiperbólicas) indicam, em sua maioria, blocos de rocha e estruturas diversas soterradas no solo (paredes, tubulações e estruturas arqueológicas). Além das reflexões hiperbólicas, escavações no solo são identificadas por interrupção abrupta entre refletores e contato lateral direto entre refletores de alta amplitude e de baixa amplitude (figura 9).

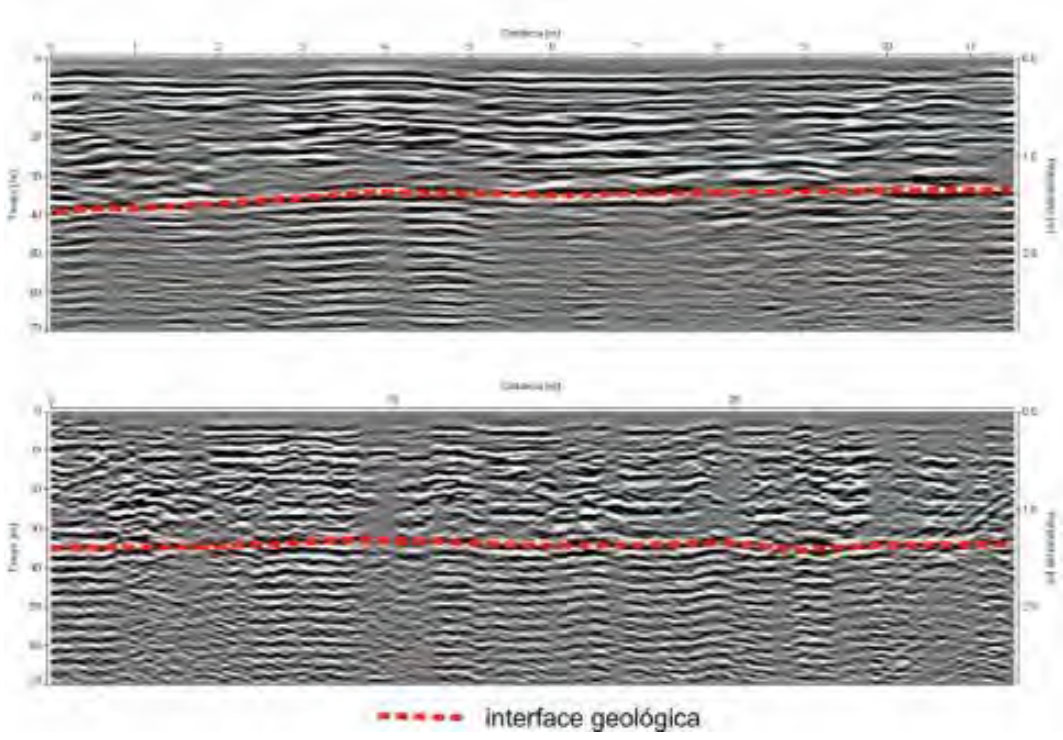


Figura 8 – Seções GPR mostrando padrões de reflexão relacionados a interfaces geológicas encontradas na área estudada.

Área 1, casas 27 e 29, rua Guedes de Brito

Nos perfis GPR 2D, as principais anomalias hiperbólicas são interpretadas e relacionadas aos alicerces das construções superficiais evidenciadas no local. As anomalias manifestadas nesse local são identificadas no mapa de anomalias da área A1 (figura 10).

Não foram encontrados padrões de anomalias relacionados a feições arqueológicas subterrâneas.

Área 2, casa 35, rua Guedes de Brito

Nos perfis GPR 2D, notam-se algumas anomalias hiperbólicas, que são áreas de potencial ocorrência de artefatos arqueológicos. Na parte mais a leste da área, ocorre uma zona de forte atenuação do sinal eletromagnético, podendo ser relacionada ao aumento da condutividade elétrica do meio. Essa zona deve indicar o aumento da quantidade de argila no meio e/ou alguma estrutura arqueológica soterrada. As anomalias

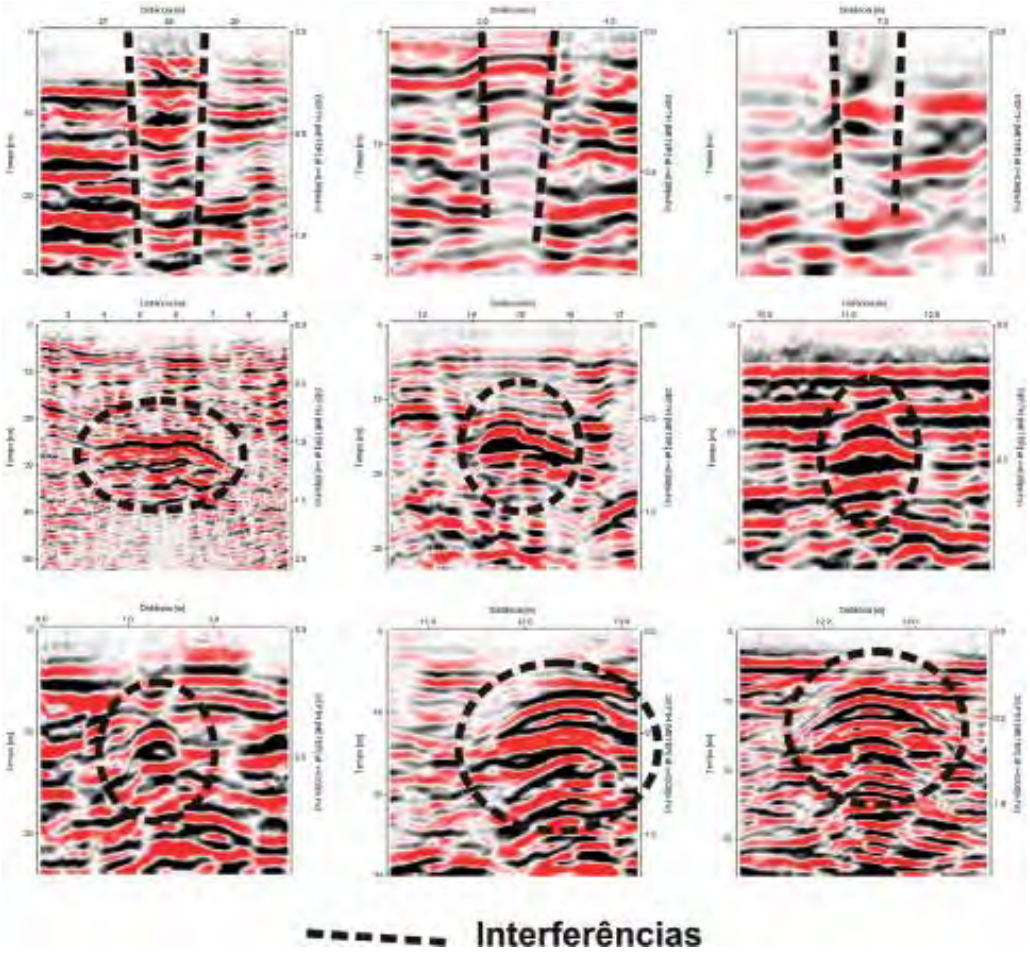


Figura 9 – Seções GPR mostrando padrões de reflexão relacionados com interferências enterradas na área (paredes, blocos de rocha, tubulações etc.).

evidenciadas nesse local são identificadas no mapa de anomalias da área A2 (figura 11).

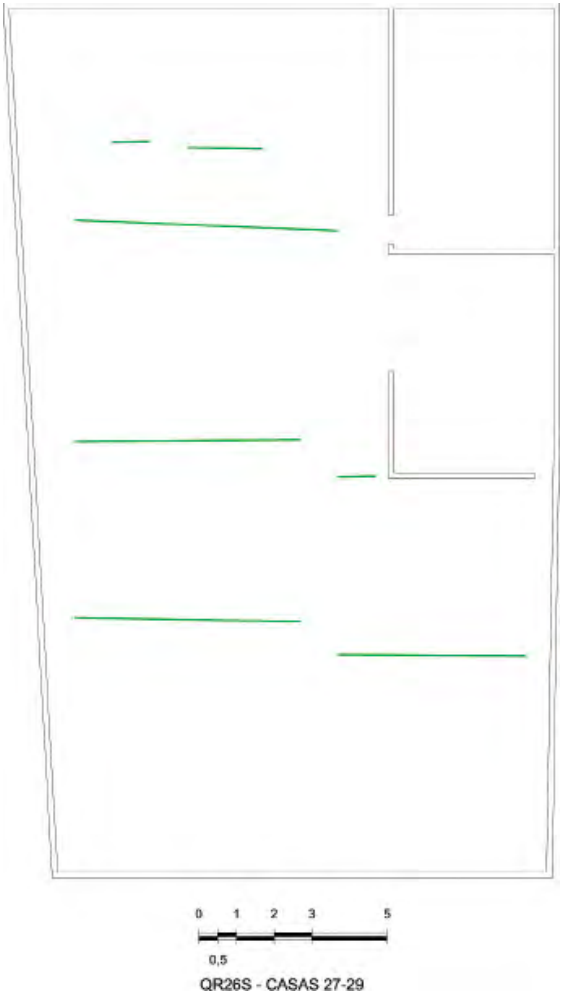


Figura 10 (à esquerda) – Mapa de anomalias identificadas na área 1 – Pelourinho, Salvador.

Figura 11 (à direita) – Mapa de anomalias identificadas na área 2 – Pelourinho, Salvador.

Área 3, pátio do Quartel do Corpo de Bombeiros

Nos perfis GPR 2D, as principais anomalias hiperbólicas são interpretadas e relacionadas a alicerces/paredes de antigas edificações existentes no local. As anomalias evidenciadas ali são identificadas no mapa de anomalias da área A3 .

A partir do detalhamento de certas feições identificadas e da associação de informações diversas (arqueológicas, históricas, investigações diretas etc.) foi possível estimar possíveis configurações da antiga igreja existente no local. A figura 12 ilustra tal interpretação.

Conclusão

Os resultados obtidos mostram que as investigações geofísicas realizadas com o GPR possibilitaram o delineamento de anomalias geofísicas possivelmente associadas a vestígios arqueológicos existentes nas áreas investigadas no Pelourinho, Centro Histórico de Salvador.

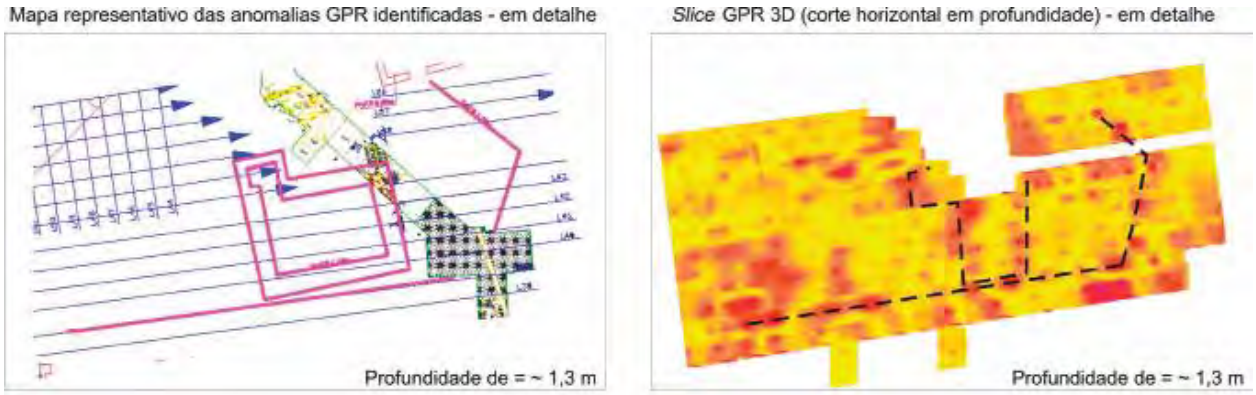

Mapa representativo das anomalias GPR identificadas - em detalhe
Profundidade de = ~ 1,3 m
Slice GPR 3D (corte horizontal em profundidade) - em detalhe
Profundidade de = ~ 1,3 m

Figura 12 – Imagens representativas da possível configuração da antiga igreja local. Mapa e *slice* GPR (profundidade de 1,3m).

Os dados geofísicos forneceram indícios importantes, que ajudaram no planejamento das escavações arqueológicas. Nas áreas 1 e 2, onde buscávamos sinais de uma estrutura arqueológica bastante específica, os resultados foram muito úteis. No imóvel vizinho aos locais prospectados – casa 33 da rua Guedes de Brito –, as escavações arqueológicas evidenciaram um forno, de provável uso no período oitocentista. A identificação da possível existência de outros fornos nos imóveis vizinhos tornou-se então o objetivo principal da prospecção geofísica, pois era necessário esclarecer se o forno descoberto na casa 33 constituía uma estrutura isolada ou se havia um complexo de fornos instalado antes das casas que hoje se encontram no local. As anomalias na área 1, rasas e de formato linear, não sugeriam a existência de fornos, e por isso o local não foi escavado pelos arqueólogos. Já os indícios geofísicos da área 2, mais condizentes com o formato de um forno, levaram os arqueólogos a escavarem o solo do imóvel de número 35, mas foram encontradas somente estruturas arquitetônicas associadas ao imóvel.

Na área 3, o objetivo do levantamento geofísico foi diferente, pois não havia possibilidade de escavações arqueológicas adicionais, por se tratar de uma pesquisa dentro de um pátio do Corpo de Bombeiros, atendendo à demanda de uma obra emergencial. Nesse caso, os dados geofísicos foram fundamentais para o lançamento de hipóteses sobre a configuração espacial de uma antiga capela no local, assunto abordado neste livro com mais detalhes no capítulo XV.

Referências

ANNAN, A. P. GPR – History, Trends, and Future Developments. *Subsurface Sensing Technologies and Applications*, 2002, v. 3, n. 4, p. 253-270.

_____ . Ground Penetration Radar Workshop Notes. *Internal Report*, Sensors & Software Inc., 1992.

BARBA, L. La aplicación de métodos geofísicos, químicos e sedimentológicos no estudo de sítios arqueológicos. Sociedade Mexicana de Antropología, México, *Revista Mexicana de Estudios Antropológicos*, 1986, t. XXXII p. 35-50.

BENSON, A. K. Applications of Ground Penetrating Radar in Assessing Some Geological Hazards: Examples of Groundwater Contamination, Faults and Cavities. *Journal of Applied Geophysics*, 1995, n. 33, p. 177-193.

COIROLO, A. D., BOKSAR, R. B. In *Arqueologia de Tierras Bajas*. Comisión Nacional de Arqueologia, Ministerio de Educación y Cultura, Montevideo, Uruguay, 2000, p. 207-226.

DANIELS, J. J. Surface Penetrating Radar. London, *The Institution of Electrical Engineers*, 1996.

DANIELS, J. J.; ROBERTS, R.; VENDL, M. Ground Penetrating Radar for the Detection of Liquid Contaminants. *Journal of Applied Geophysics*, 1995, n. 33, p. 195-207.

DAVIS, J. L.; ANNAN, A. P. Ground Penetrating Radar for High Resolution Mapping of oil and rock stratigraphy. *Geophysical Prospecting*, 1989, n. 37, p. 531-551.

GRANDJEAN, G.; GOURRY, J. C.; BITRI, A. Evaluation of GPR Techniques for Civil-Engineering Applications: Study on a Test Site. *Journal of Applied Geophysics*, 2000, n. 45, p. 141-156.

JOL, H. M.; SMITH, D. G. Ground Penetrating Radar: Antenna Frequencies and maximum Probable Depths of Penetration in Quaternary Sediments. *Journal of Applied Geophysics*, 1995, n. 33, p. 93-100.

KRUK, J. van der; SLOB, E. C.; FOKKEMA, J. T. Background of Ground-Penetrating Radar Measurements. *Geologie en Mijnbouw*, 1999, n. 77, p. 177-188.

MANZANILLA, L., BARBA, L., CHAVEZ, R., TEJERO, A., CIFUENTES, G. & PERALTA, N. (1994). Caves and geophysics: an approximation to the underworld of Teotihuacan, Mexico. *Archaeometry* 36**,** 141–157.

MASON, R. J. 1984 An Unorthodox Magnetic Survey of a Large Forested Historic Site. Historical Archaeology 18(2):54-63.

McGRATH, R. J.; STYLES, P.; THOMAS, E.; NEALE, S. Integrated High-Resolution Geophysical Investigations as Potential Tools for Water Resource Investigations in Karst Terrain. *Environmental Geology*, 2002, n. 42, p. 552- 557.

PENNER, G. C. E. *Estudo de caso da contaminação do solo e da água subterrânea por deposição no solo de resíduos vinculados a óleos lubrificantes*, São Carlos, 2005. Tese (doutorado), Escola de Engenharia de São Carlos, USP.

SANDMEIER, K. J. *Reflexw*, *version 4.5 for Windows 9x/2000/NT/XP, 2008*. Program for the Processing of Seismic, Acoustic or Electromagnetic Reflection, Refraction and Transmission Data. Manual do Software.

SAUCK, W. A. A Model for the Resistivity Structure of LNAPL Plumes and their Environs in Sandy Sediments. *Journal of Applied Geophysics*, 2000, n. 44, p. 151-165.

SAUCK, W. A.; ATEKUANA, E.A.; NASH, M. S.. High Conductivities Associated With an LNAPL Plume Imaged by Integrated Geophysical Techniques. *Journal of Environmental and Engineering Geophysics*, 1998, v. 2, n. 3, p. 203-212.

SHIRAIWA, S.; LISOVSKY, S. P.; ELIS, V. R.; PORSANI, J. L.; BORGES, W. R. Estudos geofísicos integrados no lixão de Cuiabá, MT, Brasil – Resultados preliminares. *Revista Brasileira de Geofísica*, 2002, v. 20, n. 3, p. 181-186.

TOPP, G. C.; DAVIS, J. L.; ANNAN, A. P. Electromagnetic Determination of Soil Water Content: Measurements in Coaxial Transmission Lines. *Water Resources Research*, 1980, n. 16, p. 574-582.

ZENG, X.; McMECHAN, G. A. GPR Characterization of Buried Tanks and Pipes. Geophysics, 1997, v. 62, n. 3, p. 797-806.

VIII - O banco de dados na pesquisa arqueológica

Anderson Silveira - Márcia Labanca - Taise Ane Santana

O acúmulo progressivo de conhecimentos é um dos traços mais marcantes da experiência humana. A engenhosidade do homem sempre foi aplicada ao aprimoramento dos recursos destinados à preservação e transmissão dos saberes produzidos em uma dada realidade. Eis o aspecto fundamental contido na concepção de banco de dados: a capacidade de estabelecer uma relação lógica entre os fragmentos "recolhidos" de um determinado contexto com o propósito de dar visibilidade a conhecimentos não

Tipos de documentos que constam no banco de dados.

necessariamente acessíveis por constatação empírica. Ora, a novidade presente nos bancos de dados eletrônicos, fruto do desenvolvimento das tecnologias da informática, é a possibilidade de integrar, em uma única interface, uma infinidade de fontes e meios de informação. A expansão dos meios de comunicação como a internet, por sua vez, potencializa infinitamente os usos de tal interface.

A partir do material recolhido nos trabalhos de campo do Projeto de Pesquisa Arqueológica da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Monumenta/Iphan) ou Projeto Pelourinho de Arqueologia, pretende-se destacar a inserção do banco de dados na atividade de pesquisa arqueológica com o intuito de potencializar a construção de conhecimento. Nesse sentido, examinam-se algumas potencialidades inerentes aos recursos e ferramentas associadas aos bancos de dados atuais, especialmente aqueles que podem ser geridos por meio da internet.

Antes de considerar o banco de dados na pesquisa arqueológica, tentaremos construir um panorama sobre sua evolução, a fim de pontuar como os aspectos de armazenamento, organização e sistematização de informações participam da construção de conhecimentos em um trabalho de pesquisa arqueológica.

Panorama sobre a evolução dos bancos de dados

A história humana se inicia com o desenvolvimento de técnicas, recursos e estratégias para fixar, registrar ou armazenar uma série de experiências cotidianas. Os achados em paredes rochosas de cavernas, por exemplo, podem ser considerados como "anotações" ou "memórias" de uma coletividade acerca de seu modo de vida. O que foi escrito primeiramente em pedras e depois em tábuas de argila começa a se tornar obsoleto com o aparecimento do papiro, seguido do papel, facilitando consideravelmente o transporte dessas informações.

Por um longo tempo, os livros representaram a principal tecnologia para armazenagem do conhecimento gerado pela humanidade. Os esforços para elaborar folhas mais leves e impressões mais finas tinham como objetivo guardar uma quantidade maior de informações em um menor espaço físico. Podemos considerar esse processo como o embrião dos bancos de dados eletrônicos atuais. Tais investimentos resultaram em mecanismos capazes de concentrar uma quantidade crescente de informação no menor espaço possível.

A sofisticação dos bancos de dados ganha força a partir da expansão e convergência das tecnologias de base eletrônica com aquelas relacionadas à comunicação e à informação. Sua história se confunde, em vários momentos, com a história da informática, porque o elemento fundamental é o mesmo (a informação), mas a lógica de processá-lo ou consumi-lo sofre variações importantes conforme estejamos falando de uma dessas áreas. A rigor, os bancos de dados e a microinformática alcançam o ápice do seu desenvolvimento praticamente no mesmo período – em torno dos anos de 1960 –, e permanecem como campos independentes até o momento em que suas pesquisas se interceptam e conquistam o rótulo da tecnologia de informação (TI).

O aspecto significativo da expansão dos bancos de dados, por um lado, e da informática, por outro, dá-se não exatamente pelo poder de processamento, mas

pela capacidade de estocar informações. Por meio das lógicas de armazenamento de informações vinculamos necessariamente as exigências de processamento com os recursos e estratégias voltados para o acúmulo sistemático de grande quantidade de informação.

A partir dos anos de 1980, o aprimoramento vigoroso dos mecanismos manipuladores dos bancos de dados, por meio das tecnologias que combinam informática e comunicação com uma infinidade de técnicas de gestão e pesquisa, faz emergir a ideia do primado do banco de dados. Em outras palavras, o banco de dados se constitui, simultaneamente, como infraestrutura necessária para uma série de ações e iniciativas sociais, bem como um dos seus produtos mais emblemáticos. Diversos segmentos sociais exploram os bancos de dados como fontes de conhecimento e referência básica para tomada de decisão. Universidades, centros de pesquisa, instituições governamentais e outros atores sociais empreendem ações variadas para se tornarem competentes na utilização de tais recursos. Toda essa movimentação dispara e faz girar um considerável volume de recursos econômicos.

Nesse sentido, não é exagero afirmar que a chamada "era da informação" estabelece o primado do banco de dados, o que significa dizer que parte dos sistemas de informação, de inteligência e de segurança, entre outros, está associada a algum tipo de gerenciamento de dados. Tais sistemas, entretanto, não devem ser vistos como algo estanque, estático, meramente informativo e destinado ao arquivamento de informações, tal qual um "depósito" ou "armazém"; eles são capazes de produzir conhecimentos novos a partir de uma infinidade de cruzamento de dados.

Como já sinalizamos, os bancos de dados constituem-se simultaneamente em instrumentos e produtos das ações de manipulação e gestão de dados. Nesse caso, não apenas participam como recursos importantes para o desenho metodológico dos projetos aos quais estão vinculados como se mostram produtos finais desses trabalhos. Políticas públicas, relatórios técnico-científicos e decisões estratégicas estão entre os resultados possíveis das consultas aos bancos de dados. Sendo assim, as informações arquivadas em um banco de dados devem estar estruturadas de maneira a facilitar as buscas posteriores. Trata-se em grande medida de estabelecer mecanismos para classificar, estruturar, bem como articular informações a fim de viabilizar um conjunto consistente de buscas para a composição de relatórios.

Em termos ideais, o acúmulo gradativo de dados em um banco deve permitir avançar sua expansão com base na seguinte escala lógica: dados => informações => conhecimentos.

Ora, dados podem ser considerados como algo bruto, de caráter informativo limitado, como idade, profissão, nome etc. Informação, por sua vez, deve ser considerada a partir de alguma aproximação ou articulação de dados: ao retomar o cadastro de pessoas (dados), por exemplo, é possível construir percentuais de homens e mulheres, com determinada idade, que desenvolvem certa profissão. Por fim, o conhecimento gerado deve permitir perceber aspectos não constatáveis na realidade imediata. No limite, trata-se de gerar cenários previsíveis com base nas informações levantadas no banco de dados.

A evolução da indústria eletrônica viabilizou exponencialmente a utilização do banco de dados. A proliferação e consequente expansão de sua utilização, entretanto, foram impulsionadas com a convergência das tecnologias da informática e da comunicação. A internet pode ser considerada como a "ponta" mais visível dessa convergência, rotulada aqui e ali como "convergência de mídias" ou interfaces. Eis, enfim, a potencialidade mais marcante dos bancos de dados eletrônico-digitais conectados à internet: a possibilidade de reunir diversas mídias, fontes e informações em múltiplas camadas de dados sobrepostas e acessadas à distância, simultaneamente e instantaneamente. A integração de informações se dá, assim, por meio da conexão em rede de um ou vários bancos de dados distribuídos em rede de maneira descentralizada. Trata-se de uma conhecida estratégia militar, posteriormente adotada nos meios organizacionais como critérios para a tomada de decisões gerenciais.

Figura 1 – Tela inicial da interface *web*.

Banco de dados na pesquisa arqueológica

A utilização de um banco de dados na pesquisa arqueológica não se encerra apenas na construção de um depósito de informações. Independentemente do volume geral de dados levantados nos trabalhos de campo, tal recurso deve estar voltado para os aspectos da gestão de informação e da produção de conhecimento. A intenção é promover, a partir da reunião sistemática de informações de pesquisa, um entendimento mais fino de certa realidade, não necessariamente constatável a partir dos seus fragmentos.

Ora, uma decisão fundamental para potencializar a dimensão da produção de conhecimento está ligada ao compartilhamento criterioso do acesso aos dados coletados, descentralizando assim a manipulação e o controle sobre as informações, ao tempo em que se criam as condições para a integração de conhecimentos. A questão técnica atrelada a tal decisão está assentada na utilização de *softwares* gerenciadores de dados, na

segmentação dos acessos ao banco de dados por meio de camadas/grupos, na disponibilização segura da base de dados na internet. Sem dúvida, esses pontos estão necessariamente amarrados ao estabelecimento de políticas de acesso e segurança, gerenciamento eletrônico de arquivos e *backups*, registros de domínios e hospedagem para a *web*.

Tais itens, entre outros, foram utilizados e desenvolvidos ao longo do cronograma de atividades do Projeto Pelourinho. Vejamos como esse conjunto de elementos pode estar associado à construção de conhecimento – da infraestrutura à interface *web* para acesso, manipulação e consultas públicas, é possível reunir os itens necessários para a qualificação da base de dados como fonte para novas pesquisas e descobertas em geral. Eis, enfim, os elementos a serem considerados para a análise do conjunto:

1. Definição do serviço de hospedagem de dados.
2. Definição dos recursos associados ao serviço de hospedagem de dados.
3. Registro de um domínio relativo ao espaço reservado.
4. Linguagem de manipulação de dados.
5. Linguagem/recurso para apresentação da interface de dados.

A figura 1 mostra a tela inicial da interface *web* destinada ao acesso ao banco de dados do Projeto Pelourinho.

Tal interface permanece acessível por meio da *web*, e a navegação ocorre por meio dos códigos HTML e PHP, comuns a boa parte das páginas publicadas na internet. Essa interface, por sua vez, tem o propósito de servir de superfície de integração entre as camadas associadas ao banco de dados, quais sejam: dados, filtros de acesso e restrição e interface.

A superfície de integração em *web* preenche o objetivo de equacionar aspectos técnicos-críticos com a eficácia da gestão das informações. Nesse sentido, podemos afirmar que se trata de uma ferramenta de tecnologia da informação, fundamental tanto para o gerenciamento de dados quanto para o planejamento de ações futuras com base nos cenários observados em consultas e relatórios gerados automaticamente pelos recursos disponíveis.

A integração da base de dados está ancorada na construção de um sistema cuja finalidade é articular o amplo rol de dados vinculados aos trabalhos desenvolvidos pela equipe do projeto de forma a viabilizar e/ou potencializar a produção de novos conhecimentos. Tal sistema se constitui, a um só tempo, como um instrumento de trabalho e produto das ações desenvolvidas ao longo do cronograma de pesquisa.

Passemos, então, para a análise dos itens relacionados acima.

Produção de conhecimento a partir da interface *web*

No que diz respeito ao item 1, a definição dos serviços associados à hospedagem pode ser considerada como ponto crítico. Os serviços de hospedagem dizem respeito à capacidade de armazenamento, transferência mensal, números de *e-mails* etc. Além disso, define-se o tipo de servidor e o sistema de base de dados utilizado

(item 2). Toda a configuração é feita considerando-se o registro prévio de um domínio vinculado à área de hospedagem (item 3). O registro se dá por meio das entidades reguladoras nacionais a custo anual.

O controle de custos financeiros é sempre critério prioritário nas atividades de pesquisa. Em vista disso, definimos um servidor com o ambiente operacional Linux, e para a base de dados o MySQL, ambos livres de custos com licença e com farta documentação na internet. Custos e documentação fazem da combinação Linux/MySQL um par com elevado potencial para pesquisa de soluções em sistemas de informação. Assim, é possível capacitar rapidamente uma equipe para a utilização dessas tecnologias a custos relativamente baixos.

Vencidos os itens 1, 2 e 3, seguimos para a definição da linguagem para manipulação de dados: PHP (item 4). Com o PHP podemos acessar e manipular o banco de dados através de páginas da internet. A decisão final pelo PHP também foi baseada no fato dessa linguagem dispensar pagamentos de licenças/*royalties* e dispor de documentação na internet.

Já para o item 5, especificamente voltado para a construção da interface *web*, foi utilizado uma ferramenta chamada PHPRunner 4.1. Tal ferramenta permite um ganho significativo em produtividade no que tange ao processo de concepção, planejamento e implementação de banco de dados *on-line*. Além disso, o PHPRunner 4.1 promove uma integração mais consistente entre as camadas que compõem o projeto. É possível automatizar tarefas técnicas cansativas e de elevado potencial de erro ao serem feitas manualmente. Ainda assim, a utilização do PHPRunner 4.1 não dispensa o bom conhecimento em PHP, MySQL, bem como em modelagem avançada de dados. Enfim, é uma importante ferramenta para uso profissional.

O item 5 revela precisamente a interface *web* para a consolidação de dados. Ou seja, a interface promove a integração de todos os itens anteriores em uma única superfície de acesso. Por outro lado, tal consolidação de dados, nos termos efetivos, deve ser considerada como um processo permanente de ajustes, revisões, atualização e desenvolvimentos. Uma determinada interface reflete um momento específico das atividades de um grupo. Entretanto, espera-se um inevitável amadurecimento de todas as instâncias relacionadas ao banco de dados, na medida em que o processo de consolidação avança.

É importante apontar que o processo de consolidação já acontece com o primeiro esboço de modelagem de dados, ao se definir como será organizado e sistematizado todo o trabalho. A visualização do banco de dados por meio de uma interface *web*, pode-se dizer, é a efetivação pública das atividades voltadas para a consolidação. Em verdade, a interface inaugura uma nova etapa no processo de consolidação. Essa etapa precisa incluir certos parâmetros para o pleno desenvolvimento da base de dados. A rigor, é necessário considerar os critérios de acessibilidade, navegabilidade, economia de informação, segurança estratégica de informação, políticas de acesso e controle, gestão da informação, além de gestão da segurança da informação.

Um aspecto significativo a ser ressaltado é a ideia de portabilidade de todo o sistema. Ou seja, a capacidade de ser transplantado para outra hospedagem sem perder suas características básicas. Para isso, é necessário

considerar dois pontos: o serviço de hospedagem precisa permitir operação dos códigos PHP, além de disponibilizar servidor MySQL.

Consolidação de dados

A utilização de uma interface *web* constitui etapa fundamental no processo de consolidação de dados. Em termos estritos, a interface abre uma janela de interação com os usuários de maneira a ativar o amplo conjunto de recursos vinculados ao projeto. Deve apresentar um *layout* "leve", de fácil "carregamento" por parte dos terminais/computadores conectados à rede. O conjunto das páginas precisa manter uma inter-relação lógica a ponto de permitir uma navegação intuitiva. Em outras palavras, o sistema deve dispensar conhecimentos técnicos específicos por parte dos usuários. A intenção é permitir uma experiência amigável, capaz de prescindir de investimentos em capacitação técnica. O "ambiente" deve parecer familiar e comum, suficiente para potencializar a concentração em atividades de gestão e manipulação de dados (figura 2).

Nessa fase, é comum – em termos de menus, controles e opções – encontrarmos uma infraestrutura mais ou menos definida. É possível, entretanto, uma expansão de tais opções, dos itens de consultas e relatórios, haja vista o amadurecimento/compreensão do potencial da base de dados. Alguns aperfeiçoamentos também são rotineiros, especialmente quanto às propriedades dos campos e/ou atualização dos registros nas tabelas. A partir daí, uma série de implementações pode ser viabilizada e planejada.

A base de dados do Projeto Pelourinho encontra-se estabelecida a ponto de permitir seu pleno desenvolvimento futuro. As opções estão constituídas e prontas; os relatórios, em construção; outros itens diversos podem ser elaborados a qualquer tempo. Vale ressaltar ainda a possibilidade de montar gráficos capazes de sintetizar todo o trabalho de campo até o momento, e de filtrar detalhes dessa atividade em função de interesses específicos (figuras 3 e 4).

Ao acessar o site (interface *web*) do Projeto Pelourinho, veem-se as opções "peças" (Rel), "imóveis" (Rel) e "quadra" (Rel).

A tela inicial "peças" (Rel), por exemplo, é composta de informações como: "categoria", "subcategoria" etc., dados cadastrados e organizados previamente, como devido.

Figura 2 – Interface intuitiva.

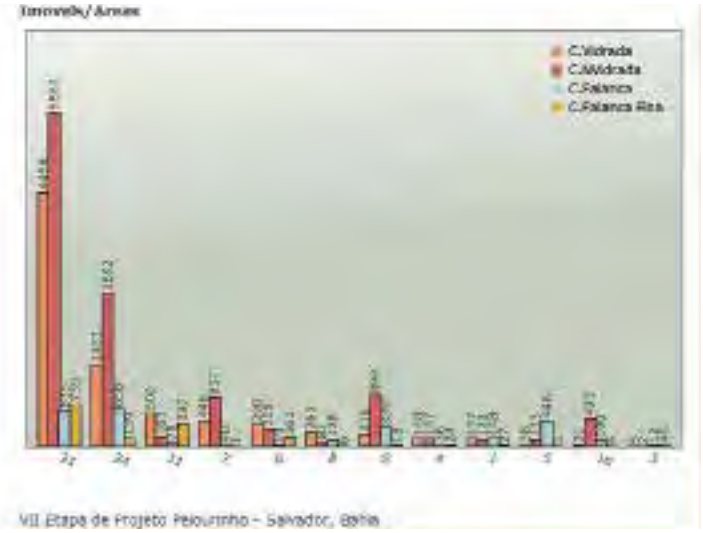


Figura 3 – Consulta panorâmica parcial: total de peças encontradas e cadastradas nos imóveis/áreas do sítio.

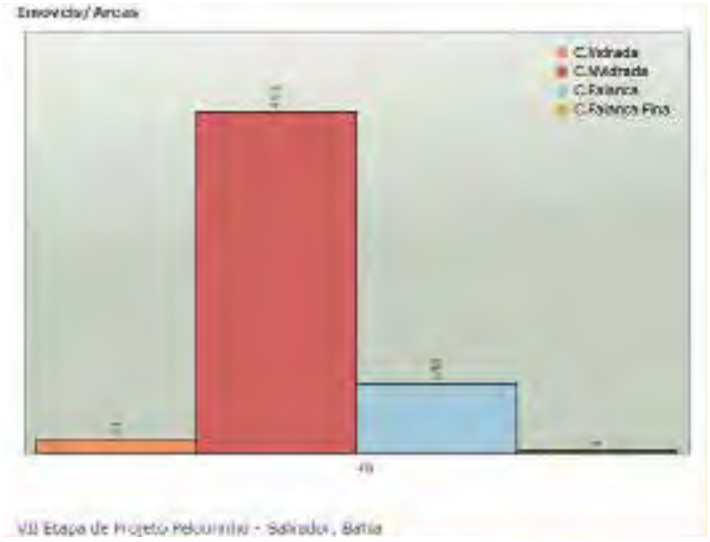


Figura 4 – Consulta específica: total de peças encontradas e cadastradas em um determinado imóvel/área do sítio.

Na parte superior direita da tela inicial desse mesmo relatório encontra-se o ícone de "busca avançada": ao ser acessado, oferece diversas modalidades de consulta.

A partir da opção escolhida, é possível gerar relatórios específicos e automáticos de acordo com o interesse e finalidade da pesquisa (figura 5).

A opção "imóveis" (Rel), apresenta um conjunto de informações relativas ao imóvel, tais como unidade/níveis de escavação, categorias de peças e suas respectivas subcategorias. Como a anterior, a tela inicial desse relatório possui o ícone "busca avançada" para a consulta e cruzamento de dados, conforme a necessidade da pesquisa (figura 6).

Por fim, há uma opção intitulada "quadra" (Rel). Esse *link* proporciona uma visão panorâmica dos objetos encontrados, com suas respectivas categorias, subcategorias e quantidades (figura 7).

Como já foi dito anteriormente, as possibilidades não estão esgotadas, visto que o banco de dados permanece indefinidamente em amadurecimento. As implementações futuras, sobretudo em termos de recursos, costumam partir de solicitações dos usuários. Não obstante, algumas atualizações se devem ao próprio desenvolvimento das tecnologias, tanto em termos de *softwares* quanto de *hardware*.

Considerações finais

A construção da interface *web* (*site*) representa uma importante etapa do processo de consolidação de dados. Por meio dela se organizam os níveis de relacionamento das informações com os usuários. A rigor, o conhecimento é gerado a partir das experiências de tais usuários na utilização dos recursos do *site*. Nesse caso, podemos dizer que os saberes são construídos, obviamente, sob demanda.

Figura 5 – Relatório geral de peças: aplicação de filtros avançados para pesquisa detalhada.

Figura 6 – Relatório geral de imóveis: aplicação de filtros avançados para pesquisa detalhada.

O *site* representa a conclusão de uma importante etapa no processo de construção de conhecimento. Esse processo, por sua vez, não se finaliza jamais! De maneira mais técnica, entretanto, podemos dizer que a interface *web* representa o fechamento de uma fase da concepção do projeto. Sua utilização, a partir daí, tende a apontar para novos rumos e novos projetos.

O banco de dados, antes instrumento de trabalho, tende gradativamente a se transformar em um importante produto, por si só suficiente para demandar novos investimentos; algo que tende a um desenvolvimento contínuo, em espiral.

Referências

BRETON, Philippe. *História da informática*. São Paulo: Unesp, 1991.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1.)

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 5 ed. São Paulo: Cultrix, s.d.

Figura 7 – Relatório geral de quadra: aplicação de filtros avançados para pesquisa detalhada.

04

Nelson Kon

O DIÁLOGO COM A ARQUITETURA

Fachada da casa 25,
rua Monte Alverne.

IX - As fachadas do Pelourinho

Alberto Beovides Bonachea

O estudo das fachadas dos imóveis pesquisados pelo Projeto Pelourinho de Arqueologia permitiu perceber a evolução tanto tipológica quanto morfológica da arquitetura, auxiliando na percepção da justaposição de estilos experimentados na primeira capital do país. O resultado dessa análise transformou a investigação das fachadas também em uma ferramenta de datação, fazendo com que cada fachada potencialmente se transformasse em marcador temporal.

Contextualização

A pesquisa arqueológica enfrentou situações adversas desde o início, uma vez que os projetos arquitetônicos disponíveis como base para nossas intervenções estavam desatualizados: foram feitos em 2004, baseados em cadastros realizados ainda nas décadas de 1970/1980 ou em épocas anteriores. Em 2004, os escritórios contratados não conseguiram acessar o interior dos imóveis em razão da grande quantidade de lixo, restos de estruturas e vida vegetal existentes dentro das moradias, o que impediu a atualização dos dados. Como consequência, pouco se conseguiu estudar da arquitetura dos edifícios em 2004. Inclusive, há casos em que a descoberta de subsolos só foi possível após a limpeza que antecedeu as obras em 2006.

Como resultado do programa arquitetônico desenvolvido anteriormente, as estruturas internas dos imóveis foram, em sua maioria, demolidas independentemente de seu estado de conservação, reduzindo assim a necessidade de ações emergenciais. Em alguns casos, além da fachada, restaram só paredes perimetrais do lote fundiário. Os poucos vestígios, entretanto, tornaram-se valiosos para as análises da evolução diacrônica das influências estilísticas pelas quais passaram os edifícios. Apesar das demolições, foi possível enxergar em cada imóvel trabalhado as técnicas construtivas e materiais utilizados, a composição de argamassas nas paredes, as modificações que sofreram os vãos de portas e janelas. Esse é o pano de fundo com o qual nos deparamos ao iniciar a pesquisa arqueológica em 2006.

Norte conceitual do trabalho

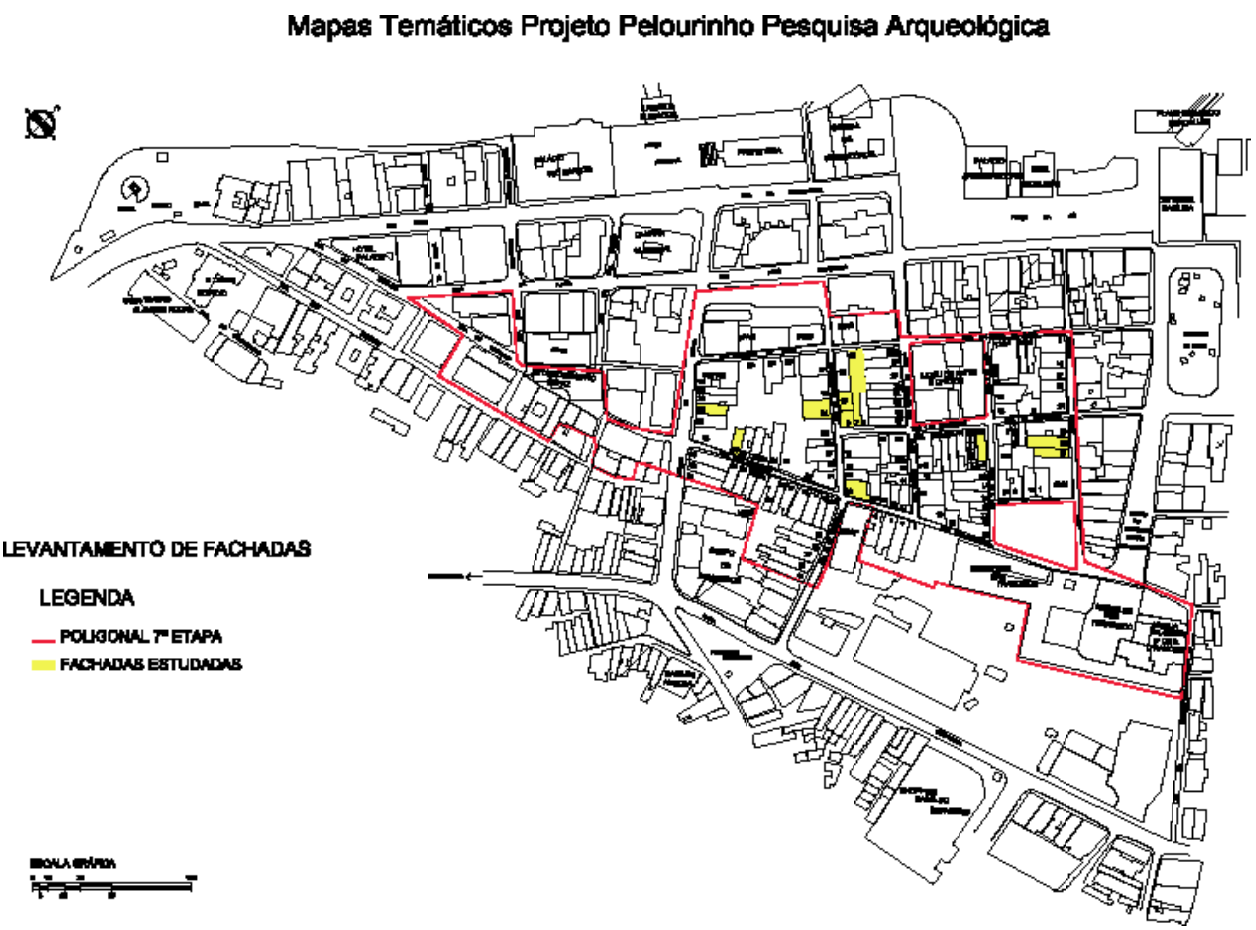
De forma geral, o trabalho arquitetônico do projeto está embutido num diálogo entre a Arqueologia e a Arquitetura, conhecido como a Arqueologia da Arquitetura. O arqueólogo argentino Andrés Zarankin (1999 e 2002) tem sido o principal postulador dessa subdisciplina em nosso país. Segundo ele, a Arqueologia da Arquitetura

> pode ser definida, de maneira geral, como uma corrente de pesquisa que abarca todos aqueles trabalhos direcionados ao estudo da Arquitetura de um ponto de vista arqueológico, quer dizer, centrados na análise de sua materialidade. Esse tipo de abordagem oferece uma nova perspectiva de análise para a discussão de elementos vinculados à

> conformação da paisagem cultural. As construções são vistas como elementos ativos, produtos culturais que interatuam de forma dinâmica com o homem (2002, p. 45).

Os trabalhos dessa Arqueologia podem abordar a Arquitetura de modos distintos: como uma arquitetura funcionalista, que se preocupa com os aspectos funcionais (que suprem necessidades impostas pelo meio ambiente), como uma arquitetura simbólica, que desvela o aspecto ideológico das construções, ou ainda analisando a arquitetura como uma linguagem não verbal, o que nos possibilita trabalhá-la como um texto (Zarankin, 1999 e 2002; Ribeiro, 2003). Podem, ainda, trabalhar em diferentes escalas de espaço, desde a regional à de uma única edificação.

> Em síntese, a Arquitetura, como elemento constitutivo da paisagem humana, pode ser um caminho alternativo para estudar o mundo social. Por outro lado, a Arqueologia, como disciplina especializada em estudar a cultura material, oferece



> os instrumentos teórico-metodológicos adequados para se atingir esse objetivo (Zarankin, 2002, p. 46).

Utiliza-se na Arqueologia da Arquitetura um conceito importante, o do superartefato que é produzido pela Arquitetura. Cada imóvel pesquisado foi, assim, considerado um superartefato (Leone & Potter, 1988), passível de análise como qualquer outro artefato arqueológico.

Além da base conceitual, também pegamos emprestado da Arqueologia os princípios da estratigrafia[1]. A análise estratigráfica trabalha com o entendimento de que as camadas (de solo) que estão embaixo são mais antigas do que as que estão acima. No sentido prático, o conceito de estratigrafia teve um papel norteador no trabalho arquitetônico. A análise estratigráfica de diferentes componentes de um imóvel – como, por exemplo, as camadas de tinta sobrepostas uma à outra – permite a diferenciação e datação das fases e sequências dos elementos estratigráficos que compõem um sistema construtivo, desde o seu estado primogênito até o atual. A pesquisa estratigráfica de um edifício histórico tem caráter cronológico diacrônico, em virtude de determinar as sequências dos estratos que o conformam.

Outros elementos comuns no campo do restauro arquitetônico são estudos tipológicos e documentais (Zoreda, 1996, p. 57, 61; Quirós, 2002, p. 32). Entre os estudos tipológicos devem ser levados em conta os materiais utilizados, as técnicas construtivas e as formas arquitetônicas (Arrazcaeta, 2002, p. 15), entendidos como a manifestação da lógica cultural de uma época determinada e portadores de informação histórica específica. Porém, é imprescindível conhecer as técnicas construtivas do passado e compreender os mecanismos presentes nas estruturas produtivas do artesão envolvido na arquitetura (Arrazcaeta, 2002, p. 9).

Assim, ao abordarmos o partido arquitetônico, analisamos fundamentalmente a disposição do espaço construído e as intervenções ocorridas ou provocadas ao longo do tempo, como testemunhos históricos e culturais, tendo em vista compreender o desenvolvimento da cidade e a sociedade na qual foram produzidos.

Metodologia

Este capítulo apresenta as sistemáticas de estudo e registro de resultados de prospecções que, associadas à documentação histórica, foram empregadas para percepção e avaliação de fachadas de edifícios históricos de cronologias diferentes durante o projeto de pesquisa arqueológica, inserindo-as nas premissas da Arqueologia da Arquitetura.

Vale ressaltar que quando mencionamos a palavra fachada nos referimos não só à fachada principal, a parte externa e frontal de uma edificação, mas também às fachadas internas geradas por cortes ou seções do monumento. Abordamos aqui o estudo de dois casos: o do imóvel 24 da ladeira da Praça e o do 22 da rua 28 de Setembro.

A metodologia de trabalho aplicada nos imóveis iniciou-se com o reconhecimento da volumetria,

1 Ver HARRIS (1991). Na verdade, esse é um princípio também emprestado aos arqueólogos pela Geologia, disciplina que deu origem ao conceito.

composição estilística de fachadas, plantas baixas, estruturas de carga, técnicas construtivas e materiais. Em seguida, realizou-se o cadastramento fotográfico dos imóveis, e cada foto foi mapeada em fichas com um referencial em planta do seu posicionamento; os cadastramentos arquitetônicos iniciais foram atualizados pelas fotos e visitas *in loco* onde foram conferidas as poligonais internas.

A equipe de Arquitetura acompanhou as escavações para cadastrar, *in loco*, as estruturas arquitetônicas evidenciadas durante o andamento da pesquisa. A quadrícula escavada pelos arqueólogos era locada na planta do imóvel, já constando os achados, com detalhes como a estratigrafia dos pisos e fundações com cotas de nível.

Realizou-se também a descrição de fachadas, plantas baixas e técnicas construtivas, utilizando-se a documentação histórica, quando existente, para fins comparativos. Nos imóveis em que o projeto previa a demolição interna dos monumentos, em alguns casos conseguiu-se fazer comparações com o estado atual e casas do entorno, o que permitiu conferir as intensas mudanças e ocupações que ocorreram no Centro Histórico de Salvador.

Também se efetuaram prospecções de argamassas e pintura mural em todas as casas estudadas, encontrando-se grande variedade em cada uma delas. Para uma melhor leitura do sistema construtivo e materiais tradicionais, realizaram-se prospecções nos rebocos e emboços das paredes. Em alguns casos também foram feitas análises da pintura mural para conhecer um pouco mais esse tipo de técnica ancestral tão presente nos imóveis.

As informações fundamentam-se nos registros gráficos e fotográficos das estruturas, nos elementos evidenciados e na coleta de amostras de materiais achados nas escavações e nos sistemas construtivos tradicionais acima da cota de escavação. Catalogou-se cada tipo de argamassa utilizada nas fundações, bem como tipos de massa, emboço e reboco em paredes, com a finalidade de se fazer um estudo tipológico dos mesmos e assim possibilitar as comparações e associações às tipologias e períodos históricos da cidade.

Para o desenvolvimento e consolidação dos trabalhos, foram utilizadas imagens em formato JPG, geradas a partir de câmera fotográfica Sony DSC S500; programas de digitalização e edição de imagens como *Adobe Photoshop CS3, CorelDRAW X3, FppPro163* e *AutoCAD 2006*; e instrumentos de medição como o telêmetro *Bosch DLE 50 Profissional*.

Estudos de casos

Ladeira da Praça, 24

O imóvel encontra-se em estado progressivo de deterioração, com problemas estruturais ativos nos maciços que restam da ruína. Foram perdidas todas as estruturas horizontais que formavam o conjunto, limitando-se hoje só às paredes matriciais até o nível do primeiro pavimento.

A fachada principal, com vãos estreitos, compridos e grades trabalhadas de ferro no segundo pavimento é influenciada pelo eclético. Os elementos quadrados em baixo relevo na parte inferior dos vãos indicam a marca discreta do *art déco*, dando um toque de geometria na fachada. Esses vãos encontram-se fechados com

Figura 1 – Fachada do imóvel na ladeira da Praça, 24.

alvenaria, inclusive se misturando com o gradil e o resto da superfície de fachada toda chapiscada com areia e cimento. De quatro vãos, ainda existem três bandeiras de portas de madeira e vidro (figura 1).

No nível do pavimento térreo ocorreram grandes transformações: foi introduzida uma marquise de concreto armado e azulejado (10 x 10cm) em cor amarela nas paredes, e houve uma profunda alteração dos vãos, aumentados na largura, sendo um eliminado para a colocação de portas metálicas do tipo de enrolar, uma modificação de fachada característica dos comércios do século XX.

Após a retirada do reboco da parte superior dos vãos do térreo, fomos surpreendidos ao encontrar arcos de descarga completamente fora dos eixos dos vãos do primeiro pavimento, o que anulou nossas expectativas de que coincidissem com os vãos superiores, de que a fachada tivesse sido construída de uma só vez. Também indiciamos uma mudança de materiais entre os dois andares, sugerindo que a casa inicialmente era térrea. Fato que fortaleceu essa hipótese foi a descoberta, no vão menor, da presença de uma armação de verga e pilares de pedra com cavidades da antiga tranca de madeira em seus entrados.

A fachada do fundo é lisa, sem nenhuma testemunha de decoração, e atualmente está saturada com reboco de argamassa de cimento arenoso e areia. A parte superior do primeiro pavimento foi reconstituída junto com as vergas dos vãos, e nessa mesma face observamos um escalonamento que confirmou a adição de um primeiro andar.

A planta, muito simples, está formada por três setores, com acesso ao térreo pela ladeira da Praça. Ainda se conservam as paredes do primeiro pavimento e restos do que seria um segundo pavimento ou sótão.

Os buracos deixados nas paredes, decorrentes da retirada das vigas ou barrotes de madeiras, mostram que as paredes de carga, de composição mista, constituídas pelas duas fachadas e maciços internos, estão paralelas à ladeira da Praça. Também podemos confirmar que os maciços de carga têm uma continuidade com as casas vizinhas e que não possuem união com as paredes geminadas.

As paredes laterais, comuns com as casas vizinhas, são duplas, situação visualizada claramente nos andares superiores. São paredes de tijolo maciço (140 x 300 x 40mm) e massa grossa variável entre 40 e 60mm de cal e areia.

Os vãos de portas e janelas na edificação possuem vergas de madeira, arco reto e arco de descarga ou ressalva. No caso da parede matricial no nível do subsolo que divide o segundo setor do terceiro, existe um arco pleno, truncado pela criação de uma passagem e escada. Foram colocados dois trilhos de trem como reforço e criou-se um grande pilar de apoio central, que não alcançou a camada resistente e portanto está descendo, o que gerou gretas e fissuras ativas na parede em todos os andares.

Encontramos quatro tipos de argamassa no interior do imóvel, com instâncias onde visualizamos três tipos de intervenções em um determinado trecho, reflexo claro do grande número de alterações pelas quais passou a edificação em diferentes épocas.

Constatamos uma camada de reboco de areia e cimento predominante no pavimento térreo, que se

aplica inclusive em cima de outros rebocos anteriores que foram repicados para garantir maior aderência.

Prospecções estratigráficas dos rebocos, realizadas para identificar os materiais e técnicas aplicados, apresentaram um resultado bem interessante que podemos considerar o início de uma pesquisa de rebocos tradicionais no Centro Histórico de Salvador.

Rebocos tradicionais encontrados

- Reboco tipo 01: com alto conteúdo de óxido de ferro, que dá a cor vermelha acentuada onde foi utilizada a argila como material aglutinante, com um percentual baixo de cal e areia como aglomerado.

- Reboco tipo 02: uma primeira camada de emboço de 12mm com um conteúdo de argila, areia e cal, nesse caso com maior quantidade de cal como aglutinante, e areia como aglomerado com a superfície queimada. Como acabamento, há estuque de cal, possivelmente com um percentual de gesso, com várias camadas de caiação.

- Reboco tipo 03: composto por uma camada de emboço de aproximadamente 30mm, uma granulometria maior de areia sílice, contaminado com material de origem marinha e um pequeno percentual de argila, e como argamassa de acabamento uma camada de 5mm de areia e cal.

Foram encontradas várias camadas de pintura mural nas paredes internas, acompanhando o desenvolvimento da marca deixada no reboco pelas escadas de madeira e em ambientes a uma altura aproximada de 1m do piso do andar. As pinturas representam almofadados e módulos retangulares simples e geométricos, não têm um grande academicismo ou riqueza no cromatismo (figura 2).

As escavações arqueológicas evidenciaram um grande número de pisos e diversas tipologias de fundações, constituídas por aglomerados e aglomerantes diferentes. No primeiro setor do imóvel foram encontrados quatro tipos de fundação:

- Primeiro tipo: fundação que sustentava a parede divisória da última ocupação, que subdividia a propriedade do térreo para acessar o primeiro pavimento através das escadas, com uma largura de aproximadamente 300mm e pouca profundidade.

- Segundo tipo: fundação de aproximadamente 700mm de largura e 1,50m de profundidade, evidenciando ainda na parte superior o relevo deixado pelas travas ou separadores de madeira que eram utilizados para estabilizar a forma, o caixote de madeira utilizado no processo de construção do muro. A pedra possui tamanho médio de 300mm, talhada, e como aglutinante um solo argiloso-arenoso de cor amarelada-barrenta, sem a presença de cal na sua composição.

- Terceiro tipo: fundação rasa de aproximadamente 300mm de largura, composta por pedras talhadas

Figura 2 – Composição de cores na pintura mural que acompanha as marcas da escada.

e argamassa de areia argilosa de cor vermelha com presença de cal na sua composição. O percurso dela é reto e muda de direção quando se encontra com a fachada principal, situação que nos permite confirmar ter sido uma divisória interna construída no período em que a fachada térrea tinha quatro vãos. Essa realidade foi constatada com prospecção na parede interna (anteriormente exposta), porque se fizermos uma projeção dessas estruturas o eixo coincide no apoio delas. Esse é um belo exemplo do relacionamento entre estruturas internas e fachadas em um momento histórico específico, indícios que só podem ser visualizados hoje por meio de escavações arqueológicas.

- Quarto tipo: fundação rasa de 600mm de largura com uma composição de material de origem marinha, areia, argila e cal. Se acompanharmos o eixo dessa fundação até fazer coincidir com a fachada externa da ladeira da Praça, vemos que, similarmente à fundação terceiro tipo, correspondia a uma divisória interna antes das profundas alterações da fachada térrea.

Nos outros setores também foram encontradas fundações que acompanhavam restos demolidos de antigas paredes de tijolo, que pela tipologia aparentam ser do final do século XIX ou início dos século XX.

Rua 28 de Setembro, 22

A edificação é uma casa térrea, de fachada bastante simples, completamente lisa, sem nenhum tipo de ornamentação, com vãos de arco abatido e terminada

em beiral de beira-seveira, de clara influência árabe. A cobertura era de telha em três águas – as poucas paredes internas que ainda existiam evidenciavam a inclinação do telhado.

O imóvel do lado, na rua 28 de Setembro, 20, era parte do imóvel aqui analisado – conclusão possível pela observação da unidade construtiva comunicada pela fachada e ocupação do lote fundiário.

O estado de conservação das fachadas passa por processo gradativo de deterioração, há desprendimento de grande porção dos rebocos e várias camadas de caiação. Parte das esquadrias externas foi perdida – ainda existem restos de bandeira e marcos de venezianas (século XIX) e tem-se a leitura das folhas de segurança ou escuros (séculos XVII-XVIII), que apresentam trincas, perda da camada pictórica e presença de umidade.

A planta, assim como a fachada, é simples, e pode representar uma implantação vernácula que sofreu modificações no século XX. A casa é constituída de paredes de carga paralelas à rua 28 de Setembro, com uma composição de tijolo maciço (4cm) com massa grossa (5cm), estruturado com esteios e vigas de madeira que se encontram afetados pelo apodrecimento e ação das térmites, causados pela umidade e falta de conservação. Nas paredes internas, por causa da umidade ascendente por capilaridade e da ação da chuva, os esteios perderam a seção do material na parte inferior.

Os vãos das portas e janelas possuem vergas de madeira, arco reto e arco de descarga ou ressalva – na parede do fundo começam a perder a massa e o tijolo está com decréscimo da seção externa, devido à ação de intempérie.

As argamassas são constituídas por materiais tradicionais (terra, argila e cal); em algumas áreas existem vestígios de reparos e, inclusive, superposição de rebocos aplicados acima de camada de cal da aplicação anterior. Foram feitas prospecções para conferir possíveis vãos na fachada e a estratigrafia dos rebocos.

Durante o acompanhamento das obras, no processo de demolição dos rebocos das fachadas, foi possível observar a composição de argamassas nas paredes e as mudanças pelas quais vãos de portas e janelas passaram. Destacamos aqui uma superposição de arcos no vão da porta de acesso e a identificação de argamassas diversas, o que representa indícios de intervenções feitas em várias épocas. Nos arcos rebaixados das janelas, percebeu-se uma diferença de argamassa em relação ao resto da alvenaria, evidenciando assim transformações ocorridas no imóvel.

Os pisos encontrados possibilitam a descrição das diferentes ocupações pelas quais passou o imóvel e revelam a aplicação de técnicas construtivas tradicionais e atuais. A camada de piso mais recente era de cimento polido ou queimado de cor terracota, aplicação do século XX.

Considerações finais

Por meio desta pesquisa, foi possível documentar e acompanhar cada etapa das escavações arqueológicas em andamento na área do projeto, estudar e compreender profundamente as técnicas construtivas tradicionais.

Os levantamentos fotográficos das escavações e dos achados arqueológicos, o mapeamento dos sítios, as análises do material levantado e a elaboração de gráficos e mapas temáticos possibilitaram o entendimento dos diferentes sistemas construtivos e das técnicas tradicionais relacionadas a períodos tipológicos que foram marcantes na arquitetura doméstica da área estudada. Além disso, favoreceram a identificação dos diferentes períodos ocupacionais e o entendimento de como se deu o desenvolvimento da cidade.

As informações de maior relevância, tais como os tipos de fundação, a grande variedade de argamassas, caiações e pinturas murais não foram reveladas e os mais variados tipos de sistemas construtivos, foram digitalizadas pelo projeto de pesquisa.

Ao analisarmos esses superartefatos, fica claro que o imóvel é mais uma linha de evidência que nos ajuda a compreender a dimensão social do bairro, particularmente a partir de meados do XIX. É nesse período que os imóveis tornam-se moradia para uma população menos abastada e mais transeunte; as mudanças frequentes em diversos aspectos arquitetônicos refletem esse dinamismo crescente.

O trabalho de análise dos dados arquitetônicos continua, mas por meio do pequeno recorte aqui exposto tentamos mostrar como a Arqueologia e a Arquitetura não só podem, mas devem ser utilizadas conjuntamente para investigações do patrimônio construído.

Referências

ARRASCAETA, D. Habana Vieja: Arqueología en edificios históricos. *Gabinete de Arqueología, Boletín*, Oficina Del Historiador de La Ciudada de La Habana, 2002 n. 2, p. 14-23.

AZKARATE, A. Arqueología de la arquitectura: definición disciplinar y nuevas perspectivas. *Arqueología de La Arquitectura*, Universidad Del País Vasco-CSIC, 2002, n. 1, p. 7-10.

HARRIS, E. *Principios de estratigrafía arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

LEONE, Mark P.; POTTER Jr., Parker B. *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in Eastern United States*. Washington D. C.: Smithsonian Institute Press, 1988.

QUIRÓS Castillo, J. Arqueología de La Arquitectura em España. *Arqueología de La Arquitectura*, Universidad Del País Vasco-CSIC, 2002, n. 1, p. 27-38.

RIBEIRO, Cláudia R. V. *A dimensão simbólica da arquitetura: parâmetros intangíveis do espaço concreto*. Belo Horizonte: Fumec-Face, C/Arte, 2003.

ZARANKIN, Andrés. Casa tomada: sistema, poder y vivienda doméstica. In ZARANKIN, Andrés; ACUTO, Félix A., eds. *Sed non satiata: teoría social en la arqueolgía latinoamericana contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 1999.

_____ . *Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista*. Campinas: Unicamp, 2002.

ZOREDA, C. El análisis estratigráfico de construcciones históricas. Arqueología de La Arquitectura: 55-74, Centro de Estudios Históricos. CSIC. Madrid.

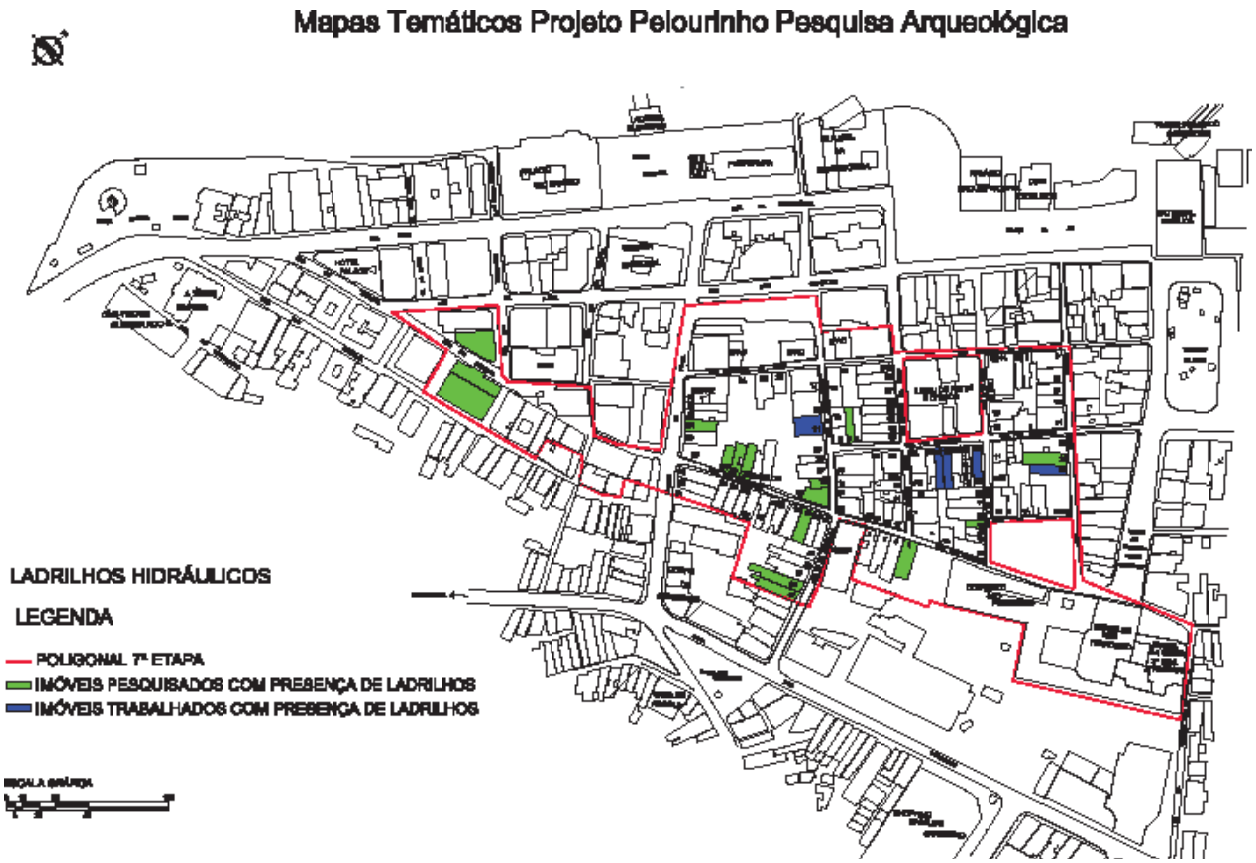
X - O ladrilho hidráulico no Centro Histórico de Salvador

Alberto Beovides - Samuel Lira Gordenstein - Alexandre Colpas - Geovana Fróis

Na pesquisa arqueológica das obras da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Monumenta/Iphan), ou Projeto Pelourinho de Arqueologia, fomos surpreendidos quando, na vistoria inicial dos imóveis objetos da pesquisa, constatamos a rica variedade de pisos de ladrilho hidráulico existentes nas mais variadas combinações de padrões decorativos, motivos e cores.

Percebemos que os modos de ornamentar os ambientes internos dos imóveis no início do século XX variava de imóvel para imóvel, seguindo modismos, gostos particulares, poder aquisitivo dos moradores e a disponibilidade do material decorativo.

Durante o presente estudo, deparamos com pisos que ocupavam todo o imóvel, caso do antigo prédio do


Mapas Temáticos Projeto Pelourinho Pesquisa Arqueológica
LADRILHOS HIDRÁULICOS
LEGENDA
POLIGONAL 7ª ETAPA
IMÓVEIS PESQUISADOS COM PRESENÇA DE LADRILHOS
IMÓVEIS TRABALHADOS COM PRESENÇA DE LADRILHOS

Poligonal do Centro Histórico de Salvador e, em detalhe, poligonal da 7ª Etapa. Inserção em fotografia aérea (Fonte: Google Earth).

Tesouro Estadual, e com outros mais simples, mas não menos importantes, de imóveis residenciais. Nestes, aparecem com uma complexidade e beleza mais acentuada em áreas sociais e de acesso; no restante dos espaços, com motivos mais clássicos e simples.

Na perspectiva de Orser (1992), a Arqueologia histórica refere-se às manifestações materiais do mundo em rápida transformação, devendo ser compreendida não somente como História, mas como um campo muito diverso de investigação que combina grande número de abordagens e beneficia-se com a possibilidade do uso de documentos escritos, importantes fontes de pesquisa, cabendo ao arqueólogo o papel de integrar essa informação com registros arqueológicos.

Segundo Freitas (2008), quando nos referimos à "cidade", falamos de todo centro urbano, de toda organização deliberada do espaço ocupado pelas populações, fundado ou reocupado por diferentes povos e em diferentes épocas, independentemente de sua extensão territorial total ou volume populacional, tendo ou não um centro político-administrativo identificável, e que apresenta como principal característica a transformação humana contínua ao longo do tempo.

A cidade é vista não somente como um conjunto de elementos apontados por diferentes campos científicos, mas englobando todas essas variantes, além do componente humano: as pessoas que ergueram, viveram e morreram dentro delas e por elas.

O elemento humano inserido no conceito de cidade, segundo Freitas (2008), justifica-se, de acordo com Kern (s.d.), a partir da necessidade de conhecer com profundidade a comunidade dos homens que construíram as cidades e que passaram a se reunir e a se organizar enquanto comunidades diferentes das demais sociedades.

Freitas (2008) conceitua a Arqueologia como o "estudo do passado a partir de sua produção material, visando entender a história de povos e sociedades e não somente de indivíduos isolados". Conforme esse autor, o interesse da Arqueologia pelas cidades, enquanto um sítio fechado, é relativamente recente. Antes disso as instituições e os monumentos eram analisados isoladamente.

De acordo com Galiniè (1998), "ela [a cidade] era objeto de História, não de Arqueologia. Cabia aos textos estabelecer os vínculos entre os monumentos, elucidar

as sociedades que haviam erigido esses edifícios". Para esse autor, a ampliação dos objetivos, juntamente com o avanço técnico, foi responsável pela mudança que levou à redefinição do que interessa ao arqueólogo em um sítio urbano:

> por sua constituição, feita de camadas cronológicas, que deixaram vestígios mais ou menos abundantes, conforme suas fases de desenvolvimento ou de recesso a fizeram abandonar, destruir ou conservar as construções herdadas do passado, a cidade é o produto da longa duração.

Segundo Freitas (2008), os sítios urbanos sempre existiram, sempre estiveram ali; novo é o interesse da Arqueologia sobre áreas que ela ainda não explorou devidamente. Essa nova visão de tempo histórico levou a Arqueologia a rever seu papel no estudo dos sítios urbanos.

Da combinação da Arqueologia com a História, teremos a Arqueologia urbana, cuja função pode ser assim definida, de acordo com Galiniè (1998):

> o papel da Arqueologia urbana passou a ser o de ir além das primeiras impressões, remontar mais longe do que permitem fazer a Geografia histórica e a História do espaço edificado, aproximando os elementos que estão acima do solo dos que nele estão enterrados.

Conforme Pesez (1990), os historiadores e arqueólogos nunca se preocuparam em formular um conceito definitivo para cultura material, limitando-se a definir o campo de pesquisa e os métodos empregados no estudo da vida material. Para eles, o nome já definiria a ideia de cultura material, pois o conceito só tem valor se tiver utilidade prática.

Pesez (1990) então propõe uma definição de cultura material:

> A cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura… a cultura material faz parte das infraestruturas, mas não as recobre; ela só se exprime no concreto, nos e pelos objetos. Em suma, a relação entre o homem e os objetos (sendo, aliás, o próprio homem, em seu corpo físico, objeto material), pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura.

Partindo desse conceito, podemos expandir a ideia de cultura material, que não se limitaria mais aos artefatos e técnicas, abrangeria agora as estruturas sociais, as relações econômicas presentes nessas estruturas, os costumes das populações.

Sob essa ótica, o ladrilho hidráulico, enquanto artefato e ao mesmo tempo técnica construtiva, antes mesmo de ser um "datador" temporal importante, poderia fornecer informações relevantes sobre a dinâmica das relações sociais e econômicas do centro urbano da cidade de Salvador na primeira metade do século XX.

As fontes consultadas para a elaboração do presente estudo referem-se de forma geral a documentos escritos e materiais, ambos entendidos enquanto cultura material produzida pelo homem e para o seu uso.

Assim, colocados alguns conceitos que nortearam este estudo, passa-se agora à análise dos dados relativos aos levantamentos arquitetônico e arqueológico dos imóveis destacados.

Segundo Reis Filho (1978), os ladrilhos hidráulicos foram empregados nas cozinhas e banheiros, apoiados sobre abobadilhas (abóbadas de tijolos), assim como nos saguões e nos jardins de inverno, formando verdadeiros mosaicos coloridos.

Acredita-se que esses revestimentos, considerados nobres devido às dificuldades de importação ou produção, eram utilizados apenas para edificações de uma classe mais privilegiada, pois no interior das casas mais modestas, segundo Rainville (1880), era comum o emprego de barro batido; de argamassa de gesso, para locais sem a presença de umidade; de argamassa de cal; de formigões[1]; de argamassa de cimento e areia e de camadas de asfalto lançadas sobre o calçamento de tijolos.

O ladrilho hidráulico, também conhecido como ladrilho de cimento ou ladrilho mosaico, foi muito utilizado no início do século XX. Era assente entre argamassa de cal, de cimento ou bastarda (argamassa que utiliza como aglomerantes o cimento e a cal), sobre a qual, enquanto ainda fresca, lançava-se imediatamente antes do assentamento do ladrilho, uma fina camada de cimento, proporcionando uma película superficial de maior resistência e com maior poder de aderência. É utilizado tanto em pisos exteriores como nos internos, em edificações térreas e sobrados dos edifícios de diversos pavimentos (Segurado, 1914).

De acordo com Albuquerque (1942), o revestimento de argamassa de cimento e areia alisado a colher, destinado a pisos internos, estava sendo abandonado devido à dificuldade de limpeza, ficando seu uso restrito às áreas externas, sendo aí empregado com superfície áspera. Para as áreas internas, esse material foi substituído pelo ladrilho de cimento, disponível em diversos formatos, padrões e cores.

O assentamento do ladrilho geralmente se fazia pelo emprego de argamassas plásticas, compostas por cimento, cal ou saibro e areia, em cuja superfície era polvilhado pó de cimento. As dosagens utilizadas não são mencionadas nos manuais de construção da época, mas o *Caderno geral de encargos do Banco do Brasil* (1959) indica para esse tipo de piso as dosagens de 1:3:3 de cimento, saibro e areia ou 1:2:7, no caso de cimento, cal em pasta e areia fina.

Com a imigração italiana em 1920, começaram a ser utilizados no Brasil os pisos de ladrilho hidráulico na arquitetura, o que perdurou até os anos 1960, quando, devido ao processo de fabricação artesanal e ao emprego de mão de obra qualificada, foram substituídos por materiais mais acessíveis, pois oneravam demais o custo final da obra.

À medida que aumentavam as cores na sua composição, aumentava também o custo, por demandar o trabalho de artesãos mais experientes e mais bem remunerados, e ainda um maior tempo para sua fabricação, inviabilizando assim uma produção em escala industrial.

Durante a primeira metade do século XX, nossa área de pesquisa – bem diferente da que se caracterizaria a partir de década de 1990, em situação de abandono, com casas arruinadas – era bastante movimentada, de população densa, com grande número de pequenos

1 Os formigões consistiam de uma camada executada com cacos de pedras socados, sobre os quais lançava-se uma camada de argamassa produzida pela mistura de cal, saibro e sangue de boi, devidamente nivelada e alisada.

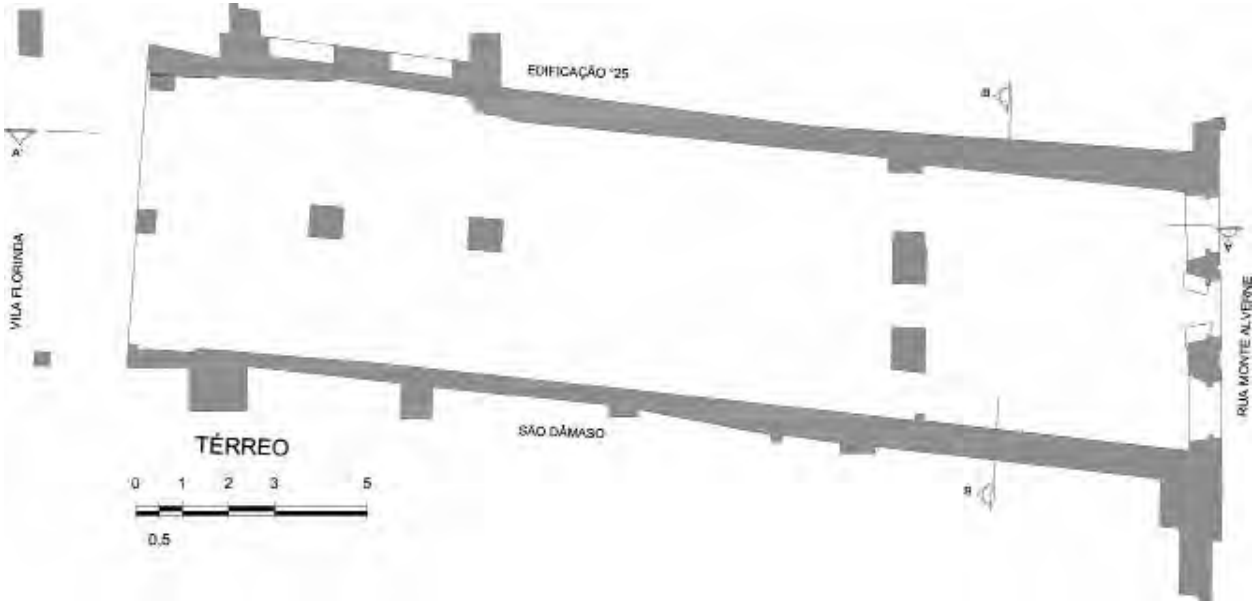
negócios; tinha seu perímetro ao sudeste margeado pelo polo comercial da Barroquinha, onde passava a linha do bonde, e ao norte pelo nervo administrativo municipal. Haviam se estabelecido, na região, no fim do século XIX, dois institutos de ensino – a Escola de Belas Artes e o Liceu de Artes – e, em 1918, o Batalhão do Corpo de Bombeiros.

De acordo com Carmo (2009), o que foi também confirmado pela arqueologia dos imóveis, é possível perceber ainda hoje que houve um reordenamento do espaço a partir do século XIX, quando grandes lotes foram divididos e sobrados, subdivididos, visando abrigar uma população pobre e numerosa que desejava abrigar-se no centro da cidade[2]. Geralmente os sobrados possuíam portas no andar térreo, e uma dessas, distinta, mais ornada que as demais, servia de entrada para os andares do sobrado, se este fosse dividido para mais de uma família. Essa porta levava aos vários andares com entradas independentes. Os indícios arqueológicos e as modificações ocorridas ao longo do tempo na arquitetura dos imóveis estudados na pesquisa para o Projeto Pelourinho confirmam esses dados.

Em todos os imóveis pesquisados, isso fica evidenciado pelo fato de os ladrilhos hidráulicos terem sido encontrados sempre nos respectivos *halls* de entrada e não em cômodos, o que demandaria um custo maior, além de ambientes como banheiros e cozinhas, por exemplo, apresentarem menor visibilidade.

No final da década de 1990, arquitetos e decoradores inspirados nas tendências *retrô*, que valorizam elementos do passado na decoração, começaram a utilizar ladrilhos hidráulicos em projetos de interiores. Depois de quase um século, o processo de produção artesanal continua o mesmo – ainda são utilizadas fôrmas de bronze originais, trazidas da Europa. Hoje, a maior produção é

2 Ver capítulo III.



Configuração comum das casas. Casa 27, rua Monte Alverne.

Figura 2 (acima) – Simulação do piso da casa 21, rua 28 de Setembro.

Figura 3 (abaixo) – Piso da casa 21, rua 28 de Setembro. Apresenta faixa e elementos de centro formando motivos florais nas cores vermelha e branca.

Figura 1 – Fachada da casa 21, rua 28 de Setembro.

em São Paulo, onde bisnetos dos emigrantes italianos mantêm essa tradição.

Na área em estudo, foram pesquisadas 57 casas; dentre estas, encontramos ladrilhos em 19, e neste trabalho analisamos cinco ocorrências.

O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar o ladrilho hidráulico, identificar sua localização no imóvel e compartilhar algumas reflexões iniciais sobre a motivação dos proprietários ao optar pelo uso desse tipo de mosaico.

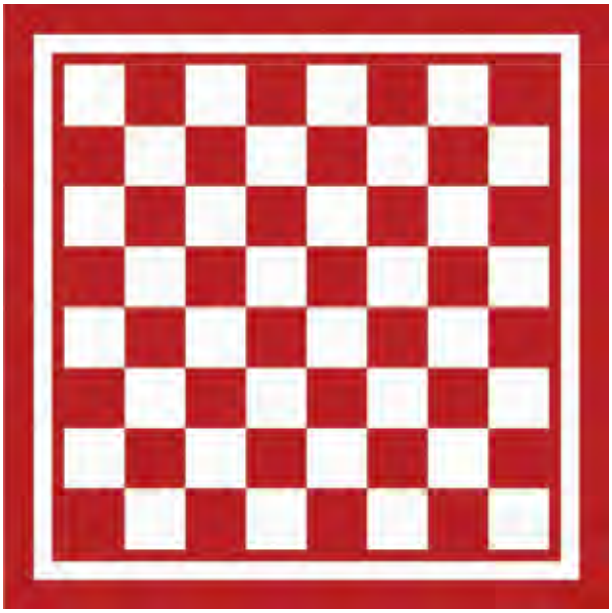
Casa 21, rua 28 de Setembro

Localizado no corredor de acesso e no salão principal, nessa casa deparamos com um verdadeiro tapete de influência árabe-andaluz, composto por motivos florais e elementos simples que se juntavam para gerar uma verdadeira obra de arte com a simplicidade de apenas duas cores: o vermelho sobre fundo branco (figuras 1 a 3).

Casa 27, rua Monte Alverne

O piso nessa casa é composto por dois modelos de ladrilhos hidráulicos de 20 x 20cm, medida encontrada em todos os outros imóveis pesquisados. Trata-se de um modelo antigo, no corredor de acesso, que desenha uma trama diagonal formando estrelas de oito pontas, fechada por uma grega; apesar da utilização de três cores básicas como o branco, o cinza e o preto, não deixa de ser interessante. O segundo modelo, localizado no salão principal, é um clássico em xadrez vermelho e branco, com faixa linear vermelha e branca (figuras 5 e 7).

Figura 4 – Fachada da casa 27, rua Monte Alverne.



Figuras 5 (à esquerda) e 6 (à direita) – Simulação da composição dos pisos de ladrilho hidráulico, casa 27, rua Monte Alverne.

Figura 7 (à esquerda) – Ladrilho hidráulico modelo clássico em xadrez nas cores branco e vermelho.

Figura 8 (à direita) – Ladrilho hidráulico nas cores branco, cinza e negro.

Casa 10, rua 3 de Maio

Nos espaços dos corredores de acesso e no salão foram encontrados pisos de ladrilho hidráulico mais complexos. No corredor, o piso apresenta motivos geométricos em diagonal, com uma cruz no centro de cada ladrilho, com faixa enquadrada em linhas e cubos na cor azul em diferentes tonalidades. No salão, evidencia elementos geométricos em vermelho sobre fundo branco e uma faixa em grega de igual cor. No restante dos locais, pisos mais clássicos, inteiramente em preto e vermelho, formam composições lineares e em xadrez. Conforme o referencial teórico anteriormente abordado, entende-se que esse imóvel foi ocupado por uma família com mais recursos financeiros (figuras 9 a 15).

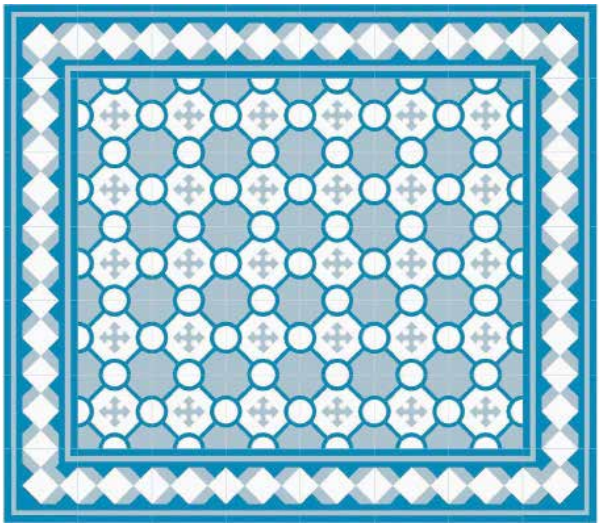


Figura 9 – Simulação da composição dos pisos de ladrilho hidráulico.

Figura 10 (abaixo, à esquerda) – Fachada da casa 10, rua 3 de Maio.

Figura 11 (abaixo, à direita) – Ladrilho hidráulico do corredor de acesso, nas cores branca, azul e cinza.

Figura 12 – Ladrilho hidráulico do salão, nas cores branca e vermelha, com elementos geométricos e gregos.

Figura 13 (abaixo, à direita) – Simulação da composição dos pisos de ladrilho hidráulico.

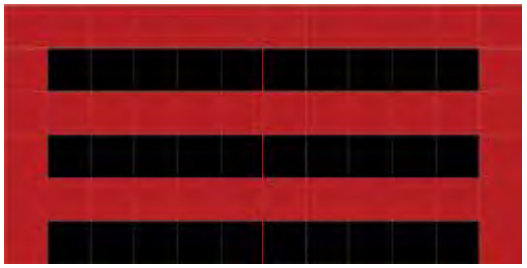
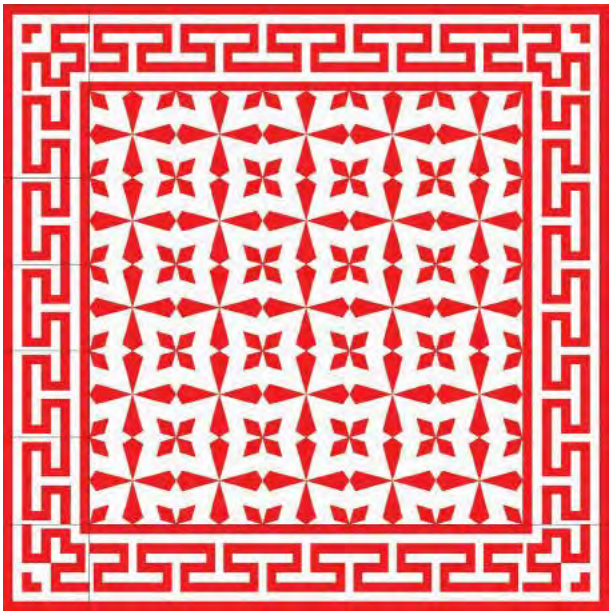


Figura 14 – Simulação da composição dos pisos de ladrilho hidráulico.

Figura 15 – Ladrilho hidráulico em vermelho e preto.



Casa 16, rua 7 de Novembro

Dois belos modelos de composição com ladrilho hidráulico foram encontrados no corredor da casa 16: o primeiro, composto por motivos geométricos pequenos de cor vermelha sobre fundo branco; e o outro, um combinado que apresenta trama em diagonal com motivos florais e faixa floral (figuras 16 a 20).

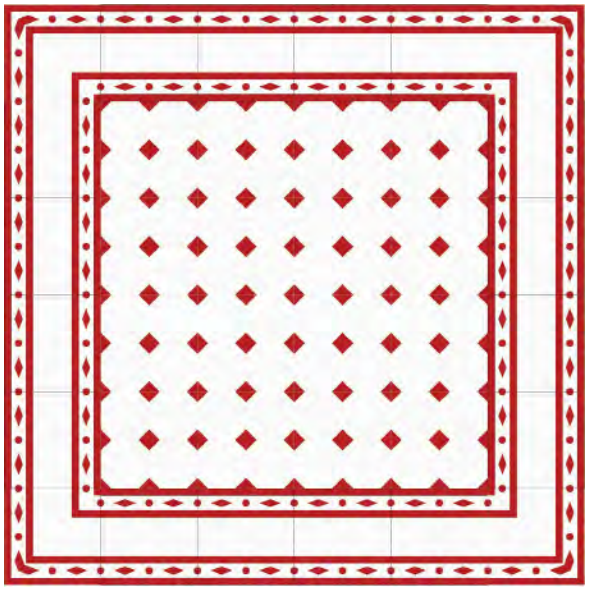


Figura 16 (acima) – Ladrilho hidráulico com motivos geométricos, nas cores branca e vermelha.

Figura 17 (abaixo, à esquerda) – Fachada e piso da casa 16, rua 7 de Novembro.

Figura 18 (abaixo, à direita) – Simulação da composição dos pisos de ladrilho hidráulico.

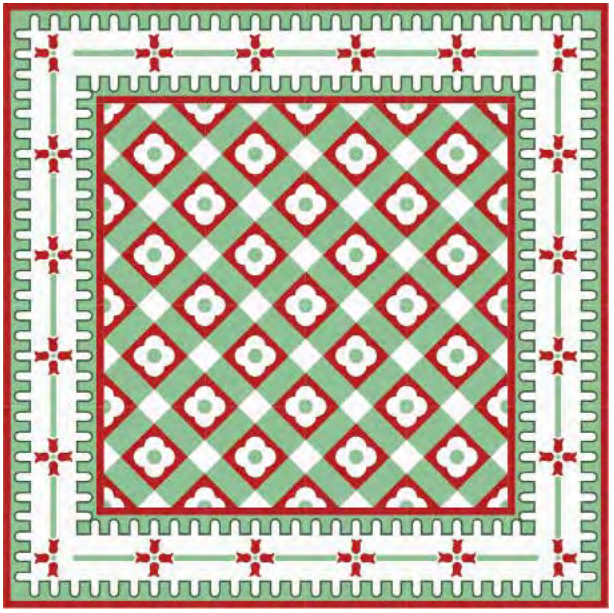


Figura 19 (acima) – Piso encontrado na casa 16, rua 7 de Novembro.

Figura 20 (à direita) – Simulação da composição dos pisos de ladrilho hidráulico.

Casa 18, rua 7 de Novembro

Este mosaico, uma pequena representação de expressão marcante, foi encontrado no acesso da casa. É possível observar uma introdução discreta de elementos geométricos na faixa linear bicromada, terminada com motivos florais.

A casa 18 é estudada em conjunto com a casa 16 da mesma rua, vista no exemplo anterior, por constituírem uma unidade construtiva com aspecto em fachada de casa geminada (figura 21).

Figura 21– Fachada e piso da casa 18, rua 7 de Novembro.

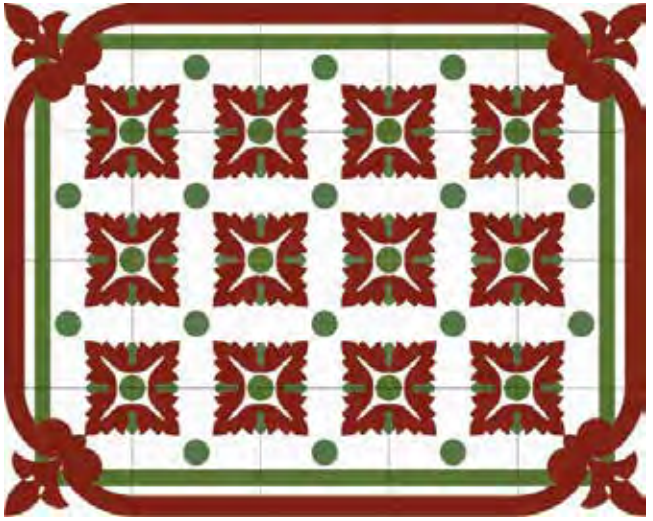


Figura 22 (à esquerda) – Ladrilho hidráulico nas cores branca, vermelha, verde claro e verde escuro.

Figura 23 – Simulação da composição dos pisos de ladrilho hidráulico.

Análise e interpretação dos dados

De um universo de 57 imóveis pesquisados na área, em 19 imóveis (33%), encontramos ladrilhos hidráulicos.

Dessa amostra, em 11 foram encontrados ladrilhos hidráulicos apenas nas áreas de acesso e circulação; em quatro, nas áreas de circulação e em outros cômodos; e em um, no subsolo; além dos três encontrados fora do seu contexto.

Observamos que na maioria dos imóveis (11), os ladrilhos foram encontrados nos acessos e corredores de circulação e não em cômodos que demandariam um custo maior e de menor visibilidade , como banheiros e cozinhas. Nesses cômodos, encontramos geralmente cimento alisado à colher e tacos de madeira, materiais menos onerosos.

Sabemos que o ladrilho hidráulico, por possuir um valor agregado maior, era utilizado no interior das casas das famílias mais abastadas, como podemos verificar no atual Palacete das Artes (Museu Rodin), no bairro da Graça, outrora residência da família Martins Catarino. Para fins analíticos, isso pode sugerir que a ausência do ladrilho no interior dos imóveis por nós pesquisados seja um reflexo de possíveis limitações financeiras dos proprietários.

O caso do imóvel de número 24, na ladeira da Praça, com ladrilho hidráulico no subsolo, destoa do restante. Ele também apresenta pintura mural no subsolo, o que, junto com a presença do azulejo, demonstra uma preocupação pouco comum com o embelezamento desse pavimento. Uma análise arquitetônica preliminar sugere ter sido uma loja durante o período de enfoque do estudo; portanto, essa ornamentação do subsolo não estaria a princípio relacionada com a atividade comercial da loja.

Em 67% dos casos (em 38, dos 57 imóveis pesquisados), utilizou-se outro tipo de piso e não o ladrilho hidráulico. Em linhas gerais, o piso utilizado nas áreas de acesso e circulação desses imóveis sem ladrilho hidráulico era predominantemente cimento alisado à colher.

Por que então a presença do ladrilho hidráulico nos 19 imóveis?

A pesquisa arqueológica em outros locais nos fornece algumas pistas. Em Rhode Island, nos EUA, a pesquisa arqueológica de Mrozowski (2000) comprovou que a manutenção de jardins em frente às residências da classe gerencial de uma fábrica oitocentista era um recurso utilizado por esse grupo para se diferenciar dos operários de "chão de fábrica".

Segundo Wall (2000), em Nova Iorque, no mesmo século, a análise de louças associadas ao hábito de tomar chá sugere que as donas de casa de classe média alta, em comparação com contemporâneas de classe média baixa, poderiam estar usando seus pratos em "ostentação competitiva, para impressionar suas amigas e conhecidas com a nobreza refinada de sua família".

Na área que estudamos, com o esvaziamento das classes abastadas durante a primeira metade do século XIX (Nascimento, 1986), e influenciados pela opulência arquitetônica de prédios como os da antiga Faculdade de Medicina e do Tesouro Estadual, uma parcela da população de poder aquisitivo mais modesto, que aos poucos passou a residir na região – e que ainda nela

permanecia durante as primeiras décadas do século XX –, começa a utilizar o ladrilho hidráulico como forma de ostentar uma condição econômica que na realidade não possuía. Provavelmente esses moradores imitavam o gosto das classes altas, e estas últimas usavam a decoração, as vestimentas, as joias etc. justamente como símbolos de distinção social.

A presença do ladrilho poderia também ter outros significados. A decisão de colocar ou não azulejos seria um reflexo de fatores ligados à identidade étnica, por exemplo, e não a questões de classe. Num bairro com grande porcentagem de moradores com ascendência africana, é possível perceber outros símbolos dessa cultura na moradia, assim como os de uma cultura gestada no Brasil, mas formada por elementos africanos[3]. Não pretendemos aprofundar as "formas de morar" na África, mas sabemos que provavelmente na cultura dos povos africanos, independentemente do poder aquisitivo, as formas de impressionar os vizinhos ou clientes eram outras e não incluiriam o assentamento do ladrilho hidráulico nas áreas "públicas" do imóvel.

Outra hipótese seria o uso do ladrilho hidráulico como reflexo do uso do espaço. Por exemplo, o dono de um estabelecimento comercial no andar térreo, para impressionar seus clientes, teria mais interesse em destacar a decoração de seu espaço do que o dono de um imóvel utilizado somente para fins residenciais. Nesse caso, o ladrilho hidráulico seria aplicado como recurso para atrair clientes.

Para confirmarmos essas interpretações, precisaríamos nos deter na análise de documentos que avaliassem os bens e o poder aquisitivo dos proprietários dos 19 imóveis, por meio de inventários e testamentos, tarefas que fogem ao alcance deste estudo.

Finalmente, devemos ter cautela nas inferências que desenhamos a partir da presença, e também da ausência, do ladrilho hidráulico.

Para além da Arqueologia, queremos chamar a atenção para a necessidade da preservação desse tipo de piso. O estado de conservação encontrado não é crítico, fato que poderia ter sido considerado pelo Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador no sentido de tentar resguardá-los nos trabalhos atualmente em execução.

A preservação desses testemunhos, encontrados em uma parcela significativa das casas do Centro Histórico de Salvador, poderia servir como base para um estudo mais aprofundado dos variados motivos e composições que foram utilizados na cidade, o que reafirma o valor artístico dos monumentos, além de constituir, por si só, um verdadeiro museu vivo de belas peças de acabamento decorado, que representam a expressão mais delicada da utilização do cimento na decoração de interiores.

3 Ver capítulo XIV.

Referências

ALBUQUERQUE, Alexandre. Construções civis. 1 ed. São Paulo: *Revista dos Tribunais,* 1942.

BARROS, Mércia Maria Bottura de. *Revestimentos horizontais: notas de aula*. São Paulo, Epusp, Departamento de Engenharia de Construção Civil, 2000.

(Texto adaptado da dissertação de mestrado da autora: Tecnologia de produção de contrapisos para edifícios habitacionais e comerciais, 1991. São Paulo, Epusp.)

BREITENBACH, Silvia Becher. *A presença da arquitetura neocolonial em Salvador*. Salvador, 2005. Dissertação (mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia.

CADERNO geral de encargos do Banco do Brasil. s.l.: Departamento do patrimônio imobiliário, 1959.

FREITAS, Camila da S. *O Mediterrâneo em Portugal: a contribuição de romanos e muçulmanos na formação urbana portuguesa*. Porto Alegre: Pucrs, 2008. p. 18-22. (Monografia-TCC.)

GALINIÉ, Henri; ROYO, Manuel. A arqueologia à conquista da cidade. In BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 262-264.

KERN, Arno A. *Interface entre a arqueologia e a história: cidades antigas, medievais e modernas*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, graduação e pós-graduação em História. s.d., p. 2. (Texto policopiado.)

LIMA, Solange Ferraz de. O trânsito dos ornatos: modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos?). São Paulo, *Anais do Museu Paulista*, jan./jun. 2008, v. 16, n. 1, p. 151-199.

MOSAIC del Sur. Fábrica de mosaico hidráulico (Spain). *Manual de mosaico hidráulico tradicional*. Disponível em <www.mosaicdelsur.com>. Acesso em 19 jul. 2010.

MROZOWSKI, Stephen. The Growth of Managerial Capitalism and the Subtleties of Class Analysis in Historical Archaeology. In DELLE et al., eds. *Lines that Divide: Historical Archaeologies of Race, Class, and Gender*. Knoxville: University of Tennessee Press, 2000, p. 276-306

NASCIMENTO, Ana Amelia Vieira. *As dez freguesias da cidade de Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

ORSER, Charles E. *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In LE GOFF, J., dir. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

RAINVILLE, César de. *O vinhola brasileiro.* Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laermmert, 1880.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. (Série Debates.)

SEGURADO, J. E. S. *Acabamento das construções*. 6 ed. Rio de janeiro: Paulo de Azevedo, 1914.

WALL, Diana. Family Meals and Evening Parties: Constructing Domesticity in Middle Class In Nineteenth Century Middle-Class New York. In DELLE et al., eds. *Lines that Divide: Historical Archaeologies of Race, Class, and Gender*. Knoxville: University of Tennessee Press, 2000, p. 109-142.

Nelson Kon

05

O PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Vasilhame em cerâmica vidrada.

Nelson Kon

XI - Arqueólogos e comunidades locais no projeto de educação patrimonial

Márcia Bezerra

As reflexões aqui apresentadas referem-se às atividades do Projeto de Educação Patrimonial realizadas no âmbito do Projeto de Pesquisa Arqueológica da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Monumenta/Iphan), entre 2007 e 2008. O texto visa apresentar as ações executadas e, em particular, discutir a percepção que os moradores do Centro Histórico de Salvador – os velhos e os auxiliares de campo – têm sobre a Arqueologia.

A realização de projetos de divulgação científica pressupõe o conhecimento dos grupos que serão alcançados pelos programas e pelos materiais utilizados para disseminar os resultados da ciência. No caso da Educação Patrimonial voltada para a Arqueologia, a preocupação é ainda maior. A Educação Patrimonial é um processo de ensino-aprendizagem no qual vários sujeitos com seus distintos pertencimentos estabelecem um diálogo (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). Isso torna imperioso conhecer o universo cultural desses atores e a partir dele elaborar ações que, de fato, possam promover a sensibilização, a apropriação e a preservação do patrimônio arqueológico.

Em nosso entendimento, a Educação Patrimonial deve ser compreendida como um caminho fundamentado pela perspectiva da Arqueologia Pública. A Arqueologia Pública é uma vertente da Arqueologia preocupada em compreender as relações entre distintas comunidades e o patrimônio arqueológico, considerando o impacto do discurso acadêmico na visão de mundo dessas comunidades, o lugar de suas narrativas na construção do passado e a gestão comunitária dos bens arqueológicos. Como se vê, a Arqueologia Pública é, ao mesmo tempo, produto e vetor de reflexões acadêmicas, de ações políticas e de estratégias de gestão (ver Bezerra, 2003; Funari, 2004; Pyburn & Wilk, 2000; Schaan, 2007, entre outros).

Muitos autores (Pyburn & Bezerra, 2006; Pyburn & Wilk, 2000), entendem a Arqueologia Pública como Antropologia Aplicada (Pyburn & Bezerra, 2006; Shackel & Chambers, 2004). A pesquisa aplicada, diferente da

Ilustração de Adriana Mendonça para projeto de Educação Patrimonial.

pesquisa básica, tem por objetivo solucionar problemas dos indivíduos envolvidos no projeto de pesquisa. Os resultados da pesquisa básica também podem contribuir para mudar a vida dos grupos estudados, mas essa não é a sua principal preocupação (LeCompte & Schensul, 1999).

A Arqueologia Pública nessa perspectiva tem papel importante como instrumento de ação política e social. O trabalho do arqueólogo é de natureza interventiva, desde o momento de sua chegada ao local onde as pesquisas de campo terão lugar até as interpretações dos vestígios arqueológicos e a consequente construção de uma dada visão do passado. A Arqueologia Pública lida, especialmente, com essa faceta de nosso trabalho e propõe não apenas o reconhecimento do "outro", mas a sua participação em todo o processo investigativo, assim como o gerenciamento comunitário do patrimônio arqueológico.

Em nossa avaliação, a Educação Patrimonial é um dos caminhos para que essa perspectiva se desenvolva. A Educação Patrimonial para a Arqueologia Pública tem o *status* de método e, como tal, é subordinada a um *corpus* teórico. O método aqui é compreendido como "*subsystem of larger theory which is directed toward the solution of a particular kind of problem*" (Dunnell, 1971, p. 34). Ou seja, a Educação Patrimonial não é sinônimo de Arqueologia Pública, como muitas vezes se tem visto no Brasil, mas sim um método subordinado particularmente ao campo da Educação e apropriado pela Arqueologia (Pública). É nesse mesmo sentido que a Arqueologia Pública adota o método etnográfico da Antropologia.

Essa discussão é bastante procedente e pode evitar certa confusão entre ações de intervenção situadas no domínio da Educação, direcionadas para o tema do patrimônio arqueológico, e projetos de Arqueologia Pública pensados a partir da Antropologia, com utilização de estratégias, tais como a Educação Patrimonial, entre outras.

O projeto tratado neste texto foi construído com base na premissa de que conhecer o "outro" não constitui apenas uma etapa "diagnóstica" (termo esse que preferimos não utilizar), mas uma pesquisa de natureza antropológica, cujos resultados contribuem para a reflexão acerca das relações entre populações locais e o patrimônio arqueológico no Centro Histórico de Salvador e, por conseguinte, para a gestão desse patrimônio.

É preciso conhecer de perto essas comunidades locais para não corrermos o risco de transformá-las em "locais" (Meskell, 2005); quer dizer, uma categoria homogênea em oposição a nós arqueólogos. Há idiossincrasias no interior dessas comunidades que devem ser consideradas, ao se propor projetos que lidam com aspectos culturais, sociais e políticos. É preciso considerar "as vozes de todos os atores do cenário etnográfico" (Cardoso de Oliveira,1998, p. 30).

Nesse sentido, as atividades foram orientadas a partir de reuniões com líderes comunitários, moradores, comunidade escolar e representantes de órgãos públicos locais. Esperava-se nesses encontros conhecer as demandas locais e, na medida do possível, atendê-las durante o projeto.

A convivência com as comunidades locais é essencial para o sucesso desses projetos. Ouvir os moradores, suas histórias, suas necessidades confere às ações implantadas um caráter de ação social mais efetivo, cujos resultados vão ao encontro dos anseios dos grupos contemplados.

Assim, optamos pela realização de uma série de entrevistas com membros dos grupos identificados no local do projeto.

O cruzamento dos resultados das reuniões com as comunidades locais e das entrevistas teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento do projeto educativo e para a proposição de medidas de gestão do patrimônio arqueológico local. As reflexões geradas pelas entrevistas ajudaram a compreender as complexas relações entre os grupos impactados pelo projeto e o patrimônio arqueológico.

O Pelourinho do meu tempo[1]

Em artigo anterior (Bezerra, 2009), tratei da percepção do Centro Histórico de Salvador (daqui em diante referido como CHS) e do patrimônio arqueológico pesquisado entre os moradores antigos. Durante as entrevistas, ou conversas informais, as lembranças

1 O Pelourinho é uma parte do Centro Histórico de Salvador, mas os moradores se referem a ele, especialmente, ao tratar do impacto do turismo, da violência e das obras de restauro.

Pratos em porcelana.

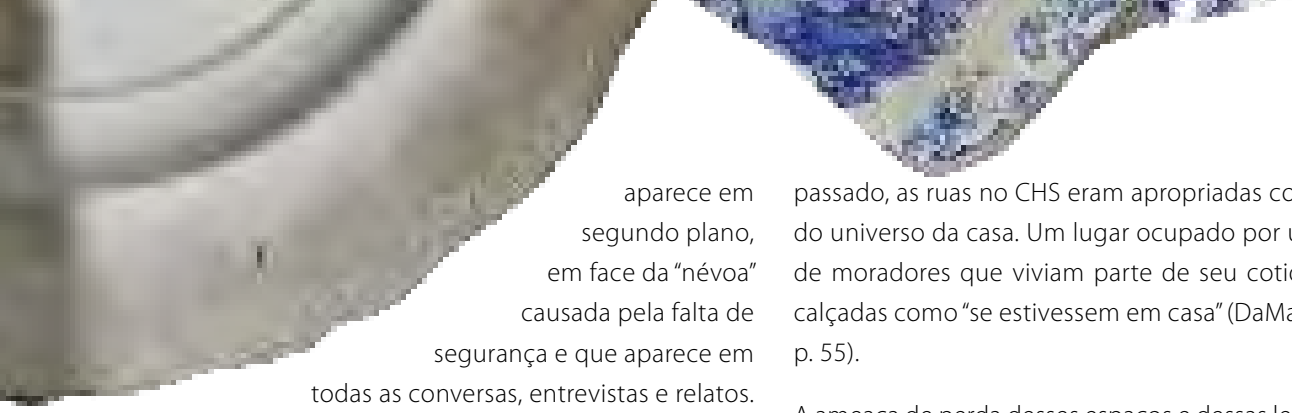
Nelson Kon

sobre o "Centro Histórico [ou Pelourinho] antigamente" apareciam, ainda que não fossem indagadas.

Tal como disse Sarlo "a lembrança, assim como o cheiro, acomete até mesmo quando não é convocada" (2007, p. 10). No CHS, com o crescimento da cidade, o ritmo da mudança é intenso e o espaço é apropriado por distintos segmentos, provocando em muitos casos a desagregação da memória, cuja causa, segundo Bosi (1999, p. 443), "é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais". Esse desenraizamento, que é físico e simbólico, se expressa nas entrevistas com o grupo de velhos do CHS. Em suas falas, ao tratarem do "Centro Histórico [ou Pelourinho] antigamente", eles pouco se referem ao casario em processo de restauração (Bezerra, 2009). As lembranças de todos dizem respeito ao domínio afetivo, a um tempo "passado que se faz presente"(Sarlo, 2007) e cujo marcador que primeiro se impõe é a ausência/presença da violência, que está impressa em suas memórias.

Nesse sentido, procuramos ter um momento com esses antigos moradores que permitisse a instauração de uma poética perdida no processo de espoliação de suas lembranças e por sua situação de vulnerabilidade. O encontro ocorreu no interior de uma das casas escavadas. Foi selecionado um grupo de moradores antigos, especialmente os familiares dos funcionários das empreiteiras que integram a equipe de Arqueologia. Entende-se que essa aproximação pode contribuir para o fortalecimento da autoestima das famílias, cujos filhos trabalham no projeto de restauração.

Os participantes vivem no CHS há cerca de 40 anos e são, portanto, testemunhas das inúmeras transformações na paisagem. Com todos reunidos, deu-se início à caminhada até a casa selecionada. Ao longo do trajeto, os participantes foram narrando as suas lembranças. A tônica dos relatos girou em torno da parte de suas vidas que se desenrolou nas ruas: festas, música, distribuição de comidas, conversas nas portas das casas. O contraponto com a situação de degradação e violência da área, nos dias de hoje, parece acentuar ainda mais a busca por essas reminiscências. A transformação física da paisagem, ou seja, a questão que envolve diretamente o aspecto arquitetônico



aparece em segundo plano, em face da "névoa" causada pela falta de segurança e que aparece em todas as conversas, entrevistas e relatos.

Na casa visitada pelos moradores, a equipe de Arqueologia recuperou centenas de fragmentos de louça, cerâmica, vidro, ferro e ossos de animais. Os auxiliares de campo que faziam parte da equipe construíram, de forma espontânea, uma passarela por entre as ruínas para facilitar o acesso dos visitantes – muitos deles seus familiares.

O grupo foi guiado pelas áreas de escavação, onde pôde conhecer os procedimentos empregados no trabalho, as ferramentas utilizadas e os resultados obtidos. Em seguida, os moradores foram levados até uma bancada na qual puderam ver e manusear os diversos materiais encontrados. Os relatos sobre o local e sobre os objetos coletados contribuíram para a confirmação das distintas funções da casa no passado: residência, escola e lavanderia.

As reminiscências que afloraram, ainda que permeadas pelas questões presentes e relativas à violência, trouxeram imagens das casas de alguns deles, não necessariamente aquelas em processo de restauração, mas as suas casas "oníricas" (Bachelard, 2008, p. 32), primordiais. O espaço desenhado pela memória não se limita às paredes da unidade doméstica, mas se prolonga pelas calçadas, onde a lembrança coletiva é um emaranhado de histórias particulares, costuradas e conectadas a um dado espaço construído por relações sociais estabelecidas ao longo de décadas. No passado, as ruas no CHS eram apropriadas como parte do universo da casa. Um lugar ocupado por um grupo de moradores que viviam parte de seu cotidiano nas calçadas como "se estivessem em casa" (DaMatta, 1997, p. 55).

A ameaça de perda desses espaços e dessas lembranças em centros urbanos como o CHS, só pode ser revertida com a ação do grupo. Para Bosi (p. 452):

> Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas. Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada.

A convivência com esse grupo ao longo dos meses do projeto sugere que a recomposição física da paisagem por si só não pode "mudar o curso das coisas", pois as coisas existem em relação às pessoas. Como afirma Halbwachs (2004, p. 143), "mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens". Se a memória é uma construção social realizada no presente, devemos refletir sobre que memórias estão amalgamadas ao patrimônio objeto da restauração, quais são os impactos causados ao processo memorial quando as "paisagens lembradas" se tornarem "paisagens restauradas", qual o papel da Educação Patrimonial nesse contexto? Um programa de Arqueologia Pública de longa duração – considerando também a Educação Patrimonial – poderia colaborar nessa "reconstrução", promovendo um fortalecimento das relações entre os velhos e a nova paisagem criada a partir da restauração.

Moradores antigos do CHS.

Patrimônio arqueológico e Educação no Centro Histórico de Salvador

A escola tem sido o *locus* preferencial dos projetos de Educação Patrimonial. As comunidades impactadas por projetos de desenvolvimento e/ou de restauração têm sido, em parte, beneficiadas por essas ações, que visam à sensibilização acerca da importância do patrimônio arqueológico e de sua função como componente fundamental na constituição da cidadania na escola. Contudo, o papel da escola na construção desses projetos não é muito claro, uma vez que, em geral, atuam apenas como receptoras das ações (Bezerra, 2006; Machado, 2006). Consideramos que as escolas devam participar das ações de intervenção desde a sua criação, contribuindo assim para que as demandas particulares de cada unidade escolar, de cada região, possam ser atendidas pelos pesquisadores.

Em projetos de curta duração como o nosso, seguir essa orientação é um desafio, uma vez que o processo envolve, entre outras questões, a realização de várias reuniões com os membros das escolas e a adequação, não apenas das atividades, mas dos apertados calendários escolares. Além disso, como já dito anteriormente, ao entendermos a Educação Patrimonial como método utilizado pela perspectiva da Arqueologia Pública, e esta como Antropologia Aplicada, acreditamos ser fundamental o desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica na escola, em momento anterior à realização do projeto.

Os estudos têm revelado que o contato mais próximo com a escola, por meio da observação participante, entrevistas, questionários, contribui para que se conheçam as relações estabelecidas no cotidiano escolar. Isso possibilita a reconstrução de algumas práticas nesse "terreno cultural caracterizado por vários

Visita guiada dos professores a uma das áreas de pesquisa.

graus de acomodação, contestação e resistência, uma pluralidade de linguagens e objetivos conflitantes" (André, 2003, p. 41) – e, por isso mesmo, arena propícia às discussões sobre memória, patrimônio, identidade.

A limitada duração do projeto prejudicou esse processo de pesquisa, mas alguns encontros e conversas com professores da rede pública local nos deram a medida da urgência em se refletir sobre as relações entre pesquisadores, gestores e educadores[2].

As escolas da rede pública de ensino localizadas no entorno do projeto atendem aos ensinos Médio e Fundamental. O contato com diretores e professores dessas escolas revelou a demanda por ações que partam, especialmente, do Iphan e demais órgãos de preservação atuantes na região. Segundo eles, há um hiato entre o conhecimento produzido no âmbito dos projetos ligados ao patrimônio local e o seu compartilhamento com o público escolar do CHS.

Nesse sentido, a oficina oferecida aos professores das três escolas locais – Escola Municipal João Lino, Escola Municipal Vivaldo da Costa Lima e Colégio Azevedo Fernandes – foi pensada como fórum de debates entre profissionais da Educação e representantes do Iphan, além de servir como momento de apresentação do projeto de Arqueologia em curso no CHS.

A atividade compreendeu cinco fases: minicurso sobre Arqueologia; vídeo sobre Arqueologia e Educação[3]; visita a uma das casas escavadas pela equipe de Arqueologia; ida ao Laboratório de Arqueologia, situado na Casa dos Sete Candeeiros (uma das unidades do Iphan-BA); e visita técnica ao Solar do Berquó, sede do Iphan em Salvador.

Durante a oficina, os professores reafirmaram a necessidade de se elaborar programas mais frequentes sobre o patrimônio local e sugeriram que tais ações, construídas em parceria com as escolas, começassem no início do primeiro semestre letivo e perdurassem por todo ano. Todos se mostraram dispostos a trabalhar em conjunto na consolidação de projetos que alcancem todas as escolas locais.

2 Para discussão acerca do *status* de arqueólogos e gestores como educadores, ver BEZERRA, 2003; NAJJAR, 2003; NAJJAR &NAJJAR, 2006.

Professores no laboratório de Arqueologia.

3 Vídeo *Arqueologia vai à escola: uma experiência com escavação simulada*. Roteiro e apresentação: Marcia Bezerra. Direção: Cadu Lopes. Rio de Janeiro: CPTV, 2001. VHS.

Contudo, há vozes discordantes. E a resistência e o desinteresse de segmentos desse público escolar em relação ao projeto de Educação Patrimonial e de Arqueologia ficaram evidentes. Não obstante as tentativas frustradas de estabelecer contatos e marcar reuniões com alguns representantes da comunidade escolar, entendemos que reduzir a situação ao nível acusatório, em que o professor aparece como o responsável pela negação à introdução de novas ideias, é atitude simplista e redutora das questões que envolvem a identidade da escola como comunidade e dos professores como indivíduos desse grupo.

Fischmann (2002, p. 99) chama a atenção para o fato de que se espera que professores e diretores das escolas "tenham as suas 'fronteiras' permanentemente abertas". Segundo ela, isso pode explicar o porquê de a "escola [ter] uma força inegavelmente centrífuga – afinal quem suporta viver como se não fosse um ser em si?". Isso implica o desenvolvimento de programas de longa duração, com base na pesquisa etnográfica, para entender as relações de poder cristalizadas no cotidiano escolar. As reflexões acadêmicas de uma pesquisa dessa natureza podem ser aplicadas na solução do problema de distanciamento das questões patrimoniais locais da sala de aula. Do contrário, tratamos de memória, patrimônio, identidade, pertença, mas esquecemos que a escola também é produtora de cultura (Popkewitz, 1992).

De olho no chão

O título acima, dado a uma atividade que iremos comentar, é inspirado na fala de um dos jovens moradores que trabalhou com a equipe de Arqueologia durante as escavações, ao se referir aos colegas das empresas de engenharia contratadas pelo projeto de restauração: "Tem de perguntar você sabe o que você tá pisando? O que tem aí embaixo?". Segundo ele, a maior parte dos funcionários dessas construtoras não tem conhecimento algum sobre o patrimônio no qual trabalham. A percepção desses funcionários sobre os colegas que atuam diretamente com os arqueólogos foi objeto de comentário de vários entrevistados.

Os projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Arqueologia têm se voltado especialmente para o público escolar. Aos poucos esse panorama está mudando, mas ainda há um grupo que tem sido pouco contemplado por essas ações: os auxiliares de campo, em geral pessoas da própria comunidade, contratadas para trabalhar com as equipes de Arqueologia durante os trabalhos de campo. Um dos exemplos dessa mudança é o trabalho desenvolvido por Fernandes (2007) em Guararema, São Paulo, cujo projeto de Arqueologia de Contrato incluiu ações especialmente dirigidas para esse grupo. Segundo Fernandes (op.cit.), além de aproximar pesquisadores e comunidades locais, o projeto estimulou vocações na comunidade.

Ilustração de Adriana Mendonça para projeto de Educação Patrimonial.

As relações entre arqueólogos e os auxiliares de campo sofreram mudanças ao longo da história da Arqueologia no Brasil. Muito embora não haja pesquisas direcionadas para essas reflexões, é possível a partir de nossas próprias experiências perceber as nuances que caracterizavam essas

Exemplo da diversidade de artefatos localizados pela pesquisa. Em cima, botão de um único furo feito em osso, moeda e dedal. Em sequência, escova de dentes em osso, cachimbo de cerâmica, botões em osso e miçangas em osso e vidro.

relações no âmbito dos projetos acadêmicos de ontem e dos projetos de Arqueologia de Contrato de hoje. Segundo Prous (2006, p. 30), "a pesquisa acadêmica foi quase abandonada no Brasil". Isso implica mudanças de toda ordem, incluindo os contornos dessas relações interpessoais que se dão nos trabalhos de campo.

Os longos projetos acadêmicos permitiam que os pesquisadores convivessem por anos com o mesmo grupo de moradores e, em geral, eram eles que integravam as equipes auxiliando nas tarefas requeridas pela pesquisa de campo. A proximidade com os auxiliares muitas vezes se dava fora do horário de trabalho. Assim, não era incomum que horas de lazer fossem compartilhadas por todos. Certo "romantismo" da prática arqueológica em tempos passados promovia essa integração entre universos distintos, mas não garantia o estabelecimento de relações simétricas entre os grupos envolvidos. A preocupação de compartilhar o conhecimento com os auxiliares de campo não se colocava como questão, mas acontecia de forma espontânea, por força do tempo de convivência. Isso talvez tenha impedido reflexões mais pontuais sobre essas relações, uma vez que o contexto dos projetos de pesquisas acadêmicas de longa duração dava uma ilusória impressão de que todos eram "guindados a interlocutores" (Cardoso de Oliveira, 1978, p. 30).

As primeiras reflexões sobre o tema surgem no contexto da Arqueologia de Contrato, nos anos 1980. Oliveira et al. (1988), em um artigo que discutia a etnografia do trabalho de campo, se detêm em particular na relação entre "nós e os trabalhadores", como são denominados os auxiliares no texto. Entre as muitas dificuldades apontadas está a alta rotatividade dos trabalhadores, o que fazia com a equipe tivesse que repetir inúmeras

vezes as explicações sobre a pesquisa. Além disso, sublinham também o fato de que para muitos deles o trabalho com a equipe de Arqueologia teria pouco ou nenhum sentido. Cerca de duas décadas depois, constatamos as mesmas dificuldades e ainda refletimos pouco sobre a sua solução.

Destacamos como um dos problemas a denominação dada a esses integrantes das equipes de Arqueologia. Em geral, são chamados de "trabalhadores" ou de "braçais" (Fernandes, 2007, p. 112). O primeiro termo os coloca numa categoria genérica, desqualificada, e o segundo cristaliza essa inferiorização. Isso nos remete à discussão proposta por Goulart (2000, p. 66), quando diz que a "divisão manual-intelectual repousa sobre o órgão do corpo que executa o trabalho". Ou seja, o trabalho desses indivíduos é considerado como sendo meramente técnico e mecânico, prescindindo de qualquer reflexão (Fernandes, op.cit.).

O presente projeto, embora não seja classificado na categoria "contrato", possui algumas das mesmas características que afetam essas relações. Por isso, a coordenação do Projeto de Pesquisa Arqueológica indicou como condição primordial que a equipe de auxiliares de campo fosse contratada na comunidade local e que, dentro do possível, se mantivesse a mesma até o final do projeto. Isso permitiu o estabelecimento de relações muito distintas e benéficas para todos.

Os funcionários contratados pelas empresas de engenharia responsáveis pelas obras de restauração da área da 7ª Etapa são os primeiros a entrar em contato com o material arqueológico. Contudo, esses profissionais têm recebido pouca ou nenhuma atenção no âmbito dos projetos educativos que envolvem o patrimônio arqueológico. As informações sobre a Arqueologia acabam sendo transmitidas de maneira informal e assistemática.

A atividade *De olho no chão* visou apresentar noções de Arqueologia e patrimônio e, principalmente, sensibilizar esses profissionais para sua importância na preservação do patrimônio arqueológico local. Os participantes são contratados pela empresa Terraza, uma das poucas que manifestou interesse pela atividade. As demais empresas contatadas não puderam ou não quiseram participar. Na impossibilidade de contemplar todos os trabalhadores, na maior parte das vezes pelo desinteresse dos responsáveis pelas obras, espera-se que o grupo reunido atue como agente multiplicador entre os demais profissionais da categoria.

Funcionários das empreiteiras em visita ao sítio.

Nelson Kon

Fragmentos de artefatos em osso: escova de dentes, de cabelo, figas, agulha.

Nelson Kon

Moedas.

Nelson Kon

Fragmentos de sopeiras em porcelana.

A atividade foi realizada com vinte e dois funcionários que atuam em vários setores do projeto de recuperação da área da 7ª Etapa. Entre eles há pedreiros, eletricistas e marceneiros. Toda a ação foi acompanhada e apoiada pelo chefe da segurança do trabalho da empresa. Os funcionários reuniram-se pela manhã, antes de dar início às suas atividades diárias, e seguiram com a equipe de Arqueologia e os técnicos do Iphan para uma das casas pesquisadas. No local foram apresentados os métodos e técnicas da pesquisa arqueológica, as interpretações do registro arqueológico local, os aspectos ligados à preservação do patrimônio arqueológico, ressaltando-se a importância do grupo na identificação e no tratamento do material arqueológico.

Após o reconhecimento e manuseio dos materiais arqueológicos, alguns participantes relataram a descoberta de peças durante obras no CHS. Muitos admitiram desconhecer o valor dos objetos, e um deles afirmou ter jogado fora uma moeda porque estava "muito suja". Essa parte da atividade, na qual o grupo interagiu com a equipe, ressalta a urgência na formulação de ações mais duradouras para esses profissionais.

Entrevista com Jailson, auxiliar de campo.

Já o grupo de moradores que trabalhou diretamente com a equipe de Arqueologia manteve-se praticamente inalterado durante toda a pesquisa. Isso permitiu a socialização do conhecimento arqueológico, além de promover um ambiente propício para as reflexões acerca de nossas relações com as comunidades locais, do ponto de vista desses auxiliares de campo, como preferimos denominá-los.

As etapas do projeto de Educação Patrimonial foram precedidas por entrevistas que tinham por objetivo conhecer as representações sobre a Arqueologia e o patrimônio local. Dentre os temas recorrentes nas entrevistas, destacamos as narrativas dos auxiliares sobre o trabalho que desempenhavam com os arqueólogos e a percepção que os demais colegas, não participantes da pesquisa de campo, tinham sobre o seu trabalho.

Retomando a discussão de Goulart, a noção de trabalho para esses grupos está ligada à força física necessária para a execução das tarefas. Um dos auxiliares relata que um colega seu, de forma irônica, considerava seu trabalho junto aos arqueólogos como "trabalho mole, trabalho sentado". Os relatos indicam, de forma recorrente, a associação da Arqueologia com "coisa velha", com a morte, "vai pegar defunto", ou ainda, à "macumba". Para os auxiliares de campo, seus colegas não tinham interesse em visitar as escavações porque "não sabem do que se trata". Um deles sugere: "Tem que chamar a atenção deles". Outro completa: "Tem que abrir os olhos deles pelo solo, dizer que o solo é bom ou ruim". Vários deles narraram situações em que tiveram de explicar o que faziam, numa clara tentativa de mudar a percepção dos demais: "Não sabem [os colegas] que se confere, etiqueta, separa". E dizem orgulhosos: "Já chamam a gente de arqueólogo"!

Se excluirmos esse grupo das ações educativas, corremos o risco de torná-los invisíveis ou transformá-los em coisas, em ferramentas do trabalho de campo. É preciso lembrar que estamos tratando de cidadãos, membros das comunidades locais, para quem, afinal, dirigimos esses projetos.

A pesquisa arqueológica nos projetos de restauração

Voltamos as atenções, por fim, para outro grupo, que tem papel fundamental no sucesso desses projetos: os gestores locais. Em reunião realizada nas dependências do Escritório de Referência do Centro Antigo – ERCA, a direção do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia – Ipac solicitou que a equipe de Arqueologia organizasse evento para o corpo de funcionários do órgão. Tal solicitação foi atendida por meio de atividade que incluiu uma palestra seguida de debates sobre a pesquisa arqueológica em curso na área da 7ª Etapa, e dentro do CHS.

A atividade desenvolvida pela coordenadora do Projeto de Pesquisa Arqueológica da 7ª Etapa ocorreu nas dependências do Ipac, no Centro Histórico em Salvador. Os participantes receberam pasta com o *Manual de Arqueologia Histórica,* de Rosana Najjar, editado pelo Monumenta/Iphan, em 2005, e cujo conteúdo sublinha a inserção da Arqueologia em obras de restauração.

O evento proporcionou aos participantes o contato com a Arqueologia e, sobretudo, com a pesquisa que vem sendo desenvolvida a poucos metros da sede do Ipac. A parceria entre órgãos dedicados à preservação potencializa as ações de preservação do patrimônio arqueológico e aproxima as diversas áreas do conhecimento envolvidas em projetos dessa natureza, possibilitando que as ações desenvolvidas tenham continuidade – por meio de outros projetos locais – após o encerramento das pesquisas arqueológicas.

Desafios

Os desafios da Educação Patrimonial no Brasil são inúmeros e a multiplicação desses projetos no âmbito da Arqueologia implica a necessidade de refletirmos sobre a sua prática de forma geral e sobre as singularidades de cada contexto, como o Centro Histórico de Salvador.

Como vimos, tais projetos não devem prescindir de uma longa etapa de conhecimento das comunidades locais envolvidas. Um projeto de seis meses, especialmente em áreas de complexa dinâmica sóciocultural, não

Engate de arma com pederneira. Montagem de Luciana Keller.

é suficiente para atender as demandas que surgem, invariavelmente, ao longo desses processos.

Somado a isso, é preciso rever o período de execução dos projetos em função de realidades locais. Salvador é uma cidade turística com grande aumento de fluxo de visitantes e de festividades entre os meses de dezembro e fevereiro. Não apenas as escolas estão em período de férias, mas os moradores, especialmente aqueles impactados pelo projeto, atuam na economia informal que cresce em razão dos eventos na cidade (Lavagem do Bonfim, Carnaval, entre outros). Isso afetou o cronograma de realização de projetos e implicou a solução de continuidade de várias atividades propostas.

Não obstante, avalia-se que as ações executadas, ainda que pontuais, tiveram papel importante na sensibilização dos diversos envolvidos no Projeto de Pesquisas Arqueológicas da Área da 7ª Etapa do Pelourinho. A convivência com os moradores, funcionários, professores, pesquisadores e funcionários do Iphan serviu para reorientar determinadas ações e foi decisiva para a concretização dos objetivos delineados.

A partir dessa experiência, propomos algumas medidas que podem ser úteis para futuras ações no Centro Histórico de Salvador, mas também para outros contextos no país (ver Schaan, 2007):

- Ampliação das ações de Educação Patrimonial voltada para o patrimônio arqueológico, tendo a Arqueologia Pública como perspectiva norteadora.
- Parceria com a UFBA para a realização de curso – semelhante ao da Escola Oficina de Restauração – para os funcionários das construtoras, com ênfase no patrimônio arqueológico.
- Organização de curso de treinamento de guias turísticos (moradores do CHS), com ênfase no patrimônio arqueológico.
- Estabelecimento de convênio entre secretarias de Educação e Cultura, Iphan e Ipac para a criação de programa permanente de preservação do patrimônio arqueológico a partir das escolas locais.
- Criação de curso de formação de agentes do patrimônio para os moradores locais.
- Sinalização das casas escavadas para fins turísticos.
- Montagem de exposição permanente, em parceria com os moradores, com materiais recuperados nas escavações e em local de acesso fácil no CHS.
- Promoção de oficinas para a confecção de produtos inspirados em motivos arqueológicos.
- Desenvolvimento de projeto de Arqueologia Pública de longo prazo.

Encerramos esse texto com a fala de um dos auxiliares de campo. Ao avaliar a sua participação no projeto, ele sublinha a dimensão social do patrimônio e afirma a sua importância como "construtor" do seu patrimônio, da sua história. Diz ele: "Eu ganhei duas vezes, ganhei trabalho que é difícil em Salvador e estou participando da restauração da minha cidade, do meu local, do chão onde eu piso"[4].

4 Jailson, 26 anos. Os auxiliares de campo cujas falas foram citadas aqui (e autorizadas por eles) são: Véio, Buiú, Mimi, Daniel, Bimba, Teletubie e Chia.

Agradecimentos

Aos moradores do CHS, que nos receberam com muito carinho, amizade, música e mingau!

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

BACHELARD, G. *A Poética do espaço*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BEZERRA, M. Educação [bem] patrimonial e escola. In NAJJAR, J.; CAMARGO, S., orgs. *Educação se faz (na) política*. Niterói: Eduff, 2006, p. 79-98.

_____. O Australopiteco Corcunda ou as representações sociais da Arqueologia para as crianças. *Anais do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. São Paulo: SAB, 2003, CD 1.

_____ . Por cima é balangandã, por baixo é molambo só: os moradores, as paisagens e as ruínas em um projeto de Arqueologia no Centro Histórico de Salvador/Bahia. In SILVEIRA, F. L. A. da; CANCELA, C. D. *Paisagem e cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Edufpa, 2009, p. 63-70.

BOSI, E. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15/São Paulo: Unesp, 1998.

DAMATTA, R. *A casa e a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUNNELL, R. *Systematics in Prehistory*. New York: The Free Press, 1971.

FERNANDES, T. C. *Vamos criar um sentimento?!: um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil*. São Paulo, 2007. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

FISCHMANN, R. Identidade, identidades – indivíduo, escola: passividade, ruptura, construção. In TRINDADE, A. L.; SANTOS, R. dos, orgs. *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 91-114.

FUNARI, P. P. A. Public Archaeology in Brazil. In MERRIMAN, N., ed. *Public Archaeology*. London: Routlegde, 2004, p. 202-210.

GOULART, A. L. G. de F. *Ideologia no livro didático*. São Paulo: Cortez, 2000.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG. E.; MONTEIRO, A. *Guia básico de Educação patrimonial*. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

LECOMPTE, M. D.; SCHENSUL, J. S. *Designing and Conducting Ethnographic Research*. London: Altamira Press, 1999.

MACHADO, M. B. P. Percursos, rotas e caminhadas: as iniciativas de preservar o patrimônio arqueológico através da Educação. In *Anais da 25 Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*. Goiânia, 2006, CD1.

MESKELL, L. Archaeological Ethnography: Conversations around Kruger National Park. *Archaeologies*, 2005, v.1, n.1, p. 81-100.

NAJJAR, J. De educador e de arqueólogo todo mundo tem um pouco (embora educadores e arqueólogos sejam poucos): algumas reflexões sobre a relação entre Educação e Arqueologia. *Anais do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. São Paulo: SAB, 2003, cd 1.

NAJJAR, J.; NAJJAR, R. Reflexões sobre a relação entre Educação e Arqueologia: uma análise do papel do Iphan como educador coletivo. In LIMA FILHO, M. F.; BEZERRA, M., orgs. *Os caminhos do patrimônio cultural no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006, p. 171-182.

OLIVEIRA, A. G.; MACHADO, C. L.; MAGALHÃES, C. et al. Arqueólogos e populações ribeirinhas: uma etnografia do trabalho de campo. *Cadernos,* UFPA, 1988, n.15, p. 37-60.

POPKEWITZ, T.S. Cultura, pedagogia e poder. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, 1992, n. 5, p. 91-106.

PROUS, A. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PYBURN, K. A.; BEZERRA, M. Arqueologia Pública em 5 *tempi*: reflexões sobre o workshop Gerenciamento do patrimônio cultural – Arqueologia, Goiânia. In LIMA FILHO, M. F.; BEZERRA, M., orgs. *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006, p. 183-190.

PYBURN, K. A.; WILK, R. Responsible Archaeology is Applied Anthropology. In LYNOTT, M. J.; WYLLIE, A., eds. *Ethics in American Archaeology*. Washington D.C.: Society for American Archaeology, 2000, p.78-83.

SARLO, B. *Tempo Passado: cultura, memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007.

SCHAAN, D. P. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. In LIMA, T. A., org. Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação. *Revista do Patrimônio*. Brasília: Iphan, n. 33, p. 109-136, 2007.

SHACKEL, P. A.; CHAMBER, E. J., eds. *Places in Mind*: Public Archaeology as Applied Anthropology. New York/ London: Routledge, 2004.

Recipiente cerâmico não vidrado.

XII - Quando a Arqueologia vai à escola

Jorge Najjar - Gisela Tapioca - Samuel Lira Gordenstein

A história do tempo: o tempo na história
Num resto de história
Uma história inteira
Um século numa chave,
Uma vida numa panela.
Compreender o tempo
A partir de um pedaço
Um sentido de vida
Ressignificado!
Surge na poeira do espaço
Verdadeiros tesouros: em restos de cacos
E a chave da história
Abre a alma…

(Isabela Severo Nascimento Santana, professora da Escola Municipal João Lino, fevereiro de 2009)

O presente texto tem por objetivo apresentar e analisar o projeto de Educação Patrimonial levado a cabo em três escolas situadas no Pelourinho, decorrente da Pesquisa Arqueológica realizada no âmbito de uma das etapas do projeto de restauração da área. Outro capítulo deste livro de autoria de Márcia Bezerra (ver capítulo XI), também se dedica à discussão das atividades de Educação Patrimonial que lá foram desenvolvidas, mas é focado nas ações que precederam as realizadas nas escolas e que visavam, prioritariamente, trabalhar questões sobre o patrimônio arqueológico junto aos operários das empresas que estavam realizando as obras de restauração e aos antigos moradores da região.

Os professores das escolas também foram chamados a participar dessas discussões iniciais e desse contato começaram a ser traçados os rumos das atividades de Educação Patrimonial nas escolas.

A opção por trabalhar de forma sistemática nas escolas não é fortuita. Ao contrário do que ocorria em nosso país em meados do século XX, hoje, nos grandes centros urbanos do Brasil – como Salvador –, cerca de noventa e sete por cento das crianças em idade escolar têm acesso à escola[1]. Assim, praticamente todas as crianças dessas cidades passam por essa instituição e têm sua formação marcada pelos conhecimentos, valores, habilidades e processos de socialização com que nela entram em contato.

Além disso, a formação que a escola propicia não é baseada em ações eventuais ou pontuais. A escola caracteriza-se por uma ação prolongada e sistemática. As crianças, segundo a legislação brasileira[2], devem nela permanecer por no mínimo duzentos dias por ano, quatro horas por dia, perfazendo um total de oitocentas horas anuais. É um tempo significativo, embora grande parte dos educadores aponte a necessidade de aumentar o período de permanência das crianças na instituição, visando a uma educação de melhor qualidade.

1 Ver dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão do MEC responsável pela realização do Censo Escolar (www.inep.gov.br).

2 Ver a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), art. 24, inciso I.

Como bem nos indica Trilla (1986), a sociedade ocidental confere à escola um lugar de destaque como uma das principais instituições educativas, sendo ela a responsável pela socialização sistemática de determinados saberes. Entretanto, continua o autor, o discurso de muitos sobre a escola acaba por localizá-la como o único lugar na sociedade onde o conhecimento é formado e socializado, o que é uma grande distorção, pois há na sociedade inúmeras outras instituições e movimentos pelos quais passa o conhecimento.

Evitando qualquer perspectiva de supervalorização da educação escolar, o trabalho realizado no interior das escolas foi priorizado no projeto de Educação Patrimonial realizado no Centro Histórico de Salvador. Partiu-se do pressuposto que não se pode prescindir de levar as discussões sobre o Patrimônio Cultural para essa instituição, que ocupa um lugar central nos processos formativos em nossa sociedade. Acreditar que a educação é algo que ocorre somente no interior da escola é um equívoco enorme. Mas, por outro lado, crer que se pode realizar projetos educativos potentes em nossa sociedade, particularmente nos grandes centros urbanos, sem envolver as escolas é um equívoco de igual dimensão.

Figura 1 – Fachada da Escola Estadual Azevedo Fernandes.

O projeto de Educação Patrimonial, desenvolvido em paralelo ao Projeto de Pesquisa Arqueológica da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, instituiu parceria com três escolas situadas nas proximidades das obras de restauração e dos trabalhos de pesquisa arqueológica: Escola Estadual Azevedo Fernandes, Escola Municipal Vivaldo da Costa Lima e Escola Municipal João Lino (figuras 1 a 3). A primeira atua no Ensino Médio e as duas outras nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Desde o início do projeto, embora se pretendesse realizar atividades com o conjunto dos sujeitos partícipes do cotidiano escolar (gestores, professores, alunos e funcionários técnico-administrativos), tinha-se como objetivo principal trabalhar junto aos professores dessas escolas. A escolha desse profissional como o foco de nosso trabalho pedagógico deveu-se a sua importância como formador que permanece na comunidade, realizando atividades educativas, mesmo após o término do projeto de educação patrimonial. Contribuir para a formação continuada dos professores, incorporando

discussões acerca do patrimônio cultural, é, nessa medida, contribuir para que o importante debate sobre a diversidade cultural, presente hoje nas escolas, não seja posto de lado no meio de tantas e tamanhas outras preocupações que marcam o cotidiano escolar.

> No que se refere à formação de professor@s, é fundamental desenvolver projetos que integrem a dimensão intercultural ao trabalho com a memória e o estudo do patrimônio local. Esses projetos valorizam as marcas culturais presentes no bairro, na escola, na cidade, por meio de um processo de reconstrução identitária – que exige a destruição das representações monoculturais de uma visão de mundo fundada na redução da diferença como característica da homogeneidade (Pérez, 2009, p. 254).

A escola brasileira hoje, particularmente a escola pública, reflete em seu interior a diversidade cultural existente na sociedade, na medida em que, tal como foi dito anteriormente, acolhe a quase totalidade das crianças em idade escolar.

Como exemplo, podemos citar o ocorrido no Rio de Janeiro, que não difere muito do que se viu em outros grande centros urbanos do país. Em 1950, somente três de cada dez crianças em idade escolar frequentavam escolas na antiga capital do Brasil. Em 60 anos, a situação se inverteu: hoje, aqueles que estavam fora da instituição nela ingressaram. Assim, em cada grupo de dez crianças em idade escolar, cerca de dez estão matriculadas nas instituições de ensino. Sem dúvida, esses que entraram mais recentemente são oriundos das camadas menos favorecidas da população e trazem para a escola visões de mundo, comportamentos, padrões linguísticos,

Figura 2 – Fachada da Escola Municipal João Lino.

Figura 3 – Fachada da Escola Municipal Vivaldo da Costa Lima.

gostos, memórias, em suma, arbitrários culturais (Bourdieu; Passeron, 2008) que não faziam parte do universo escolar e que, inclusive, são vistos com muitas restrições pela escola.

Essa "invasão" da escola pelos "bárbaros"[3] traz novas demandas e complexidade à instituição, fazendo com que ela tenha de lidar, necessariamente, com a diferença cultural ao mesmo tempo em que lhe é dado como objetivo socializar a cultura constituída pela humanidade ao longo de sua existência. Esse aparente paradoxo pode ser superado, se abandonamos a dicotomia e pensamos os processos que interligam organicamente unidade e diversidade. Como bem nos aponta Morin (2000, p. 57):

> Os que veem a diversidade das culturas tendem a minimizar ou ocultar a unidade humana; os que veem a unidade humana tendem a considerar como secundária a diversidade das culturas. Ao contrário, é apropriado conceber a unidade que assegure e fortaleça a diversidade, a diversidade que se inscreve na unidade.

A discussão sobre a diversidade cultural, tal como está disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, deve ser um tema transversal que perpasse todas as disciplinas e atividades presentes na escola. Para tal, entretanto, é fundamental que a formação inicial e continuada dos profissionais da educação contemple essa questão, permitindo-lhes ser sujeitos importantes nessa discussão em seus locais de trabalho.

As atividades de Educação Patrimonial nas três escolas do Pelourinho tinham como um de seus principais objetivos contribuir para a formação desses profissionais, a partir da socialização e discussão dos diferentes conhecimentos criados pelas análises das estruturas e dos artefatos achados na pesquisa arqueológica. A Arqueologia lida com elementos do patrimônio cultural e tem um caráter eminentemente interdisciplinar, podendo ser trabalhada nas diversas disciplinas escolares (História, Geografia, Ciências, Artes etc.). Além disso, despertou grande interesse em alunos e professores. Pôde ser, assim, um elemento dinamizador das discussões sobre diversidade cultural no interior das escolas.

Entretanto, executar um projeto de Educação Patrimonial nas escolas está longe de ser algo fácil ou simples, por diversas razões. Talvez a mais difícil de ser enfrentada seja o desestímulo de parte do corpo docente em realizar outras atividades na escola além das usuais.

À primeira vista, parece que essa afirmação tem por objetivo iniciar mais um discurso responsabilizando o professor pelos problemas que a escola enfrenta. Há

3 No sentido que os romanos davam ao termo, isto é, aqueles que viviam fora das fronteiras do império e que possuíam cultura e língua vistas como estranhas, selvagens.

Atividades com professores nas escolas.

Professores das três escolas reunidos para assistir palestra de Educação Patrimonial.

uma recorrência nas argumentações sobre a escola que, como nos mostra Scheibe (2001, p. 69), "atribui ao professor papel fundamental, identificando-se nele a responsabilidade pelas mazelas do sistema público de ensino e, paradoxalmente, ao mesmo tempo, o mágico poder de extirpá-las". O desestímulo a que nos referimos está vinculado, em grande parte, às precárias condições de trabalho a que são submetidos os professores. Os baixos salários fizeram aumentar sua carga horária média nas últimas décadas, pois cada vez mais eles passam a trabalhar em várias escolas, transformando-se no que Vieira (2002) chama de "professores-itinerantes". Assoberbados de trabalho, têm grande dificuldade em se entusiasmar por mais uma tarefa.

A questão, porém, não se resume ao cansaço produzido pelo excesso de trabalho. As condições ruins em que é realizado, o desprestígio social da profissão, a dificuldade em identificar resultados positivos, frutos de sua atuação profissional, dentre outros fatores, fazem com que o professor adoeça. Alevato (1999) nos mostra que a desesperança leva parte considerável dos docentes a sofrer, em menor ou maior grau, da Síndrome de Burnout, que induz ao aparecimento de inúmeras doenças ("dos nervos", cardíacas etc.).

Como fazer para que um projeto de Educação Patrimonial interesse a esse professor concreto, que no geral ganha mal, trabalha muito, é doente e desestimulado? Não adianta a equipe do projeto ter boas intenções e acreditar que seu trabalho é importante, se não consegue atrair os professores para uma parceria.

O trabalho de Educação Patrimonial no Pelourinho deparou-se com essa questão. Ao todo, até o final de 2009, participaram de alguma atividade do projeto

aproximadamente trinta professores, de um total de 51, nas três escolas parceiras do projeto. Esse número parece razoável se analisado de forma absoluta, mas ainda é pequeno, considerando-se que vários participaram somente de uma atividade pontual, não se envolvendo de forma mais orgânica com o projeto.

Um dos fatores que pode, com o tempo, vencer em parte essa resistência tem relação com o próprio escopo conceitual do projeto, quando aponta para uma visão freireana[4] de educação. A dialogicidade proposta por Freire (1983) – que pressupõe que o ato de ensinar é também, necessariamente, um ato de aprender, superando a hierarquização entre sujeitos e entre saberes – foi um princípio educacional a nortear o trabalho realizado. Tentou-se não cair na armadilha que marca muitas ações educativas de utilizar a dialogicidade somente como um "truque" pedagógico, como um falso diálogo no qual quem fala, de fato, não tem nenhum interesse em escutar o que o outro tem a dizer.

4 Referente às ideias de Paulo Freire, importante educador brasileiro.

Material distribuído aos professores.

Partiu-se do pressuposto que professores e alunos têm conhecimentos diversos sobre o mundo, sobre educação, sobre seu passado e seu patrimônio cultural. A ideia nunca foi a de dar-lhes algo que "haviam perdido" (sua memória e seu patrimônio cultural) ou que "nunca tiveram" (conhecimentos suficientes sobre a tarefa de ensinar), tal como muitos discursos explicitam. Ao contrário, a proposta sempre foi a de partir de seus conhecimentos e de com eles dialogar. É justamente esse diálogo que pode estimulá-los a uma participação maior e a tensionar o "campo de forças" no qual ocorrem as disputas acerca das memórias, dos patrimônios e das identidades que serão vistas como legítimas.

As condições para esse diálogo, entretanto, são desfavoráveis, não só pelo que foi exposto acima sobre as condições de trabalho do professor, mas pela própria forma como a instituição escolar é concebida e organizada. Os processos de ensino que ocorrem na escola são marcados historicamente pela divisão em disciplinas (Matemática, Português, História etc.), que guardam pouca ou nenhuma inter-relação (Fazenda, 2009). Os discursos de interdisciplinaridade, característicos da Pedagogia contemporânea, pouco mudaram as práticas cotidianas dessa instituição. Nesse contexto, trabalhar com projetos não é algo simples,

pois pressupõe a superação das práticas docentes e dos currículos em ação[5] organizados por disciplinas.

Essa disciplinaridade presente no cotidiano escolar faz com que os espaços/tempo da escola sejam pouco maleáveis e condizentes com um projeto de Educação Patrimonial que se pretende interdisciplinar. Assim, muitas das atividades de formação com professores e alunos foram realizadas aos sábados, pois durante a semana o tempo da escola estava dividido entre as disciplinas e cada uma delas tinha um programa a cumprir. O processo de avaliação do desempenho dos alunos, também disciplinarizado, impele os professores a não abrir mão de seu espaço individualizado de aula. Talvez o mais simples fosse formatar o projeto de forma a atender aos requisitos de cada disciplina isoladamente. Entretanto, optou-se por apostar em uma educação mais emancipadora, mesmo sabendo das dificuldades que essa opção poderia trazer para o trabalho.

Outro desafio comumente enfrentado por projetos de Educação Patrimonial ligados à Arqueologia é a inexistência de material de apoio às suas atividades. Praticamente não há menção nos livros didáticos sobre questões vinculadas a achados arqueológicos. Também são raros os livros paradidáticos que apresentam essa discussão, ficando a divulgação da "arqueologia" a cargo dos filmes de Indiana Jones e dos games de Lara Croft, em que o exotismo e a aventura acabam por desfigurar a ciência. Assim, em cada projeto, seus responsáveis devem elaborar todo o material de apoio às atividades educativas, inclusive pela especificidade dos achados arqueológicos.

5 Diz-se do currículo efetivamente praticado no cotidiano escolar, em parte diferente daquele oficialmente proposto.

No caso do Pelourinho, esse material foi produzido em formato digital, dados os custos e a facilidade de uso em sala de aula. Ele é composto por uma mostra significativa de fotografias do patrimônio recuperado nas escavações da 7ª Etapa, que pode auxiliar os professores em suas aulas. São fotos de artefatos de vidro, metal, cerâmica, osso, estruturas arquitetônicas, materiais construtivos e etapas da pesquisa. Também foram incluídos no material digitalizado: mapas antigos, pinturas, iconografias, fotos atuais de monumentos arquitetônicos do Pelourinho, textos escritos e vídeos, além de três aquarelas que, de forma bastante didática, ilustram como as atividades diárias humanas formam e impactam o sítio arqueológico.

A heterogeneidade de recursos visa estimular a discussão e, principalmente, permitir ao professor selecionar e reorganizar as imagens do acervo para propostas de atividades relacionadas às diversas áreas do conhecimento (História, Geografia, Artes etc.). O uso de imagens pode auxiliar o professor a abordar os conteúdos e a dinamizar as aulas. É o caso, por exemplo, do vídeo *Escavando o Pelourinho: o passado no presente*, registro das atividades de Educação Patrimonial do projeto e ferramenta de trabalho pedagógico.

Vale dizer que em todas as salas de aula das três escolas estava disponível uma "TV pen drive" (tal como é chamada pelos professores). É um aparelho com entrada USB, no qual os professores podem acoplar seus *pen drives* e exibir o conteúdo. Isso permitiu o uso de material digital nas aulas e abriu novas possibilidades para a equipe de Educação Patrimonial apresentar elementos da pesquisa arqueológica aos professores e alunos.

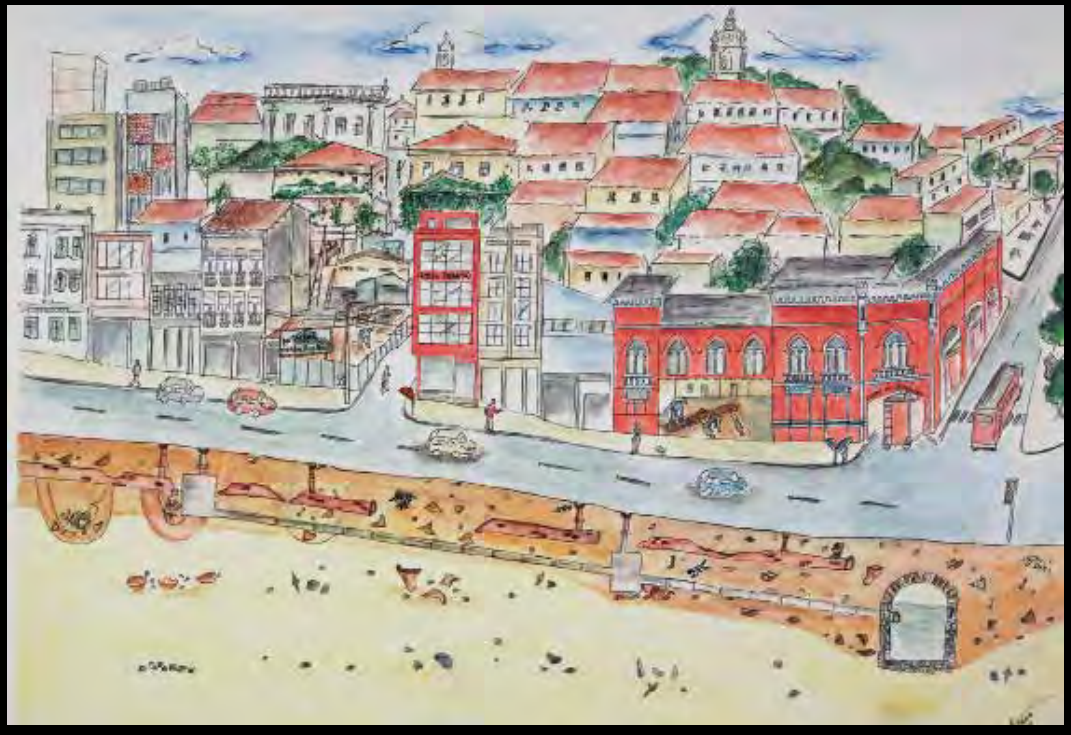
Representação artística, de Josane Oliviera, artista plástica e membro do projeto, da evolução urbana da área pesquisada, mostrando em três etapas sucessivas a ocupação da região, baseadas exclusivamente nos vestígios arqueológicos descobertos e nos resultados das pesquisas nas fontes bibliográficas.

Optamos por realizar o corte do desenho sempre no mesmo local, na altura da Ladeira da Praça, viabilizando expor vários dos vestígios mencionados no livro.

O primeiro momento representa o período anterior à chegada dos portugueses, mostrando a presença dos índios, a importante presença do Rio das Tripas e seus afluentes, bem como o relevo bastante acidentado da atual área da cidade de Salvador.

No segundo momento (fins do século XVIII, meados do XIX), observa-se a cidade com sua capela de Nossa Senhora de Guadalupe e o Rio das Tripas ainda sem estar canalizado, e a rua São Francisco, com a torre da igreja no alto da imagem.

No terceiro e último momento, observa-se o século XXI, destacando os vestígios arqueológicos que estão guardados no subsolo daquela área de Salvador, com um detalhe mostrando as escavações dentro do prédio do Corpo de Bombeiros.



Atividades com jovens da TV Pelourinho.

Vale destacar a parceria, na elaboração de parte desses materiais, com a TV Pelô, organização não governamental, sediada no Pelourinho, que capacita jovens para a produção de conteúdos audiovisuais. Com essa parceria, os jovens tiveram a oportunidade de filmar as escavações, as atividades do laboratório e de gravar entrevistas com a equipe da pesquisa. Esses produtos foram incluídos no material de apoio entregue ao professor e veiculados na TV Educativa da Bahia e na TV Brasil.

O trabalho com os professores, embora também algumas palestras tenham sido organizadas, foi realizado principalmente a partir de oficinas em que eram discutidas temáticas pertinentes ao projeto. Nessas oficinas, no diálogo entre os saberes dos professores e os saberes dos técnicos da equipe de Educação Patrimonial, trocavam-se conteúdos e "saber-fazeres", potencializando o trabalho junto aos alunos. Assim, concordamos com Pérez; Tavares; Araújo (2009, p. 25), quando dizem que as oficinas

> vêm se constituindo como uma das principais metodologias de nossas ações de ensino, pesquisa e extensão, visto que um dos princípios político-epistemológicos que fundamentam nosso trabalho no campo da formação de professor@s reconhece @ docente como alguém capaz de construir teorias sobre seu fazer, sobre sua prática profissional. Assim, como atividades de extensão, as oficinas cumprem o duplo papel de estender, ou (*ex*)*tender*, o conhecimento produzido na universidade e trazer

> para esta o conhecimento realizado no *chão da escola*, uma vez que reconhecemos a escola como 'espaço-tempo' de uma *teoria em movimento*, que tem a necessidade de ser (re)conhecida e apropriada pelos diferentes sujeitos escolares.

Além dessa troca de saberes, as oficinas tiveram o objetivo de estimular a criação de um banco de atividades, acessível a todos os participantes, e de potencializar o uso de equipamentos como *data show* e TV *pen drive* existentes nas escolas.

Os conteúdos, tanto dos materiais quanto das oficinas e palestras, foram organizados em três blocos temáticos – Arqueologia e cultura material: os objetos contam história; Arqueologia e Arquitetura: a casa como artefato; Arqueologia e a pesquisa na 7ª Etapa: ciência, patrimônio e preservação. A ideia do primeiro bloco é a de trabalhar nas escolas o fazer arqueológico, partindo do imaginário sobre Arqueologia (não dá para esquecer a "existência" de Indiana Jones), mas superando-o. Busca-se mostrar que o trabalho do arqueólogo não é só o de escavação, pois possui diversas outras etapas, como a pesquisa em laboratório, a descrição dos objetos e estruturas encontradas, a análise do material e a construção de conhecimento sobre os homens e mulheres que viveram naquele lugar em um passado mais ou menos remoto. Pretende-se, por fim, deixar claro que o objeto principal da Arqueologia é interpretar "num resto de história, uma história inteira", e que é possível, com muito trabalho rigoroso, entender "um século numa chave, uma vida numa panela"[6].

6 Trechos do poema escrito pela professora Isabela Severo Nascimento Santana, da Escola Municipal João Lino, usado como epígrafe deste capítulo.

O segundo bloco temático relaciona-se ao tipo de pesquisa arqueológica realizada na 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, como pode ser visto em diversos capítulos que compõem este livro. Apesar de recolher e analisar milhares de fragmentos de cerâmica, vidro, ladrilhos, dentre outros materiais, a preocupação principal da pesquisa foi a de trabalhar com as estruturas arruinadas das casas do Pelourinho. Com esse trabalho, pode-se interpretar como viviam as pessoas em Salvador, em diferentes épocas, e como essa cidade foi crescendo. Vale lembrar que aquela área apresenta uma ocupação das mais antigas, constituindo-se como um núcleo em torno do qual a cidade de Salvador se formou.

Atividades com jovens da TV Pelourinho.

O terceiro e último bloco temático, "Arqueologia e a pesquisa na 7ª Etapa: ciência, patrimônio e preservação", traz mais diretamente a discussão sobre a relação entre os conhecimentos construídos pela pesquisa arqueológica e o(s) patrimônio(s) cultural(ais) que ajudam a dar sentido à(s) identidade(s) dos diferentes sujeitos partícipes do cotidiano escolar. Com ele, o objetivo era não só socializar os conhecimentos criados ao longo da pesquisa arqueológica, mas discutir se e como esses conhecimentos contribuiriam para a forma como aqueles sujeitos se viam no mundo.

Hall (2007) e Bauman (2005), entre outros pesquisadores, mostram que na sociedade contemporânea não se pode falar de identidade, no singular, mas de identidades, no plural. Apontam que um determinado sujeito joga com os elementos constituidores de sua inserção no mundo, criando diferentes identidades que se relacionam em um campo de forças dinâmico. Assim, não estávamos, no projeto, procurando trabalhar a ideia de que os vestígios arqueológicos completariam a identidade daqueles sujeitos, mas sim que esses vestígios poderiam trazer subsídios que viessem a dialogar com outros elementos de suas memórias.

Púcara em cerâmica vidrada.

Um complicador para essa discussão, em seu início, foi o fato de que praticamente nenhum dos professores ou alunos das três escolas parceiras morava no Pelourinho. Depois das primeiras etapas das obras de recuperação do Centro Histórico de Salvador, a área central do Pelourinho passou a ser ocupada quase que exclusivamente por estabelecimentos relacionados ao turismo. Nesse processo, cresceu exponencialmente o número de pousadas e de lojas. E diminuiu o uso residencial das construções, pois o preço dos aluguéis e dos imóveis aumentou muito. Os então residentes, pouco a pouco, mudaram-se para outras áreas.

Outros quarteirões do Pelourinho, como os abrangidos pela 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico, tiveram seu processo de arruinamento potencializado. Com poucos moradores, esses quarteirões passaram a ser perigosos, ficando conhecidos como a "Cracolândia", território ocupado por uma população flutuante, composta principalmente pelos "sacizeiros"[7].

7 O termo refere-se aos usuários de crack, que para se drogarem utilizam-se de cachimbos. Nas escavações feitas pela pesquisa arqueológica, encontrou-se uma grande quantidade de cachimbos para fumar o crack, feitos de diversos materiais e com vários formatos.

Se os alunos e professores das escolas não moravam na região dos achados arqueológicos, como discutir com eles patrimônio cultural e identidade a partir desses vestígios?

Embora tenha sido objeto de preocupação para os técnicos, no início do projeto de Educação Patrimonial, essa era uma falsa questão. Os vestígios arqueológicos tocavam em muitos aspectos da vida daqueles sujeitos, tais como a religiosidade, o cotidiano da vida familiar, a segregação entre negros e brancos, a construção espacial do poder político, dentre muitas outras. Além do mais, os vestígios eram provenientes do espaço do Pelourinho, onde não moravam, mas que era visto como "deles". A partir desse pertencimento, a discussão sobre os vestígios arqueológicos deixou de ser sobre o "outro", sobre o exótico, e passou a ser sobre eles, sobre os seus e suas vidas.

Como bem aponta o poema em epígrafe, a partir de então o projeto de Educação Patrimonial passa a trabalhar em "verdadeiros tesouros: em restos de cacos. E a chave da história abre a alma…".

Referências

ALEVATO, Hilda. *Trabalho e neurose: enfrentando a tortura de um ambiente em crise*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.

FAZENDA, Ivani. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 16 ed. Campinas: Papirus, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez/Brasília: Unesco, 2000.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Rodas de memórias e saberes: uma prática de formação. In PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal; TAVARES, Maria Teresa Goudard; ARAÚJO, Mairce da Silva, orgs. *Memórias e patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: EdUerj, 2009.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal; TAVARES, Maria Teresa Goudard; ARAÚJO, Mairce da Silva. Alfabetização patrimonial: uma ferramenta teórico-prática para a formação de professoras. In _____, orgs. *Memórias e patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: EdUerj, 2009.

SCHEIBE, Leda. A reforma como política educacional no campo da formação de professores – a perspectiva global e pragmática das atuais reformas. In LINHARES, Célia; GARCIA, Regina Leite, orgs. *Simpósio Internacional Crise da Razão e da Política de Formação Docente*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha/Niterói: Eduff, 2001.

TRILLA, Jaume. *Ensayos sobre la escuela: el espacio social y material de la escuela*. 2 ed. Barcelona: Laertes, 1986.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Ser professor: pistas de investigação*. Brasília: Plano, 2002.

XIII - Um olhar socioarqueológico. O patrimônio cultural e o sujeito histórico

Jeã Paulo Lima - Railson Cotias da Silva - Josane da Silva Oliveira - Luciano de Santana Santos

Ao pensarmos no patrimônio cultural, não devemos apenas enxergar o monumento arquitetônico, característico de um entendimento da História baseado nos grandes acontecimentos, mas, sobretudo, a diversidade cultural e a identidade de um povo. Assim, partimos do conceito de patrimônio cultural como o conjunto dos bens culturais, referentes às identidades coletivas. Devemos preservar os conjuntos arquitetônicos das cidades históricas, os acervos arqueológicos, mas centrar o interesse no homem e em sua existência, considerando todos os atores sociais. Valorizamos, portanto, os aspectos nos quais se identifica a cultura de um povo: as línguas, as relações sociais, ritos, signos de valores, crenças e comportamentos coletivos.

Garrafas encontradas na casa 10, rua 3 de Maio.

O patrimônio cultural é resultado do processo histórico, de uma relação de pertencimento, memória, identidade de um povo, parte de um todo cultural que perpassa pelo patrimônio material e imaterial. A cidade de Salvador, especificamente a área do Centro Histórico/ Pelourinho, com seu conjunto arquitetônico colonial, é exemplo disso.

O Projeto de Pesquisa Arqueológica da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Monumenta/Iphan) ou Projeto Pelourinho, teve como objetivo principal estudar a área em questão buscando compreender como se deu a sua formação, através do aporte teórico da Arqueologia pós-processualista, que postula acerca da cultura material:

> os objetos não seriam apenas resultado da adaptação, mas sim elementos com múltiplos significados utilizados pelos indivíduos de uma sociedade para simbolizar suas relações. Nessa perspectiva, não importa que existam dezenas, centenas de objetos; aqui não é a quantidade que vale, mas a qualidade. Da mesma maneira, para os pós-processualistas não é a sociedade que está em jogo, mas as ações de cada indivíduo para interagir nessa sociedade, aceitando ou resistindo às suas regras sociais (Najjar, 2005, p. 15-16).

Nesse sentido, de acordo com um conceito de patrimônio cultural mais diverso e abrangente, é que passaremos a discorrer sobre a relação entre este e o sujeito histórico.

Festa de Santa Bárbara, em Salvador.

Por meio de análises de reportagens de jornais impressos e com base nas informações retiradas dos projetos de recuperação do Centro Histórico de Salvador, como por exemplo, o *Programa de Recuperação do Centro histórico*, o *Programa de Recuperação dos Sítios Históricos* e o *Restaurações de Cidades Históricas*, todos surgidos entre o final da década de 1960 e a primeira década do século XXI, verificamos como o entendimento do urbano em área histórica está ligado à relação entre o patrimônio cultural e o sujeito histórico. Essa constatação nos levou a analisar as preocupações do poder público em relação às comunidades que habitavam o Pelourinho a partir da década de 1930. Ao longo do texto trataremos mais detidamente dos projetos acima mencionados.

Ter o patrimônio cultural preservado é essencial para uma sociedade composta por cidadãos comprometidos com a cultura e o legado histórico, o que reforça o entendimento de identidade e memória, construído ao longo de gerações.

Conhecendo-se os projetos de revitalização/ recuperação do Centro Histórico de Salvador, percebe-se que o patrimônio cultural foi objeto de discussões, mas de modo limitado. Se o patrimônio pertence aos sujeitos e se esse patrimônio sofrerá interferências, é preciso que o indivíduo participe ativamente das discussões acerca dessas intervenções, entendendo seu modo de vida, as influências culturais e a relação de pertencimento com o local onde vive.

No caso do Centro Histórico de Salvador, apesar de haver políticas públicas de preservação, elas eram orientadas por modelos e diretrizes internacionais, além de esbarrarem na burocracia, tornando-se pouco discutidas, por conta talvez de mau gerenciamento e de disputas políticas.

A especulação imobiliária induzida pelo turismo, o surgimento de tendências de requalificar os espaços que concentrem memória, identidade e cultura para

a apreciação de todo o mundo, trouxeram projeções que renegaram valores culturais locais, em prol de valorizações de "fachadas", que passam a refletir meramente o contexto de uma sociedade capitalista no mundo globalizado. Está se falando, portanto, da sociedade de consumo. De um consumo impositivo e de fácil acesso para os que detêm poder político e econômico, que querem se sobrepor aos usos e costumes alheios, o que passa a ser bem perceptível a partir de uma ideologia denunciada pela professora Lysie dos Reis Oliveira (1998, p.54):

> o que possuía valor de uso, passa a ter valor de troca e consumo; assim as intervenções são apontadas como subterfúgios que se constituem e um meio de expulsar a população de baixa renda, com pretexto de conferir mais rentabilidade à área […].

A intenção é requalificar para tornar o espaço atrativo de acordo com normas e exigências do mercado internacional com vistas à exploração do turismo, ou mesmo em benefício dos moradores da cidade que têm maior poder aquisitivo. A relação sujeito patrimônio/turismo não encontrou uma unidade na maioria dos projetos para Salvador, principalmente porque seus planos e ações não previam sustentabilidade. Projetos culturais que pretendem valorizar espaços constituídos por representações identitárias e que, pelo artifício de um "pano de fundo" desenvolvimentista, esquecem a noção de pertencimento social, estão perpetuando a não democratização do uso do espaço público.

Para chegarmos a uma conclusão sobre o processo de inclusão ou exclusão das comunidades locais a partir de projetos para revitalizar o Pelourinho, faremos um breve resumo das transformações dos agentes sociais, que tornaram possível ao longo da história a manutenção do patrimônio cultural existente.

O Centro Histórico de Salvador que aqui se estabelece é a outrora denominada cidade alta. Foi o espaço escolhido para sediar a administração colonial, além de instalações militares, comerciais e religiosas. Foi também um espaço propício para a construção das residências coloniais portuguesas. Mais tarde, a composição social da população do Centro Histórico sofreu transformações significativas. Isso a partir do final do século XIX. O número de habitantes foi aumentando, surgindo a necessidade de ocupação de outros espaços. Novos bairros apareceram e houve melhorias no sistema viário, com a chegada dos transportes coletivos. Aos poucos, pessoas de maior poder aquisitivo abandonaram essa área central, cedendo lugar a famílias de classe média que, por sua vez, terminaram por deixar a região. E o centro passou a ser habitado por pessoas de poucos recursos, que não poderiam fazer frente às despesas de manutenção do conjunto arquitetônico[1].

Acompanhando esse processo de saída da população abastada, observamos que, na segunda metade do século XX, a quase totalidade dos órgãos administrativos mudou-se para uma localidade distante, passando a formar o Centro Administrativo da Bahia (CAB).

A administração, enquanto enraizada no Centro Histórico, representava um Estado sempre disposto a melhorar a infraestrutura local em favor das elites. Com a saída dos privilegiados e a dos órgãos públicos, ficou a população pobre, que passou a ocupar os grandes casarões.

1 Ver capítulo III.

Sem a presença do Estado, que proporcionava investimentos, e com habitantes impossibilitados financeiramente de manter bem preservado o acervo patrimonial, o Centro Histórico entrou em processo de degradação. Era como se a cidade passasse a renegar a manutenção de sua herança. Com o tempo, instalou-se um processo de desgaste que terminou por arruinar, por vezes em sua totalidade, a estrutura física dos sobrados, dos solares e dos monumentos. Para garantir a própria sobrevivência, os proprietários passaram a sublocar os imóveis. Mas a renda não era suficiente para financiar obras de conservação.

Por falta de investimentos estatais em saneamento e educação, que lhe poderia garantir emprego e inserção social, a comunidade esquecida do Pelourinho se voltou para a prostituição, para o tráfico de drogas e para outras atividades ilegais.

Mesmo com as iniciativas, a partir de 1938, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que tombou vários monumentos no Centro Histórico de Salvador, a situação social e a do conjunto arquitetônico não teve mudanças significativas. Ao contrário: empresários, que em algum momento pensaram em recuperar os casarões, deslocaram seus investimentos para outras localidades. Recearam possíveis interdições legais por parte do órgão responsável pelo patrimônio cultural.

Uma vez conhecido esse processo histórico-social, chega-se à conclusão de que existiu um conflito entre a comunidade do Pelourinho e o poder estatal, que deveria ter sido resolvido por meio de políticas sociais inclusivas. Ou seja, ações do poder público no sentido de valorizar e preservar o patrimônio cultural e manter

Família habitante do Centro Histórico na década de 1940.

os moradores em suas habitações. O convívio, o agir, o fazer, o sentir, seja com o tangível ou com o intangível, mobilizam o espaço e formam a representação cultural de uma comunidade.

A modernização das cidades, impulsionada pela industrialização e pelo capitalismo do final do século XIX, exigia a requalificação dos espaços urbanos antigos e/ou tradicionais em todo o mundo. É nesse momento que o poder público abre os olhos para a importância do patrimônio cultural na cidade de Salvador. Mas que base social teriam essas tendências internacionais? Que articulação do binômio patrimônio cultural/ comunidade seria alcançada?

Centro Histórico de Salvador na década de 1970.

Para responder a essas e outras questões é preciso lembrar que, nas décadas de 1960 e 1970, predominou em Salvador um discurso oficial voltado para o turismo e para o lazer. Esse discurso surgiu como consequência das tendências de requalificação, citadas nos parágrafos anteriores, e fez com que a metrópole se preocupasse em:

> construir, efetivamente, uma cidade que cuida de seu patrimônio [...], se espera ampliar a conexão cultural dessa cidade com o mundo, principalmente através dos interesses contemporâneos de cultura e entretenimento, despontando neste plano o desenvolvimento da indústria do turismo (Oliveira, 1998, p. 70).

Para obter esse desenvolvimento era preciso, portanto, mudar o contexto de miséria, abandono, sujeira, meretrício, ou seja, de desigualdade social que se instalou no Pelourinho e que, segundo órgãos oficiais, levou à degradação do patrimônio cultural. Mas, é importante salientar que foi a permanência da comunidade de baixa renda que garantiu a preservação, ainda que precária, de grande parte dos casarões. Com criatividade, os moradores não deixaram as paredes caírem por completo, conservando o patrimônio de acordo com as suas possibilidades. Ou seja, foi a comunidade que não deixou o casario, com o qual tinha uma relação de pertencimento, desmoronar por completo pela ação do tempo.

A partir da década de 1960, o poder público municipal criou o Programa de Recuperação dos Sítios Históricos, programa que se preocupou com o patrimônio material, mas que não trouxe novidades para a comunidade local. Houve promessas de ressocialização, de combate

à criminalidade. Porém, os jornais da época noticiavam claramente que a intenção do poder público era excluir a população do Centro Histórico/Pelourinho, embora reportagens oficiais insistissem em um discurso político-social. Na realidade, tal espaço passou por um "processo de gentrificação (elitização), que traz cultura e melhoramento do espaço urbano, mas ao mesmo tempo, promove a exclusão social".

De início, quando se anunciou uma proposta de recuperação do Pelourinho, a comunidade parecia acreditar que as oportunidades bateriam às suas portas. O jornal carioca *Correio da Manhã,* de 27 de novembro de 1968, traz o texto de uma carta enviada à redação, assinada pelo Sr. Marcos Pinheiro de Oliveira, informando o seguinte:

> Divulga a imprensa com desusada insistência os projetos de conservação e preservação do Pelourinho, famoso conjunto arquitetônico colonial da Bahia […]. Se o conjunto arquitetônico é importante, segundo historiadores e sociólogos, o conjunto humano que o habita, o povo que desde séculos passados […] vem habitando o bairro e constituindo, mesmo na Bahia, uma verdadeira raça de características e formação própria, quer sejam negros ou brancos, ou mesmo pardos ou mulatos. […] foi geral a alegria, principalmente entre os brasileiros de cor, da instalação de escolas de alfabetização e artes e ofícios nos edifícios e sobrados históricos, possibilitando à massa humana sem recursos, que habita e trabalha e vegeta no fabuloso conjunto arquitetônico-humanístico, elevar-se sócio-economicamente e culturalmente" (Bahia. Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. *30 anos do Ipac nos jornais*. Salvador: Ipac, 1997. Edição comemorativa. Introdução de Cândido da Costa e Silva).

Observa-se, portanto, que a carta incorpora características de um discurso tradicional e oficial, pela valoração excessiva do acontecimento. No entanto, é de se concordar que uma população renegada pelo Estado tenha anseios e, dentre eles, a esperança de melhoria de vida. Porém, a comunidade desconhecia o que se pretendia implantar ali. Tratava-se do projeto Restauração de Cidades Históricas, idealizado pelo primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan (hoje Iphan), Rodrigo Melo Franco, que, enquanto membro do Conselho Federal de Cultura, em 1966, apresentou o plano do empreendimento, em reunião da Unesco. Sobre o projeto, o jornal *O Estado de São Paulo*, de 10 de maio de 1969, revelou que:

> o bairro do Pelourinho, […] será transformado em foco de atração turística.
>
> […] serão restaurados não só os mil edifícios dos séculos XVIII e XIX, que compõem o bairro e que atualmente estão quase desabando, transformados em casas de cômodos, mas também calçamento, o sistema de esgoto, os encanamentos. Quase toda a população do bairro será transportada para as residências fornecidas pelo Banco Nacional de Habitação. As unidades vazias, depois de restauradas, […] serão transformadas em hotéis, cinemas, teatros, atelier de artistas populares, escolas de artes plásticas, salas de exposição e lojas de objetos típicos.

Tudo indica que o projeto era guiado por propósitos mercadológicos, e que não reservava nenhum papel à população local nessa transformação. A vontade da comunidade de se fazer presente e de conquistar melhorias sociais no centro era apenas um sonho. A realidade estava posta. Entram em debate, então, os "efeitos perversos" dessa revitalização, que "requalifica" os espaços antigos, mas não as pessoas que os ocupam.

O Centro Histórico revitalizado para atrair os olhares do "outro" era o mais importante. A memória social foi desconsiderada e esquecida pelo poder da indústria cultural que, em nome do turismo, enxerga apenas os meios de desenvolvimento capazes de gerar renda, sobrevivência e futuro econômico para a cidade. Que cidade é esta, rica em patrimônio cultural, que pretende sobreviver sem a participação de sua própria população? A valorização do patrimônio cultural no Centro Histórico era realmente imprescindível, mas não deveria contrariar os anseios de seus habitantes, sujeitos históricos. O então presidente do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia – Ipac, Mário Mendonça, sabia disso, conforme se verifica por suas declarações ao jornal *O Globo,* publicadas em 19 de agosto de 1976:

> o plano deve buscar atender, sobretudo, aos moradores da cidade, ficando o incremento do turismo como consequência do trabalho feito […]. Reconheço a importância do turismo, mas guardo algumas reservas quanto ao aspecto cultural. É que, em quase todo o mundo é o turismo que carrega a cultura a reboque, quando deveria ocorrer o contrário, ou seja, o desenvolvimento cultural é que teria de atrair o interesse dos turistas.

Seria esse o caminho mais flexível para a revitalização: o turismo incrementado de forma sustentável. Até porque, além do patrimônio arquitetônico, o turista deve apreciar a produção individual e coletiva realizada pelos moradores. O patrimônio de qualquer localidade não se constitui apenas de "pedra e cal", de fachadas de prédios, mas também do saber fazer dos seus habitantes. O Pelourinho sem os moradores perde, certamente, a vitalidade e petrifica, forja uma identidade figurativa em favor dos interesses econômicos. Seguindo essa compreensão, Françoise Choay, em sua obra *A alegoria do patrimônio* (2001), afirma que a ânsia de valorização para a exploração acaba excluindo os residentes.

No entanto, em 17 de junho de 1979, o *Jornal da Bahia* trouxe a manchete: *Pelourinho – dez anos depois, a mesma questão – o turismo ou a comunidade?* Ou seja, a falta de discussão, de planejamento inclusivo e de participação popular repercutiu ao longo de duas décadas e as intenções ficaram apenas no papel. Com o propósito de rediscutir e alavancar o projeto de recuperação, o professor Vivaldo Costa Lima, diretor do Ipac, insistia publicamente que:

> O Pelourinho não é do turista. Trata-se de conservar e restaurar o maior conjunto arquitetônico do Brasil, preservando a sua estrutura física, mas ao mesmo tempo melhorando as condições de vida e de suas moradias. O turismo é uma consequência. […] para o turismo será melhor um Pelourinho livre do lixo, da escuridão, da sujeira e da miséria, com seus prédios veneráveis. […] os turistas serão beneficiados como os moradores, mas estes é que devem ter em primeiro lugar os benefícios dessa reforma (*Jornal da Bahia*, 1979).

> ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas (Choay, 2001, p. 226).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, enquanto as reportagens denunciavam o descaso de vários projetos com a questão social, as verbas para financiá-los escasseavam. Por falta de investimentos, eles não foram concluídos, ou alcançaram apenas objetivos pontuais.

O discurso que revestia tais projetos, no qual as coisas pareciam se adequar de forma ordenada, flexível e correta, era meramente formal. Na prática, as ações frustravam e iludiam. Mas, em 1981, o argumento do poder municipal se tornou claro no "Programa de Limpeza Pública do Sítio Histórico do Pelourinho". Como se viu, o abandono do Pelourinho estimulou o meretrício, a pobreza e a miséria. Com esse programa, a intenção de "limpar" era generalizada, abrangendo tanto os seres humanos quanto a infraestrutura. Porém, alegando falta de verbas, o Estado enxergava como solução desapropriar os imóveis e repassá-los à iniciativa privada. Assim, na década de 1980 constatou-se um avanço relevante da deterioração do lugar, cujas causas foram as intervenções pontuais em um ou outro prédio, sem que se considerasse o conjunto urbano. Ainda faltava um projeto sócioeconômico mais abarcante, que formulasse um programa de indenização e reassentamento da população residente.

A década de 1990, no entanto, se fez promissora para o turismo baiano. Cria-se um novo Programa de Recuperação para o Centro Histórico de Salvador. Seus objetivos, expostos na página 18 do projeto, tornavam claras as intenções:

- Dotar o Centro Histórico de Salvador, através da ativação do ciclo econômico, de condições efetivas para a manutenção de bens e valores culturais de forma contínua e eficaz.
- Promover a recuperação e a restauração física da área do Centro Histórico de Salvador, redefinindo sua função em relação à cidade e à região metropolitana.
- Criar condições de desenvolvimento do potencial produtivo e da organização social da área.
- Introduzir a ação cooperada entre os setores públicos e o privado, organismos internacionais e comunidade como mecanismo capacitado a propiciar o Plano de Ação Integrada.

Largo do Pelourinho.

Tratava-se, então, de um projeto mais direcionado e ambicioso, que tinha em vista o desenvolvimento econômico, com base no turismo e no lazer. Nesse contexto, o poder público não omitiu a necessidade de preservar o acervo cultural de forma "histórico-estética", e teceu considerações sobre o que chamava de "condições sub-humanas" da vida de sua população. Mas não assumiu sua própria responsabilidade e a de seus representantes pela omissão que levou a tal estado de coisas.

Na década de 1990, a diretoria geral do Ipac tinha o Centro Histórico como um caso grave e, para ela, "casos graves e extremos necessitam de intervenções radicais, objetivas, que estabeleçam as condições de sobrevida, em todas as suas funções" (Programa de Recuperação, 1995, p. 12).

O Programa de Recuperação, realizado a partir de 1992, foi dividido inicialmente em quatro etapas, e, assim como projetos anteriores para a localidade, não incluiu de forma responsável os moradores como agentes vivos e "engrenadores" das melhorias e de seus futuros benefícios. A questão é que o Programade Recuperação tinha que ser iniciado, e trazia como questão fundamental a requalificação/reocupação da área.

A requalificação proposta pelo Governo do Estado da Bahia, com seu Plano de Ação Integrada, não deixou clara a manutenção dos moradores, considerando que estes eram "segmentos considerados problema na escala de valores sociais dominantes." (Programa de Recuperação, 1995, p. 20). Com base nesse tipo de argumentação, tudo levou a uma espécie de "assepsia social", que acabou por afastar os moradores de seus imóveis. Até porque, seguindo os critérios do Programa, para o desenvolvimento satisfatório seria necessário ter os imóveis nas mãos da iniciativa privada, que, gerando lucros, ressarciria o Estado. É nesse momento, e com o único propósito de reocupação pela iniciativa privada, que o Programa parte para a chamada "negociação padrão" com os moradores, promovendo-se a política da exclusão que ignorou, equivocadamente, o espaço de convívio dos sujeitos históricos, possuidor de vitalidade, conforme menção abaixo:

> se o proprietário possuísse dois imóveis, por exemplo, doava um ao Estado e recebia o outro recuperado; quando só possuísse um imóvel, o dono cedia a sua posse em comodato por um período de 10 anos e, ao fim deste prazo, o imóvel lhe seria devolvido; houve ainda casos de desmembramento da propriedade, de compra e, quando não houve possibilidade de acordo, umas poucas desapropriações (Programa de Recuperação, 1995, p. 20).

Uma vez que o patrimônio cultural foi entendido apenas como "pedra e cal", a população, estigmatizada, aos poucos perdeu o direito de propriedade e sua identidade.

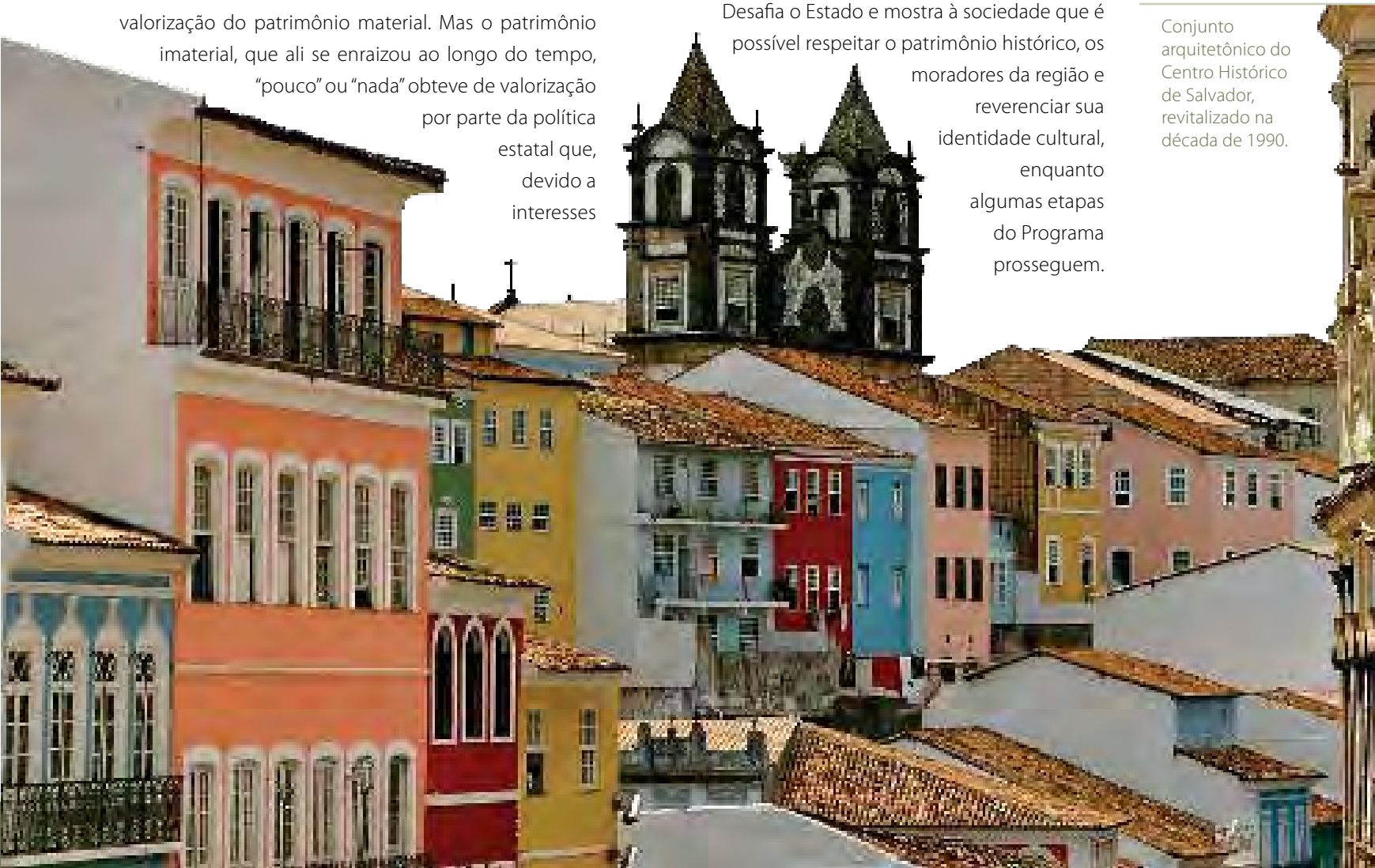
De forma incoerente, foi difundida a ideia de que os moradores poderiam retornar ao Pelourinho após as obras de recuperação. No entanto, era sabido que seriam desestimulados por uma série de fatores que redundariam em elevação do custo de vida: impostos mais altos, despesas com a conservação dos casarões tombados e outros – gastos incompatíveis com o padrão de renda daquela comunidade. O efeito da "negociação" foi colocar para a população a opção de sair ou ficar no Centro Histórico, conforme consta no Programa de Recuperação (1995, p. 21):

> houve opção maciça pelas indenizações, pois estas, calculadas caso a caso, levavam em consideração o tamanho da família, o tamanho da moradia […], a indenização resultava em valores bem atrativos, pois a renda familiar média era inferior a US$ 100 por mês […].

Várias etapas do Programa prosseguiram com a mesma política de separação social.

O Centro Histórico, como ponto turístico, foi alvo de atenção nos últimos anos da década de 1990. Houve melhoramentos consideráveis na infraestrutura e valorização do patrimônio material. Mas o patrimônio imaterial, que ali se enraizou ao longo do tempo, "pouco" ou "nada" obteve de valorização por parte da política estatal que, devido a interesses financeiros, relegou a recuperação social do local. E a negociação foi em grande parte intransigente por não permitir a compreensão de que o Centro Histórico/ Pelourinho de Salvador já possuía vitalidade social, que precisava ser estudada e incentivada. Portanto, requalificar a localidade, negando seu próprio dinamismo e função social, e entregá-la a grupos detentores de capital era o objetivo evidente do projeto elaborado pelo Estado.

Em contrapartida, a resistência popular, que sempre se mostrou presente no Pelourinho, continua viva. Desafia o Estado e mostra à sociedade que é possível respeitar o patrimônio histórico, os moradores da região e reverenciar sua identidade cultural, enquanto algumas etapas do Programa prosseguem.



Conjunto arquitetônico do Centro Histórico de Salvador, revitalizado na década de 1990.

Nunca é tarde para se pensar em políticas de preservação, resultantes de uma construção social, que incluam moradia, trabalho, educação, lazer, turismo, cultura e sustentação econômica.

Em 2002, começou a 7ª Etapa das obras de recuperação do Centro Histórico de Salvador, baseada em uma nova proposta, sob comando da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, que teve suas ações integradas às do Projeto Monumenta, do Governo Federal. Em linhas gerais, esta última etapa não nos remete a muitas novidades concretas; no entanto, há promessas de revitalizar o espaço e o social:

> A sétima etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador, que compreende a poligonal que vai das imediações da igreja de São Francisco até a igreja D'Ajuda, e que teve início no antigo casarão onde funcionou o Seminário de São Dâmaso, vai devolver a Salvador e aos baianos, quase um século depois, a oportunidade de ocupar com dignidade, conforto e segurança, um dos mais cobiçados sítios históricos do mundo, integrante do conjunto arquitetônico do Pelourinho, patrimônio da humanidade (Disponível em <http://www.conder.ba.gov.br/cthistorico.htm>. Acesso em jan. 2009).

O maior Patrimônio Cultural é, sem dúvida, o sujeito histórico. O conjunto arquitetônico é parte da construção social. Neste momento, a maioria dos moradores antigos já não se faz presente. Poderemos, então, recuperar prédios, mas não a memória social. Iniciativas, como trabalhos arqueológicos na área da 7ª Etapa, ainda nos proporcionam a crença de que algumas noções de vivências serão recuperadas de forma responsável e científica. No entanto, recuperaremos fachadas, melhoraremos o espaço urbano, reocuparemos casarões abandonados – iniciativas que sempre serão necessárias e que também são dever do Estado – mas ainda teremos uma dívida social a reparar: a compreensão de que o sujeito histórico e o patrimônio cultural fazem parte de um mesmo contexto.

Fica então a vontade de despertar e de nunca perder de vista a crença de que não "cairão por terra" os objetivos que defendem o Monumenta e o Iphan:

> Não é possível avaliar um programa de reabilitação para áreas urbanas centrais de interesse cultural, sob a ótica exclusivamente financeira. Há que se considerar a dimensão social e cultural […] (Preservação do Patrimônio Cultural nos Centros Históricos, 2008).

Mesmo com um discurso verdadeiro, não salvaremos o que se destruiu, apenas imitaremos o que se perdeu, mas, mesmo assim, iniciativas de recuperar, preservar e conservar devem ser mantidas. É necessário que tudo isso seja feito de forma que o Patrimônio Cultural e o sujeito histórico não sejam lembrados apenas em relatórios técnicos específicos.

E, dessa forma, qual o papel de uma equipe multidisciplinar que reúne arqueólogos, arquitetos, historiadores, dentre outros, em um projeto que analisa o Centro Histórico de Salvador? Um dos propósitos fundamentais é de fato o reconhecimento da diversidade cultural pretérita, marcada no presente e, em última instância, ensinar e aprender lições para o futuro. A Arqueologia não é apenas uma forma de entender o passado, mas também uma prática social vivenciada no presente.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário, orgs. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AMORIM, Alexandre Romulo Alves de. Educação patrimonial e patrimônio: as representações sociais do professor de história do ensino fundamental, da 5ª a 8ª série, das redes municipais do Recife e do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, 2004. Dissertação (mestrado em educação), Centro de Educação, Ufpe.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 41 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.* 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHOAY, Francoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

CORREIA, Cláudia. Educação patrimonial. *A Tarde*, Salvador, 6 jan. 1989.

DIAS, Marcos. Borbulhar do gênio incompreendido. In RAMOS, Ana Paula; TEIXEIRA, Demóstenes, coords. *Poeta da Liberdade. Memórias da Bahia*, Salvador, v. 6, p. 8-9, dez. 2002.

_____ . Horror perante os céus da velha Bahia. In RAMOS, Ana Paula; TEIXEIRA, Demóstenes, coords. *Poeta da Liberdade. Memórias da Bahia*, Salvador, v. 6, p. 10-13, dez. 2002.

_____ . Memória dispersa de um libertário. In RAMOS, Ana Paula; TEIXEIRA, Demóstenes, coords. *Poeta da Liberdade. Memórias da Bahia*, Salvador, v. 6, p. 18-20, dez. 2002.

ENCONTRO Sulbrasileiro de Educação Patrimonial, 1º, 2001, Tubarão/SC. *Cadernos de resumos…* Tubarão: Unisul, 2001.

FLORENCE, Afonso Bandeira. O ensino de história e a natureza: um caminho na educação patrimonial. In LIMA, Carlos Augusto Ferreira, org. *Ensino de história: reflexões e novas perspectivas.* Salvador. Quarteto, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.)

Fragmento de artefato em vidro.

FREITAS, Karla Issa. A educação patrimonial. Salvador, *A Tarde*, 10 jun. 1989.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, história e (re)invenção educacional: uma tessitura coletiva na escola pública. In MENEZES, Maria Cristina, org. *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

INVENTÁRIO de Proteção do Acervo Cultural (Ipac). Ficha de identificação do Solar do Sodré para fins de tombamento do imóvel. Salvador/BA, n. BR-32007-1.3-044,1973.

MALERBA, Jurandir; BERTONI, Mauro. *Nossa gente brasileira: texto e atividades para o ensino fundamental*. Campinas: Papirus, 2001.

MARTINS, Maria Helena Pires. *Preservando o patrimônio e construindo a identidade*. São Paulo: Moderna, 2001. (Coleção Aprendendo a Com-viver.)

MATTOS, Waldemar. A presença de Castro Alves em Salvador. *A Tarde*, Salvador, 14 mar., 1986. 2. cad.

NAJJAR, Rosana. *Manual de arqueologia histórica em projetos de restauração*. Brasília: Iphan, 2005.

NIGRO, Cínthia. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In CARLOS, Ana Fani Alexandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges, orgs. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In BITTENCOURT, Circe, org.. *O saber histórico na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SANTOS, Gildenir Carolino; PASSOS, Rosemary (colaboradora). *Manual de organização e referências e citações bibliográficas para documentos impressos e eletrônicos*. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003 (Coleção Educação Contemporânea.)

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Memória, cultura, e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da Unicamp. In FILHO, Luciano Mendes de faria, org. *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados/Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. (Coleção Memória da Educação.)

VOLKMER, José Albano. *Memória cultural e o patrimônio intangível*. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.009/916>. Acesso em 11 maio 2010.

06

Nelson Kon

ALGUNS RESULTADOS INÉDITOS

Recipiente cerâmico
não vidrado.

XIV - Nem tudo é caco: a integridade escondida sob os pisos

Samuel Lira Gordenstein - Cláudio César Souza e Silva

O objetivo deste capítulo é tecer considerações sobre alguns vestígios curiosos encontrados em dois imóveis pesquisados entre 2006 e 2009, no decorrer do Projeto Pelourinho. Trata-se de vasilhames inteiros, talvez deixados intactos de forma intencional. Apresentaremos o contexto em que tais artefatos cerâmicos foram encontrados e possíveis explicações para sua presença.

Materiais encontrados, imediatamente após a coleta.

Resultados da pesquisa arqueológica

Há 27 anos, Michael Schiffer advertia os arqueólogos sobre a importância de entender a gênese dos depósitos arqueológicos, pois sem esse entendimento não se "consegue inferir o comportamento de interesse nos padrões dos artefatos no depósito" (Schiffer, 1983, p. 675). No presente estudo, em que tentamos entender por que vasilhames inteiros foram abandonados, os vestígios arqueológicos sugerem contexto de deposição *de facto*, que é definido como um contexto de abandono de uma área. Esse abandono do local e dos artefatos ali encontrados pode ser proposital, como no caso de artefatos deixados por alguém que está dedicando uma oferenda a uma divindade, ou não intencional, se houve esquecimento ou fuga do lugar, devido a um incêndio, por exemplo.

É comum o arqueólogo encontrar artefatos inteiros nas deposições *de facto*. Outros tipos de deposição arqueológica incluem o descarte primário, onde objetos indesejáveis são largados onde foram utilizados, e o

descarte secundário, que ocorre em local diferente daquele em que eram usados. No descarte primário, os objetos geralmente estão fragmentados, mas a tendência é que estejam mais completos do que no contexto secundário, onde geralmente estão mais fragmentados, como resultado dos impactos adicionais que sofrem após a deposição.

Nos exemplos a seguir, além de identificar o contexto arqueológico das deposições, vamos também discutir a localização do objeto de estudo em relação à configuração do imóvel durante o período de deposição, e mencionaremos a presença de objetos encontrados dentro ou junto às estruturas estudadas. Essas medidas são necessárias para qualquer tentativa futura de interpretação dos vestígios e seus significados.

Plantas localizando a casa 24, rua São Francisco, e a casa 3, rua Beco do Seminário.

Beco do Seminário, imóvel 3

O imóvel número 3 do Beco do Seminário, quadra 19, está localizado em solo relativamente íngreme, próximo aos fundos do antigo Seminário São Dâmaso, construído no século XVII. A porta que aparece à esquerda na figura 1 dá acesso a um porão de aproximadamente 64m², enquanto uma escadaria, à direita, dá acesso ao primeiro pavimento. Apesar de ter sofrido alterações no século XX, o espaçamento dos vãos, aparente na fachada, indica características oitocentistas[1].

Após a retirada do piso de cimento, as escavações arqueológicas no segmento dianteiro do porão evidenciaram uma sobreposição de contrapisos e um piso de argila. A aproximadamente 0,50m de profundidade foi encontrado um novo piso de argila, com cal e outros aditivos e, dentro dele, uma moeda, datada de 1868. A presença dessa moeda, aliada à análise preliminar dos artefatos encontrados ali, nos permite tecer inferências sobre a data de utilização do piso. Uma cavidade, escavada abaixo desse piso, em período anterior, será um dos temas da discussão seguinte.

O centro de nossa discussão são três vasilhames inteiros encontrados no segmento dianteiro do subsolo do imóvel (figura 2). O vasilhame 1, com 0,44m de altura,

1 Para melhor compreender as possibilidades de datação aproximada a partir da análise de fachadas, ver capítulo IX.

0,45m de diâmetro (no ponto mais largo do bojo), e boca de 0,28m de diâmetro, surgiu após um desabamento na parede do perfil devido a chuvas. Porém, foi possível reconstituir o local em que o objeto se encontrava, apesar da destruição parcial da parede do perfil. O vasilhame foi colocado dentro de uma cavidade circular com diâmetro de 0,86m e cerca de 1,00m de profundidade. A cavidade, escavada abaixo do segundo piso de chão batido descrito anteriormente, está localizada no canto nordeste do imóvel, abaixo da escada de acesso ao primeiro andar. A base parcialmente fragmentada do vasilhame estava assentada acima de uma plataforma de solo argiloso e, logo abaixo, encontramos fragmentos grandes de uma garrafa, o que nos leva a considerar a possibilidade de que estivesse dentro do vasilhame.

Constatamos também a presença de aterro dentro da cavidade com o vasilhame. Portanto, durante a análise laboratorial, o grande desafio será tentar diferenciar os artefatos colocados intencionalmente do restante.

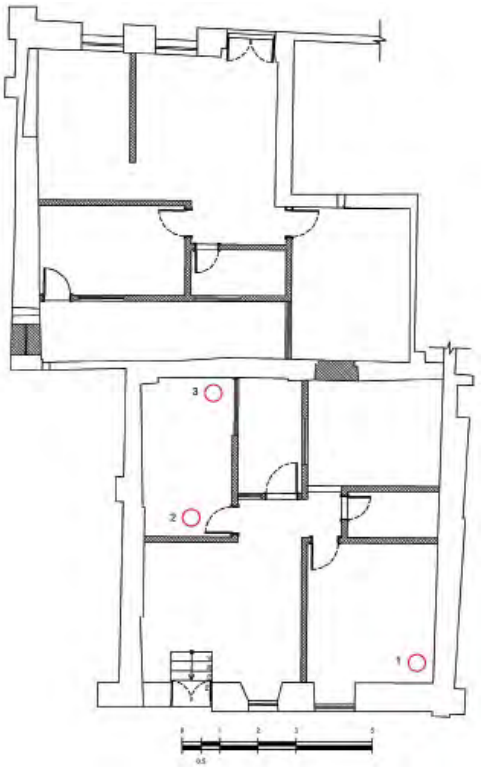


Figura 1 – Acima, fachada do imóvel 3 em épocas distintas.

Figura 2 – Planta do imóvel 3, com a localização do assentamento dos vasilhames encontrados.

Escavação do material associado ao vasilhame 1 e a cavidade circular restante após sua retirada. A seta vermelha assinala o piso de chão batido onde foi escavada a cavidade.

A escavação do vasilhame 2 não foi registrada pelo pessoal do projeto. Por isso não podemos tecer observações sobre seu conteúdo[2]. O vasilhame apresenta um símbolo em espiral, pintado com tinta avermelhada na sua face externa. É possível que estivesse na mesma situação em que se encontrava o vasilhame anterior, mas não há como confirmar tal fato. Apesar da falta de informações contextuais, foi incluído na discussão porque se trata de mais um vasilhame inteiro e em bom estado de conservação.

2 O vasilhame foi retirado indevidamente por um auxiliar da empresa de engenharia responsável pela obra. Porém, esse funcionário indicou o local em que estava o objeto.

Vasilhame 3 sendo evidenciado.

O vasilhame 3 tem contexto um pouco diferente: foi assentado acima de um alicerce de barro, a aproximadamente 0,40m de profundidade; esse alicerce, que no atual imóvel não exerce nenhuma função, foi utilizado na configuração interior do imóvel em tempos pretéritos. O vasilhame, encontrado vazio, estava localizado no segmento posterior do porão, em um cômodo rente à parede esquerda do imóvel.

Vale retornar à discussão de Schiffer (1983) sobre o contexto dos depósitos arqueológicos. No caso do

vasilhame 1, trata-se de um recipiente cerâmico bastante grande, colocado numa cavidade com diâmetro somente 0,41m maior do que o do objeto, em sua parte mais larga. A possibilidade de que tenha sido descartado como lixo não nos parece provável, pois apesar dos sinais de uso, trata-se de utensílio em perfeitas condições. Como explicar sua deposição *de facto*? Está claro para nós que o vasilhame foi intencionalmente colocado na cavidade. O ato de colocar o vasilhame numa cavidade relativamente estreita e profunda certamente exigiu bastante cuidado e pode sugerir que esteja ligado a uma atividade ou ação de importância para o ator envolvido. O que está menos claro no momento é se o abandono foi um ato intencional ou não.

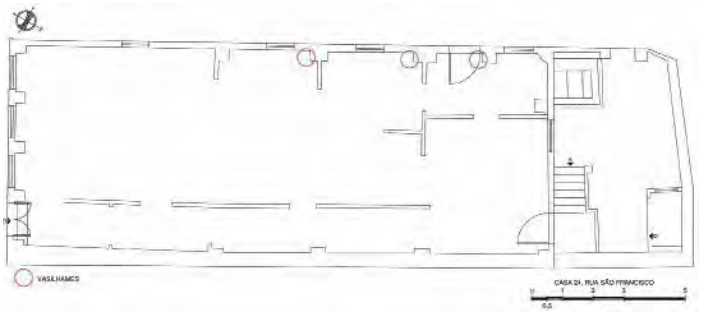
Quanto ao vasilhame 2, é preciso mais informações para uma avaliação contextual de seu assentamento. Porém, o vasilhame 3, apesar de estar associado a uma camada de aterro, fornece indícios de que pode ter sido assentado intencionalmente. No aterro associado, não foi encontrada nenhuma evidência de tralha doméstica e restos alimentícios que poderiam sugerir contexto de descarte primário. Seu assentamento logo acima do alicerce de barro, e diretamente abaixo do piso de chão batido, nos parece resultado de um descarte *de facto* intencional. O fato de não haver sinais de ruptura do piso sugere que a deposição do vasilhame está associada ao momento de construção dessa camada de revestimento. O que também sugere ter sido intencional

Materiais encontrados, imediatamente após a coleta.

o abandono do vasilhame. Se essa hipótese estiver correta, o autor, ao colocar o objeto abaixo de um piso de argila, pretendia escondê-lo para sempre.

Rua São Francisco, imóvel 24

O imóvel está localizado na rua São Francisco, na baixa vertente, em área aterrada. Trata-se de casa térrea, com porão alto e paredes laterais geminadas às edificações contíguas. Os degraus de acesso indicam desnível entre a rua e o nível térreo, atestando a existência de um porão alto pertencente à disposição original. As paredes remanescentes ao fundo mostram uma escada de acesso ao quintal e outra, menor, do quintal ao porão.



Durante a pesquisa arqueológica no imóvel, descobriram-se três pisos, sendo o mais recente de cimento, seguido por um piso de tijoleira, com contrapiso de argila laranja e, finalmente, o mais antigo, um piso de chão batido. O objeto da discussão aqui é o piso de tijoleira, que foi possível datar, de forma preliminar, como construído no

Fachada da casa 24, rua São Francisco e, acima, configuração interna e localização dos vasilhames.

Figura 3 – Base do vasilhame cerâmico 1, assentado abaixo do piso do porão.

período oitocentista, a partir das observações da cultura material encontrada em campo[3].

Durante a decapagem do piso de tijoleira, junto à parede lateral leste, foram identificados três vasilhames cerâmicos encostados em pilares de sustentação. Nenhum dos recipientes apresentou cultura material associada, nem em seu interior. O vasilhame 1 estava assentado na sua base, com a parte superior fragmentada (inclusive a borda), e encontrava-se no segmento central da parede leste (figuras 3 e 4).

O vasilhame 2 foi encontrado rente a outro pilar, a quatro metros do vasilhame descrito anteriormente. Estava fragmentado e assentado com o fundo voltado para cima. A fragmentação provavelmente ocorreu em função de uma perturbação pós-deposicional.

3 Ver NAJJAR&SILVA (2007), para maiores detalhes.

Figura 4 – Base do vasilhame cerâmico 1 em laboratório.

O vasilhame 3 foi localizado a dois metros do vasilhame 2, também rente à parede, e abaixo do piso de tijoleira, junto ao contrapiso de argamassa de argila de cor laranja.

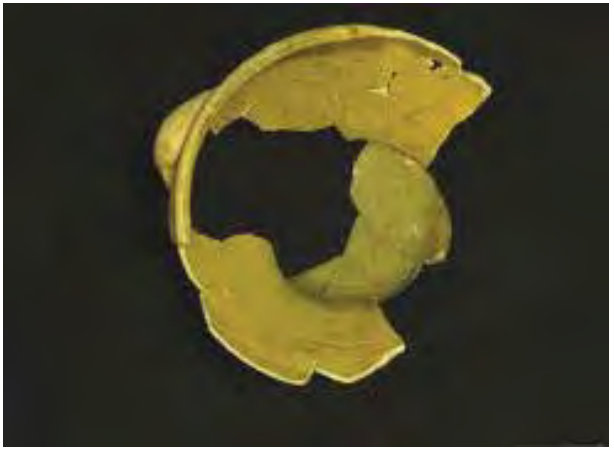
Sylvia Braga

Processo de identificação e análise das peças.

Nelson Kon

Artefatos em vidro.

Vasilhame 2 *in loco*.



Vasilhame 2 em laboratório.

O contexto de deposição dos três vasilhames nos parece claro. Os recipientes cerâmicos foram colocados no contrapiso de argila durante a implementação do piso, resultando num aprofundamento do solo para acomodar a forma do vasilhame[4]. O contrapiso depois foi tapado, junto com os vasilhames, com o assentamento dos tijolos do piso logo acima. Parece-nos que a intenção foi esconder os vasilhames abaixo do piso. O fato de serem três artefatos, todos colocados no mesmo momento (de construção do piso), rente à parede leste e pilares de sustentação do imóvel, reforça a ideia de que o assentamento foi intencional. Não há evidência de que os vasilhames enterrados tivessem função utilitária, e não foram observados remendos ou imperfeições no piso acima, indícios que poderiam sugerir que os interessados tivessem acesso constante a eles. Localizados nos cantos do porão, os vasilhames estariam em locais de baixa circulação de pessoas.

4 Observar a marca de molde na argila laranja após a retirada dos vasilhames (figura 3, p. 219).

Conclusão

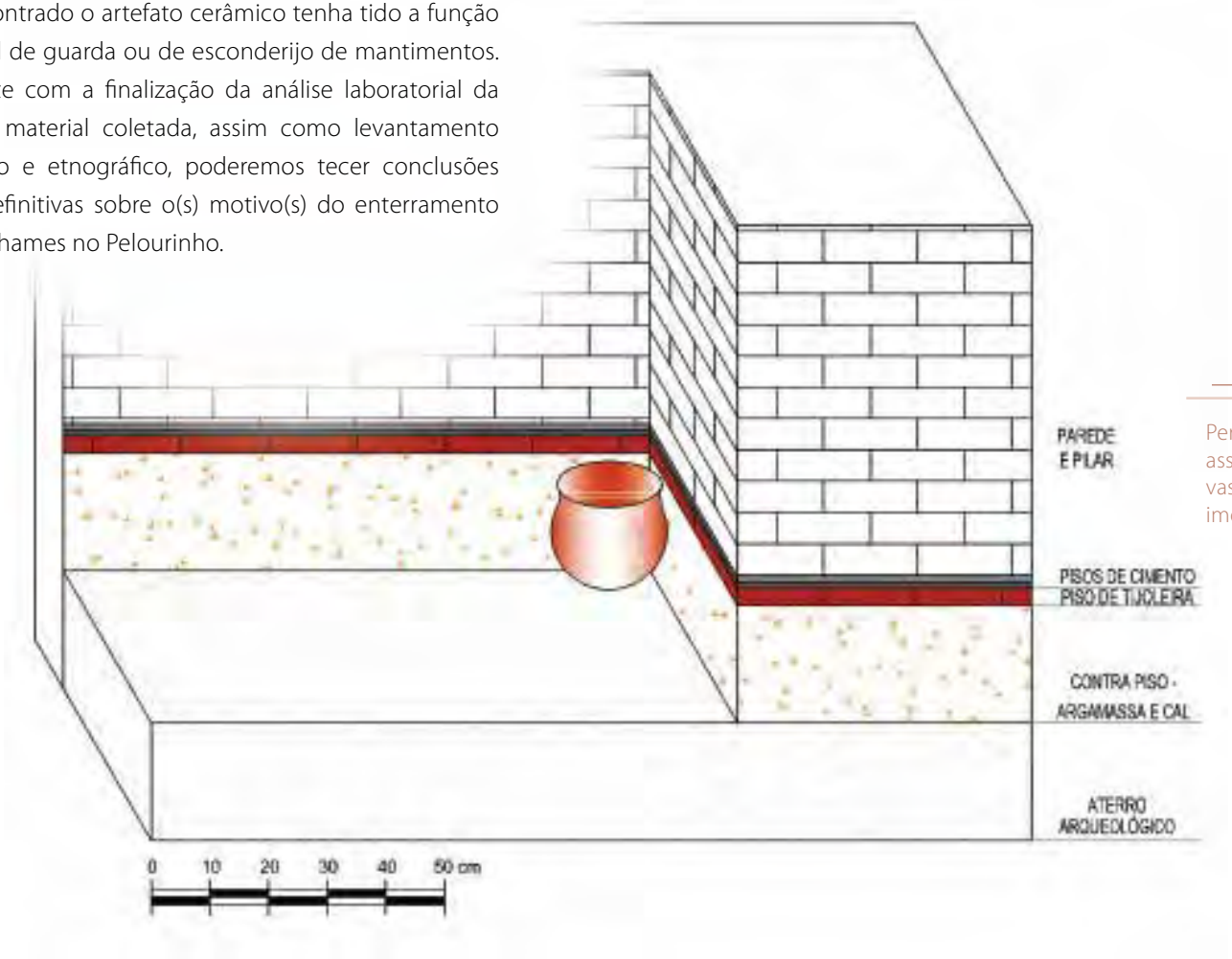
Grande parte dos vasilhames analisados aqui parece ter sido depositada intencionalmente no local onde foram encontrados durantes as pesquisas arqueológicas. Não está clara a razão para isso. Porém, uma das hipóteses é que essa disposição esteja associada a rituais religiosos domésticos, tópico que está sendo abordado em projeto de doutoramento de Samuel Lira Gordenstein, co-autor deste capítulo. No caso do vasilhame 1, encontrado no imóvel 3 do Beco do Seminário, além da hipótese de uso ritual, cogita-se a possibilidade de que a cavidade onde foi encontrado o artefato cerâmico tenha tido a função de local de guarda ou de esconderijo de mantimentos. Somente com a finalização da análise laboratorial da cultura material coletada, assim como levantamento histórico e etnográfico, poderemos tecer conclusões mais definitivas sobre o(s) motivo(s) do enterramento de vasilhames no Pelourinho.

Referências

NAJJAR, Rosana; SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. *Relatório de pesquisa arqueológica da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho Salvador/BA*. Monumenta/Iphan, 2007.

SCHIFFER, Michael B. Toward the Identification of Formation Processes. *American Antiquity*, oct. 1983, v. 48, n. 4, p. 675-706.

SYMANSKY, L. C. P. O Domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios*, jul./dez. 2007, v. 1, n. 2, p. 7-36.



Perfil esquemático associado ao vasilhame 2, no imóvel 24.

XV - O resgate de uma história: a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe

Alane Fraga do Carmo - Catarina Menezes Ferreira - Cláudio César de Souza e Silva - Débora Bacelar Bastos

O Projeto Pelourinho, na realidade, não se ateve à área da 7ª Etapa do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Em dado momento, incluiu o terreno adjacente à poligonal da pesquisa, no Quartel do Corpo de Bombeiros. Naquela área, fomos surpreendidos pela descoberta de vestígios de fundações que, muito provavelmente, pertenceram à Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, erigida em 1776 pela Irmandade dos Pardos de Nossa Senhora de Guadalupe e demolida em 1857, por motivos ainda não esclarecidos.

Além dos vestígios de estruturas do templo, a presença de ossadas humanas dispostas de forma ordenada e ornadas com adereços fúnebres próprios de enterramentos em igrejas não deixa dúvidas de que a área em algum momento abrigou um templo. A capela dedicada a Guadalupe era conhecida pelos historiadores como uma capelinha erigida em área pantanosa por pardos cativos, devotos da santa espanhola. Sua localização foi convencionalmente indicada na área fronteira à evidenciada pela pesquisa, ao lado da ladeira do Gravatá, próximo ao edifício que atualmente abriga a Casa de Angola, atual praça dos Veteranos.

A praça dos Veteranos, assim chamada a partir dos conflitos pela independência por se reunirem ali veteranos de guerra, era a área onde normalmente os historiadores localizavam a Capela de Guadalupe. O teatro de Guadalupe era um prédio localizado nessa área, mas a capela estava situada na esquina

Enterramento relacionado à capela.

À direita, praça dos Veteranos – Baixa do Sapateiro, início do século XX.

fronteira, entre a ladeira da Praça e a rua J. J. Seabra, ou Baixa dos Sapateiros, onde hoje se situa o Quartel do Corpo de Bombeiros.

A divulgação dos resultados parciais da pesquisa arqueológica na área justifica-se pela contribuição para identificar a localização exata da capela e resgatar a história das populações que ocuparam a área do atual Centro Histórico de Salvador e adjacências.

Contexto espacial e temporal da área

Durante quase um século, a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe fez parte do belíssimo patrimônio arquitetônico edificado da cidade de Salvador. Os vestígios que sobraram da sua demolição são as estruturas de fundações (Najjar, 2008), encontradas sob o pátio interno do Quartel do Corpo de Bombeiros na Barroquinha. Sua posição geográfica está a sudeste da

Quartel do Corpo de Bombeiros – ladeira da Praça.

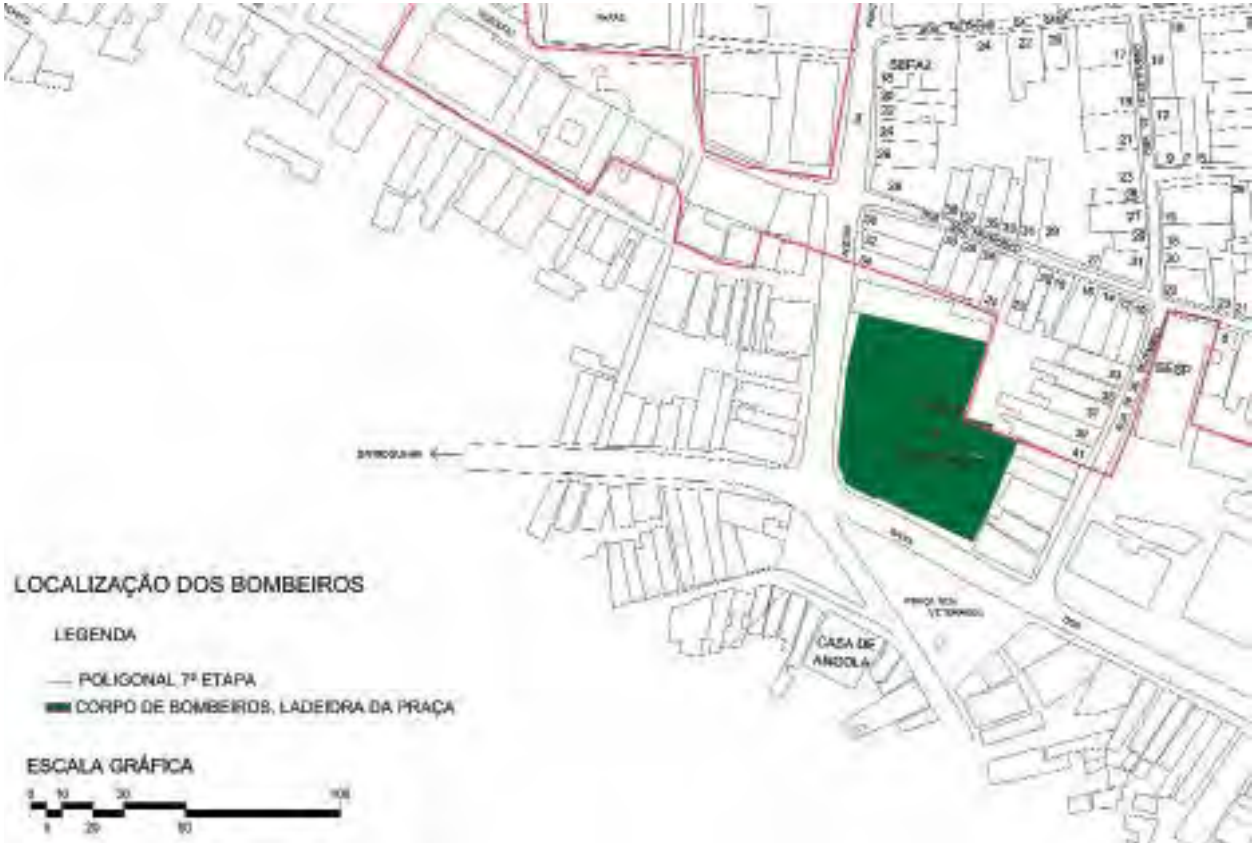
Trincheira aberta no pátio interno do Quartel do Corpo de Bombeiros, onde foram evidenciadas as fundações da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe e os esqueletos relacionados a ela.

orla da Baía de Todos os Santos, na coordenada de UTM: 8565494/0553107 SAD 69.

O local às margens do rio das Tripas, antes considerado área periférica dos núcleos primitivos da cidade alta, era caracterizado por vegetação densa, declive acentuado do terreno e alagadiços. Ao longo dos séculos, transformações profundas mudaram completamente essas características. Atualmente, o rio das Tripas encontra-se canalizado abaixo da rua J. J. Seabra, e a área foi aterrada e edificada. A seguir, apresentamos um resumo contextualizando o processo de ocupação da área, desde a construção da cidade de Salvador.

Como revelam os mapas históricos da cidade dos séculos XVII e XVIII (Reis, 2001, p. 27; Valladares, 1991, p. 101-102; Apeb, planta de Joaquim Vieira da Silva, 1798), a implantação da cidade de Salvador, desde sua fundação em 1549, incidiu inicialmente sobre as vertentes e os interflúvios e, só posteriormente, a expansão da malha urbana passou a ocupar os fundos dos vales.

> A Cidade de Salvador, segundo a tradição portuguesa, foi criada com um termo e um rossio, sendo o primeiro território sob a autoridade municipal e o rossio uma parte do termo, próxima ao espaço urbano, cuja finalidade era propiciar



Mapa de localização do Quartel do Corpo de Bombeiros.

> condições para o pastoreio de uso doméstico dos moradores e o fornecimento de lenha a ser usada como combustível principal. Era o rossio ainda uma área livre para expansão urbana (Fundação Gregório de Mattos, 1998, p. 37)[1].

Esse cenário em torno do termo e do rossio perdurou nos primeiros séculos, retratando uma urbanização de assentamentos na parte alta, enquanto as planícies atendiam ao fornecimento de material de subsistência.

Com a necessidade de expansão dos núcleos primitivos[2], as áreas voltadas ao abastecimento da cidade passaram a ocupar terrenos cada vez mais distantes do núcleo principal. As áreas mais próximas, outrora consideradas rossio, foram tomadas pelas autoridades governamentais e religiosas para novas construções, sendo necessário superar obstáculos naturais em alguns casos, como a topografia acidentada e o charco da baixada. Foi o que ocorreu, por exemplo, na área onde hoje se encontram

1 As citações aqui transcritas tiveram a grafia atualizada, quando necessário, para facilitar a leitura.

2 VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.

Planta da Cidade de Salvador em 1785. No detalhe, a representação da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe (Fundação Gregório de Mattos, 1998, p. 135).

Escavação da trincheira. Em primeiro plano, vários dos esqueletos evidenciados.

os quarteirões 28 e 31, entre a rua do Tijolo e a ladeira da Praça. Essa área é descrita por Sampaio (1949, p. 195):

> à vista da elevada ribanceira a que cavalgava e da grota funda, hoje mais disfarçada pelas edificações entre as atuais ruas do Tijolo e ladeira da Praça. Não existia ainda esta última rua, pois que lhe ocupava então o lugar o fosso profundo, que corria, em descida, desde o primeiro baluarte, defendendo essa face nordeste da cidade murada, e prolongando-se até próxima do lugar onde hoje se chama a praça de Guadalupe.

Como se verifica pela descrição de Sampaio, no local havia profunda depressão (grotão). Característica que ajuda a explicar a demora de quase dois séculos para sua urbanização. Toda essa área passou por uma ação intensa de aterramento para propiciar o nivelamento do terreno e sua ocupação. O aterro é constituído principalmente por restos de demolição e fragmentos de cerâmica utilitária, vidro, metais e ossos, que serviram como base para as edificações (Najjar & Silva, 2006; 2007)[3].

O quarteirão 31, conforme mapa de 1785, foi uma das últimas áreas a ser totalmente ocupada dentro da poligonal onde fica o Centro Histórico de Salvador. A iconografia que abrange o período mostra uma expansão urbana extramuros. No círculo maior, em vermelho[4], a configuração espacial da quadra revela uma área ainda parcialmente ocupada no período. Havia poucas casas, sendo uma porção delas com as fachadas voltadas para a rua São Francisco, e outro conjunto menor voltado para a ladeira da Praça. Chamamos a atenção para um detalhe, representado por um ponto dentro do círculo vermelho na margem esquerda do rio das Tripas, um prédio solto, que é a representação da Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe (ver mapa na p. 228).

Dessa forma, podemos considerar que a localização do templo, no contexto de ocupação da área, foi importante para o avanço da apropriação do território da cidade, atuando como chamariz para outras construções e contribuindo para a organização do tecido urbano de Salvador. Foi, assim, uma das edificações precursoras da melhoria espacial e urbana naquele setor da cidade.

Mesmo nos últimos anos antes do abandono e de sua demolição, quando a população soteropolitana sofreu com duas grandes epidemias, a igreja teve um papel importante, como um dos principais locais de enterramentos, conforme os dados que apresentaremos mais adiante. Sua demolição ocorreu no momento em que aquela área passava por transformações profundas: a canalização do rio das Tripas e de seus afluentes[5], o soerguimento do terreno a partir de aterramentos para a implantação de novos prédios[6] etc. As mudanças estruturais na área podem ter justificado a demolição da capela.

> Em cumprimento ao determinado por vossa excelência no oficio de 19 do corrente, com o qual se

3 O lixo doméstico descartado pela sociedade soteropolitana.

4 Mapa elaborado por José Azevedo Galeão: FUNDAÇÃO Gregório de Mattos; Universidade Federal da Bahia; Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador: 1549 a 1800*. Salvador: Pallotti, 1998, p. 135. (Edição especial.)

5 Ver capítulo IV.

6 Ver capítulo XIV.

> dignou honrar-me, convoquei a Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Guadalupe no Domingo 23 do corrente, e foi nomeada uma Comissão, para com melhor (sic) conhecimento de causa responderem a respeito da proposta feita pelo arrematante da obra da vala, sobre os materiais pertencentes a Capela, e bem assim de sua final demolição: o que nestes oito dias o farão. Deus guarde a Vossa Excelência por mais anos. Bahia 25 de Agosto de 1857[7].

A área pertencia à antiga freguesia da Sé, uma das mais antigas e representativas do período. A implantação da capela se deu no momento de crescimento demográfico e de expansão da cidade, acompanhando provavelmente uma tendência da Igreja Católica de construir ou ampliar templos religiosos, fortalecendo e promovendo a fé cristã entre os fiéis da Irmandade dos Pardos. Durante quase cem anos, essa capela, modelo da arquitetura religiosa da Bahia, foi palco da devoção a Nossa Senhora de Guadalupe.

Perfil social da freguesia da Sé

Em Salvador, até o início do século XIX, não havia uma separação rígida entre bairros nobres e populares. A cidade baixa abrigava o porto, e a freguesia da Conceição da Praia, a maior daquela parte da cidade, era o local das transações comerciais e território dos vendedores autônomos. A cidade alta abrigava freguesias residenciais como Santo Antônio, Passo, Santana, São Pedro, e residenciais-administrativas como a Sé, a mais populosa de todas.

A antiga freguesia da Sé, local onde estava situada a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe e sua irmandade, até meados do século XIX, concentrava em seus limites a administração pública da cidade. Também possuía número significativo de prédios religiosos, dentre eles o mais importante, a Igreja da Sé[8].

Na freguesia da Sé estavam localizadas a Câmara Municipal, a Casa da Moeda, o Palácio do Governo e também a Santa Casa da Misericórdia. Mas além de abrigar a administração e os templos católicos, essa freguesia era um amplo espaço de moradia.

Kátia Mattoso e Ana Amélia Nascimento analisaram o censo de 1855, efetuado dois anos antes da demolição da Capela de Guadalupe, para traçar um perfil da população residente nas freguesias centrais da cidade. Ana Amélia Nascimento (1986, p. 72) afirma que 65,63% dos moradores da freguesia da Sé era formada por pardos, crioulos, cabras e pretos. Desse percentual, 28,77% eram pardos, 23,44% eram pretos e 13,42% eram crioulos e cabras. O restante da população da Sé, 34, 37%, era formado por brancos nativos e estrangeiros de baixo poder aquisitivo.

Perfil social da freguesia da Sé – 1855

Configuração Social da Sé	
Pretos	29% da população
Pardos	23% da população
Crioulos e Pardos	13% da população
Brancos	35% da população

7 APEB, seção colonial, governo da província, religião, irmandade da capital, 1847-1889, maço 5249.

8 MATTOSO, Kátia. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1992, p. 440.

Segundo Reis (2003, p. 23), que também utiliza os dados do censo de 1855, havia distinções entre os nomes dados aos negros, brasileiros ou estrangeiros, e mestiços. O negro era chamado de crioulo, quando nascido no Brasil. O mulato, mestiço de pretos e brancos, também podia ser chamado de pardo, e o mestiço de mulato com crioulo era chamado cabra. Aos africanos cabia a designação preto. Estes, além de serem distinguidos pela cor, eram também distinguidos pelas nações e pela condição jurídica de livres, libertos ou escravos. Os pardos também podiam estar entre essas três distinções jurídicas.

Composta basicamente por sobrados, a Sé abrigava nesse período membros da alta sociedade, como o barão de Jaguaripe, proprietário de um imóvel na rua Direita do Palácio, e libertos ou escravos que alugavam os porões de sobrados vizinhos. Voltando aos dados apontados por Nascimento (1986, p. 68), percebe-se que a freguesia da Sé, em meados do século XIX, ainda abrigava classes abastadas da sociedade, só que seu perfil social e econômico começava a se transformar, existia uma população pobre que cada vez mais ocupava o espaço central da cidade[9].

A Sé da segunda metade do século XIX vai mudando suas feições, ganha diversos pontos comerciais, assim como passa a abrigar "o grosso da população baiana, [...] artesãos livres, alforriados, escravos, funcionários, burgueses e nobres" (Mattoso, 1992, p. 440). Fora os poucos privilegiados que residiam ou apenas passavam uma temporada na freguesia da Sé, a comunidade era formada por empregados do serviço público e eclesiástico, comerciantes de médio e pequeno porte (quitandeiros e vendedores ambulantes), advogados, sapateiros, pintores, músicos e outros – mais a parcela africana e afrodescendente[10].

A própria configuração das famílias residentes podia ser variada, incluindo algumas vezes pessoas de cor e condição jurídica diversas, além de agregados e escravos. É o exemplo da casa de número 49, no Pelourinho, onde residia uma família composta por um português casado com uma crioula e três filhos pardos. Já na rua do Aljube, muito perto da extinta Capela de Guadalupe, residia um músico solteiro, em companhia de quatro irmãs, um filho e um agregado, todos pardos[11].

Kátia Mattoso (1992, p. 440-441) também descreve, de forma detalhada, o perfil social e étnico dos moradores de duas ruas próximas à Capela de Guadalupe. A primeira diz respeito à rua da Ajuda e a segunda, à rua Direita da Ajuda. A partir dessas referências, a autora apresenta sete casas registradas no censo de 1855, seis das quais habitadas principalmente por mulatos livres, viúvos, solteiros, crianças, trabalhadores especializados e agregados. Nesses seis casarões, moravam 24 mulatos, uma escrava e um português.

Numa sociedade escravista e estratificada, a posição social e a cor se confundiam[12]. Isso se aplica tanto a Salvador,

9 Ver capítulo III.

10 REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 30.

11 NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986, p. 68-71.

12 REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 37.

Negros de ganho. Meados do século XIX (Sampaio, 2005, p. 94).

de forma geral, quanto especificamente à freguesia da Sé. Entre aqueles que poderiam ter condições de participar das decisões administrativas da província e os que viviam no limiar da pobreza situavam-se os mestiços. Decerto, essa parcela da população levava uma vida de muito trabalho e sacrifícios diante de convenções sociais que delimitavam os espaços de sociabilidade. Porém, esses obstáculos não impossibilitaram alguns mestiços de conseguir a ascensão social através de relações de amizade ou parentesco, seja na administração pública ou na carreira militar.

Ao longo do século XIX, a população mestiça cresceu e conquistou espaço. A própria existência de uma capela e irmandade de pardos dentro da freguesia da Sé atesta a força e a representatividade dessa parcela dos moradores. Na Sé oitocentista, os brancos, mestiços e africanos tiveram de conviver em um mesmo espaço, e as novas relações forjadas entre os moradores causaram profundas transformações na vida daquela freguesia.

Até 1831, a sociedade soteropolitana recebeu quantidade significativa de africanos, que foram

introduzidos na economia escravista rural e urbana. Parte dos escravos urbanos era destinada ao trabalho de ganho. Devem ser considerados também os libertos nesse tipo de ofício.

Durante o século XIX, tais serviços, principalmente os prestados por escravos de ganho, garantiram a renda de pequenos proprietários, que poderiam ser estrangeiros, brasileiros brancos ou mestiços, e africanos – os que conseguiam acumular algum excedente e adquiriam cativos. O trabalho desses escravos foi muito comum na freguesia da Sé, assim como o da escravaria doméstica.

Como forma de se manter na freguesia da Sé, apesar da rigidez imposta pela regulamentação do espaço da cidade e pelo controle do regime escravista, esses trabalhadores definiam pontos estratégicos para a realização de suas atividades. Os locais onde ofereciam os serviços, chamados cantos, eram bem demarcados e organizados pelos próprios trabalhadores.

Nas proximidades da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe existiam alguns cantos bastante movimentados. Conforme Costa (1991, p. 24), alguns deles situavam-se na rua da Ajuda (atrás da cadeia), ladeira de São Bento, rua do Cabeça, Baixa dos Sapateiros (canto da rua da Vala), rua do Guadalupe e praça do Guadalupe (praça dos Veteranos). Ali eles trabalhavam como vendedores ambulantes de doces, frutas, peixes, tecidos; ou como carregadores, artesãos, lavadeiras, engomadeiras, entre outras atividades.

Muitos dos escravos de ganho e libertos moravam na Sé, em quartos alugados. Segundo Reis (1991, p. 30), algumas famílias de brancos habitavam os andares térreos e superiores dos sobrados, enquanto os porões eram ocupados por escravos e libertos que serviam a essa parcela da sociedade soteropolitana. Além desses espaços, eles podiam habitar também edificações de menor porte, como as diversas casas de taipa existentes nas freguesias centrais (Costa, 1991, p. 22-25).

Um interessante detalhe dessa configuração do espaço habitado por escravos e libertos, na Sé, é a numerosa presença de africanos malês. Reis (2003, p. 284-285) indica uma habitação em Guadalupe (provavelmente na rua que tem esse nome ou nas imediações da capela homônima) onde o liberto e mestre malê Manoel Calafate habitou. Percebe-se em documentos históricos utilizados por Reis, na sua obra acerca do Levante dos Malês, que aqueles considerados rebelados, como também denunciantes, dimensionavam espaços na freguesia da Sé tendo como base as adjacências da Capela de Guadalupe.

Também havia habitantes malês em outros locais, como o Cruzeiro de São Francisco, o Caminho Novo do Gravatá e a rua do Tijolo. Um documento histórico, referente aos autos da Revolta dos Malês[13], revela que entre os oito rebelados moradores da rua do Tijolo, lateral a Guadalupe, quatro eram libertos, pardos e naturais de Salvador. Outros pardos foram listados como rebelados. Em seus endereços identifica-se a localização de ruas próximas à Capela de Guadalupe.

Ainda tendo documentos históricos como fontes, percebe-se que a partir de meados do século XIX era comum ter na vizinhança de diversas ruas da Sé, junto aos moradores citados acima, "ricos senhores de engenho, comerciantes, funcionários civis e

13 Ver Devassa do levante de escravos ocorrido em Salvador em 1835. In *Anais do Arquivo do Estado da Bahia (Apeb)*, n. 38, 1968; e Peças processuais do Levante dos Malês. In *Anais do Arquivo do Estado da Bahia (Apeb)*, n. 40, 1971.

eclesiásticos" (Reis, 1991, p. 30). A família portuguesa dos Azevedo Fernandes aparece em documentos históricos do período como proprietária de imóveis e terrenos na Sé, inclusive nas imediações da Capela de Guadalupe[14].

É bem possível que elementos da configuração social até aqui discriminada fizessem parte da Irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe. Reis (1991, p. 54) cita para a "década de 1830, o rico negociante português José Coelho Maia, natural do Porto", como um dos seus membros. Ainda não foi localizada nenhuma documentação referente ao estatuto da irmandade, contudo sabe-se que mestiços estariam entre os seus membros, como apontam Reis (1991, p. 54) e Silva (2000, p. 30).

A Irmandade dos Pardos de Nossa Senhora de Guadalupe

As irmandades eram associações leigas dedicadas à devoção de algum santo católico, fundadas em relações sociais hierárquicas e cujos membros mantinham laços de solidariedade entre si[15]. Desde o período colonial, essas instituições funcionaram como um elemento de distinção social e material para seus membros e agrupavam pessoas de acordo com o *status* social, naturalidade, cor da pele, sexo, atividade profissional e origem étnica ou nacional. Esses critérios de seleção eram estabelecidos através dos compromissos, que eram um conjunto de regras submetidas à aprovação da Coroa portuguesa, e geralmente determinavam os direitos e as obrigações dos confrades.

A irmandade encarregava-se de garantir o funeral católico a seus membros, além de auxiliá-los em momentos de dificuldades, inclusive financiando a compra da liberdade, no caso das irmandades de negros[16]. Também oferecia assistência médica e jurídica. Em contrapartida, exigia bom comportamento, pagamento de anuidades, arrecadação de fundos para a construção e manutenção do templo, organização das festas do padroeiro, dos cortejos fúnebres, além das obrigações devocionais. As irmandades deviam funcionar em uma igreja que lhes reservava um dos altares laterais, até conseguir fundos para a construção de sua própria capela.

Pertencer a uma irmandade era ter acesso a uma comunidade coesa, baseada em princípios religiosos, mas também sociais. Existiam irmandades exclusivamente formadas por homens brancos, da elite colonial. Estas, em sua maioria, eram riquíssimas e destacavam-se pela vocação à caridade, como era o

14 APMS, câmara, ofícios e requerimentos, obras municipais, orçamento, caixa 03.

15 Diversos historiadores e antropólogos têm apresentado um conceito para irmandade. Segundo João José Reis "as irmandades eram associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais" (1991, p. 51). Larissa Viana define irmandade como "instituições de auxílio comunitário dedicadas às obras de caridade e à proteção social e material de seus próprios membros, em especial" (2007, p. 37). Renato da Silveira define como "organizações voluntárias, monetarizadas, com jóias e anuidades, nas quais os próprios participantes, sob supervisão oficial, encarregavam-se da seleção dos integrantes, da direção e manutenção do culto, podendo assumir, além das funções devocionais e festivas, funções políticas, sindicais, assistenciais, funerárias e financeiras" (2006, p. 143).

16 Existiam irmandades que agregavam escravos pardos, porém não temos informações sobre empréstimo de quantias para a compra de liberdade por parte dessas irmandades.

caso da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco e da Santa Casa de Misericórdia[17].

Algumas irmandades eram formadas especificamente por negros, africanos ou crioulos, e por pardos, pois a Igreja Católica visava difundir o catolicismo entre as camadas inferiores da sociedade. As irmandades de africanos eram divididas etnicamente, pelo menos até a primeira metade do século XIX, período de entrada maciça de escravos no Brasil, e rejeitavam veementemente crioulos e pardos. As formadas por crioulos e por pardos agregavam em sua maioria libertos, mas aceitavam escravos desde que seu acesso aos altos cargos da confraria fosse vetado[18].

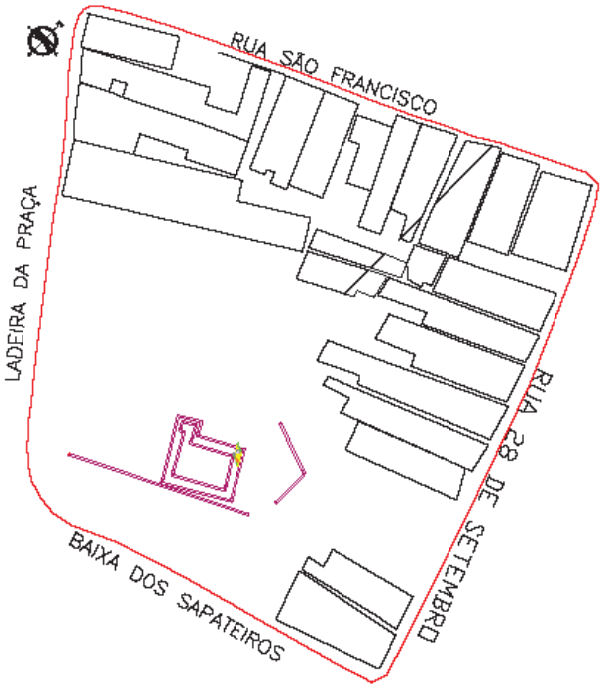
Certas irmandades de negros, principalmente crioulos, aceitavam pessoas brancas abastadas e pardos libertos em razoável situação financeira. No entanto, pardos e brancos geralmente não tinham interesse em pertencer a confrarias negras. Alguns poucos brancos de destaque na sociedade eram cooptados por irmandades de cor para servirem como uma espécie de patrono, que também contribuía para os fundos da confraria. Essa relação causava satisfação, além de conferir certo *status* ao benemérito.

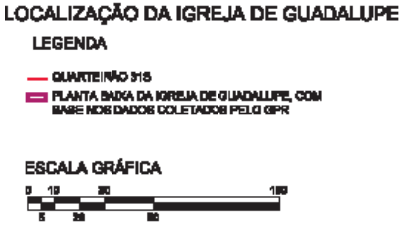
17 REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 51-53.

18 VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 157.

Os pardos normalmente não participavam dos grupos de negros. Eles não gozavam de status social, e desejando adquiri-lo preferiam ficar o mais distante possível de seu passado ligado à escravidão. Mesmo os pardos nascidos livres sofriam sanções sociais baseadas na cor da pele e eram impedidos, por exemplo, de participar de confrarias ligadas a atividades profissionais por não terem a "pureza de sangue" exigida por elas[19]. Entre africanos (negros) e estrangeiros (brancos) estavam os brasileiros mestiços almejando a ascensão, e de certa maneira defendendo a pureza de ser nativo. Segundo as teorias racistas importadas pelo Brasil no final do século XIX, havia mais valor em ser negro ou branco "puro", ou seja, sem mistura com outra raça, do que ser mestiço. Tentando responder a essas ideias, os mestiços, assumindo uma identidade nacional de brasileiro nato,

19 Idem, ibidem, p. 162-163.




LOCALIZAÇÃO DA IGREJA DE GUADALUPE
LEGENDA
QUARTEIRÃO 315
PLANTA BASE DA IGREJA DE GUADALUPE, COM BASE NOS DADOS COLETADOS PELO GPR
ESCALA GRÁFICA

Localização aproximada da Igreja de Guadalupe, com base nos dados coletados pelo GPR.

defendiam a ideia de que brasileiro "puro" era o mestiço, e não o branco ou negro "puro" nascido no Brasil.

Determinadas irmandades de pardos chegaram também a exigir a presença apenas de "pardos puros" entre seus membros. E assim, fundando grupos apenas de pardos, conseguiam um lugar próprio na igreja e na vida social da colônia e do Império. O lugar dos homens pardos na igreja estava intimamente ligado à proteção de uma entidade – um santo, ou uma imagem de nossa senhora – com a qual fosse possível uma identificação. Principalmente as imagens pardas de Nossa Senhora cumpriram esse papel[20].

Larissa Viana (2007, p. 106-115) conseguiu identificar na Bahia algumas irmandades de pardos devotos dessas virgens morenas. As preferidas dos pardos eram Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora de Guadalupe e Nossa Senhora do Terço, essa última em alusão a Nossa Senhora do Rosário, protetora dos negros. A Igreja da Sé de Salvador abrigava duas irmandades ligadas às duas primeiras santas. Segundo Lucilene Reginaldo (2005, p. 177), os pardos forros eram geralmente devotos de Nossa Senhora do Amparo, enquanto a Virgem de Guadalupe era preferida pelos pardos cativos.

Nossas pesquisas em arquivo identificaram quatro templos dedicados a Nossa Senhora de Guadalupe na área hoje correspondente à Grande Salvador. Um deles, localizado na ilha dos Frades, é referido como o maior polo de romaria da Bahia no século XIX, embora se situasse em propriedade privada. Também instalada em área particular e dedicada à Virgem de Guadalupe, era a Capela do Engenho de Cotegipe, pertencente a Dona Maria Madalena de Lima Queirós, que legou fundos em testamento para a sua manutenção.

Aqui nos interessa especialmente a Irmandade dos Pardos de Nossa Senhora de Guadalupe, fundada por volta de 1640, na Igreja da Sé de Salvador. Conta-se que, devido à dissolução da União Ibérica, a santa perdeu seus devotos espanhóis, que inclusive mandaram fazer sua imagem em madeira e revestir em prata. Os pardos que eram propriedade da Igreja pediram permissão para o culto à virgem morena. Permissão concedida, fundaram a irmandade, que parece ter progredido o suficiente para construir seu próprio templo, em 1776.

Como já foi dito, a pesquisa revelou onde foi construída a capela. Sua localização causou controvérsia entre os historiadores durante muito tempo. É intrigante a escolha do local considerando-se as dificuldades apresentadas pelo terreno e a forte presença negra observada na área desde o século XVIII, período da construção. Recorrendo novamente a Larissa Viana (2007, p. 146-147), temos a informação de que no Rio de Janeiro, no início do século XVIII, tornou-se comum a doação de terrenos próximos aos limites da cidade para

Suposição de fachada da Igreja de Guadalupe, com inspiração em igrejas locais (detalhe da aquarela da p. 193).

20 Idem, ibidem, p. 154-157.

Adereços encontrados associados aos enterramentos: pingente de búzio e contas brancas.

a construção das capelas pelas irmandades de negros. Essa prática parece ter sido estendida aos pardos só na segunda metade desse século, como foi o caso da Igreja de São Gonçalo Garcia, fundada em 1758.

Infelizmente não foi possível apurar as circunstâncias que levaram a Irmandade dos Pardos de Nossa Senhora de Guadalupe a construir sua igreja em local tão inóspito e insalubre. Mas a doação do terreno parece ser uma ótima explicação para isso, sem falar que as características do local se assemelham muito às áreas escolhidas para as capelas das irmandades cariocas negras e pardas. Também não se sabe ainda qual o nível de relacionamento entre africanos moradores na região e os confrades pardos de Guadalupe, mas provavelmente a irmandade não passou ilesa à influência da cultura africana disseminada na área, principalmente porque o pardo era descendente em alguma medida do africano[21].

Figura 1 – Imagem de Nossa Senhora de Guadalupe (Acervo do Museu de Arte Sacra da Bahia, UFBA).

Junto aos enterramentos evidenciados foi encontrado um número expressivo de contas que dão margem a duas interpretações[22]. Em alguns casos desconfia-se que as contas possam fazer parte de rosários, objeto católico muito usado em enterramentos cristãos, mas outras fogem a esse padrão, levando a conjeturar que faziam parte de adereços usados por negros, principalmente africanos, em rituais religiosos ou simplesmente como amuleto de proteção[23].

Até o momento também não foi possível encontrar o compromisso da irmandade, documento mais completo sobre sua fundação e existência ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, e que se acredita poderia fechar algumas lacunas da pesquisa. Esse documento poderia esclarecer, por exemplo, se a irmandade contava com negros e/ou escravos entre seus membros, ou se os pardos confrades eram ainda próximos ao cotidiano da escravidão.

É possível saber, no entanto, por meio de outros documentos, que os pardos de Guadalupe eram responsáveis por um acervo de bens bastante razoável para o século XIX. Do inventário dos seus haveres constava em destaque: um terreno com quatorze braças de frente, anexo à mesma igreja, a imagem da Virgem de Guadalupe com adereços em pedras e prata, as imagens de Santa Rita, Senhor do Bonfim, Senhora Santana, Santo Antônio, São Gonçalo e Cristo Crucificado, também adornadas com prata; dois cálices, duas pátenas e duas colheres, uma cruz de

21 Ver capítulo XIV.

22 Associadas aos enterramentos, foram coletadas 413 contas. Dessas, 343 são de cor branca, 69 pretas e 1 incolor.

23 TAVARES, A. C. P. Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à Igreja Católica em Salvador no período escravista. Pernambuco, 2006. Tese (mestrado), Programa de pós-graduação em arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco.

bojo, uma cadeirinha, dois tocheiros, uma cancela para hóstias, tudo de prata; e ainda um cetro e uma coroa de prata para Nossa Senhora[24]. Além disso, destacava-se uma imagem de Cristo "toda aparelhada de prata", dois pares de brincos de lagartixa de pedras brancas cravadas em prata e grande número de ornamentos para os ritos fúnebres[25].

João Reis (1991, p. 189) alerta para o número de enterramentos feitos na Capela de Guadalupe durante o século XIX. Entre os enterrados na freguesia da Sé em 1835 e 1836 (3.060 mortos), 7% encontraram sepultura na Capela de Guadalupe. Talvez durante o período crítico de epidemias de cólera e febres na Bahia (entre 1850-1855) esse número tenha aumentado sensivelmente, a não ser que os enterramentos no local estivessem suspensos por causa do avançado estado de deterioração do templo, uma das justificativas dadas para a sua demolição, que veio a acontecer entre 1856 e 1857.

Salubridade e higiene na freguesia da Sé

Como já foi dito, a Capela de Guadalupe foi erguida às margens do rio das Tripas, assim chamado por receber as tripas e outros restos de gado das roças e do criadouro do Convento de São Bento, localizadas ao longo do seu curso. O rio tornou-se a principal zona de descarte de lixo para a população da Sé. Era o local onde livres e escravos rejeitavam restos de alimentos, animais mortos, excrementos e outros. Por se localizar no fundo de um vale, recebia ainda toda o lixo das ruas, levado pelas chuvas. Além disso, a precária rede de esgotos escoava também para esse rio, que nos períodos chuvosos transbordava, causando prejuízos e transtornos à população.

Até o século XIX, o descarte do lixo era responsabilidade apenas da população. Deveria seguir normas públicas conhecidas como posturas, e seu descumprimento seria punido com multas e/ou prisão. Sendo o infrator escravo, seu dono seria responsabilizado. O fato é que essas posturas municipais eram constantemente desobedecidas e as pessoas acumulavam montes de resíduos nas ruas, focos de insetos e de mau cheiro.

Em área de comércio a situação era mais grave:

> os fardos, os cestos, os caixões e barricas com mercadorias se abrem publicamente nas ruas e a palha, os objetos inutilizados que serviam para a embalagem de todos os resíduos ali ficam nas ruas ou se lançam nelas; os armazéns, tavernas, lojas e botequins, com raríssimas exceções, todos se varrem e o cisco vai logo para as ruas, as águas servidas e urinas ou se despejam nos álveos das calçadas, ou se atiram das janelas; dos hotéis e restaurantes as cascas de frutas e mariscos, as garrafas, vidros e louças quebradas, se lançam nas ruas; os gatos, galinhas, ratos, pássaros e todos os animais mortos, ossos e carcaças igualmente se lançam nas ruas[26].

24 Em razão da semelhança com a descrição feita no inventário de bens da Irmandade dos Pardos, suspeitamos que a imagem de madeira revestida de prata, que hoje se encontra no Museu de Arte Sacra da Bahia (ver figura 1), seja a mesma que foi cultuada na Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.

25 APEB, seção colonial, governo da província, livro do tombo dos bens de todas as ordens terceiras, confrarias, irmandade de Salvador, 1851-1853, maço 5266.

26 SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização no século XIX*. Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2005, p. 76- 77.

Toda a cidade necessitava de obras de esgoto e limpeza, medidas que fizessem a cidade parecer moderna aos moldes europeus, com ruas amplas, limpas e arejadas. Para tanto começaram a ser executadas algumas obras, como o alargamento de ruas e o embelezamento de praças, mas também serviços, como o abastecimento de água pela Companhia do Queimado, em 1852, e a mudança do tipo de iluminação, de óleo de baleia para gás, em 1858.

Nesse contexto, com certa urgência em razão do perigo de epidemias, iniciaram-se as obras no rio das Tripas. Essa não foi uma obra fácil por inúmeros motivos: era muito dispendiosa para os cofres públicos, não havia trabalhadores qualificados e havia a resistência de particulares que teriam seus quintais invadidos pelas obras:

> Senhor Diretor Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor. Tendo chegado em tal ponto, com o desentulho do rio das Tripas, em que é indispensável passar por quintais particulares, remover cercas e muros, aprofundar e alargar o [aluveo] do mencionado rio, e depositar nas margens o resultante material contra a oposição brutal de quase todos os proprietários, cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que não podendo mais resistir aos insultos e ameaças pessoais, como acabei de sofrer ontem, me foi forçoso parar a obra até nova disposição e enérgicas providências que devo reclamar das competentes autoridades. Deus guarde Vossa Excelência. Bahia 25 de novembro de 1846. João Baptista Ferrari[27].

27 APEB, seção colonial , presidência da província, obras públicas, 1825-1851, maço 4882.

Nesse ambiente, doenças proliferavam. O cólera foi sem dúvida a mais mortal delas. No ano de 1855, eliminou 36 mil pessoas em toda a Bahia, espalhando o pavor entre seus habitantes. Essa doença foi responsável por uma mudança na mentalidade da época, devido ao fortalecimento do discurso médico existente desde o Iluminismo e a Revolução Francesa, mas ainda sem repercussão entre a população. Antes das epidemias, a população recorria a costumes tradicionais e a ritos religiosos para curar doenças. As epidemias de cólera e febre amarela tornam essas receitas ineficazes e levam a população de maneira geral a recorrer à medicina, aumentando assim o prestígio da classe médica[28].

O cólera impôs mudanças à sociedade baiana – os médicos passaram a ter maior influência junto ao governo e, como consequência, houve o fortalecimento das comissões de higiene, que puderam combater o acúmulo de lixo e promover o processo de entulhamento das águas paradas, fonte de doenças e miasmas[29]. Os mortos passaram a ser enterrados longe dos centros urbanos, pois dos corpos em decomposição também se desprendiam miasmas que poderiam contaminar a população. Na época, acreditava-se que o cólera era transmitido pelo ar contaminado.

Em 1857, são republicadas no *Jornal de Bahia* as seguintes posturas, com recomendação do governo para a "mais pontual execução das mesmas em beneficio da saúde pública":

28 Ver capítulo III.

29 Gases pútridos espalhados na atmosfera se originavam da decomposição de matéria orgânica. Ver DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996, p. 55.

Nenhuma pessoa poderá conservar imundos ou com águas estagnadas os quintais e pátios de suas casas: pena de 8 réis ou quatro dias de prisão.

O despejo imundo das casas será levado ao mar à noite em vasilhas cobertas os que forem encontrados fazendo tais despejos nas ruas ou outros lugares que não sejam os designados incorreram uns e outros na pena de 2 réis, ou 24 horas de prisão. Ficam os senhores responsáveis por seus escravos. […]

Ficam proibidos os canos que despejem imundícies sobre as ruas: pena de 10 réis ou cinco dias de prisão pela primeira vez, e de 20 réis e 8 dias de prisão, se depois de marcados um prazo pelo respectivo subdelegado para o seu desmancho o não fizer. Os desaguadouros que com facilidade possam ser encaminhados para o mar e dos de água pluviais nas ruas, em que não houver canos reais, serão tolerados, contando que passem por baixo dos passeios, nas ruas em que houver proprietários ou inquilinos das casas, porém se não os conservarem limpos serão multados em 8 réis ou sofrerão 4 dias de prisão[30].

Todo o processo de canalização do rio das Tripas, ou seja, a transformação da Vala Geral em rua da Vala, com o saneamento das áreas pantanosas, foi muito lento

30 *Jornal da Bahia*, 27 de abril de 1857.

Cortejo funerário em 1830 (Sampaio, 2005, p. 143).

e dispendioso. Sabe-se que o entulho produzido pela demolição da Capela de Guadalupe, assim como de outros lugares e até o lixo da varredura das ruas foram utilizados em alguns trechos da obra. Em 1869, a rua da Vala possuía apenas 1.345m² já pavimentados dos 8.282m² a serem calçados.

Segundo Sampaio, a outra finalidade da obra na rua da Vala era interligar as duas colinas da cidade alta (as freguesias da Sé e a de Nazaré). Salvador estava em expansão: exigia novas áreas para a construção de imóveis e amplas vias de acesso, no caso as atuais ladeira da Praça e ladeira do Gravatá.

As igrejas não eram apenas centros religiosos importantes – nelas se realizavam eleições, discussões políticas, audiências judiciais. Eram locais de celebração dos principais eventos da vida dos católicos: o batismo, o casamento e as encomendações, por ocasião da morte. Para um católico, ser sepultado em solo sagrado, ou seja, dentro de uma igreja, era estar mais próximo da salvação, pois "morrer sem enterro significava virar alma penada" (Reis, 1991, p. 171). Esse costume foi incentivado pela Igreja Católica durante séculos e cultivado por toda a população, de escravos a ricos senhores de engenho, incluindo aí os estrangeiros.

Era muito comum as pessoas indicarem, em testamento, o local onde queriam ser enterradas, como João Nunes Pereira, que pediu: "Meu corpo será levado para ser sepultado na Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, conduzido pela respectiva Irmandade"[31]. Havia indicações mais detalhadas, como no caso de João Alves da Conceição, que deixou registrado:

> Declaro que o meu enterro será feito na forma seguinte: amortalhado em um lençol branco convidando-se a seis pobres para conduzir o meu corpo à igreja da Conceição do Boqueirão, ou à de Nossa Senhora d´Aguadalupe, onde desejo ser sepultado, ou na igreja que melhor convier a minha testamenteira, dando-se a estes pobres dois mil reis de esmola a cada um[32].

Houve tentativas de separar os vivos do convívio dos mortos, inclusive por parte da própria Igreja Católica, por meio do que se chamou de carneiros – sepulturas que formavam paredes nos subsolos das igrejas, também chamadas de catacumbas, pela semelhança com os cemitérios subterrâneos dos primeiros cristãos. Todas as ordens terceiras da Bahia construíram seus carneiros durante o século XVIII, porém o locais mais desejados para os enterramentos eram as igrejas ligadas a irmandades que não possuíam tal estrutura. A ruptura com a tradição de se enterrar os mortos nas igrejas só pôde ser feita de maneira definitiva por meio da introdução de novo agente, no caso, a epidemia de cólera-morbo.

A Capela de Nossa Senhora de Guadalupe foi um grande centro de enterramento, o terceiro na freguesia da Sé. Não sabemos se em 1855, ano do cólera e da proibição definitiva das inumações nos centros urbanos, a capela ainda ocupava tal posição. No entanto, mesmo em 1855, um ano antes de sua demolição, houve testamentos com pedidos de sepultamento na área da capela. O que nos leva a crer que a população gostaria de manter a tradição.

31 APEB, seção judiciária, livro de registro de testamento, n. 38, p. 31 verso.

32 Idem, ibidem, n. 36, p. 71.

Conclusão

Alguns documentos referem-se ao péssimo estado de conservação da igreja. Ignácio M. Costa Peixoto, provável devoto de Nossa Senhora de Guadalupe, deixa em testamento uma doação de dez mil réis para a manutenção do templo, caso a irmandade a faça no período de dois anos após sua morte, ocorrida em 1838[33].

Embora de maneira superficial, essas notícias deixam entrever que a demolição da capela justificava-se pelo seu estado de decadência. Porém, sabemos que muitas outras igrejas em estado deplorável de conservação passaram por reformas e reconstruções que impediram sua destruição. A Igreja dos Pardos de Guadalupe, ao contrário, deixou de existir. O entulho resultante da demolição foi direcionado para as obras da rua da Vala, atual J. J. Seabra, para onde dava provavelmente uma de suas laterais, e a irmandade voltou para o antigo lar: a Catedral da Sé[34].

Não se sabe exatamente o que levou ao enfraquecimento da Irmandade dos Pardos de Guadalupe, a ponto de não conseguir impedir a demolição de seu templo. Após a demolição, a irmandade não conseguiu evitar o "calote" da municipalidade… Não encontramos notícias sobre esse evento nos jornais de maior circulação na província, o que indica que a capela foi demolida sem maior alarde na imprensa e na comunidade e sumiu da memória oficial baiana sem deixar rastros.

33 Idem, ibidem, n. 26, p. 75.

34 Ver APEB, seção colonial, governo da província, religião, irmandade da capital, 1847-1889, maço 5249. Ver também APMS, obras públicas municipais, termo de alinhamento e vistoria, caixa 01. Ver APEB, seção colonial, notícias das igrejas da capital da Bahia, 1852-1888, maço 5241.

Referências

CÁSSIA. Taynar de. Movimento negro de base religiosa: a Irmandade do Rosário dos Pretos. *Revista Caderno CRH*. Salvador, jan./jun. 2001, n. 34, p. 165 - 179.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. Espaços negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no século XIX. *Revista Caderno CRH*. Cantos e toques - etnografias do espaço negro na Bahia. Salvador, 1991. v. 4.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível*: *epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996.

FUNDAÇÃO Gregório de Mattos; Universidade Federal da Bahia; Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador: 1549 a 1800*. Salvador: Pallotti, 1998. (Edição especial.)

LEITE, Rinaldo César. *E a Bahia civiliza-se…: em um contexto de modernização urbana – Salvador 1912-1916*. Salvador, 1996. Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Bahia.

MATTOSO, Kátia. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NAJJAR, Rosana et al. *Catálogo das coleções cerâmicas da 6ª SR/Iphan*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.

NAJJAR, Rosana; SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. *Relatório de pesquisa arqueológica da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho Salvador/BA*. Monumenta/Iphan: 2007.

_____ . *Relatório parcial do projeto de prospecções arqueológicas na área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho.* Monumenta/Iphan: jul./dez. 2006.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade de Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*, Campinas, 2005. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____ . *Domingos Sodré um sacerdote africano*: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____ . Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades Negras no tempo da escravidão. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, 1993, v. 2, n. 3, p. 7-33.

_____ . *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização no século XIX*. Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2005.

SAMPAIO, Teodoro. *História da fundação da cidade do Salvador*. Salvador: Beneditina, 1949.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Edusp, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT/Edufba, 2000.

SILVEIRA, Renato da. *O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto*. Salvador: Maianga, 2006.

TAVARES, A. C. P. *Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente a Igreja Católica em Salvador no período escravista*. Pernambuco, 2006. Dissertação (mestrado), Programa de pós-graduação em arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Unesp/Salvador: Edufba, 2001.

VALLADARES, Clarival do Prado. *Nordeste histórico e monumental*. Bahia: Odebrecht, 1991. v. IV.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*. Campinas: Unicamp, 2007.

XVI - Um passado através do lixo

Cláudio César Souza e Silva

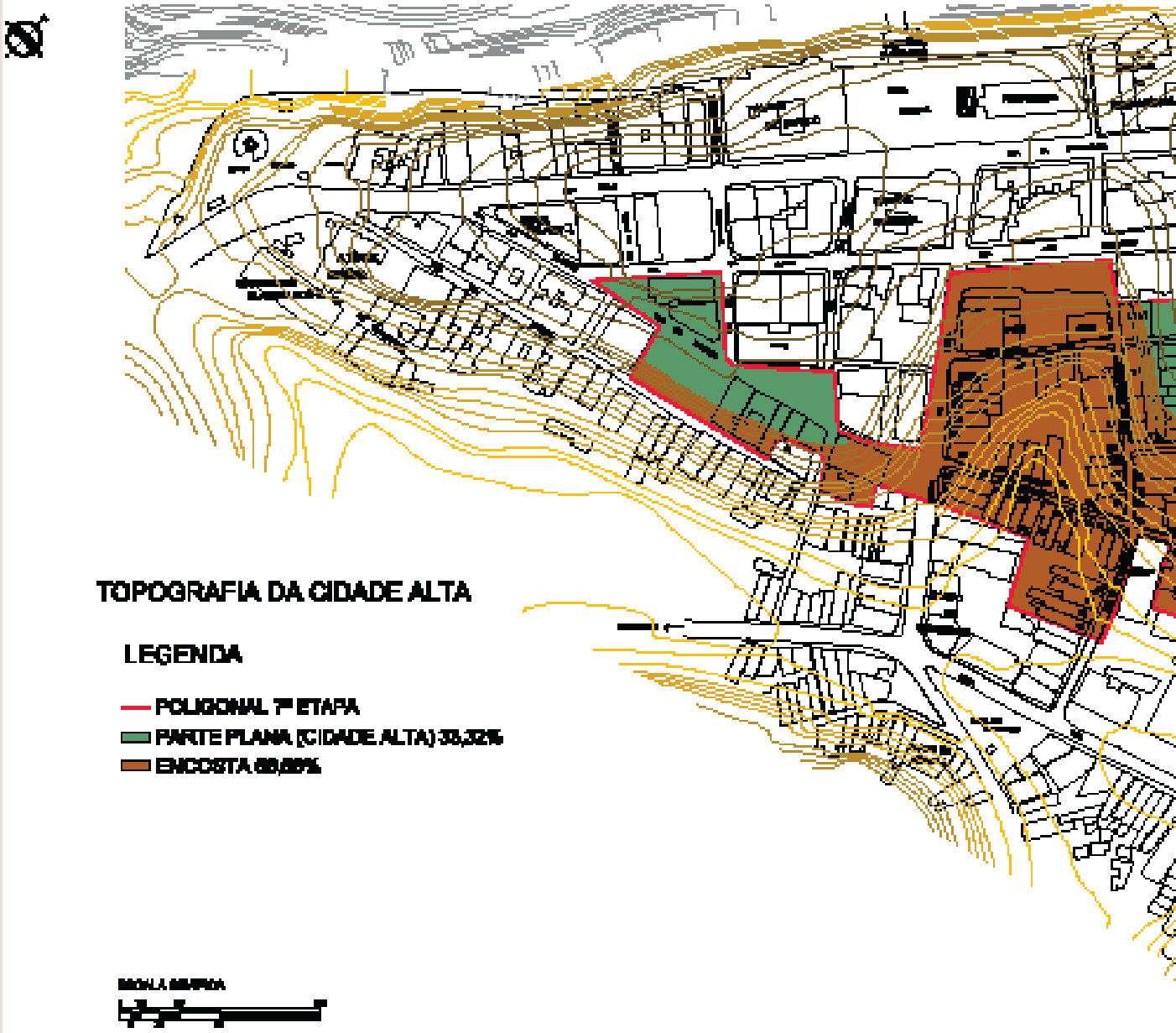
Os sítios urbanos brasileiros vêm sendo objeto de estudo nas mais diversas áreas do conhecimento, principalmente nas ciências sociais. A Arqueologia urbana é um campo relativamente novo no Brasil. Foi só a partir de 1990 que alguns pesquisadores começaram a se debruçar sobre o tema de forma sistemática[1]. Desde o ano 2000, o Programa Monumenta, do MinC e do BID, com apoio da Unesco, vem financiando projetos de recuperação e preservação do patrimônio cultural em 26 cidades históricas brasileiras, protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, ao mesmo tempo, promovendo iniciativas para o desenvolvimento de projetos de pesquisas arqueológicas nas áreas urbanas onde ocorrem as obras. Foi o que ocorreu em Porto Alegre e Pelotas, no Rio Grande do Sul; Natividade, no Tocantins; Recife e Olinda, em Pernambuco; e Salvador, na Bahia, entre outras. Dessa forma, o programa contribui não só para a recuperação e preservação dos bens edificados, mas, sobretudo, para promover o reconhecimento e a valorização do patrimônio arqueológico urbano brasileiro.

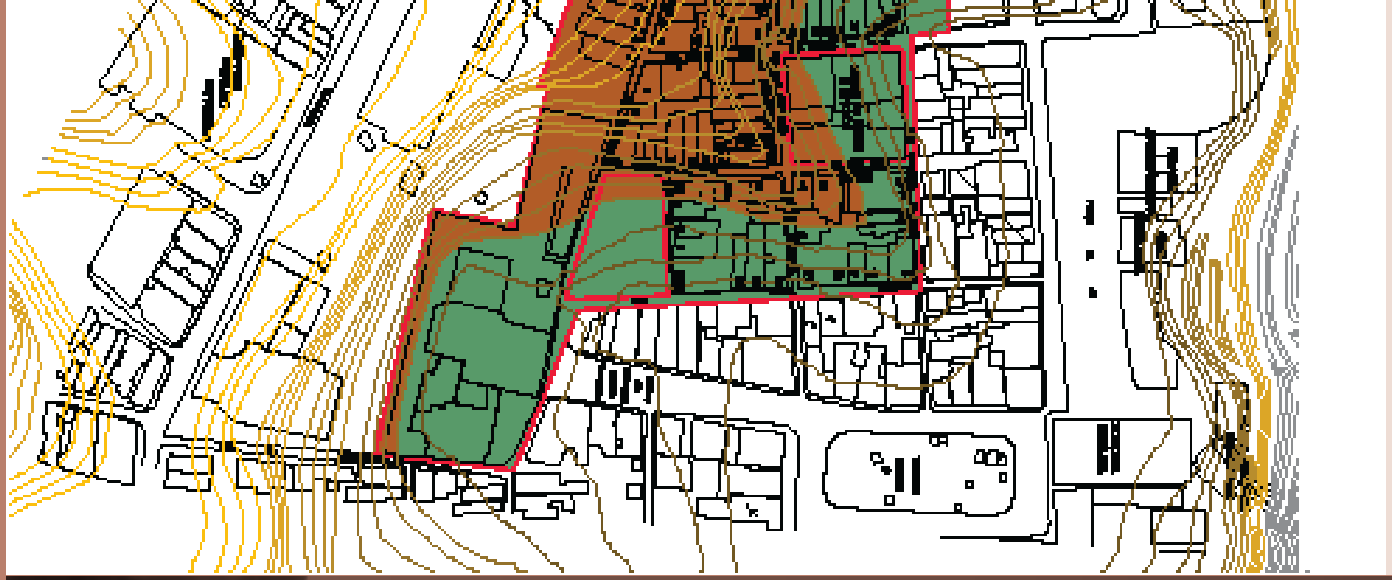
Essas ações têm permitido um aumento do número de estudos sobre o tema e proporcionado novos entendimentos sobre o passado das cidades históricas brasileiras, a partir do viés arqueológico. Os resultados, mesmo que incipientes, estão se mostrando altamente positivos. Trata-se de informações inéditas e reveladoras para nossa historiografia. Inéditas, pois resultam do estudo do passado das cidades a partir de outro viés, que reconhece a diversidade dos agentes sociais em cada época, a partir da cultura material deixada por eles. E são reveladoras, pois nos permitem conhecer detalhes do comportamento social das diversas culturas que compunham os cenários urbanos brasileiros.

Neste capítulo trataremos da cultura material resgatada durante o Projeto Pelourinho – a pesquisa arqueológica desenvolvida na área da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – e sua relação com o urbano. Devido à vastíssima coleção de vestígios culturais móveis coletados e diante da variedade de peças identificadas, algumas remontando ao período de fundação da cidade, entendemos que é imprescindível apresentar os diferentes contextos deposicionais de onde elas foram retiradas. Propomos, inicialmente, uma discussão sobre a relação entre a Arqueologia e o urbano. Depois analisaremos o processo de formação e ocupação da área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho. Em seguida, apresentaremos alguns resultados inéditos da pesquisa arqueológica, com a classificação de quatro tipos de depósito arqueológico identificados na poligonal da área da pesquisa. Por fim, destacaremos os vestígios culturais móveis coletados, apresentando e comentando uma amostra da coleção.

1 Fernanda Tochetto, Tânia Andrade Lima, Paulo Tadeu Albuquerque, Miriam Casseta, Rosana Najjar, Astolfo Araújo, entre outros.

Mapas Temáticos Projeto Pelourinho Pesquisa Arqueológica





ALGUNS RESULTADOS INÉDITOS

A Arqueologia e o urbano

Nas cidades históricas brasileiras encontram-se importantes testemunhos históricos e culturais do nosso país, referentes aos mais diversos períodos. São os vestígios físicos, formas espaciais do passado, produzidos em momentos distintos e, portanto, com características socioculturais específicas. De acordo com Santos (1980, p. 138), podemos compreendê-los como "rugosidades espaciais":

> as rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados [...] O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas.

A partir desse raciocínio entendemos que as "rugosidades" constituem paisagens técnicas que podem ser periodizadas segundo o desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo. Para Santos (1992, p. 55), "o estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica. Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de seus tempos pregressos". Desse modo, podemos considerar que as "rugosidades" são a materialização do espaço e, ao mesmo tempo, são a construção e a destruição de formas e funções sociais dos lugares.

Nesse sentido, um dos pressupostos da Arqueologia urbana é estudar as "rugosidades espaciais" identificando e contextualizando os vestígios culturais imóveis e móveis no tempo-espaço. Esses vestígios podem estar na superfície, algumas vezes, facilmente reconhecíveis por serem grandes monumentos, como as ruínas de uma igreja, antigos fortes etc. Outras vezes encontram-se no subsolo, encobertos pelas transformações físicas por que passam as cidades em sua trajetória histórica. Essa parte não visível pode estar, por exemplo, atrás do reboco de uma fachada, sob o piso de uma casa, enterrada no subsolo dos quintais etc. Ao estudar esses objetos culturais inseridos na cidade, a Arqueologia tem a oportunidade de realizar uma releitura do modo de vida dos seus antigos moradores. Porém, ela não se prende apenas às escavações sistemáticas de campo, pois também conta com as informações oferecidas por outras disciplinas, principalmente, pela História. Mesmo quando a investigação se resume a áreas específicas da cidade, como residências, o mercado, a praça ou até mesmo um conjunto desses "superartefatos", é importante ela ter como referência a cidade-sítio.

O conceito de cidade-sítio proposto por Pamela J. Cressy (1978) esboça uma primeira estrutura conceitual para se entender as cidades do período histórico[2]. Para Edward Staski (1982), são duas as perspectivas, uma de Arqueologia "da cidade" e outra "na cidade". Das duas perspectivas, a primeira é sistêmica, preocupa-se com os

2 Na perspectiva da autora, a cidade é entendida como uma unidade de análise. Ela propõe pesquisas interessadas em compreender os processos urbanos a partir de objetivos orientados por problemas e questões que entendam a cidade como um sítio representativo, um tipo de assentamento ligado a uma sociedade complexa. Para isso, exigem-se estratégias apropriadas de levantamento arqueológico de acordo com os objetivos propostos.

procedimentos ligados à urbanização em suas diferentes possibilidades: "consiste na utilização de métodos arqueológicos para compreender processos específicos de desenvolvimento urbano […]. Envolve ver a cidade tanto como ambiente como objeto de pesquisa" (Staski, 1982, p. 96-97). Na primeira perspectiva, o autor se refere à Arqueologia "da cidade". Na outra perspectiva, trata da Arqueologia "na cidade", que é individual e não diz respeito, necessariamente, a processos ligados ao meio urbano, e não toma a cidade como objeto de pesquisa: "Consiste em endereçar qualquer questão de pesquisa em um assentamento urbano. Envolve ver a cidade como um ambiente (tal como um vale ou um deserto)" (Staski, 1982, p. 96-97).

Inspirados por essas linhas de interpretação, entendemos que para além de uma Arqueologia "da cidade" ou "na cidade", compreender os espaços urbanos nos seus diversos momentos históricos requer estudos interdisciplinares, que contemplem múltiplos olhares. Assim, pensar o urbano a partir do viés arqueológico é interpretar o passado observando e aprendendo no presente. As "rugosidades espaciais" enquanto cultura material encontram-se no presente, disseminadas por todas as partes da cidade. Dessa forma, não há como desassociar os dois tempos. Daí a importância de entender os espaços urbanos como "sítios vivos" em movimento, onde o passado e o presente estão lado a lado.

A área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho

A pesquisa arqueológica, iniciada em julho de 2006, teve como objetivo desvelar e caracterizar as sucessivas ocupações na área da 7ª Etapa do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, buscando conhecer espacial e temporalmente o lugar (Najjar & Silva, 2006). Entendemos que, nessa tentativa, a compreensão do relevo foi fundamental para enxergarmos os problemas relativos à ocupação e expansão da cidade. Desse modo, a partir de uma leitura sobre a topografia da área pesquisada, apresentaremos uma análise acerca do processo de ocupação.

A área da poligonal estudada é de 52.329,53m², podendo ser caracterizada por dois tipos de relevo. O primeiro ocupa um terço da poligonal (33,32%), com cota de altitude acima de 60m: situa-se na crista de uma cadeia montanhosa (parte plana), local onde se encontram testemunhos dos assentamentos dos núcleos primitivos da cidade. Na parte plana da área, observamos que o assentamento das casas se deu em solo natural, com camadas de aterros pontuais pouco espessas, geralmente servindo de contrapisos. O subsolo apresenta poucas anomalias. O contexto se resume a uma área pouco mexida, onde as transformações físicas das casas se apresentam principalmente nas estruturas na superfície.

Os outros dois terços da área pesquisada (66,68%) – considerada como área de expansão dos núcleos primitivos –, com cota de altitude abaixo de 60m, localizam-se em encosta de morro[3], com inclinação do terreno muitas vezes superior a 40 graus, tendo uma ocupação mais tardia.

Segundo a bibliografia consultada, o relevo da área caracterizava-se pelas escarpas acentuadas e baixadas

3 De acordo com a atual legislação em vigor, a área seria considerada imprópria para habitação (Salvador. Lei Municipal n. 3.377/84. Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo – LOUS).

de charco, classificadas como grota funda ou fosso (Sampaio, 1949; Tavares, 2001). Dessa forma, podemos afirmar que o lugar inicialmente era desconfortável para assentamentos humanos, inclusive para os grupos pré-históricos – fato confirmado pelos resultados da pesquisa, já que se constatou a ausência de artefatos culturais pré-históricos contextualizados que pudessem caracterizar a presença de sítios pré-coloniais[4] no local.

Essa situação desfavorável do terreno explica também, em parte, porque demorou a ocupação do lugar, assim como a expansão da cidade. Algumas iconografias[5] mostram a área em um primeiro momento, início do século XVII, com uma casa isolada, sem ligação com a malha primitiva da cidade. No século XVIII, os mapas já revelam uma área parcialmente ocupada, com alguns quarteirões incompletos, e no século XIX fica clara a ocupação por completo. Documentos do início do século XVIII informam sobre o cargo administrativo de "arruador da cidade", o que mostra certa preocupação dos governantes em manter as ruas alinhadas, mesmo com a expansão da urbe.

> Termo de arrecadação e vistoria que fazem a D. Joanna de Souza Guedes de Brito na rua dos Latoeiros que vai da Sé para a porta do Carmo de São Francisco. Oito de maio de 1728 nesta cidade de Salvador Bahia de Todos os Santos e casas da Câmara dela estando presentes o dr. Juiz de fora e mais vereação para o [ ] ano [ ] abaixo assinado daí apresentarão a Resolução que a vistoria e arruação feita a D. Joana [...] a rua dos Latoeiros que vai da Sé para [ ] S. Francisco aos sete dias do dito mês aonde achando-se a mesma Vereação com [ ] adiante [nomeado] mandarão ao Arruador da cidade Manuel Antunes de Lima que achasse e confrontasse o que [ ] a sua linha, achou e arruou seis braças de terra que parte da banda de Leste com casas acima [confrontados] [e fica] a rua com a largura que a [ ] mais arruou a Suplicante e cinco braças e oito palmos e meio a dita terra que parte da banda de Leste com casas de Maria [ ] ruas contraparte com a frente das casas acima confrontadas e fica a rua com a largura que agora tem e nesta forma [...][6] .

No documento acima, e em vários outros da mesma época, fica clara a intenção da Câmara de Salvador de vistoriar e fiscalizar os arruamentos objetivando manter uma postura de organização sobre o tecido urbano.

As fontes históricas e as evidências arqueológicas fornecem indícios fortes para pensarmos em dois momentos distintos de ocupação da área. O primeiro, pontual, com casas isoladas, possivelmente construídas obedecendo o relevo do lugar. No segundo, a ocupação foi paulatina, se ajustando à malha dos núcleos primitivos. A ampliação do núcleo original em direção aos terrenos livres obviamente exigiu o prolongamento das vias públicas e a criação de novas quadras.

Através das sobreposições dos mapas e plantas da cidade em diferentes períodos, percebemos que os

4 Nesse caso estamos nos referindo à formação de aldeias complexas, e não a assentamentos sazonais, mais difíceis de visualizar; para diagnosticá-los, são necessárias pesquisas mais aprofundadas.

5 Iconografia das cidades Portuguesas de ultramar. Ver REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

6 As citações aqui transcritas tiveram a grafia atualizada, quando necessário, para facilitar a leitura. ARQUIVO Público Municipal de Salvador – Fundação Gregório de Mattos (doravante APMS). Câmara, termos de alinhamento e vistoria, 1724-1746, doc. n. 1741.

alinhamentos das ruas e o formato dos quarteirões sofreram pouquíssimas alterações desde sua implantação. As análises revelaram também que as principais ruas que cortam a poligonal são resultado do prolongamento das vias públicas que já existiam nos núcleos primitivos. Portanto, foi a partir desses arruamentos lineares que se criaram os quarteirões com seu formato quadrangular. Em seguida houve o assentamento dos imóveis obedecendo a essa nova configuração. É notório também que os novos assentamentos, em alguns casos, se deram sobre os antigos, conforme evidências arqueológicas registradas no quarteirão 31[7].

Para a implantação e consolidação dos quarteirões na área podemos destacar pelo menos três tipos de obras de infraestrutura imprescindíveis. Primeiro, a construção de muros de contenção (arrimos), para conter os deslizamentos de terras das encostas. Os arrimos ora estavam isolados das casas, ora foram aproveitados como fundação para o soerguimento dos imóveis. Segundo, as deposições de entulhos (aterros), necessárias para minimizar o problema da irregularidade do terreno. Os aterros também foram utilizados como contrapisos no pátio interno dos imóveis. E, por fim, a construção de galerias[8], para a drenagem das áreas de charcos, fundamentais para a concretização da ocupação dos quarteirões.

Em relação à implantação dos imóveis, diversas situações se apresentaram, mostrando que os construtores buscavam, geralmente, adaptar as técnicas construtivas ao desconforto topográfico apresentado pela área. Para administrar toda essa irregularidade e ter o melhor aproveitamento dos espaços, foi necessária a construção de fundações diversas: muros de contenção, bases de fundação vertical e horizontal, fundações em arco e fundações com bases para esteios, entre outras. Algumas vezes as fundações estão em contato com o terreno natural, outras se apoiam sobre os próprios aterros. Há casos em que foi necessário o aterramento total do lote para alcançar o nível da rua (baixadas profundas). Em outros, ainda houve a necessidade de cortes no terreno natural e aterramento entre muros de contenção, formando "degraus", favorecendo o parcelamento do lote e permitindo a construção de porões e subporões (declive muito acentuado).

Os alicerces das casas geralmente cercam o terreno/lote, proporcionando uma área fechada a ser preenchida. Para o preenchimento interno das estruturas foram identificadas diferentes sobreposições de camadas de aterros, formados principalmente por "lixo"[9], indispensáveis para a ampliação do tecido urbano naquela área da cidade. Os terrenos/lotes foram aterrados pelos proprietários, que geralmente compravam o aterro[10], derivado de demolições na própria cidade. Para a construção das residências naquele setor da cidade, observamos também uma característica peculiar em vários lotes. Seu posicionamento estabelece uma testada menor para a rua, o que pode ter sido definido em função do traçado e hierarquização das vias, ou ainda em função do relevo, pela necessidade de contenção do movimento de terra e para garantir a estabilidade das construções.

7 Ver capítulo IV.

8 Idem.

9 Resto de materiais construtivos associados à tralha doméstica.

10 Ver capítulo XVII.

Figura 1 – Vasilhame com ovo enterrado. Casa 39, rua 28 de Setembro, quarteirão 31 (depósito *de facto*).

Em nossas conclusões, podemos apontar um desenho unitário de toda a área, o que significa dizer que a ocupação mais tardia se deu com base numa ideia de regularidade, com a intenção de dotar a área de um traçado regular, com ruas retilíneas, embora esta não fosse a melhor forma de ocupação para um terreno acidentado, do ponto de vista topográfico. O desejo de dar um traçado regular à cidade, ainda que o relevo fosse bastante acidentado[11], determinou a paulatina modificação do lugar ao longo dos séculos, com a realização de sucessivos cortes no terreno e diversas camadas de aterro, principalmente nas partes mais acidentadas. Na área mais profunda foi necessário o preenchimento do fosso com espessa camada de aterro.

11 Sobre o traçado regular da cidade de Salvador, ver também: COSTA, C. A. S. *A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760).* Recife, 2005. Dissertação (mestrado). PPARQ/UFPE.

Os depósitos arqueológicos identificados na área da 7ª Etapa

Propondo conhecer as sucessivas ocupações da área a partir do binômio tempo-espaço (Santos, 1994), visto como elemento atuante na evolução do crescimento urbano em todos os distintos contextos histórico-culturais, abordaremos a poligonal da área estudada de forma minuciosa, a fim de explicar a gênese dos depósitos arqueológicos. Primeiro decidimos analisar os depósitos arqueológicos focalizando as diferenças nos padrões de sua formação e as características físicas dos vestígios culturais ali encontrados. Dessa forma, conseguimos categorizar pelo menos quatro tipos de deposição distintos para a área pesquisada: de abandono, lixeiras domésticas, sepultamentos e aterros[12].

12 Ver capítulo VI.

O contexto de abandono é definido pelo ato de se deixar em uma área artefatos associados a ela. Esse ato pode ser intencional, como nos casos de enterramentos de artefatos para fins funcionais, ou de deposição de oferendas para uma divindade[13], por exemplo (figura 2). O abandono também pode ser não intencional, como ocorre por esquecimento ou em situações de fuga de uma família por ocasião de incêndio ou desmoronamento do imóvel (figura 1). Nesses casos definimos a deposição como *de facto* (Schiffer, 1983). É comum que as deposições *de facto* resultem em artefatos encontrados ainda inteiros ou parcialmente inteiros.

Nas lixeiras domésticas (figura 3) os objetos geralmente estão fragmentados, pois o descarte ocorre após a quebra ou a perda da funcionalidade da peça. Mas a tendência é que estejam mais completos – na maioria das vezes é possível a sua recomposição. Outra característica das lixeiras é a presença abundante de restos orgânicos, o que torna a cor do sedimento bastante escura. Isso facilita a delimitação do espaço ocupado por esses detritos, que geralmente não é muito extenso.

Para os casos de sepultamento, temos o tipo primário (figura 4), dentro e fora da igreja, algo associado a um ritual cristão[14], e os sepultamentos secundários, em que o indivíduo teve de ser transferido para outro local após a primeira inumação. Nesse caso, os ossos encontram-se desarticulados e podem estar incompletos. O contexto dos sepultamentos realizados dentro de igrejas normalmente se apresenta menos perturbado que os

13 Ver LEONE, M. *The Archaeology of Liberty in an American Capital: Excavations in Annapolis.* Berkeley: University of California Press, 2005.

14 Ver capítulo XV.

Figura 2 – Área de escavação. Casa 27, rua Monte Alverne, quarteirão 19 (depósito de abandono).

Figura 3 – Área de escavação. Casa 14, rua São Francisco, quarteirão 31 (lixeira doméstica).

Figura 4 – Área de escavação. Corpo de Bombeiros, ladeira da Praça com rua J. J. Seabra (sepultamento primário).

realizados do lado de fora, principalmente porque esses enterramentos seguiam uma ordem preestabelecida pela igreja[15].

Os casos acima analisados, exceto o do sepultamento secundário, podem ser compreendidos como refugos *de facto* ou primários. Segundo Schiffer (1972, p. 161), o refugo primário "indica os objetos simplesmente abandonados, aqueles descartados de forma intencional, mas no local onde eram usados". Salientemos ainda a importância de identificação desses tipos de refugo, pois eles possibilitam vantagens em termos de análises: a cultura material encontrada nesses contextos deposicionais pode ser associada diretamente a grupos específicos de indivíduos.

15 Ver NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes. *Construtores de igrejas: um estudo arqueológico da presença da Companhia de Jesus no litoral brasileiro*. São Paulo, 2005. Tese (doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo.

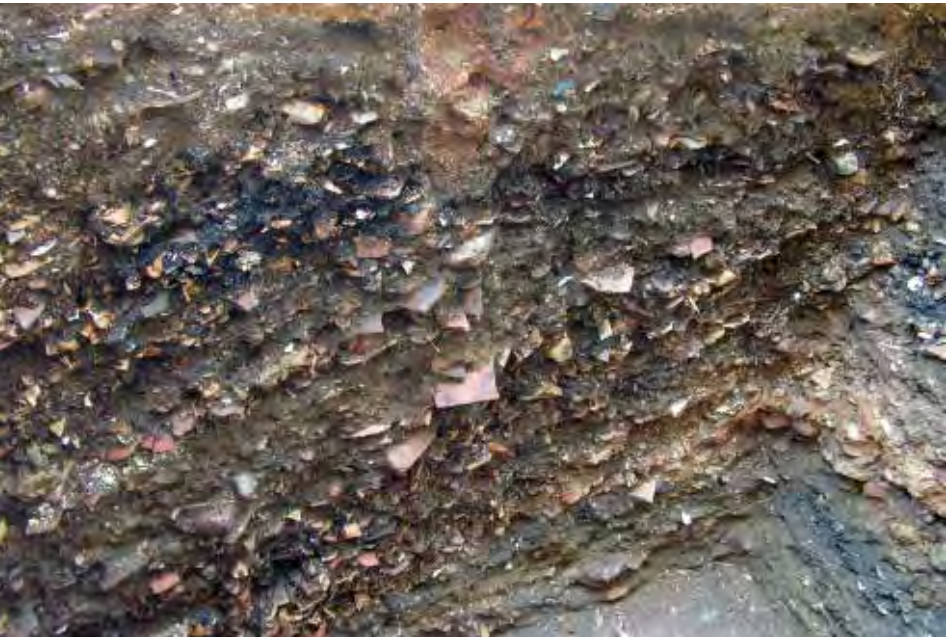


Figura 5 – Área de escavação. Casa 41, rua 28 de Setembro, quarteirão 31 (aterros).

Os aterros (figura 5) são considerados refugos secundários (Schiffer, 1972, p. 161; South, 1977, p. 47- 48), por terem sido transportados de outro lugar e removidos uma ou mais vezes, pois havia a prática de desaterrar e utilizar o aterro em outros locais. A tendência é que estejam mais fragmentados, como resultado dos impactos pós-deposicionais que sofrem. Normalmente é mais difícil conseguir a recomposição das peças que contêm.

Os depósitos de refugos secundários encontrados na área revelaram-se enormes concentrações de "lixo", em alguns casos majoritariamente composto por tralha doméstica, podendo ser considerados como inéditos na Arqueologia brasileira. Os depósitos mais profundos estão justamente na área descrita por Sampaio (1948, p.184):

> entre o começo da rua da Misericórdia, na praça do Palácio, e o largo do Teatro, onde o terreno começava a descer, no extremo sul. Neste âmbito tão pequeno abriram-se quatro portas, flanqueadas por baluartes improvisados: a que abria para o norte, no começo da rua da Misericórdia, onde havia depressão natural do terreno, servindo de fosso, que depois se entulhou, na altura da rua do Tijolo [...] .

Nessa área (quarteirões 31 e 28), os depósitos apresentaram-se em camadas densas, chegando a 9 metros de profundidade. Para uma análise macroscópica de sua composição e do processo de deposição, consideramos apenas as camadas mais superficiais: até 3,50m, limite em que as escavações puderam chegar com segurança. Essa análise preliminar permitiu identificar detalhes como, por exemplo, a posição das carroças para o despejo do entulho, as proporções de cada tipo de material na sua composição, sua compactação etc. Com base nessas observações, levando em conta as escavações

Tabela 1: Classificação das camadas de aterro

Aterro tipo 1	Caracteriza-se pela presença de dois componentes. O primeiro é uma enorme quantidade de tralha doméstica, evidenciada em um contexto não doméstico, que inclui cerâmica utilitária (faianças, porcelana, grés) e, em quantidade menor, os vidros (recipientes para líquidos e peças decorativas) e metais (moedas, talheres, armas etc.). O segundo componente desse tipo de aterro é o material construtivo que, se comparado ao material cultural doméstico, se apresenta em menor quantidade (telhas, tijolos, pisos, revestimento de parede – azulejos e reboco –, argamassa de rejunte, madeiras, material metálico, seixos, pedras de mão). Observa-se que esse tipo de aterro é menos compactado que os demais (Najjar & Silva, 2006, p. 33-34).
Aterro tipo 2	O segundo tipo de aterro tem os mesmos componentes presentes no tipo 1. Entretanto, caracteriza-se pelo inverso das proporções entre o material cultural doméstico e o material construtivo. Diferencia-se do tipo 1 também por apresentar maior compactação (Najjar & Silva, 2006, p. 33-34).
Aterro tipo 3	O terceiro tipo de aterro caracteriza-se pela presença apenas de material construtivo, provavelmente oriundo de desmoronamentos e demolições, aproveitado para servir de base para novas construções (grandes fragmentos de partes de construções, como pedaços de colunas e paredes). Nem sempre se apresenta compactado. A deposição encontra-se geralmente entre antigos pisos (Najjar & Silva, 2006, p. 33-34).
Aterro tipo 4	O quarto tipo de aterro é o caracterizado pela presença de camada de terra arqueologicamente estéril. Trabalhamos com a hipótese de o sedimento ser o terreno base e, também, com a possibilidade de ser proveniente dos cortes no terreno realizados nos relevos da área de pesquisa. Geralmente encontram-se intercalados entre as outras camadas de aterro (Najjar & Silva, 2006, p. 33-34).

realizadas num universo de aproximadamente 60 imóveis, foi possível estabelecer distinções entre as camadas e, sobretudo, classificá-las em quatro tipos. Esses tipos não eram recorrentes em todo o sítio: em algumas áreas registrou-se a presença de um único tipo; em outras, a de dois tipos ou de todos eles. Queremos enfatizar que essa classificação não segue critérios mais técnicos, que considerassem o sedimento e sua granulometria, por exemplo. Nossa ênfase foi na presença de material cultural no aterro e na tipologia desse material. A tabela acima mostra a classificação dos aterros[16].

Os processos de disposição das camadas estratigráficas algumas vezes revelaram uma ordenação na superposição dessas diferentes categorias de aterro, mostrando funcionalidades distintas associadas ao processo de preenchimento e nivelamento do terreno e objetivando a criação de superfícies planas passíveis de serem ocupadas por construções. Nas bases das estruturas de fundação pesadas, presenciamos camadas de aterros bem compactadas, geralmente do aterro tipo 2. Nas camadas mais superficiais, os materiais encontravam-se com baixa compactação, verificando-se a presença, principalmente, do aterro tipo 1. Os outros tipos de aterro (3 e 4), apresentaram-se,

16 Uma outra classificação mais técnica e detalhada dos aterros pode ser encontrada no capítulo VI.

geralmente, intercalados aos demais. Sobre o aterro tipo 3, a hipótese é que o material pode ser decorrente de demolições de estruturas de paredes e/ou casas que existiam no local. O que reforça essa interpretação é o fato de comumente estarem posicionados entre camadas de pisos preexistentes. Quanto ao aterro tipo 4, também foi encontrado logo abaixo das camadas de pisos e, por se tratar de solo natural de fácil manuseio, facilitando o trabalho de nivelação do terreno, presumimos que sua função esteja associada à implantação dos pisos.

Entretanto, os dados da pesquisa apenas sugerem a existência de regras e técnicas para a construção dos aterros, e que havia seleção dos tipos de material a serem empregados. Contudo, acreditamos que para se chegar a conclusões definitivas sobre o tema são necessários mais estudos consistentes e sistemáticos. O levantamento histórico aponta também outros motivos para a confecção de aterros, como o preenchimento de depressões naturais do terreno, de trincheiras e de fossos de defesa, e a criação de diques e represas.

Podemos concluir que os vários tipos de depósito arqueológico identificados na área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho representam importantes testemunhos do processo de ocupação e expansão da área urbana em diferentes momentos. Contribuem para enriquecer o conhecimento sobre a configuração de novos arranjos espaciais e sociais dentro do contexto urbano. Os diferentes tipos de depósito aqui apresentados compõem amostra altamente representativa da cultura material das diversas classes sociais no cenário urbano do passado.

A seguir apresentaremos, por meio de comentários, uma amostra dessa coleção exumada. Para uma discussão mais aprofundada, necessitaríamos de dados analíticos conclusivos, dos quais ainda não dispomos.

A cultura material dos antigos moradores de Salvador

Os depósitos arqueológicos identificados na área da pesquisa apresentaram enorme variedade de objetos móveis e imóveis. Para este trabalho vamos enfocar os vestígios arqueológicos móveis que estão representados por uma coleção com mais de 500 mil peças, divididas entre as seguintes categorias materiais: cerâmica, vítreo, lítico, malacológico, ósseo, madeira, plástico, metálico e material construtivo. Dentre essas categorias destacamos a da cerâmica que, além de apresentar maior quantidade de objetos, é representativa das mais diversas épocas e procedências.

Categorizamos as cerâmicas utilizando o *Catálogo das coleções cerâmicas da 6ª SR/Iphan* como referência: cerâmica vidrada e não vidrada; grés; faiança; faiança fina; porcelana. A cerâmica vidrada e a não vidrada são as categorias materiais com maior incidência de fragmentos coletados. As faianças, faianças finas e porcelanas apresentam-se em menor número. No entanto, são consideradas excelentes indicadores cronológicos para os depósitos. Diante dos motivos decorativos observados em alguns fragmentos, podemos afirmar que houve importação de várias partes da Europa e Ásia. Gostaríamos de destacar que os contextos deposicionais *de facto* e lixeira doméstica nos fornececeram grande quantidade de peças restauráveis, ou mesmo inteiras, como podemos observar nas figuras 7 a 12.

Nelson Kon

Figura 6 – Vasilhame de cerâmica não vidrada, encontrado na casa 3, rua Beco do Seminário, quarteirão 19 (depósito *de facto*).

Figura 7 – Vasilhame inteiro encontrado *in loco* sob um dos pisos da casa 3, rua Beco do Seminário, quarteirão 19 (depósito *de facto*).

Nelson Kon

Figura 8 – Prato em porcelana chinesa, encontrado na casa 27, rua Monte Alverne, quarteirão 19 (depósito de abandono).

Nelson Kon

Sylvia Braga

Figura 9 – Malga em faiança fina do século XIX, encontrada na casa 14, rua São Francisco, quarteirão 31 (lixeira doméstica).

Figura 10 – Prato em faiança fina inglesa do século XIX, encontrado na casa 27, rua Monte Alverne, quarteirão 19 (depósito de abandono).

Figura 11 – Urinol em cerâmica vidrada, encontrado na casa 14, rua São Francisco, quarteirão 31 (lixeira doméstica).

Figura 12 – Garrafas grês, encontradas na casa 14, rua São Francisco, quarteirão 31 (lixeira doméstica).

Sylvia Braga

Merece destaque, também, a presença dos cachimbos e das contas (miçangas). Fragmentos e peças inteiras de cachimbos e de contas somam mais de duas mil peças. A grande maioria dos cachimbos é proveniente dos depósitos secundários (aterros), enquanto a maior parte das contas foi recuperada em depósitos primários. Os cachimbos apresentam rica variedade de padrões decorativos e de formas. Foram classificados seis tipos de formas, diferenciadas pela técnica de manufatura. A princípio trabalhamos com a hipótese de que a maioria das peças seja de produção local, com exceção de algumas peças que foram importadas, como os cachimbos de caulim, por exemplo. As contas, por sua vez, podem ser classificadas pela cor e pela matéria-prima. Possivelmente a grande maioria foi importada.

Mesmo não tendo realizado análise mais aprofundada desses materiais, podemos tecer algumas considerações. O grande número de cachimbos identificados, distribuídos por toda a área pesquisada e em depósitos arqueológicos de diferentes períodos, mostra que o hábito de fumar foi prática constante durante séculos. A incidência de motivos decorativos nas peças revela que elas estão carregadas de simbolismos representativos da cultura de seus donos e/ou produtores. Em relação às contas, sobressai uma quantidade de peças de cor branca sobre as de outras cores, em contextos de sepultamento. É possível que fizessem parte de rosários enterrados com defuntos cristãos. Mas sabemos que para povos não cristãos o uso de contas e a cor branca também tinham grande valor simbólico[17] .

As figuras 13, 14 e 16 apresentam alguns exemplares de cachimbos e contas, relacionando-os com seus respectivos locais de descarte.

17 Ver REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Outros materiais encontradas são vítreos, líticos, malacológicos, ósseos, metálicos, de madeira e de material construtivo. Os vidros, em sua maioria, são garrafas de bebidas. A proporção de peças de vidro se torna maior geralmente nos depósitos dos séculos XIX e XX. Os contextos deposicionais que mais apresentaram peças inteiras foram os depósitos primários.

O material lítico está representado na amostra principalmente por peças e fragmentos de pederneiras (figura 15), provenientes de depósitos secundários (aterros), na maior parte dos casos.

Os fragmentos malacológicos e ossos identificados, em sua maioria, apresentaram marcas de cortes, o que sugere se tratar de restos alimentares. As maiores concentrações desses materiais estão associadas entre si e às camadas que apresentam sedimento escuro e vestígio cultural móvel em menor estado de fragmentação, sugerindo que pertenceram ao descarte primário das residências, isto é, encontravam-se nas lixeiras domésticas.

Figura 13 – Cachimbo em caulin, encontrado na casa 41, rua 28 de Setembro, quarteirão 31.

Figura 14 – Amostra de cachimbos de barro com diferentes formas, coletados na casa 39, rua 28 de Setembro, quarteirão 31.

Os objetos metálicos estão representados na amostra por peças de construção, material bélico, utensílios domésticos etc., encontrados tanto em depósitos arqueológicos primários como secundários.

A madeira tem uma amostra bastante reduzida, embora tenha sido, junto com a cerâmica, uma das matérias-primas mais utilizadas nos séculos passados. Infelizmente, sua composição orgânica não permitiu que resistisse ao transcurso do tempo.

Sobre o material construtivo, acredita-se que esteja relacionado à necessidade dos aterros e de nivelamento dos pisos das casas. Essa categoria é composta por fragmentados de telhas, tijolos, emboço/rebocos, seixos rolados, rochas talhadas etc. Encontram-se também fragmentos de construções anteriores, como pedaços de muros e de paredes, restos de canaletas (galerias secundárias) e pisos diversos, fundamentais em nossa análise enquanto parâmetros para categorização dos aterros.

Figura 15 – Pederneira com marca de uso. Casa 39, rua 28 de Setembro, quarteirão 31.

Conclusão

Na Arqueologia urbana, é comum encontrarmos vestígios culturais de grupos sociais que não deixaram seus registros documentados por escrito e que, portanto, não estão nos nossos livros de História. Nesses casos, o desafio da Arqueologia é conseguir localizar e registrar os vestígios da cultura material desses grupos, contextualizando-os no tempo-espaço, quando e onde foram deixados. A combinação desses dados, alinhavados e sistematizados, pode revelar hábitos e comportamentos sociais que trazem à tona uma história ainda desconhecida. Para o arqueólogo alcançar esse grau de detalhamento é fundamental que ele consiga conhecer os processos de formação dos depósitos arqueológicos.

Figura 16 – Amostra de contas (miçangas), coletadas na casa 3, rua Beco do Seminário, quarteirão 19.

Nelson Kon

Geralmente, em áreas urbanas esses depósitos arqueológicos possuem altíssima concentração de cultura material e encontram-se localizados em lugares com fatores de degradação bastante distintos, tornando-se um grande desafio contextualizá-los no tempo-espaço. Nessa empreitada para desvelar as problemáticas da pesquisa arqueológica, outras disciplinas[18] são essenciais. Os dados advindos dessas outras áreas do conhecimento, processados e associados aos arqueológicos, ajudam, por exemplo, a realizar diagnósticos mais rápidos e precisos, permitindo selecionar áreas que apresentam refugos mais bem preservados e, portanto, com maior potencial para serem investigadas.

Acreditamos que apenas por meio do estudo das complexas relações socioculturais entre os moradores da cidade através do tempo seria possível compreender o processo de mudanças por que passou Salvador durante sua história. Nesse sentido, os estudos arqueológicos em centros urbanos se afirmam como excelente ferramenta em prol do conhecimento. Sabemos também que as medidas adotadas hoje, pensando na preservação do patrimônio cultural e arqueológico urbano, refletirão nas futuras gerações. Portanto, os projetos de pesquisas arqueológicas em centros históricos se tornam cada vez mais presentes e necessários. Para além do seu cunho científico, eles se apresentam como excelente instrumento de legitimação, valorização, preservação e proteção desse patrimônio.

18 Arquitetura, Geofísica, Geologia, Química, Geografia, História, Física, entre outras.

Referências

CRESSEY, P. J. *The City as a Site: The Alexandria Model for Urban Archaeology*. Paper Presented at the 19th Annual Meeting of the Historic Sites Conference, Old Salem, North Carolina, 1978.

DEETZ, James. *In Small Things Forgotten: An Archaeology Of Early American Life*. New York: Doubleday, 1996.

FUNDAÇÃO Gregório de Mattos; Universidade Federal da Bahia; Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador: 1549 a 1800*. Salvador: Pallotti, 1998. (Edição especial.)

HONERKAMP; FAIRBANKS. Definition of Site Formation Processes. *American Archeology*, Urban Contexts, 1984, v. 4, n. 1.

NAJJAR, Rosana et al. Arqueologia na restauração arquitetônica: reflexões sobre uma prática que se torna recorrente. *Anais do Arquimemória*, n. 3. v. 2. Salvador: IAB-BA, 2008.

_____ . *Catálogo das coleções cerâmicas da 6ª SR/Iphan*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

NAJJAR, Rosana. *Manual de arqueologia histórica em projetos de restauração*. Brasília: Iphan, 2005.

NAJJAR, Rosana; SILVA, Regina C. P. da. *Projeto de prospecções arqueológicas na área da 7ª Etapa do Pelourinho*. Monumenta/Iphan, mar. 2006.

_____ . *Relatório de pesquisa arqueológica da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho Salvador/BA*. Monumenta/Iphan, 2007.

_____ . *Relatório parcial do projeto de prospecções arqueológicas na área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho*. Monumenta/Iphan, jul./dez. 2006.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização no século XIX*. Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2005.

SAMPAIO, Teodoro. *História da fundação da cidade do Salvador*. Salvador: Beneditina, 1949.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____ . *Espaço e método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____ . *Técnica espaço tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHIFFER, Michael B. Archaeological Context and Systemic Context. *American Antiquity*, apr. 1972, v. 37, n. 2, p. 156-165.

_____ . Toward the Identification of Formation Processes. *American Antiquity*, oct. 1983, v. 48, n. 4, p. 675-706.

STASKI, Edward. Advances in Urban Archaeology. In SCHIFFER, Michael B., ed. *Advances in Archaeological Method and Theory*. New York: Academic Press, 1982. v. 5.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Unesp/Salvador: Edufba, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.

XVII - Compra-se aterro! Um novo olhar sobre o Centro Histórico de Salvador

Rosana Najjar

Do ponto de vista arqueológico, a área da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador é estratégica e fundamental para compreendermos a expansão da malha urbana da cidade nos seus primeiros séculos, uma vez que se encontra situada entre os dois primeiros núcleos de ocupação da cidade alta.

A cidade alta é chamada assim por ser implantada num longo e alto platô, com cerca de 60m de altura, cujas encostas íngremes acompanham de perto a linha da costa, sendo originalmente delimitado por uma estreita faixa de terra banhada pela Baía de Todos os Santos e, na sua parte posterior, pelo rio das Tripas. A área pesquisada localiza-se na região posterior do platô e pega área significativa da encosta que termina na rua J. J. Seabra (leito original do rio). Essa vertente possui vales que foram barreiras geográficas para a ocupação e crescimento da cidade.

Como a área da cidade alta mostra-se restrita em função da sua topografia, a expansão da malha urbana dependeu necessariamente da criação de terreno a partir de aterros que ampliavam tanto a cidade baixa quanto o platô da cidade alta ou, pelo menos, suavizavam o declive entre as cidades. Na cidade alta, os aterros serviam para preencher as depressões, nivelando o terreno para ampliação e implantação dos novos quarteirões, ruas e principalmente para o assentamento de novos imóveis – tarefa complexa e trabalhosa, retardando a ocupação desses vales, que só ocorreu depois da ocupação do platô.

Buscando entender a manipulação da topografia e dimensionar a quantidade de aterro utilizado para alcançar esse objetivo, nos aprofundamos na análise do preenchimento de um vale em especial, por nós apelidado de grotão, compreendido entre a ladeira

Figura 1 – Planta da cidade de Salvador em 1605, publicada no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, de Diogo de Campos Moreno. Observar o vale no destaque, a rua São Francisco interrompida pelo vale, o rio das Tripas e a presença de plantações nas encostas.

Figura 2 – Detalhe da Planta de Salvador, de 1625 a 1631. Observar no destaque o vale com a representação de uma única casa no seu interior. Planta atribuída ao cosmógrafo português João Teixeira Albernaz, incluída no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil,* de Diogo de Campos Moreno.

da Praça e a sua paralela rua 28 de Setembro, ou rua do Tijolo. O início do vale é atrás do quarteirão vizinho ao atual prédio da prefeitura de Salvador, na rua da Misericórdia, e seu fim no rio das Tripas, antiga rua da Vala e atual rua J. J. Seabra, vulgo Baixa dos Sapateiros. Esse vale originalmente cortava a atual rua São Francisco, conforme mostram as figuras 1 a 5.

Esses vales, escavados pelas nascentes d'água existentes na cidade alta, foram moldados pela energia das águas de pequenos córregos. Inclusive, a fartura de água naquele platô foi um dos motivos que levaram os governantes a transferir a cidade originalmente implantada na praia do Porto da Barra para a cidade alta.

> ... sobretudo, a riqueza da cidade alta, são suas águas, presentes em toda parte. Esta água é tão presente que os homens do século XVI escolheram o sítio em função também dela. Pois a base cristalina de *horst* é absolutamente impermeável e a espessa camada de solo, derivada de sua decomposição, é tão porosa que serve de reservatório de águas sempre renovadas pelo clima úmido. Porosidade que é de 20% e que permite a cada m^3 de solo conter 200L d`água. Este solo atinge com frequência mais de 30m de espessura. Daí ser fácil imaginar o imenso depósito em água que representa o solo da cidade alta: basta cavar para encontrar poço. Basta um afloramento ao contato da rocha-mãe com seu solo de decomposição para que surja uma fonte. Fontes que se encontram na base do *horst* como também qualquer pista de fratura antiga. (Fundação Gregório de Mattos, 1998, p. 39).

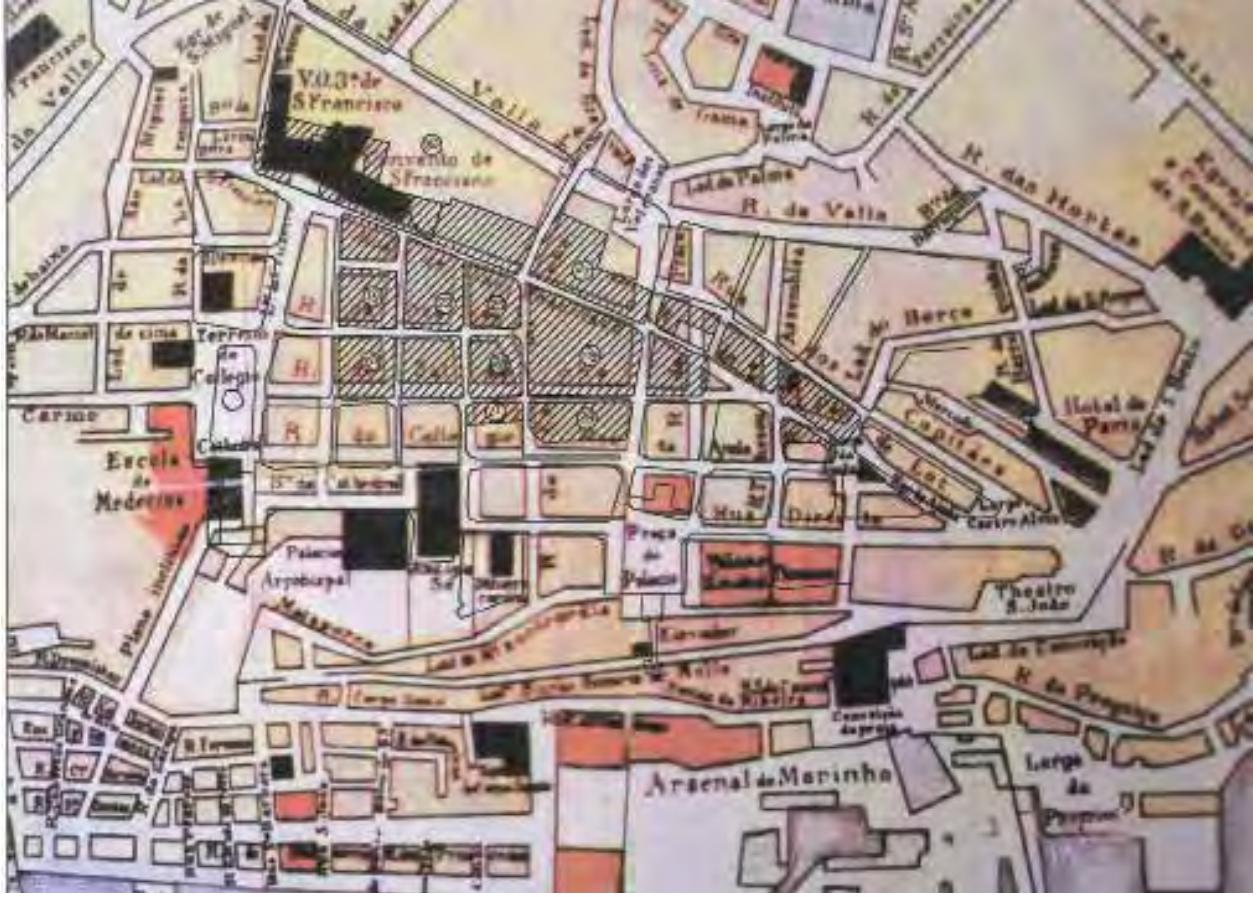


Figura 3 – Salvador em 1894, com superposição da malha urbana atual. Observar que o vale já se encontra ocupado e a rua São Francisco, completa. Detalhe da *Planta da Cidade de Salvador*, de Adolfo Morales de los Rios, 1894, in *Cedurb*, 1978.

Essas informações nos levaram a concluir que deveríamos aprofundar nossas análises no sentido de compreender a ocupação do espaço frente à topografia e à presença de água potável, uma vez que a umidade presente nos terrenos, muito provavelmente, impunha um cuidado maior na hora de construir, em particular no sentido de evitar a temida umidade ascendente, que poderia acarretar inclusive o desmoronamento das construções nas áreas mais acidentadas da região em estudo. Na realidade, trabalhamos com a hipótese de que o vale em estudo era na origem o leito de um afluente do rio das Tripas, conforme apontaram os resultados das análises geoarqueológicas. Como tal, potencialmente bastante úmido, indicando a necessidade da utilização de técnicas construtivas que minimizassem problemas futuros.

O levantamento histórico realizado mostra que os vales e declives existentes entre a cidade alta e a baixa, apesar de inadequados para construções, foram usados para a criação de animais e/ou cultivo de hortaliças e pequenas plantações de subsistência (ver figura 1), ficando esses terrenos destinados à expansão futura da cidade.

> A Cidade do Salvador, segundo a tradição portuguesa, foi criada com um termo e um rossio, sendo o primeiro território sob a autoridade municipal e o rossio uma parte do termo, próxima ao espaço urbano, cuja finalidade era propiciar condições para o pastoreio de uso doméstico dos moradores e o fornecimento de lenha a ser usada como combustível principal. Era o rossio ainda uma área livre para expansão urbana (Fundação Gregório de Mattos, 1998, p. 37).

A formação da rua São Francisco pode ser um bom exemplo dessa expansão que aproveitava os declives ou rossios da área. Essa rua existe desde o início da implantação da cidade e, a partir de fontes consultadas e de informações colhidas nas escavações arqueológicas e prospecções geológicas realizadas em vários de seus imóveis, foi possível estabelecer o perfil esquemático cortada pelo vale que estudamos. A rua São Francisco que vemos hoje é o resultado da apropriação da natureza pelo homem no decorrer da expansão da cidade. Nota-se, na porção mais profunda do perfil (figura 5), a existência de uma paisagem pretérita bem diferente da de hoje, em alguns pontos chegando a estar a nove metros abaixo do piso atual.

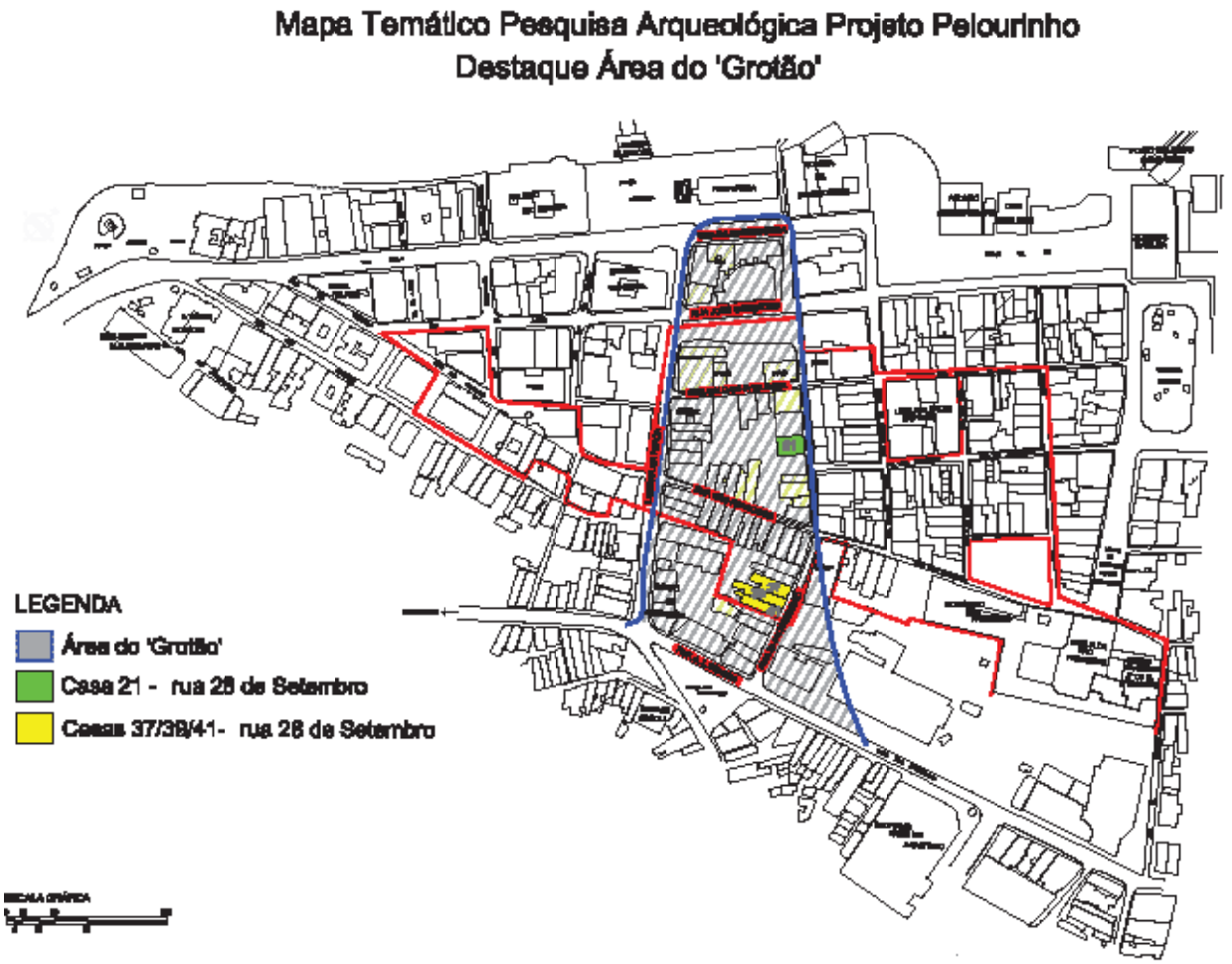

Mapa Temático Pesquisa Arqueológica Projeto Pelourinho
Destaque Área do 'Grotão'
LEGENDA
Área do 'Grotão'
Casa 21 - rua 28 de Setembro
Casas 37/39/41 - rua 28 de Setembro

Figura 4 – Mapa temático apresentando a área do vale estudado.

Essa transformação, sobretudo, reforça o empenho dos governantes em manter o traçado geométrico da malha urbana original, influência do urbanismo português, mesmo que para isso tivessem de aterrar profundas depressões. Como exposto no capítulo VI, é um aterro tecnogênico, ou intencionalmente feito pelo homem – essa peculiaridade não poderia passar despercebida, uma vez que sendo artificial e intencional, deveria também ser entendido como um artefato e, portanto, necessariamente objeto da Arqueologia.

Buscando aprofundar a questão, recorremos ao levantamento histórico. As informações advindas das fontes primárias, em particular, foram bastante esclarecedoras, revelando aspectos fundamentais para o entendimento da formação do solo urbano de Salvador. Documento do século XIX consultado[1] mostra o comércio de entulho (restos construtivos) para atender à crescente demanda de aterros, sendo seu uso associado à construção de muros de arrimo para contê-los, o que foi largamente confirmado durante nossas escavações.

Ao nos remetermos às fontes secundárias (Nascimento, 1986) para o período de meados do século XIX, percebemos a recorrência da atividade de particulares na compra e venda de lixo – ou restos culturais móveis – para aterros. Os construtores compravam esse tipo de aterro livremente, como apontam diversos documentos

1 APEB, seção colonial fundo, presidência da província, série obras públicas, 1837-1864, maço 4885.

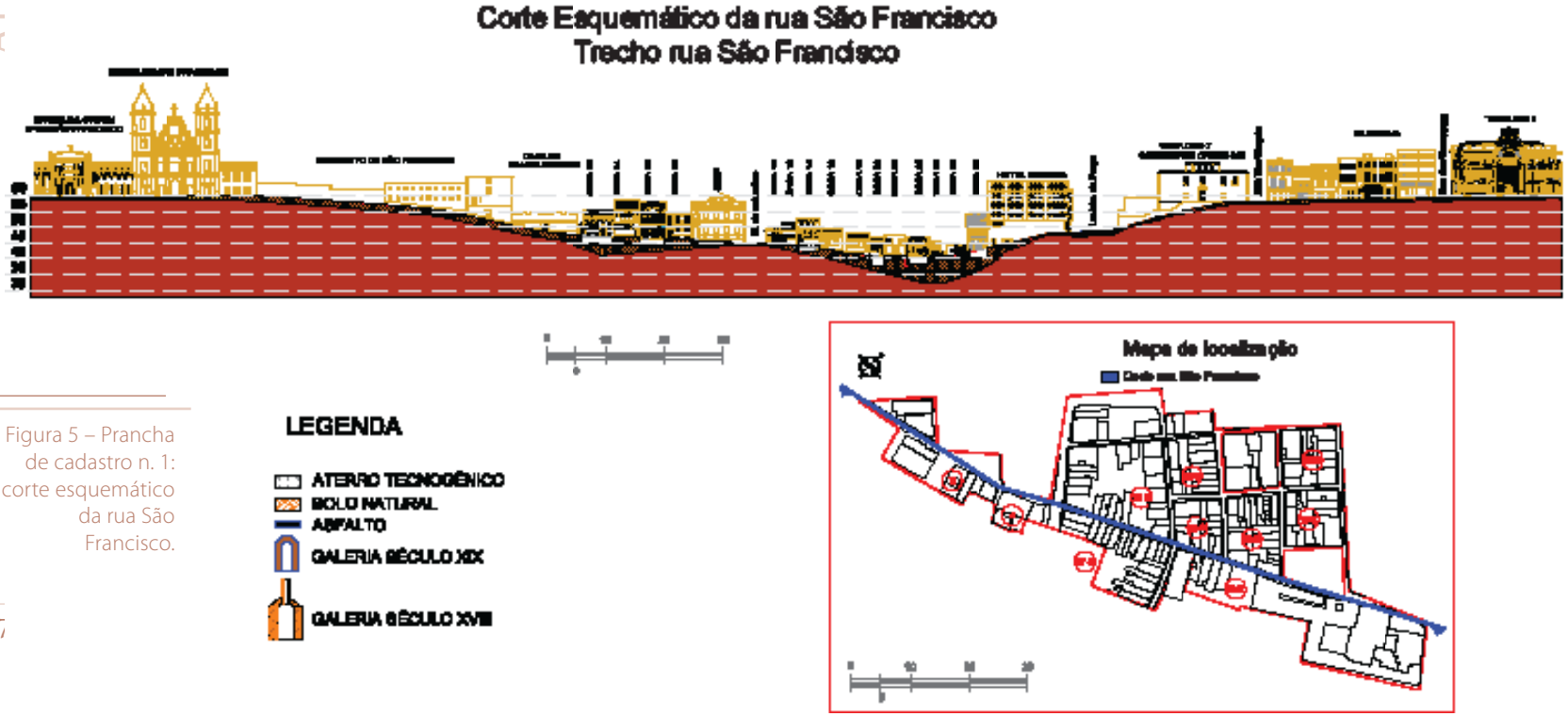


Figura 5 – Prancha de cadastro n. 1: corte esquemático da rua São Francisco.

do período[2], e inclusive revendiam ao poder público, viabilizando outras obras.

Há também fontes primárias que mencionam a transferência de entulho retirado de um ponto da cidade para outro – o chamado desaterro –, o que nos possibilita refletir sobre a possível existência de uma política de expansão da cidade como um todo (alta e baixa). Buscamos saber como ela estava sendo reorganizada ou mesmo como se dava o processo dessa expansão, mas não localizamos fontes que abordassem direta e efetivamente essa dinâmica.

Consultamos um documento[3] que despertou especial interesse, no qual consta a proposta de um empreiteiro para solucionar os problemas sérios de responsabilidade do governo, que envolviam o desaterro de áreas públicas (Campo da Pólvora), a limpeza pública da cidade e a necessidade do asseio dos pântanos e das águas empoçadas às margens do rio das Tripas. A proposta era aproveitar o lixo das varreduras das ruas e jogá-lo nos locais com acúmulo de água parada e, em seguida, utilizar o solo estéril retirado do Campo da Pólvora para cobrir esse lixo. Para finalizar, o empreiteiro manifesta sua preocupação frente à insalubridade, se referindo à utilização do lixo, e a reporta aos profissionais da saúde para que deem seu parecer.

Interessante foi constatar, por mais de uma vez, durante as pesquisas que realizamos, perfis estratigráficos semelhantes ao contexto descrito no documento citado, onde os materiais seguiam a ordem proposta: lixo coberto por solo estéril.

2 APEB, seção colonial fundo, presidente da província, série obras públicas, 1847-1849, maço 4879 e 1825-1851, maço 4882; série inspetoria de higiene, 1855-1889, maço 5613; série limpeza pública, 1854-1889, maço 1612; série juízes de paz, 1836, maço 2686, e 1836, maço 2686.

3 APEB, seção colonial fundo, presidente da província, série limpeza pública, 1854-1889, maço 1612.

O aterro enquanto artefato

O aterro observado na rua São Francisco foi exaustivamente pesquisado durante as escavações nas casas 37, 39 e 41 da rua 28 de Setembro (ver figura 4), local onde primeiro encontramos o aterro tecnogênico com 9m de profundidade, confirmado por prospecção geológica[4], uma realidade até o presente inédita para a Arqueologia histórica brasileira.

4 Realizada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

Fachadas das casas 37, 39 e 41, rua 28 de Setembro (ou rua do Tijolo).

Essas três casas nos mostraram duas realidades distintas de construção dos terrenos e diferentes modos de construção das casas nesse contexto. A casa 37 foi edificada sozinha (entre ela e a de número 35 existe uma servidão); somente depois de estar pronta foi erguida a vizinha casa 39. A casa 37 tem porão baixo e localiza-se numa cota originalmente mais alta do que as das duas outras subsequentes. O fato que confirma a sucessão das construções é a presença das duas fachadas laterais cegas coladas, respectivamente as da casa 37 e 39. Ou seja, a parede lateral da casa 39 foi construída encostada à da casa 37, já existente, inclusive suas fundações são também distintas. No geral, a sucessão de construções nem sempre pode ser observada a partir das fachadas, mas na maioria das vezes é notada a partir do telhado, que pode ter uma emenda aparente. Somente as prospecções de parede e fundações nos dão a certeza da sucessão de construções.

As casas 39 e 41, muito provável de um mesmo proprietário, foram construídas ao mesmo tempo. As escavações apontam para o fato de a casa 43 também ter sido edificada simultaneamente às outras. Entretanto, não pesquisamos esse imóvel, pois não fazia parte da área prevista para a pesquisa, tendo se mantido ocupado e sofrido severas reformas. Portanto, o mesmo proprietário construiu pelo menos três casas geminadas na rua 28 de Setembro (ou rua do Tijolo), todas assentadas sobre os aterros tecnogênicos mais profundos observados durante a pesquisa.

As paredes divisórias entre as casas 39, 41 e 43 são simples, em alvenaria de tijolos, mas construídas com a técnica necessária para permitir a edificação de um segundo pavimento. Porém, o mais interessante foi observar como as casas foram assentadas.

As prospecções arqueológicas nas casas 39 e 41 se limitaram a 3,5m de profundidade, em respeito à segurança dos pesquisadores. Com base nessa prospecção, foi possível associar os diferentes tipos de aterro com sua função para a construção do artefato arquitetônico. A profundidade alcançada nas pesquisas mostrou três camadas distintas de deposições e, consequentemente, intencionalidades.

A camada mais profunda, da qual observamos uma parcela de 1,5m, é composta basicamente por sedimento e restos construtivos, vindos, é muito provável, dos desabamentos ou de intervenções em imóveis da área. Sua principal característica – firmeza e compactação – se deve possivelmente à grande presença de sedimento entre os elementos construtivos descartados, impedindo a formação de vazios entre as partes constituidoras da camada. Essa primeira camada teve o papel de dar sustentação às fundações das casas. As prospecções geológicas apontam que ela teria 7m de profundidade. Face a sua composição, abrangência e localização, partimos do pressuposto de que essa camada foi assentada naquele local pelo poder público, viabilizando a construção de edificações nas encostas e consequentemente a expansão da cidade.

Foi a partir dessa camada que as casas 37, 39 e 41 (além da 43) foram erguidas. A casa 37 usou uma técnica construtiva mais simples, provavelmente por se assentar numa cota mais plana – seu proprietário depositou uma nova e distinta camada de aterro tecnogênico sobre a primeira e construiu um porão com cerca de 1,5m de altura, que produz um bolsão de ar que evita a umidade ascendente. Já as casas 39, 41 e 43 adotaram uma técnica bastante requintada. Foram abertas cavas nesse primeiro aterro para construir dentro de cada uma delas

as bases das colunas para a fundação das casas. As cavas serviram de molde, sendo preenchidas com blocos de rochas e argamassa de argila vermelha e cal (figura 6). A partir dessa base ergueram-se colunas com a função de sustentar as fundações superficiais.

A camada de aterro mais superficial chega a atingir 2m de espessura, abraçando as colunas de fundação das casas 39, 41 e 43, tendo sido intencionalmente ali colocada com o propósito de preencher o espaço entre a base das colunas e o piso do imóvel, viabilizando a construção da edificação propriamente dita. Sua característica principal é a de ter sido constituída pela maciça presença de restos culturais móveis (lixo doméstico), por restos construtivos, em menor quantidade, e, em menor quantidade ainda, sedimentos que os envolvessem.

Em um poço-teste de um metro cúbico, aberto nessa primeira camada em uma das casas (casa 39), foram recolhidos 22 mil fragmentos de materiais culturais, predominantemente cerâmicos. Essa quantidade é absolutamente fora dos padrões conhecidos de deposição arqueológica. A principal característica dessa camada de aterro é o fato de o material estar solto, formando lacunas (espaços vazios entre uma peça e outra) devido à baixa incidência de sedimento em sua composição. Isso demonstra que os responsáveis pelos aterros já possuíam o domínio de técnicas de drenagem e a preocupação com a salubridade, valores fundamentais tanto para a construção das edificações quanto para o estabelecimento e a manutenção de um núcleo urbano.

O aterro da casa 37 é bastante semelhante ao encontrado nas outras casas estudadas e certamente tem a mesma função. Acreditamos que a diferença existente resida no fato de as casas vizinhas terem sido construídas em outro momento e por proprietários distintos, que compraram seus aterros em locais/fornecedores também diversos.

Segundo Henrique Valadares, arqueólogo do projeto durante o período 2006/2007, que primeiro aprofundou os estudos sobre a função dos aterros,

> para entendermos melhor como ocorrem os processos naturais que levam a água de níveis freáticos a se elevarem até os embasamentos de edificações, superfícies e pelas paredes de alvenaria, seguiremos a orientação da disciplina Mecânica

Figura 6 – Fundação (base e coluna) inserida no aterro mais profundo, composto por sedimentos e restos arquitetônicos.

do Solo, ramo da Engenharia Civil que observa, dentre outras coisas, os processos pelos quais a umidade chega à superfície pela capilaridade ascendente proveniente do solo. […] A capacidade de movimentação da água no solo é chamada de percolação, variando de acordo com os tamanhos das partículas minerais, índices de vazios, grau de saturação e a estrutura do solo. […] Vemos aqui que a lógica da sobreposição de aterros serviria como amenizador da capilaridade ascendente, com esse recurso iria preservar um ambiente domiciliar mais salubre e uma manutenção mais sistemática das estruturas de alvenarias. […] O formato côncavo dos fragmentos arqueológicos, em sua grande maioria cerâmicos, sobrepostos uns nos outros com baixa densidade de sedimentos, facilitam a formação de índices de vazios. […] Funcionando como uma espécie de "quebra-molas", barreiras consecutivas para diminuir a energia da umidade quando está muito próxima do nível freático. […] a densidade de fragmentos cerâmicos, principalmente, aumentaria os Índices de Vazio, e com o maior acúmulo de ar, a umidade teria maiores dificuldades de emergir (Valadares, 2009, p. 3-5).

Escavação do porão da casa 21, rua 28 de Setembro, antiga rua do Tijolo.

Uma outra realidade

Até o momento, as moradias estudadas pertenciam a famílias de classe média de Salvador. Agora, passaremos a tratar de um outro imóvel, representativo das classes mais abastadas.

A casa 21 da rua 28 de Setembro é vizinha das casas já apresentadas e exemplo absolutamente esclarecedor de como se dava a implantação das moradias limítrofes ao afluente do rio das Tripas. A partir dela foi possível vislumbrar como se dava a relação das moradias com o vale estudado (ver figura 4).

A casa possui dois pavimentos ao nível da rua e mais dois abaixo. Portanto, foi construída diretamente no declive, sem utilizar aterros para produzir terrenos planos como os outros exemplos apresentados. Por si só, essa é uma característica interessante, que merece ser explicada. Trabalhamos com a hipótese de que naquela época seria mais econômico realizar aterros para produzir terrenos planos do que construir em encostas.

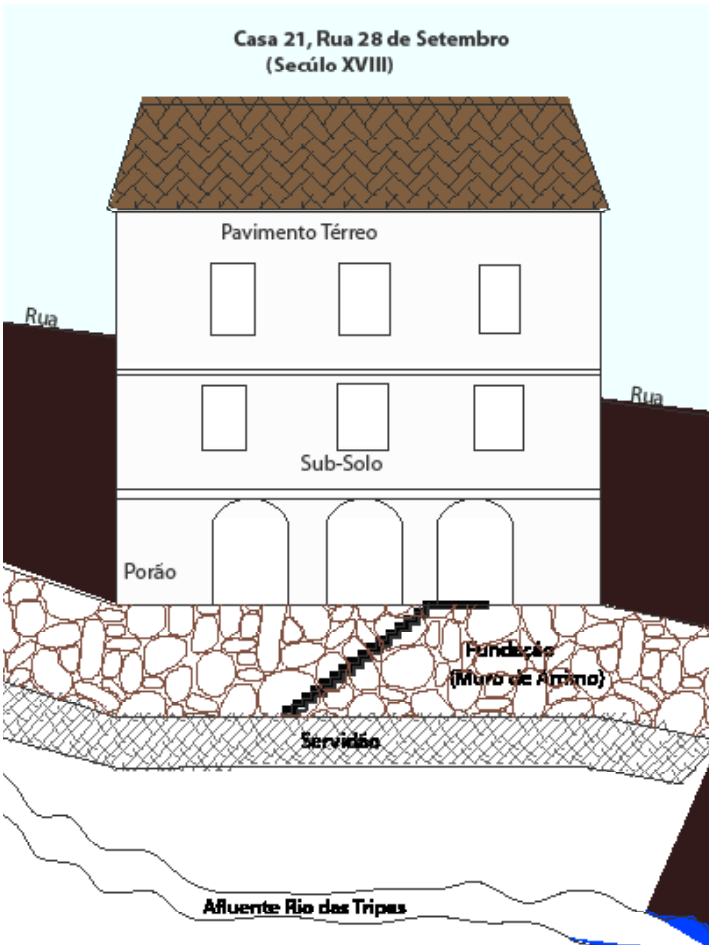


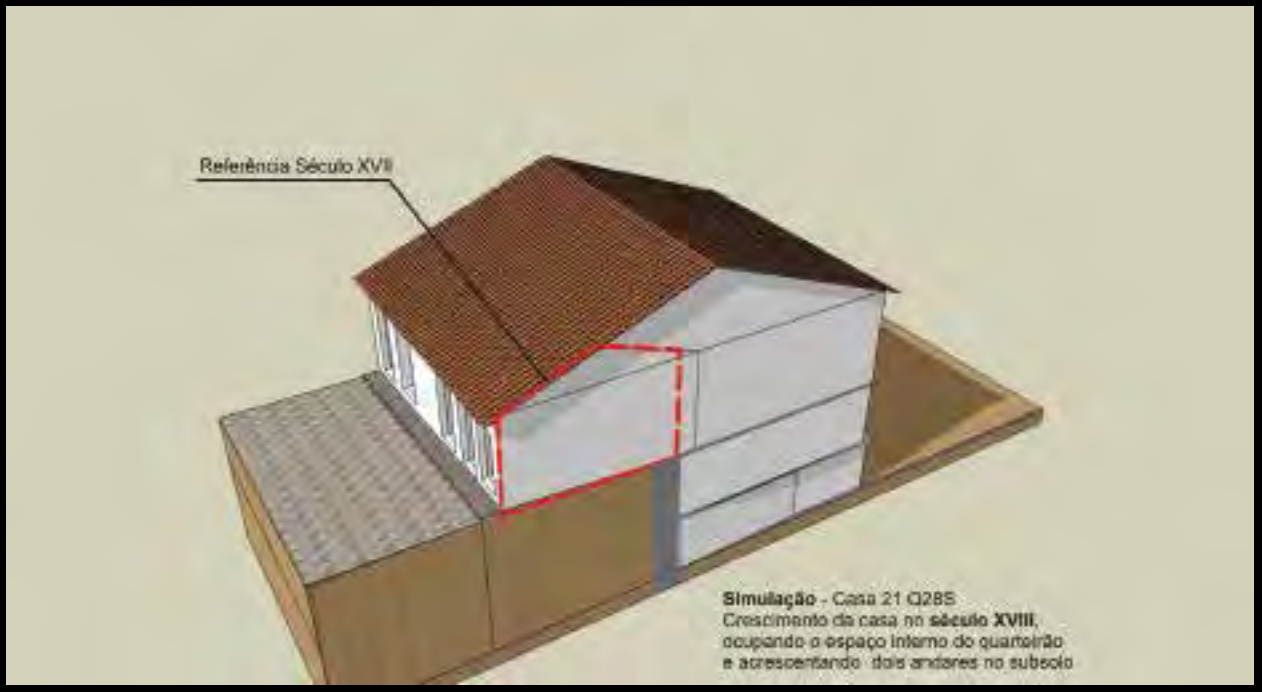
Figura 7 – À esquerda, escadaria da casa 21, que dava acesso ao terreno existente nos fundos da casa, onde passava o córrego que desaguava no rio das Tripas, conforme desenho ao lado.

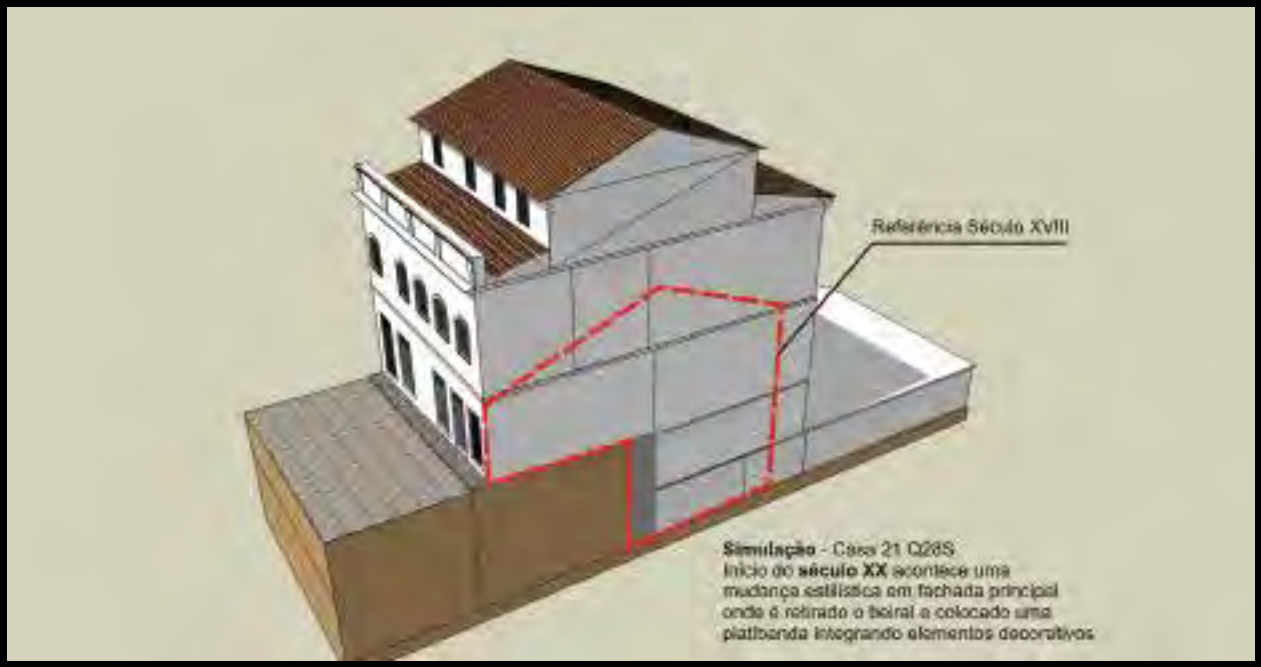
Atualmente, o acesso à casa 21 se dá apenas por meio de sua fachada posterior, e a casa encontra-se em completa ruína, oferecendo sério risco de desabamento. As pesquisas nesse imóvel se detiveram na parte interna, pois nosso objetivo era determinar sua forma, compartimentação e usos, como também a técnica de construção e materiais utilizados. Essa foi uma das casas estudadas com mais detalhes, o que nos propiciou aprofundar a pesquisa sobre o artefato arquitetônico e sua implantação, e sobre quem nela viveu. O arqueólogo Samuel Gordenstein, membro da equipe desde 2008, desenvolve seu doutorado abordando a provável presença de vestígios de rituais religiosos domésticos nas dependências da casa. Aqui iremos apresentar as descobertas ligadas ao artefato arquitetônico e sua implantação na paisagem em seus diversos momentos.

A casa 21 foi uma grata surpresa, pois nos mostrou com muita facilidade como se dava a organização dos cômodos e sua utilização. Mas o fato de não estarmos

Figuras 8, 9 e 10 – Reconstituição, ao longo do tempo, da casa 21, rua 28 de Setembro, antiga rua do Tijolo.

Contenção para salvar
o acentuado declive topográfico
Simulação - Casa 21 Q28S
Período inicial, caso no **século XVII**,
prospecções arqueológicas foram achadas
estruturas de fundações que ansiamotam
a esta época inicial que subdividia o espaço
interno em quatro


Referência Século XVII
Simulação - Casa 21 Q28S
Crescimento da casa no **século XVIII**,
ocupando o espaço interno do quarteirão
e acrescentando dois andares no subsolo


Referência Século XVIII
Simulação - Casa 21 Q28S
Início do século XX acontece uma
mudança estilística em fachada principal
onde é retirado o beiral e colocado uma
platibanda integrando elementos decorativos

escavando sua parte externa, onde observaríamos mais uma vez o aterro tecnogênico, nos deixava frustrados (a parte externa estava ocupada pelas empresas ligadas às obras civis), mesmo que já o tivéssemos caracterizado detalhadamente. No entanto, ao buscarmos as fundações da casa, localizamos uma escada enterrada, que descia mais ainda, cerca de três metros abaixo do nível do solo atual (ver figura 7). Ou seja, descobrimos a escada que estava relacionada à implantação da casa no seu primeiro momento, em que o afluente do rio das Tripas, formador do vale, ainda existia – e a casa tinha uma ligação direta com ele.

A surpresa deveu-se ao fato de termos encontrado vestígios que duvidávamos ainda existirem (ver figuras 8, 9 e 10, que mostram a reconstituição da casa). A partir desse achado, pudemos supor como se dava a implantação das casas construídas naquela rua, adjacentes ao riacho. Nenhuma fonte consultada nos deu pistas de como se dava essa relação com o riacho, ou sequer mencionava a relação das casas com sua parte posterior. Constatamos que, na realidade, existia uma servidão (até hoje observável) que passava paralela aos fundos das casas, e as escadas eram acessadas a partir dela. Tal fato aponta para um grande tráfego de

Vasilhame descartado, localizado no aterro mais superficial da casa 21, rua 28 de Setembro.

pessoas, provavelmente escravos e serviçais, uma vez que era na parte posterior das casas que ficavam as áreas de serviço e depósito. Portanto, essas áreas, que foram tanto de passagem como de convívio, têm hoje um elevado potencial arqueológico, cujos vestígios estão depositados em grande profundidade e sob as camadas de aterros tecnogênicos, uma nova realidade difícil de ser observada *in loco*.

A partir dos resultados apresentados, esperamos ter deixado clara a importância dos aterros para a constituição do urbano daquela porção do Centro Histórico de Salvador.

Para finalizar, abordamos o terceiro tipo de aterro tecnogênico identificado. Sua característica é ainda mais instigante, pois ele existe inserido nos outros aterros. São camadas culturais, ou "bolsões", também constituídas por vestígios culturais móveis, mas com uma peculiaridade que salta aos olhos: seu grau de integridade. São peças quase inteiras, associadas a sedimento mais escuro (preto) e úmido.

Os materiais inteiros sugerem menos fluxos de movimentação até sua deposição final, o que nos leva a considerar que essa camada seja proveniente de lixão formado em condições distintas dos que serviram de fonte aos outros dois aterros.

Esses três diferentes aterros, portanto, face a suas constituições, afora a função de domar a natureza em prol da implantação da malha urbana, podem e devem

ser entendidos como artefatos. E, sobretudo, entendidos como constituídos a partir da cultura material descartada, sendo eles próprios um segundo momento de descarte desses artefatos, mas agora revestidos por uma nova função. Humberto Eco (1971, p. 204-215) pode ajudar no desafio de entender os aterros quando define que a cultura material tem sua função primeira – que no caso dos aterros é a de aterrar – e suas funções segundas, ou seja, todos os outros significados atribuídos aos artefatos além de sua função precípua. As funções segundas dos aterros ainda precisam ser definidas. Nossas pesquisas estão em andamento e esperamos ao final determinar algumas delas. Os materiais constituidores dos aterros são todos identificáveis e datáveis, mas infelizmente ainda não nos foi possível estabelecer a origem desse material, o que nos impede de aprofundar as questões relativas a quem os produziu e utilizou, ou como e por que foram descartados.

As coleções de artefatos móveis derivadas das pesquisas na área da 7ª Etapa vêm predominantemente dos aterros, e formam um enorme conjunto de 400 mil peças, composto por todas as categorias conhecidas. Merecedoras de especial atenção são as coleções cerâmicas, vítreas e ósseas, muito numerosas – em particular a cerâmica, que soma 250 mil peças para o total dos 63 imóveis pesquisados e, além de numerosa, é também bastante complexa, pois apesar de seus fragmentos serem predominantemente datados do século XVIII, possui fragmentos de todas as épocas e origens possíveis, inclusive indígenas. O que nos preocupa, numa avaliação apressada, é que essa coleção seja interpretada como um reflexo de uma sociedade rica em artefatos domésticos, o que absolutamente não é real. Muito pelo contrário, a tralha doméstica à época era reduzida. Mais uma vez fica clara a necessidade de descobrirmos a origem do material dos aterros.

O projeto de arqueologia da 7ª Etapa está dentro de um projeto maior, que perpassa pela necessidade de solucionar o profundo problema social existente no Centro Histórico da Cidade do Salvador, conciliando-o com a necessidade de se preservar a história e o patrimônio cultural edificado daquela área. Nossa colaboração, para além de aprofundar o conhecimento sobre o passado daquela cidade, aprimora a qualidade das ações de proteção e conservação, que hoje têm uma base mais segura para suas intervenções.

Referências

ECO, Humberto. *A estrutura ausente*. São Paulo: Edusp, 1971.

FUNDAÇÃO Gregório de Mattos; Universidade Federal da Bahia; Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador: 1549 a 1800*. Edição especial. Salvador: Pallotti, 1998.

NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *As dez freguesias da cidade de Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

VALADARES, Henrique. *Considerações sobre a funcionalidade do aterro na ocupação urbana de áreas inóspitas do Centro Histórico de Salvador/Pelourinho*, 2009 (mimeografado).

Anexos

Estudo de caso

Pesquisa histórica relacionada à casa 39, rua 28 de Setembro (antiga rua do Tijolo)

A pesquisa histórica conseguiu identificar, por meio do registro dos impostos prediais (IPTU) contido nos *Livros de décimas urbanas* do Arquivo Público Municipal de Salvador (APMS), os nomes dos proprietários e/ou inquilinos do imóvel 39 da rua 28 de Setembro durante os anos de 1893, 1900, 1915, 1920 e 1936.

No ano de 1893 era proprietário do imóvel Constantino José Gonçalves. Ele alugava a loja do sobrado a Joanna Francisca e residia no mesmo imóvel[1]. Em 1900, o imóvel pertenceu a Quintino Olímpio dos Santos, que ali residiu pelo menos até 1911, quando faleceu[2]. Quintino Olímpio provavelmente era dentista, a julgar pelos instrumentos de odontologia avaliados no inventário de seus bens em 1911. Era casado com Maria Geralda dos Santos e pai de filhos menores, que herdaram o sobrado.

O imóvel foi descrito como situado no distrito da Sé, edificado em terreno próprio, medindo 6m de frente. Dividia-se em loja, um andar e sótão. A loja possuía duas salas com porta e uma janela, um quarto, uma cozinha, quintal murado e piso de cimento. O primeiro andar, considerado "nobre", tinha porta de entrada independente, "três janelas com sacadas de ferro, duas salas e três quartos, sendo todo forrado esse andar". O sótão era coberto de telha-vã, possuía três janelas para o telhado de frente, três para o telhado do fundo, duas salas e um quarto. Consta ainda na descrição que o sobrado fora construído "sobre paredes dobradas da caixa do edifício e singelas as divisórias". Avaliado em oito contos de réis (moeda corrente na época), limitava-se de um lado com a casa de Joaquim Gonçalves Maia e do outro com propriedade de José Lopes.

Muito interessante é a descrição da cultura material ligada ao sobrado 39 da rua do Tijolo, em que existiam, no início do século XX:

- Uma mobília de jacarandá antiga a muito usada composta de um sofá, duas bancas, quatro cadeiras de braços, doze poltronas.
- Dois candeeiros de vidro.
- Dois pares de castiçais com arranjos de vidros.
- Dois pares de jarros pequenos.
- Um par de escarradeiras.
- Duas estantes com ferramentas dentárias, enferrujadas, e mais quatro peças muito estragadas também para trabalhos em dentes.
- Uma cadeira de encosto, de couro, estragada.
- Um espelho quadrado com o vidro inutilizado.

1 APMS, fundo provedoria, livro de IPTU, 1893, livros I e II, local Sé.

2 O inventário de Quintino Olímpio dos Santos encontra-se no Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), seção judiciária, série inventários, doc. 01/366/708/06.

- Dois quadros com figuras.
- Uma cama de vinhático francesa com lastro de palhinha.
- Uma outra cama com lastro de tábuas.
- Uma mesa antiga para jantar.
- Uma marquesa[3].

O imóvel foi levado a leilão em 1912, e arrematado por Antônio Fernandes da Costa pela altíssima quantia de 14 contos de réis. Deparamo-nos com Antônio Fernandes da Costa endereçando um abaixo-assinado ao "Illustre Cidadão Dr. Intendente Municipal", em 1914, onde requisitava liberação para construir, no mesmo sobrado 39, uma cozinha e um banheiro com latrina. O pedido foi autorizado, mas o proprietário deveria impermeabilizar a área, de acordo com as orientações sanitárias da época, revestindo as paredes internas dos cômodos até a altura de 1,5m com placas de azulejo ou reboco de cimento, além de ladrilhar ou cimentar as paredes ao redor do fogão até altura de 2m, e assim também o rolo em roda do fogão; quanto à chaminé, deveria ter pelo menos 2m acima do telhado da casa mais alta da circunvizinhança[4]. Essas eram as exigências da intendência municipal, instituição que equivale atualmente à prefeitura municipal.

Nos livros de registro de pagamento de imposto predial de 1915, Isaura de Oliveira Fernandes aparece como proprietária do sobrado 39; provável herdeira de Antônio Fernandes da Costa, alugava a loja do sobrado ao Dr. Antônio Freitas, possivelmente um dentista, já que o imóvel foi arrematado com todo o mobiliário já descrito, inclusive os instrumentos odontológicos[5]. Em 1920, o sobrado continua sob a posse de Isaura Fernandes, que aluga o primeiro andar a Nestor Melo e a loja a Maria da Cruz Almeida[6].

Infelizmente só teremos outras documentações sobre a casa 39 apenas em 1935, quando José Lopes de Azevedo Maia, um rico proprietário de imóveis e de apólices da dívida pública, casado com Amélia Mariana de Azevedo, falece e deixa entre seus bens o referido imóvel 39 da rua 28 de Setembro. A descrição do sobrado feita no inventário de José Lopes informa que o mesmo media 7m de frente e 18m de frente a fundo. Além dessa mudança quanto à medida da fachada, o andar térreo perdeu parte do forro e ganhou latrina com banheiro cimentado, o que confirma a construção do banheiro proposta pelo antigo proprietário Antônio Fernandes da Costa. O primeiro andar ganhou banheiro e latrina, e o sótão abrigava três quartos. Tudo indica que o sobrado passou por reformas, pois, "devido ao seu bom estado de conservação" foi avaliado em 25 contos de réis[7]. No ano seguinte, 1936, o mesmo José Lopes de Azevedo Maia ainda apareceu como proprietário do sobrado 39[8].

3 APEB, seção judiciária, série inventários, doc. 01/366/708/06, p. 39.

4 APMS, *Abaixo assignado de Antonio Fernandes da Costa ao Ilustrissimo Senhor Intendente Municipal*. Seção de mapas e plantas, série caixas de plantas da Freguesia da Sé.

5 APMS, fundo provedoria, livro de IPTU, 1915, livro I, local Sé.

6 APMS, fundo provedoria, livro de IPTU, 1920, livro I, local Sé.

7 APEB, seção judiciária, série inventários, doc. 06/2713/10.

8 APMS, fundo provedoria, livro de IPTU, 1936, livro I, local Sé.

Imóveis Pesquisados Projeto Pelourinho de Arqueologia 2006- 2010

Quadra 30S	
Casa 02, rua São Francisco	Prospecção ampla
Casa 06, rua São Francisco	Prospecção ampla
Casa 08, rua São Francisco	Registro cadastral detalhado
Quadra 19S	
Casa 03, beco do Seminário	Pesquisa sistemática
Casa 20, rua 3 de Maio	Prospecção ampla
Casa 25, rua Monte Alverne	Prospecção ampla
Casa 27, rua Monte Alverne	Pesquisa sistemática
Quadra 25S	
Casa 17, rua Guedes de Brito	Registro cadastral detalhado
Casa 19, rua São Francisco	Prospecção ampla
Casa 24, rua 7 de Novembro	Prospecção ampla
Casa 26, rua 7 de Novembro	Prospecção ampla
Casa 37A, rua 7 de Novembro	Prospecção ampla
Casa 21, rua São Francisco	Registro cadastral detalhado
Casa 22, rua 28 de Setembro	Pesquisa sistemática
Quadra 26S	
Casa 18, rua Saldanha da Gama	Pesquisa sistemática
Casa 27, rua Guedes de Brito	Registro cadastral detalhado GPR
Casa 29, rua Guedes de Brito	Registro cadastral detalhado GPR
Casa 35, rua Guedes de Brito	Prospecção ampla GPR
Casa 33, rua Guedes de Brito	Pesquisa sistemática
Casa 05, rua 7 de Novembro	Registro cadastral detalhado GPR
Casa 07, rua 7 de Novembro	Prospecção ampla
Casa 09, rua 28 de Setembro	Prospecção ampla
Casa 12, rua 28 de Setembro	Prospecção ampla
Casa 10, rua 28 de Setembro	Registro cadastral detalhado
Quadra 28S	
Casa 21, rua 28 de Setembro	Pesquisa sistemática
Casa 24, ladeira da Praça	Pesquisa sistemática
Casa 25, rua 28 de Setembro	Prospecção ampla
Casa 27, rua 28 de Setembro	Prospecção ampla
Casa 29, rua 28 de Setembro	Prospecção ampla
Casa 33, rua São Francisco	Prospecção ampla
Casa 35, rua São Francisco	Prospecção ampla

Quadra 28S (cont.)	
Casa 37, rua São Francisco	Prospecção ampla
Casa 39, rua São Francisco	Prospecção ampla
Quadra 31S	
Casa 12, rua São Francisco	Registro cadastral detalhado
Casa 10, rua São Francisco	Registro cadastral detalhado
Casa 14, rua São Francisco	Prospecção ampla
Casa 20, rua São Francisco	Prospecção ampla
Casa 30, rua São Francisco	Prospecção ampla
Casa 33, rua 28 de Setembro	Prospecção ampla
Casa 24, rua São Francisco	Prospecção ampla
Casa 35, rua 28 de Setembro	Registro cadastral detalhado
Casa 37, rua 28 de Setembro	Pesquisa sistemática
Casa 39, rua 28 de Setembro	Pesquisa sistemática
Casa 41, rua 28 de Setembro	Pesquisa sistemática
Quadra 22S	
Casa 15, rua 3 de Maio	Registro cadastral detalhado
Casa 17, rua 3 de Maio	Pesquisa sistemática
Casa 10, rua 7 de Novembro	Prospecção ampla
Casa 14, rua 7 de Novembro	Registro cadastral detalhado
Casa 16, rua 7 de Novembro	Registro cadastral detalhado
Casa 18, rua 7 de Novembro	Registro cadastral detalhado
Casa 14B, rua Guedes de Brito	Registro cadastral detalhado
Casa 14, rua Guedes de Brito	Pesquisa sistemática
Casa 15, rua Guedes de Brito	Pesquisa sistemática
Casa 16, rua Guedes de Brito	Pesquisa sistemática
Casa 21, rua São Francisco	Registro cadastral detalhado
Outros	
Prédio anexo ao Liceu de Artes e Ofícios	Prospecção ampla
Estacionamento do Ipac	Prospecção ampla
Claustro do Convento de São Francisco	Prospecção ampla
Prédios do Tesouro 1 e 2	Registro cadastral detalhado
Quartel do Corpo de Bombeiros	Prospecção ampla / GPR
Casa dos Sete Candeeiros (Iphan)	Registro cadastral detalhado
Estacionamento e Praça SEFAZ	Registro / GPR
Miolo da quadra 28S	Registro / Sondagem Geológica

Formandos do curso de Auxiliar Técnico em Arqueologia, na cerimônia de encerramento do projeto.

Agradecimentos

Conceber e executar uma pesquisa é uma atividade extremamente solitária. Você é o responsável por todos os atos e resultados, para o bem e para o mal. Por outro lado, um trabalho de pesquisa não se faz só, mas apoiado numa equipe, preferencialmente interdisciplinar, objetivando alcançar o rigor científico que o trabalho requer.

O Projeto Pelourinho de Arqueologia não foi diferente. Tive a oportunidade de trabalhar durante os seus quatro anos e meio de duração com uma equipe espetacular, que soube apreender as dificuldades e desafios (que não foram poucos!), se fortalecendo com eles e aprendendo mais e mais a partir do cotidiano das pesquisas e dos resultados que alcançamos. Sobretudo, essa equipe me estimulou, muito e profundamente, a ser uma melhor arqueóloga, a ser melhor coordenadora e a ser uma carioca mestiça, uma vez que fez com que me sentisse um pouco soteropolitana. Posso afirmar que aprendemos e crescemos juntos, o que foi profundamente marcante para mim. Precisaria agradecer a todos da equipe nominalmente, mas sabendo que vou necessariamente incorrer no erro de esquecer alguém, não o farei. A todos meu muito obrigada!

Também dentro dessa equipe incluo o grupo dos que viabilizaram a pesquisa, pessoas com as quais não convivemos cotidianamente (ou que só conhecemos pelo telefone!), mas que nos dão o chão para trabalhar, são aqueles que sabem os caminhos da administração, do material permanente, das passagens aéreas, e tudo mais. Sem eles não há sonho a ser realizado. Obrigada.

Retornando às origens do projeto, devo agradecer ao arquiteto Luiz Fernando de Almeida, presidente do Iphan e Coordenador Nacional do Programa Monumenta, que em 2006 convidou a mim e à arqueóloga Regina Coeli Pinheiro da Silva, do Depam, para coordenarmos a pesquisa. Ao Luiz Fernando agradeço o convite, a confiança e o apoio irrestrito. À Regina, amiga e companheira de décadas, que infelizmente afastou-se do projeto no seu decorrer por motivos particulares, agradeço pelos mesmos motivos.

A execução do projeto foi possível com os recursos do Programa Monumenta e apoio do Iphan. Assim, agradeço a todos do Iphan de Brasília e de Salvador que ajudaram a viabilizar a pesquisa. Do Monumenta, quero agradecer a todos os técnicos, que atuaram com competência, carinho e atenção, e em especial ao arquiteto Robson Antônio de Almeida, Coordenador Nacional Adjunto do Programa, pela confiança, pela extrema disponibilidade, pelo irrestrito apoio e pela paciência. Não será exagero se eu afirmar que sem ele não teria havido o projeto.

Devo também agradecer aos superintendentes do Iphan na Bahia que me acolheram durante o projeto. Evandro Lins, arquiteto e grande conhecedor da cidade de Salvador, colaborou diretamente desde o início e continuou nos prestigiando até o final, como nosso consultor. Leonardo Falangola, arquiteto que assumiu a Superintendência

em seguida, já vinha participando ativamente do projeto e sua contribuição foi de grande valia para as pesquisas. Agradeço ao Carlos Amorim, atual Superintendente, com quem tive o prazer de dividir a etapa final do projeto. Finalmente, não posso deixar de agradecer ao arquiteto e urbanista Carlos Fernando Andrade, Superintendente do Iphan no Rio de Janeiro, unidade a que pertenço. Carlos Fernando, mesmo sofrendo com minhas ausências periódicas, deu todo o apoio necessário para que eu pudesse realizar meu trabalho. A todos, mais uma vez, obrigada.

Não posso deixar de mencionar o apoio prestado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, pelas empresas responsáveis pelas obras da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico e pela Unidade Executora de Projeto – UEP/Monumenta de Salvador. Sem a presença desses parceiros não teríamos tido, por exemplo, nossos inestimáveis auxiliares técnicos em arqueologia.

Também devo agradecer a acolhida que recebemos do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – Ipac, através do Diretor Geral, arquiteto Frederico Mendonça, e do Diretor de Preservação, Paulo Canuto, parceiros desde o início.

Aos moradores da área, às lideranças comunitárias, aos professores, funcionários e alunos das três escolas envolvidas no projeto de educação patrimonial, ao pessoal da TV Pelourinho e aos cineastas Mateus Damasceno e Toni Couto, responsáveis pelo nosso vídeo, deixo meu agradecimento pelo respeito e pela participação atenta.

Reservo agradecimento especial ao arqueólogo Cláudio César de Souza, coordenador local do projeto, profissional dedicado, competente e, sobretudo, amigo, com quem dividi o desafio e a experiência radical de coordenar um projeto desse porte. Cláudio aceitou o meu convite e se mudou de Goiânia para Salvador, com toda a família, apostando no projeto. Como eu, Cláudio cresceu profissionalmente e transformou-se num mestiço. Cláudio tem minha especial gratidão e meu incondicional respeito.

Para finalizar, quero agradecer aos consultores do projeto e, em especial, à equipe que me assessorou diretamente na produção deste livro, os arqueólogos Cláudio César de Souza, Samuel Gordenstein e a historiadora Alane Fraga do Carmo, pela competência e dedicação, bem como às editoras do Programa Monumenta, Sylvia Braga, Caroline Soudant e equipe, pela atenção, carinho e respeito.

Rosana Najjar
Arqueóloga do Iphan/RJ
Coordenadora do Projeto Pelourinho de Arqueologia

Equipe Projeto Pelourinho de Arqueologia 2006 - 2010

Nome	Função	Período (ano)
Alane Fraga do Carmo	Historiadora	2007 a 2010
Alberto Beovides Bonachea	Arquiteto	2008 a 2010
Anderson Silveira	Analista de Sistema (base de dados)	2009
Antonio C. J. Nascimento	Técnico em Arqueologia	2008 a 2010
Camila Suelen Araújo Santos	Estagiária de Arquitetura	2008
Carlos Eduardo S. da Cruz	Técnico em Arqueologia	2008 a 2009
Catarina Menezes Ferreira	Técnica em Arqueologia	2006 a 2009
Cláudia Prates Públio	Arquiteta	2007 a 2008
Cláudio César de Souza e Silva	Arqueólogo, coordenador local	2006 a 2010
Débora Bacelar Bastos	Historiadora	2007 a 2009
Elexandre da Cruz Nunes	Técnico em Arqueologia	2006 a 2010
Geovana Fróis Rocha	Estagiária de Arquitetura	2008 a 2010
Gisela Tapioca	Educadora	2008 a 2009
Helen de Lurdes Vieira	Técnica em Arqueologia (informática)	2008 a 2010
Henrique Valadares	Arqueólogo	2006 a 2008
Jackline de Macedo	Arqueóloga	2006 a 2009
Jeã Paulo Lima	Técnico em Arqueologia	2008 a 2010
Jeanne Almeida Dias	Técnica em Arqueologia	2009 a 2010
Josane da Silva Oliveira	Técnica em Arqueologia	2008 a 2010
Leandro Vieira da Silva	Geógrafo (estágio)	2009
Luciano de Santana Santos	Técnico em Arqueologia	2008 a 2010
Luiz Antônio Pacheco de Queiroz	Técnico em Arqueologia	2008 a 2009
Manoela Brayner	Arquiteta	2006 a 2007
Márcia Labanca	Administradora (base de dados)	2009
Paulo César Sarmento	Arqueólogo	2007 a 2009

Nome	Função	Período (ano)
Pedrinho F. Barbosa	Técnico em Arqueologia	2008 a 2010
Rafaela C. N. Almeida	Técnico em Arqueologia	2009 a 2010
Railson Cotias da Silva	Técnico em Arqueologia	2008 a 2010
Regiane Gambim Barreto	Arqueóloga	2010
Rodrigo Borges Monteiro	Historiador	2006
Rosana Najjar	Arqueóloga, coordenadora do projeto	2006 a 2010
Samantha de Santana Santos	Estagiária de Arquitetura	2007 a 2008
Samuel Lira Gordenstein	Arqueólogo	2008 a 2010
Taise Ane C. Santana	Estagiária da base de dados	2009 a 2010
Thiala Armede M. Santana	Estagiária de Arquitetura	2007 a 2008
Ueldê Ferreira de Souza	Estagiário de Arqueologia	2009
Yoanny Rodriguez Calvo	Arquiteto	2009
Apoio Conder		
Aloíso César de M. Moura	Auxiliar de Arqueologia	
Arthur Ferreira Ribeira	Auxiliar de Arqueologia	
Ataíde Morais dos Santos	Auxiliar de Arqueologia	
Cícero dos S. Santana	Auxiliar de Arqueologia	
Daniel Conceição dos Santos	Auxiliar de Arqueologia	
Edvaldo Santana Matos	Auxiliar de Arqueologia	
Francisco dos Reis Marinho	Auxiliar de Arqueologia	
Jailson Moreira de Brito	Auxiliar de Arqueologia	
José Silva Filho	Auxiliar de Arqueologia	
Joseval dos Santos	Auxiliar de Arqueologia	
Paulo Roberto P. da Mota	Auxiliar de Arqueologia	
Rafael Bonfim da Conceição	Auxiliar de Arqueologia	

Nome	Função	Período (ano)
Ruan Carlos C. da Silva	Auxiliar de Arqueologia	
Sandro Alex Alves Bahia	Auxiliar de Arqueologia	
Silvio Neco da Silva	Auxiliar de Arqueologia	
Valdemar Aragão França	Auxiliar de Arqueologia	
Vitor Hugo da C. A. Mello	Auxiliar de Arqueologia	
Welington Soares de Lima	Auxiliar de Arqueologia	
Equipe Iphan – Bahia		
Alexandre Colpas	Técnico em Arqueologia	
Bruno Cesar S. Tavares	Engenheiro	
Maria Rosa Andrade	Arquiteta	
Paula de Paoli	Historiadora da Arte	
Rúby Helena Schmidt	Arquiteta	
Consultores		
Dra. Ana Cristina de Sousa	Arqueóloga	
Ms. Ana Cristina Sampaio	Arqueóloga	
Dr. Eugenio Lins	Arquiteto	
Dr. Gelvam A. Hartmann	Físico	
Dr. Jorge Najjar	Educador e Sociólogo	
Dr. Julio Cezar Rubin de Rubin	Geoarqueólogo	
Dra. Márcia Bezerra de Almeida	Arqueóloga	
Dr. Marcos André T. de Sousa	Arqueólogo	
Dra. Neuvânia Guetti	Química	
Ms. Rinaldo Marques	Geofísico	
Ms. Roberto Stanchi	Arqueólogo	
Dra. Rosiclér Theodoro da Silva	Geoarqueóloga	

Autores

Alane Fraga do Carmo
Historiadora e mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Integrante da equipe de História do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
alanefraga@yahoo.com.br

Alberto Beovides Bonachea
Arquiteto pela Universidad Central de Las Villas – UCLV, Cuba, e especialista em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos, Cecre/UFBA. Integrante da equipe de Arquitetura do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
albertobeovides@yahoo.es

Alexandre Colpas
Administrador, técnico em Arqueologia e responsável pelo Núcleo de Arqueologia – Nuar, da Superintendência do Iphan na Bahia.
Integrante da equipe do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
alexcolpas@yahoo.com.br

Anderson Silveira
Analista de Sistema e consultor de tecnologia, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.
Integrante da equipe do Projeto Pelourinho de Arqueologia. Responsável pela Base de Dados.
andsilveira@uol.com.br

Catarina Menezes Ferreira
Historiadora pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL e técnica pesquisadora em Arqueologia.
Integrante da equipe do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
catarinamenezesf@gmail.com

Cláudio César de Souza e Silva
Geógrafo e arqueólogo, especialista na área de Educação Ambiental e Patrimonial pela Universidade Católica de Goiás – UCG.
Coordenador local do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
ccesargyn@yahoo.com.br

Débora Bacelar Bastos
Historiadora pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.
Integrante da equipe de História do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
bastos.debora@ig.com.br

Gabriele Viega Garcia
Graduanda em Arqueologia pela Universidade Católica de Goiás – UCG e técnica em Geoprocessamento pelo Cefet-MT.

Gelvam A. Hartmann
Físico pelas Faculdades Integradas de Palmas, mestre em Geofísica pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo – IAG/USP, doutorando em Geofísica pelo IAG/USP na área de Arqueomagnetismo.
Consultor do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
gelvam@iag.usp.br

Geovana Frois Rocha
Graduanda do Curso Superior em Decoração da Universidade Federal da Bahia – UFBA.
Integrante da equipe de Arquitetura do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
geovanafrois@gmail.com

Gisela Tapioca de Carvalho
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, especialista na área de educação de crianças e jovens, projetos de formação e qualificação de educadores e profissionais de áreas afins, atuando também na área de educação e audiovisual.
Integrante da equipe de Educação Patrimonial do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
giselatapioca@yahoo.com.br

Jeã Paulo Lima
Historiador com habilitação em Patrimônio Cultural e especialista em História Social e Educação pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL.
Integrante da equipe do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
jealimap@hotmail.com

Jorge Najjar
Sociólogo e mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professor da Faculdade de Educação da UFF. Pesquisador da área de Educação Patrimonial e membro do Laboratório de Educação Patrimonial – Laboep, da UFF.
Consultor do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
jorgenajjar@gmail.com

Josane da Silva Oliveira
Graduada em Desenho e Plástica e graduanda em Artes Plásticas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Especialista em Arte e Patrimônio Cultural pela Faculdade do Mosteiro de São Bento.
Integrante da equipe do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
jobonfim@yahoo.com.br

Julio Cezar Rubin de Rubin
Geólogo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, doutor em Geociências pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, e professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – UCG.
Consultor do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
rubin@ucg.br

Luciano de Santana Santos
Licenciado em História pelo Centro de Ensino Superior de Arcoverde-PE e técnico em Arqueologia.
Integrante da equipe do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
lucianubis@hotmail.com

Luiz Antônio Pacheco de Queiroz
Historiador pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL e técnico pesquisador em Arqueologia.
Integrante da equipe do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
luizpachecoq@gmail.com

Márcia Bezerra de Almeida
Arqueóloga pela Universidade Estácio de Sá, mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, doutora em Arqueologia pelo Universidade de São Paulo – USP e professora da Universidade Federal do Pará – UFPA.
Consultora do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
mabezerra@terra.com.br

Márcia Labanca
Administradora, especialista em Metodologia do Ensino Superior pelas Faculdades Integradas Olga Mettig – FAMETTIG-BA.
Integrante da equipe da Base de Dados do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
labancamarcia@ig.com.br

Railson Cotias da Silva
Historiador, com concentração em Patrimônio Cultural pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL e técnico pesquisador em Arqueologia.
Integrante da equipe do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
railsoncs@gmail.com

Ricardo Ivan Ferreira da Trindade
Geólogo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, doutor em Geofísica pela Universidade de São Paulo – USP. Defendeu Livre-Docência na USP e concluiu dois pós-doutorados, em Toulouse e Paris VII (França).
Professor do Departamento de Geofísica da USP.
rtrindad@iag.usp.br

Rinaldo Marques
Graduado em Geofísica pela Universidade de São Paulo – USP, mestre em Recursos Minerais e Hidrogeologia do Instituto de Geociências da USP e diretor da empresa Geopesquisa Investigações Geológicas Ltda.
rinaldo@geopesquisa.com

Rosana Najjar
Arqueóloga pela Universidade Estácio de Sá, especialista em Arqueologia pelo Museu Nacional – UFRJ, mestre e doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo – USP e assessora de Arqueologia da Superintendência do Iphan do Rio de Janeiro. Coordenadora do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
rosananajjar@gmail.com

Rosiclér Theodoro da Silva
Arqueóloga pela Universidade Estácio de Sá, mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, doutora em Geociências pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, e professora na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – UCG.
Consultora do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
silva.rosicler@gmail.com

Samuel Gordenstein
Arqueólogo, bacharel em Estudos Latino-Americanos pela Vassar College-EUA, mestre em Arqueologia Histórica pela Universidade de Massachusetts, Boston-EUA, e doutorando em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.
Integrante da equipe do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
samgordenstein@hotmail.com

Taise Ane Santana
Graduanda em Administração pela Faculdade 2 de Julho e em Pedagogia pela Faculdade Social da Bahia. Atua nas áreas de Gestão do Conhecimento e Modelagem de Dados.
Integrante da equipe da Base de Dados do Projeto Pelourinho de Arqueologia.
taise_ane12@gmail.com

Nelson Kon

Nelson Kon

Detalhe da área de pesquisa do Projeto Pelourinho de Arqueologia. Torre da Igreja de São Francisco e convento.

MONUMENTA
IPHAN
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL
BRASIL

Este livro contém o registro da pesquisa arqueológica desenvolvida na área do Pelourinho, enquanto o Programa Monumenta ali restaurava 76 imóveis multifamiliares. O principal objetivo desse trabalho foi diagnosticar e investigar, no solo da área em recuperação, os vestígios deixados pelas sucessivas ocupações que sofreu, desde os primórdios da colonização.

Diversos profissionais envolvidos no trabalho elaboraram os artigos, que estão aqui reunidos, com o relato e o estudo dos múltiplos aspectos em que se desdobrou a pesquisa: das variadas técnicas de prospecção até o levantamento de dados e a análise histórica decorrente.

É do importante volume de conhecimentos produzidos pela equipe em questão que o público leitor e, em especial, os gestores de obras de restauro de sítios urbanos históricos poderão valer-se agora.

MONUMENTA IPHAN Ministério da Cultura GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA